

Revista

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 33 | 2000 - 2002

Edição
comemorativa
aos 90 anos de
sua fundação

Revista

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.

Revista

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
49010-190 Aracaju - Sergipe
Fundado em 06 de agosto de 1912

Presidente Honorário

Exmo. Sr. Governador do Estado
Dr. João Alves Filho

DIRETORIA

PARA O BIÊNIO 1999 –2001

Presidente

Prof^a. Maria Thetis Nunes

Vice – Presidente

Prof. José Ibarê Costa Dantas

Secretário Geral

Dr. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

1º Secretário

Prof. Pedrinho dos Santos

2º Secretário

Prof^a. Maria da Glória S. de Almeida

1º Tesoureiro

Pr. Gérson Vilas-Boas

2º Tesoureiro

Eng. Emmanuel Franco

Orador

Jorn. Luiz Antônio Barreto

Coordenador da Revista

Prof. Pedrinho dos Santos

Assistente de Coordenação

Prof^a. Nadja Oliveira Ribeiro

Pessoal Administrativo

Gustavo Paulo Bonfim
Ângela Nickaulis C. Silva

APRESENTAÇÃO

Em 6 de agosto de 1912 era, solenemente, instalado o IHGS, tendo como Presidente Honorário, o Presidente do Estado General José de Siqueira Menezes e Presidente efetivo da instituição, Desembargador Dr. João da Silva Melo.

São 90 anos contribuindo para a preservação do patrimônio histórico sergipano, enfrentando problemas financeiros para sua manutenção, desde quando não possui recursos próprios, dependendo da contribuição do poder público.

Enfrentando sérios problemas financeiros, desde quando foram suspensas as verbas federais e estaduais que, através dos senadores e deputados sergipanos, recebia o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sua Diretoria tem buscado mantê-lo dentro da finalidade traçada por seus idealizadores nos idos de 1912, visando, sobretudo, a preservar a tradição cultural de Sergipe.

Tem sido difícil sensibilizar a iniciativa particular, apesar das tentativas realizadas, para cooperar na conservação do prédio ou realização de eventos culturais como a publicação de sua Revista que, desde o primeiro número, em 1913, através de artigos dos colaboradores, tem trazido grande contribuição à vida cultural do Estado.

A Biblioteca, com mais de 20.000 volumes, é procurada, mensalmente, por cerca de 250 pessoas, destacando-se alunos de nos-

sas Universidades e das escolas de nível médio de todo o Estado buscando, principalmente, a valiosa seção sergipana que reúne livros sobre Sergipe e de autores sergipanos. O Arquivo, a Mapoteca, a grande coleção de jornais sergipanos desde o Império, o pequeno, mais valioso Museu, são responsáveis, também, pelo afluxo de pessoas que, diariamente, visitam a instituição.

Com a Prefeitura da Capital, o Instituto Histórico participou da edição dos volumes I e II do importante livro de Pe. Aurélio Vasconcelos de Almeida – *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa* publicados em março de 2002. Também o grande número de documentos sobre o passado sergipano recolhidos pelo autor nos arquivos nacionais e doados pela família após sua morte, em 1999, ao Instituto, se encontram catalogados.

Com o Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, vem o Instituto mantendo intercâmbio, destacando-se sua participação no curso de extensão realizado sobre a História de Sergipe.

A Diretoria do Instituto Histórico, através do Presidente e do Vice-Presidente, tem participado dos Encontros dos Institutos Históricos do Brasil e do Nordeste, nos quais são debatidos os seus problemas. Ressaltamos que ambos, Presidente e Vice-Presidente, comparecem às suas custas, sem receber auxílio dos poderes públicos.

Ressaltamos o enriquecimento da Biblioteca com a doação feita pelo sócio do Instituto, por vários anos seu Vice-Presidente, Dr. Fernando de Figueiredo Porto de 2.000 livros da sua biblioteca particular versando sobre história, sociologia, economia, literatura, sobretudo temas brasileiros, bem como documentos de seu arquivo.

Registramos nossos agradecimentos ao Dr. Jair Araújo de Oliveira, Presidente do BANESE, que tornou possível a publicação do presente número, comemorativo ao 90º aniversário desta Instituição.

TEMÁRIO

- 01 - Apresentação 5
MARIA THÉTIS NUNES
- 02 – Notícias de Antônio Conselheiro 9
JOSÉ CALAZANS
- 03 – Da Taba de Serigy ao Balão do Porvir: representações sobre índios em Sergipe no século XIX 21
BEATRIZ GÓIS DANTAS
- 04 – A presença de Sergipe Del Rei no Catálogo Genealógico das principais famílias, de Frei Joaboatão e Pedro Calmon 47
LUIZ R. B. MOTT
- 05 – Famílias Sergipanas no Período Colonial 63
RICARDO TELES ARAÚJO
- 06 – O Clã do Engenho Porteiras 87
EMMANUEL FRANCO
- 07 – A Novilha Esfolada: tributação da Bahia sobre Sergipe no século 17 97
FRANCISCO JOSÉ ALVES
- 08 – Aspectos do Baronato Sergipano 105
SAMUEL B. DE MEDEIROS ALBURQUERQUE

- 09 – Centenário de João Baptista de Mattos 129
ARIVALDO FONTES
- 10 – Cidades e Vilas de Sergipe no Século XIX 133
JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES
- 11 – Tendências Oposicionista e Situacionista em Sergipe: 1945-
2000 153
IBARÊ DANTAS
- 12 – A Pena de Morte em Sergipe 175
PEDRINHO DOS SANTOS
- 13 – O Escravo Negro e as Culturas de Subsistência de Sergipe
d’El Rei 199
MARIA THÉTIS NUNES
- 14 – Uma Geografia da Morte: roteiro do cólera por Sergipe,
1855-1856 209
AMÂNCIO CARDOSO
- 15 – Discurso 237
LUIZ FERNANDO RIBEIRO SOUTELO

PÁGINAS DE SAUDADE

- 16 – O Historiador Professor José Calazans 247
MARIA THÉTIS NUNES
- 17 - O Poeta Eunaldo Costa 251
LUIZ ANTÔNIO BARRETO
- 18 - Ferreira Neto, um baiano sergipanizado 255
LUIZ ANTÔNIO BARRETO
- 19 – Sócios Falecidos. 259
- 20 – Índice da Revista do IHGS (1913 –1999)
JOSÉ IBARÊ COSTA DANTAS 261

NOTÍCIAS DE ANTÔNIO CONSELHEIRO

JOSÉ CALASANS
Historiador

Chamava-se Antônio Vicente Mendes Maciel. Na meninice, em sua terra natal, segundo depoimento de um contemporâneo ilustre, o jornalista João Brígido dos Santos, era conhecido por Antônio Vicente. Homem feito, chamavam-no, também, Maciel. Depois, quando ganhou celebridade nos sertões nordestinos, passou a ser Irmão Antônio, Antônio Conselheiro, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro. Finalmente, atingida a culminância do seu prestígio no seio do povo sertanejo: Bom Jesus Conselheiro.

Nina Rodrigues observou que os apelidos mais espalhados – Antônio Conselheiro e Bom Jesus Conselheiro – representavam etapas no processo evolutivo da doença mental do milagreiro. “Penetrando nos sertões da Bahia” escreveu o autor citado, “já Antônio Maciel levava finalmente descoberta a fórmula do seu delírio. E o batismo de Antônio Conselheiro sob que o ministro ou enviado de Deus inicia a sua carreira de missionário e propagandista da fé era o átrio apenas de onde a loucura religiosa o havia de elevar ao Bom Jesus Conselheiro da fase megalomaniaca da sua psicose”. Interpretação de psiquiatra. Para as populações fanáticas, todavia, os nomes tinham outra significação. Serviam para distinguir. “Conselheiros” existiam muitos na época. Um deles, o “conselheiro” Guedes, em Pernambuco, usava hábito carmelita, tinha 10 filhos,

possuía engenho, não comia em casa de pecador. Falou-me Manuel Ciríaco num “conselheiro” Francisco, “cabra divertido”, que prestou serviços na edificação da igreja do Cumbe, hoje Euclides da Cunha. Existiam, repitamos, e ainda existem “conselheiros”, conforme relata em livro dos nossos dias, o padre Heitor Araújo. Bom Jesus Conselheiro, porém, só houve um: aquele peregrino virtuoso, magro, de pouca conversa, cujas feições lembravam as de Jesus Cristo. O Conselheiro, disse-me o falecido des. Sálvio Martins, que o conheceu pessoalmente, parecia com estas imagens de Senhor dos Passos das procissões da semana santa. E acrescentou, com propriedade de comentário: “Esta semelhança fisionômica parece haver contribuído bastante para o endeusamento do Conselheiro”. Como que povo via no cearense de Quixeramobim a figura de Cristo. Antônio Conselheiro, aliás, sentindo a impressão que causava, procurava desfazê-la, impedindo que os fiéis se ajoelhassem diante dele quando lhe pediam a benção. “Deus é outra pessoa”, costumava dizer, segundo Pedrão e Manuel Ciríaco informaram ao infelizmente repórter Luciano Carneiro. Preferia ser Conselheiro: “sou Maciel no nome e Conselheiro no coração”, exclamava, às vezes, recolheu o romancista Paulo Dantas, bom conhecedor da vida de Canudos.

Não era Deus e sim conselheiro. Todos deviam chamá-lo de “Meu pai”. Eugênio de Siqueira, tipógrafo sergipano que visitou o **santo** no arraial do Belo Monte, contou a Inácio Raposo ter sido advertido por um jagunço que “era grande falta de respeito tratar o velho religioso por outra fórmula que não fosse meu pai”. Eugênio, durante a visita, ouviu uma abastada senhora da redondeza, que levava algum dinheiro, chamá-lo sempre de “meu pai”. E com o maior respeito. A maneira de tratar, evidentemente, fora aprendida com o padre Ibiapina, a quem o Conselheiro parece ter seguido durante algum tempo. No sertão, o famoso sacerdote era conhecido por “meu pai”. O Bom Jesus seguiu a fórmula. Também recebeu outras influências de Ibiapina. Construir igrejas, perigrinar pelos sertões, verberar contra o luxo, dar conselhos, foram algumas delas. Antônio Conselheiro pregava aos sertanejos, freqüentemente. Iniciava seus conse-

lhos, como os sermões dos padres, com sentenças latinas. Neste sentido, podemos invocar o testemunho de Caldas Brito, que ouviu o Santo Conselheiro falando no povoado Tanquinho, perto da então vila de Inhambupe, neste Estado. “Persignou-se”, escreveu a testemunha, “e as suas primeiras palavras foram num latinório truncado, verdadeiras silabadas na língua de Horácio”. O Conselheiro, de certo modo, impressionou seu ouvinte, tanto assim que Caldas Brito observou: “inteligência superior e conhecedor da leitura da Bíblia, pareceu-me que o Conselheiro havia em moço estudado latim e português”. Era verdade. João Brígido, seu discípulo, afirma que ele tinha “certa cultura” e “começara estudos de latim”. Fora aluno do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre, em Quixeramobim, afiançou um neto do mencionado mestre. A notícia de que Antônio Conselheiro traduzia facilmente o idioma do Lácio, recolhida por Inácio Raposo nos sertões, não deve, porém, ser considerada verdadeira. Tudo indica que seu “latinório era truncado” mesmo.

Autêntico chefe carismático. Um magistrado, que duas vezes conversou com o Bom Jesus, deixou-nos excelente página a respeito da singular personalidade sertaneja, num trabalho pouco divulgado. Genes Fontes, bacharel do Recife que exerceu a magistratura na Bahia, contou seus dois encontros com o Conselheiro, numa correspondência enviada ao jornal “A República”, do Rio, em 1897. Fixou bem o olhar do místico. “O que lhe dava o tom à fisionomia era o olhar. O olhar boiava”, disse G. F., “naquela abstração vaga, naquela expressão e cisma indefinível que caracterizam os místicos, os sonhadores, os alucinados. Fitava um ponto do espaço, olhando sem ver, absorvido em êxtases”. Assim em 1879, quando houve o primeiro encontro, que terminou com um gracejo do então acadêmico de direito. Em 1881, porém, a situação se apresentava bem diferente. “Senti”, são palavras do juiz, “que lidava com um profeta, com um dominador de multidões. O seu olhar já não tinha a mesma abstração antiga. O hábito de comando tinha temperado o misticismo”. Genes Fontes não teve mais coragem de indagar como fizera anteriormente, de que tamanho era Deus. “Já não me acudiu de modo al-

gum a idéia de repetir qualquer gracejo análogo ao que disse em Lagarto”, confessou. E concluiu, com espírito, após dizer que nunca mais vira o líder carismático: “Cada um de nós seguiu o seu rumo; eu, segundo disse Guerra Junqueiro, para ser como toda gente um bacharel formado, ele, como raríssima gente, um profeta...”.

Somente aconselhava para o bem. Odorico Tavares, entrevistando os sobreviventes de Canudos, meio século depois da liquidação do denominado Império do Belo Monte, apurou a unanimidade das opiniões: “O Bom Jesus foi um santo homem que somente aconselhava para o bem”. Julgamento de coevos que ouviram os conselhos do pregador. Merece registro nesta série de notícias de Antônio Conselheiro, recolhidas aqui, ali e acolá, com a finalidade de fornecer elementos idôneos a quem deseje traçar um perfil exato do maior chefe carismático do Brasil.

Julgamos haver sido em 1876 que Antônio Vicente Mendes Maciel, Antônio Conselheiro de alcunha, também depois cognominado Bom Jesus Conselheiro, apareceu no noticiário da imprensa baiana. Pelo menos foi o que conseguimos apurar até o momento. Vejamos, pois, as notícias divulgadas, no ano acima citado, às quais anotaremos, quando para tanto dispusermos de elementos.

A primeira informação a respeito do Conselheiro figura, a 27 de junho de 1876, no Diário da Bahia. Seu texto é o seguinte:

Antônio Conselheiro

“Conhecido com este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, ¹ um individuo

1. O dr. Cícero Dantas Martins, barão de Geremoabo, político prestigioso no Itapicuru, num artigo publicado, a 4 de março de 1897, no Jornal de Notícias, Bahia, afirmou que o Conselheiro chegara ao seu município em 1874, quando ele se encontrava no Rio de Janeiro como deputado geral. Portanto parece certo considerar, como disse o Diário, que o Conselheiro estava no interior da Província há dois anos.

que se diz chamar-se Antônio Maciel e que nos lugares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponeses.

Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma múmia.²

Acompanhado de duas mulheres, que diz serem professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões que reúne onde lhe permitem os párocos e movendo sentimentos religiosos vai arrebanhando o povo e guiando a seu gosto.³

Revela-se homem inteligente mas sem cultura.⁴

-
2. O pouco aceio e a frugalidade do Conselheiro são traços acentuados em todos os depoimentos a seu respeito. Quase não comia . Alimentava-se de mingau, em prato pequeno, ou de um pouco de peixe.
 3. O delegado de Polícia de Abrantes, Antônio Joaquim Pereira de Azevedo, a 14 de março de 1876, oficiando ao chefe de polícia, dizia que Antônio Vicente estava no distrito de Cipó, acompanhado de dois caudatários, que chamavam apóstolos, ambos de 45 anos mais ou menos e de duas mulheres ditas beatas. Um dos «apóstolos» seria Paulo José da Rosa, que foi preso com o Conselheiro em Itapicuru. Era pessoa de sua absoluta confiança. A ele se dirigiam, inicialmente, todos quantos dessejassem falar com o Bom Jesus. No Instituto Histórico da Bahia há uma carta autógrafa do Conselheiro enviada a Paulo José da Rosa, que faleceu velhinho em Canudos. Supomos que uma das beatas fosse Benta, que acompanhava o Conselheiro em sua permanência na localidade Bom Jesus, hoje Crisópolis.
 4. O delegado de Abrantes, no ofício já citado, escreveu que o Conselheiro era «homem que dizem ser de cor branca, com 40 anos de idade mais ou menos, brasileiro, diz-se chamar-se Antônio Conselheiro, ignorando-se sua procedência porque não se presta a explicações, sem nenhuma instrução, aliás rústico a último ponto, pois segundo me informaram não sabe expressar-se na própria língua». Talvez o jornalista do Diário tivesse tido conhecimento dessa opinião.

Com estas armas, se tem conduzido o auditório a atos de selvageria, obrigando as mulheres a cortarem seus cabelos, queimando os chales e até as botinas, como objetos de luxo condenados pela religião,⁵ também há reedificado templos como aconteceu com a capela da Rainha dos Anjos no Itapicuru e construção de cemitérios.⁶

Esse misterioso, que dizem viera do Ceará e tem percorrido nosso centro, acaba de ser preso pelo delegado de polícia de Itapicuru e é aqui esperado nestes dias, pois foi uma escolta para conduzi-lo.⁷

-
5. Geremoabo declarou que o peregrino pregava contra o luxo. Nas ruas e nas estradas faziam-se montes de chales, vestidos, saias, chapéus de Chile e de feltro, sapatos de trança que eram entregues à voracidade dos incêndios. Nos primeiros tempos, a «doutrina» era contrária ao luxo. Parece que, com o correr dos tempos, diminuiu a intensidade de tal combate.
 6. Segundo Honório Vila Nova, jagunço de Canudos, num depoimento recolhido por Nertam Macedo, Antônio Vicente prometera construir 25 igrejas ou capelas. Cremos que a reedificação da igreja de Rainha dos Anjos, na freguesia de Itapicuru, foi o primeiro trabalho, realizado no período 1874-1876. Quanto aos cemitérios, sabemos, de positivo que, em 1875, Antônio Vicente procurou o vigário da freguesia de Aporá, padre João José Barbosa, oferecendo-se para concluir o cemitério local, iniciado pelos padres lazaristas, desde que a autoridade eclesiástica lhe permitisse rezar terços e pregar. O sacerdote procurou ouvir o vigário capitular, de quem recebeu resposta afirmativa de relação à prática do terço, porém, formalmente contraria à permissão para o Conselheiro pregar. Não sendo atendido em todos seus desejos, Antônio Vicente desistiu de fazer a obra do cemitério e depois, desobedecendo às ordens da Igreja, andou pregando em vários sítios da Freguesia, o que deu motivo a uma correspondência do pároco para a arquidiocese, classificando o procedimento como vil e fazendo muitas outras queixas do «enviado de Cristo».
 7. O Conselheiro foi preso no dia 6 de junho, juntamente com Paulo José da Rosa. A ordem de prisão partira do chefe de polícia da Bahia, dr. João Bernardo de Magalhães, que neste sentido oficiara ao delegado de Itapicuru a 30 de maio. Efetuada a prisão, houve uma exaltação dos conselheiristas, que anunciavam a intenção de atacarem a cadeia para libertarem seu «santo». Diante das ameaças, o delegado pediu força ao chefe de polícia, que, por seu turno, oficiou ao presidente da Província, dr. Luiz Antônio da Silva Neves, tendo S. Excia. determinado a ida de uma tropa de linha, comandada pelo alferes Diogo Antônio Bahia, composta de 15 homens para trazer o preso. A diligência custou aos cofres provinciais a quantia de 111\$500, mandada pagar ao alferes no dia 11 de julho.

Teve do delegado de polícia ordem de prisão em nome do chefe de polícia e donde se achava veio por si acompanhado do povo, que o ouve e atende, recolher-se à prisão e se achará na cadeia de Itapicuru, onde pelo delegado foi posto incomunicável.⁸

Se Antônio Conselheiro não é um grande hipócrita, que sob suas humildes aparências, oculta algum tártufo de nova espécie, não passa de um fanático. Será um criminoso? Dir-nos-á a polícia que ordenou sua captura.” Ainda o mesmo jornal, em sua edição de 7 julho, publicava:

Antônio Conselheiro

Este indivíduo, de que já damos notícia, chegou ontem do Itapicuru.

Desta cidade, depois de interrogado pelo chefe de polícia que nos consta fizera despir a túnica, somos informados que deve seguir para o Ceará, no vapor Pernambuco.⁹

É de crer que para fazê-lo tenha a polícia tido alguma requisição da autoridade daquela província; do contrário seria uma violência, que afinal equivaleria a uma deportação, para a qual não julgamos autorizado o sr. dr. Chefe de Polícia”¹⁰

8. Chamava-se Francisco Pereira Assunção o delegado em exercício, que efetuou a prisão de Antônio Vicente.

9. A 5 de julho, o Presidente da Província oficiou ao agente da Companhia Brasileira mandando dar uma passagem por conta do Ministério da Justiça em nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, bem assim aos dois guardas policiais que iriam escoltá-lo. Na mesma data, o chefe de polícia pediu ao capitão dos portos um escaler para levar ao *Pernambuco* o preso e sua escolta.

10. Sendo o Diário da Bahia um jornal oposicionista, porque defendia a política liberal contra os conservadores no poder, aproveitou o ensejo para criticar a medida do dr. João Bernardo de Magalhães.

Duas outras gazetas soteropolitanas, no mesmo dia, com idêntico título, divulgaram a notícia da prisão e do envio do Conselheiro para Fortaleza, no Ceará. Foram elas: o Jornal da Bahia e o Correio da Bahia. Eis, respectivamente, como saíram as notas, que indicam a mesma procedência de informações:

Antônio Conselheiro

“No Pernambuco seguiu ontem para a Província do Ceará, a fim de ser ali presente ao sr. Chefe de Polícia¹¹ o indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro, que apareceu em diversos lugares do interior desta província¹² e ultimamente na

11. O chefe de Polícia do Ceará era o dr. Vicente de Paula Cascais Teles, a quem seu colega da Bahia, em ofício de 5 de julho, apresentou o Conselheiro, que julgava um criminoso foragido. Em virtude, porém, da situação que o mesmo criara no interior da Província, caso não fosse um criminoso, pedia para ele as vistas constantes das autoridades cearenses a fim de impedir sua volta à Bahia.

12. Até então, pelo que nos foi possível averiguar, o Conselheiro percorrera as freguesias de Itapicuru, Araçás, Barracão, Abrantes, Aporá. Há notícias seguras da sua presença em vários lugares das mencionadas freguesias. No termo do Itapicuru, conforme já vimos, seu aparecimento ocorreu em 1874. Chegou numa terça-feira, adianta tradição ainda corrente, tendo ficado com seus seguidores numa casa abandonada de um sr. Miguelzinho, defronte da residência do major Boaventura da Silva Caldas, apelidado *seu Boa*, comerciante e fazendeiro, delegado de Polícia. Ausente da vila no dia da chegada do Conselheiro, o delegado ao regressar de sua propriedade achou que o sossego público estava prejudicado com a algazarra dos conselheiristas, que rezavam o ofício de madrugada. Antônio Conselheiro, advertido pelo major Boa, aconselhou prudência ao seu pessoal, porém não foi atendido. Criou-se um clima de inquietação. Os recém-chegados e seus adeptos locais começaram a hostilizar o delegado, espalhando que, por castigo, cairiam os dedos da mãos de quem fosse comprar na loja do major. O vigário da paróquia, adversário político do barão de Geremoabo de quem o delegado era correligionário e amigo, censurou, do púlpito, a ordem de proibição das rezas. O padre Agripino da Silva Borges fazia sua politicazinha. O jardim da casa de morar de Boaventura Caldas amanheceu um dia cheio de «cacetes», o que representava a mais decidida hostilidade. A autoridade apelou para o chefe de Polícia. Um alferes foi buscar o Conselheiro, que atravessou o rio Real e indo

Missão da Saúde, termo de Itapicuru, dizendo-se enviado de Cristo e afetando grandes virtudes, com os pés descalços, os cabelos da cabeça e da barba extremamente crescidos e vestido com uma túnica azul.

Esse indivíduo conseguiu insinuar-se no ânimo da população e adquiriu fanáticos adeptos pelas doutrinas supersticiosas que pregava.¹³

S. Exa. Revdma, o sr. vigário capitular, requisitou ao sr. dr. Chefe da Polícia a prisão deste hipócrita, por haver as mais fundadas suspeitas de ser ele um dos célebres foragidos do terrível morticínio que deu-se no Ceará em novembro de 1872 e cuja prisão foi recomendada pelo dr. Chefe de Polícia daquela província.¹⁴

pregar em Campos, na vizinha província de Sergipe. Malograra-se a deligência policial. Já relatamos, sucintamente, o caso de Aporá, onde o vigário terminou desautorado. Na freguesia de Araçás, revestiam-se os fatos de maior gravidade. Três pessoas teriam perdido a vida num dos momentos em que o Conselheiro pregava e uma mulher foi tomada de alucinação. Finalmente, na freguesia do Barracão, cujo vigário, padre João Alves da Silva Paranhos, em maio de 1876, considerava-se ameaçado pelo «inculcado penitente».

13. Em Cipó, conforme o delegado de Abrantes, o Conselheiro trazia consigo as imagens do Crucificado e de N. Senhora, colocando-as sobre uma mesa para os fiéis beijá-las e depositarem esmolas ao lado.

14. A prisão de Antônio Conselheiro foi, realmente, por causa do pedido do vigário capitular. Historiemos os fatos consultando os arquivos do Estado e da Igreja da Bahia. A 17 de março de 1876, o sr. Chefe de Polícia remeteu ao vigário capitular um ofício do delegado de Abrantes referente ao que estava o Conselheiro fazendo no distrito de Cipó, ao tempo em que solicitava informações a respeito de uma alguma autorização concedida pelo vigário da freguesia do Divino Espírito Santo de Abrantes para a prática de tais atos. Imediatamente, dirigiu-se o monsenhor ao cônego Emílio de Santana Pinto pedindo as necessárias informações. No mês seguinte, já era o vigário capitular quem se dirigia à autoridade policial da Província transmitindo um ofício-queixa do vigário de Senhor Deus Menino dos Araçás, justamente preocupado pelo que se estava desenrolando em sua jurisdição eclesiástica com a presença de Antônio Vicente. Em maio, de novo, um pároco sertanejo apresentava, com cores fortes, a situação de sua paróquia, pedindo a intervenção do chefe de Polícia. Denunciava o vigário do Barracão

Antônio Conselheiro recusou obstinadamente responder ao interrogatório que lhe foi feito na Secretaria de Polícia, sendo por isso enviado para o Ceará a fim de ser ali processado.¹⁵

O sr. dr. Chefe de Polícia é digno de louvor pela importante prisão que acaba de realizar”.¹⁶ (Jornal da Bahia).

Antônio Conselheiro

“Seguiu ontem no vapor nacional Pernambuco, a fim de ser apresentado ao sr. Chefe de Polícia do Ceará, o indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, e de quem já se ocupou a imprensa desta terra.”¹⁷

Este indivíduo apareceu em diversos lugares desta província e ultimamente na Missão da Saúde, no termo do Itapicuru, dizendo-se um enviado de Cristo e afetando, com a maior hipocrisia, grandes virtudes, com

que o Conselheiro, vindo pela segunda vez à freguesia, mostrava-se mais audacioso, faltando com respeito à sua autoridade de sacerdote, bradando que ninguém poderia impedi-lo de pregar, declarando-se garantido. Temia o padre José Alves da Silva Paranhos graves acontecimentos, recordando o que sucedera, em 1874, no Itapicuru. Não se fez demorada a ação do responsável pela Arquidiocese. Pediu «as providências julgadas necessárias». O ofício traz a data de 26 de maio. A 30, respondia-lhe João Bernardo de Magalhães declarando que mandara força para a vila do Conde e dirigira-se ao delegado do Itapicuru mandando prender o indivíduo de nome Antônio Conselheiro.

15. Lê-se no ofício do chefe de Polícia ao do Ceará: «mandei buscar à capital onde obstinadamente não quis responder ao interrogatório que lhe foi feito, como V. S. verá no auto junto».
16. O Jornal da Bahia era da situação dominante, donde seu aplauso ao ato do dr. Magalhães, que o órgão liberal pusera em dúvida.
17. A que notícia se referia o Correio da Bahia, a 7 de julho? Como não houvéssemos encontrado qualquer registro anterior ao do Diário de 27 de junho, admitimos ser esse o noticiário a que se reportava o Correio da Bahia.

os cabelos crescidos sobre os ombros e as barbas longas, metido em uma túnica azul, de pés descalços; insinuando-se no ânimo da população daquela localidade, pregando doutrinas errôneas e supersticiosas com o que adquiria fanáticos adeptos e desmoralizando em suas prédicas as autoridades e até os vigários.

Contra esse escândalo reclamou providências o exmo. sr. vigário capitular ao sr. dr. Chefe de Polícia, que tendo as mais fundadas suspeitas de ser o indivíduo em questão um dos célebres criminosos do terrível morticínio que deu-se no Ceará em novembro de 1872, cujos autores em grande parte andam foragidos, tendo sido a captura deles recomendada pelo dr. Chefe de Polícia daquela província, mandou buscar a esta capital e fez seguir com o destino acima dito.

Antônio Conselheiro chegado à secretaria de polícia, negou-se obstinadamente a responder o interrogatório que lhe foi feito.

Quem não se tiver esquecido do célebre Maurer, que como Antônio Conselheiro apareceu dizendo-se Messias, quem lembrar-se de que está quente o sangue das vítimas de que foi causa este perturbador da ordem pública na província do Rio Grande do Sul, certamente não poderá deixar de reconhecer o acerto da providência tomada pelo digno chefe de polícia desta Província.”¹⁸ (Correio da Bahia).

18. A advertência do jornalista baiano era profética. Previa a tragédia sertaneja de 1897, que tantas vidas ceifou. O Maurer invocado era João Jorge Maurer, colono no Rio Grande do Sul que, juntamente com sua esposa, Jacobina Mentz, praticante anabatista, dirigiu o movimento dos mukers, no sul do País que terminou sendo destruído pelas forças governamentais. A respeito do assunto há um livro do pe. Ambrósio Schupp, intitulado. *Os mukers*. No seu trabalho sobre o Messianismo no Brasil e no Mundo, Maria Isaura Pereira de Queiroz estuda a manifestação messiânica do Rio Grande do Sul.

DA TABA DE SERIGY
AO BALÃO DO PORVIR:
representações sobre
índios em Sergipe no
século XIX.¹

BEATRIZ GÓIS DANTAS
Antropóloga e Pesquisadora

O índio comporta, na atual sociedade sergipana, uma multiplicidade de representações. Assim é que um índio emplumado figura nos documentos oficiais fazendo parte do selo do Estado, a ascendência indígena por via materna é invocada por parte da população local, mas, paradoxalmente, o termo “índio” na linguagem popular é sinônimo de “maloqueiro”, vocábulo dicionarizado com forte conotação negativa, que contrasta fortemente com o índio das nossas origens idealizado como ser dotado de atributos positivos, a exemplo de valentia e altivez .

Diante dessa multiplicidade de representações, que não se constitui num inventário mas tão somente numa exemplificação, a proposta deste trabalho é identificar matrizes de construção de algumas dessas imagens através de diferentes elementos discursivos e iconográficos produzidos por intelectuais de Sergipe na segunda metade do século XIX, em consonância com o ideário do Romantismo.

1 Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da Associação de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), no GT História Indígena e do Indigenismo, Caxambu, MG, Outubro de 1995. Após a escrita do texto, que não foi publicado, surgiram importantes trabalhos versando sobre questões aqui levantadas, com os quais este texto não dialoga, pois, afora pequenos reparos, foi mantida a formulação original.

Propondo o reencontro com o outro da modernidade: o “homem natural,” uma nova relação com a natureza, a valorização do mítico, do popular e do passado, o Romantismo fez com que o brasileiro aí encontrasse as sugestões para uma volta às origens, gerando interesse pela história local, pelo folclore enquanto criação popular e pelo índio, o nosso homem primitivo.

Nesse contexto, em que a Independência do Brasil e o Império se fundem num mesmo movimento, a tematização do índio se faz segundo vertentes diferenciadas, comportando múltiplos discursos e imagens diversas, a exemplo da idealização do índio morto e a desqualificação do índio vivo e real (Cunha, 1992; Amoroso e Saez, 1995).

Como esse movimento se passa nas províncias do Império? Mais especificamente, como é trabalhado o tema índio pela intelectualidade de uma pequena província do Nordeste como Sergipe, onde médicos, advogados, funcionários públicos, professores, fazendeiros etc. casando a rotina de suas atividades profissionais com as artes da escrita, conseguiram de alguma forma divulgar as suas obras de poesias, romances, novelas, memórias, narrativas históricas e ensaios de natureza diversa? O jornal é um dos mais freqüentes veículos de divulgação dessa produção, somando-se a ele os almanaques e os livros impressos na província de Sergipe ou da Bahia e, mais freqüentemente, no Rio de Janeiro. Por seu turno, circuitos populares também tematizam o índio difundindo imagens e símbolos. Considerando a riqueza do material até então identificado em fontes impressas, obras de arte, iconografia, ritos populares, etc. apresento um mapeamento preliminar dessa produção local que trata do índio em Sergipe entre 1860 e 1900 e trabalho, mais detidamente, com um escrito ofertado ao Imperador em sua passagem pela Província, procurando analisá-lo como um mito de origem de Sergipe, um reservatório de imagens sobre índios com que se constroem, posteriormente, já durante a República, símbolos oficiais do Estado.

Representações são aqui entendidas de modo bastante abrangente incluindo percepções, falas, imagens, mitos, símbolos

que fornecem aos grupos referenciais por meio dos quais eles constroem uma identidade coletiva, que pressupõe conhecimento e reconhecimento. Dessa forma é que “*através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece as distribuições de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns*” (Baczko, 1985:309), e fornece elementos gestores de sentido e norteadores de interpretações para as ocorrências da vida cotidiana e para a ação.

1 - O Imperador visita Sergipe: viagem e conhecimento.

Sergipe foi incluído no roteiro de viagem do Imperador às províncias do Norte, cuja justificativa, apresentada na Fala do Trono de 1859, reportava-se à necessidade de melhor conhecer o Império tendo em vista implementar melhoramentos morais e materiais (Lira, 1977). Entre outubro de 1859 e fevereiro de 1860, Dom Pedro II, acompanhado da Imperatriz e comitiva, visita o Espírito Santo, a Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Nesta última província, onde chega a 11 de janeiro, demora-se cerca de 10 dias e visita as cidades de Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim e Estância, o povoado de Barra dos Coqueiros, a vila de Itaporanga, o engenho Escurial e o canal que deve ligar os rios Pomonga e Japarutuba. A estas localidades acrescenta-se ainda Propriá, Vila-Nova e Ilha de São Pedro, povoações ribeirinhas visitadas pelo imperador em seu percurso de viagem à Cachoeira de Paulo Afonso, no final de 1859 (Pedro II, 1953; Galvão, 1860).

Nessas visitas o Imperador demonstra seu interesse em colocar-se a par do desenvolvimento moral e material da província inspecionando repartições públicas, arguindo alunos em escolas, visitando engenhos e projetos de canalização de rios e, por fim, criando o Imperial Instituto de Agricultura de Sergipe. Este é tido como um dos principais instrumentos para alavancar o progresso, que para Sergipe, província eminentemente agrícola, na voz das elites locais da década de sessenta significava: “maquinismo, estradas e canais, coloniza-

ção, escola agrícola, crédito rural” (Mott,1986:157). Progresso que fazia parte do ideário local como meta a ser atingida vencendo-se o estado de crise, permanentemente apregoado pelas elites que reivindicavam, insistentemente, o concurso do governo para debelar a estagnação da agroindústria, principal fonte de riqueza local.

Nesse contexto, a viagem do Imperador às províncias do Norte, como então se dizia, se era para o monarca ilustrado uma busca de conhecimento sobre seus domínios e de fortalecimento do poder real, era para a pequena província de Sergipe uma oportunidade de dar-se a conhecer e também de conhecer-se. Conhecimento que, não raro, vinha associado ao sentido prático. A intenção de sistematizar informações e produzir conhecimentos para subsidiar ações está explicitada no livro *Apontamentos Históricos e Topográficos Sobre a Província de Sergipe*, escrito por Antônio José da Silva Travassos, que oferece o manuscrito ao Imperador em 1860, quando de sua passagem por Sergipe. Invocando o interesse do Monarca pelo desenvolvimento do Império, argumenta que:

“...um dos embaraços a vencer para chegar à realização dos bons desejos que animam a V.M.I., é a falta de conhecimentos topográficos detalhados de cada uma das nossas Províncias, porque sem isso é difícil acertar na apreciação dos melhoramentos de que é susceptível cada uma delas; e ainda mais difícil acertar na escolha e adoção de um plano, pelo qual se determine, quais os melhoramentos mais urgentes, e quais os mais próprios a acelerar o movimento industrial, e o movimento da riqueza pública e particular.” (Travassos, 1915:83/84).

Afirmando que em relação a Sergipe não há planta de seu território e dos rios, oferece ao Imperador os apontamentos sobre sua história e topografia desejoso de com ele auxiliar as “*patrióticas vistas de V.M.I.*” e prestar um serviço à sua terra natal. Situa-se assim o texto de Travassos no limite entre agir no presente tomando o passado como fonte de referência e conhecimento.

2 - O texto e seu autor

Apontamentos Históricos e Topográficos Sobre a Província de Sergipe tem como abertura uma justificativa de oferecimento ao Imperador e uma nota preliminar onde se reporta ao modo como foi feito o trabalho.

Preocupado em proclamar a exatidão das suas informações, acena para as discrepâncias entre elas e aquelas que diferentes tratados de geografia têm dado sobre Sergipe, e invoca como bases do seu trabalho “*não só o conhecimento e inspeção ocular,*” como o “*exame de documentos particulares, e oficiais existentes nos cartórios mais antigos, e nos mais antigos arquivos das Municipalidades da Província*” (p.84). Era pois, na sua vivência associada ao trabalho de campo (não na perspectiva dos antropólogos, mas no sentido dos engenheiros e topógrafos com quem trabalha por alguns meses) e na prova testemunhal dos velhos manuscritos – que diz consultar mas que não cita – que invoca legitimidade para o seu trabalho, aproximando-o, como fica claro no título, dos estudos históricos e topográficos. Ao declarar seus métodos está fornecendo indicadores sobre o modo de elaboração de seu trabalho, mas ao mesmo tempo coloca seus limites ao declarar que não se trata de “*obra perfeita, porque tal não poderia sair das mãos de um fazendeiro rústico*” (p.84). Ao identificar-se como integrante do patronato rural está definindo um lugar social para si e para sua produção, lugar em função do qual se delineiam os interesses e se organizam questões a serem trabalhadas.

Descendente de nobre linhagem portuguesa, José Antônio da Silva Travassos (1804-1872) foi proprietário rural no município de Japarutuba, atividade que vai aliar aos trabalhos do foro em Santo Amaro, sendo nomeado Tabelião de Judicial e Notas (1825-1833), cargo que o põe em contato com os cartórios. Mais tarde, troca essa vida pacata pela advocacia e pela política, chegando a ser um dos chefes locais do partido liberal. Tornou-se membro do Conselho Geral da Província, deputado provincial em duas legislaturas (1848/

49 e 1856/57). Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e Comendador e Oficial da Imperial Ordem da Rosa. Fundou e redigiu dois jornais de vida curta (*A Voz da Razão* - 1854/1856 e *O Conciliador* - 1856/57). Além do trabalho aqui focado deixou dois outros textos publicados sobre a navegação de rios de Sergipe, tema do qual se ocupou durante longos anos, além de manuscrito sobre a política de Sergipe².

Identificando na precariedade do sistema viário da Província um empecilho ao desenvolvimento do comércio e indústria locais, prejuízos que deveriam também afetá-lo enquanto produtor rural do vale do Japarutuba, onde a pujante produção açucareira enfrentava problemas de escoamento devido à precariedade da barra do rio (Almeida, 1984), desde o final da década de 20 mostrava-se interessado no sistema hidrográfico de Sergipe (Freire, 1977:285) e na abertura de canais para ligar rios e ampliar sua navegabilidade. Por não comportar os poucos recursos provinciais o ambicioso projeto que previa a ligação entre o São Francisco e o Real, rios que delimitam as fronteiras norte e sul da então província de Sergipe, realiza estudos para a ligação do Pomonga ao rio Japarutuba e faz contratos com o governo para a realização de tais serviços (Travassos, 1915:102). Esta idéia matriz da canalização dos rios, apresentada como o requisito para o desenvolvimento, perpassa o texto que, a meu ver, tem uma dupla leitura: de um lado é o escrito de um fazendeiro liberal e progressista que visa seduzir o Imperador para seu projeto, do qual se beneficiará enquanto fazendeiro e como potencial contratante de tais obras junto ao governo³. De

2 Os dados biográficos do Autor estão conforme Guaraná (1925: 24). Este dá a impressão que Travassos troca a sua condição de proprietário rural pela de notário, mas ele se declara fazendeiro em 1860, e como tal se identifica no texto. Travassos fez parte da Comitiva que recepcionou o Imperador em Vila-Nova (Galvão, 1860).

3 Travassos, anteriormente, firmara contratos com o governo para a execução de tais obras e reclama, em seu texto, por ter sido preterido.

outro, constitui-se numa sistematização de informações, numa organização da representação do passado, numa tentativa de instaurar inteligibilidade sobre a sociedade local apresentando-se no cenário intelectual sergipano, segundo as palavras de José Silvério Leite Fontes, como “*o primeiro trabalho que demonstra uma preocupação historiográfica e consciência de individualidade histórica da província*” (Fontes, 1972:4). Dessa perspectiva, Travassos é um intelectual que vai expressar um pouco das preocupações do seu tempo. Essa “individualidade histórica” era algo que começava a esboçar-se como uma necessidade sentida pelas elites locais ciosas de marcar a distintividade da província de Sergipe que, somente em 1820, havia se tornado independente da Bahia. No mesmo ano em que Travassos oferece ao Imperador seus *Apontamentos*, uma resolução do Governo Provincial (Res. 584 de 20/04/1860) institui um prêmio para quem escrever uma história de Sergipe, tema que será retomado no início da década de 70, quando Sílvio Romero apresenta à Assembléia Provincial um projeto no mesmo sentido (Silva, 1992: 11). O trabalho de Travassos, oferecido ao Imperador sob a forma de manuscrito, aparece em letra de forma em 1875, no Rio de Janeiro⁴ e, vai constituir-se num texto exemplar no sentido de que, enquanto narrativa histórica, provê a sociedade de uma representação sobre suas origens e evolução, apontando para uma identidade social que diferencia Sergipe de outras províncias. É um texto exemplar também como fonte de referência e inspiração para artistas e escritores de diferentes matizes, constituindo-se ainda num reservatório de idéias e imagens que serão retrabalhadas transformando-se em símbolos.

Inicia-se o texto com a descrição dos limites, extensão do território, barras de rios, a divisão administrativa, judiciária e eclesi-

4 Além dessa publicação apareceu nos jornais Correio de Sergipe em 1907, no Estado de Sergipe em 1912 (Guaraná, 1925) e, em 1915, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

ástica. Segue com a constatação da ausência de cartas topográficas sobre a província, reportando-se ao trabalho por ele realizado, com ajuda do governo, com o objetivo de mostrar o sistema de canalização dos rios navegáveis. Abruptamente a narrativa que se fazia no presente é transposta para o passado, e recua para 1590, marco da conquista de Sergipe. É como se fizesse o confronto do presente com uma origem que remete aos índios. Após essa inflexão no tempo, o texto segue apresentando uma cronologia linear dos fatos sobretudo políticos e administrativos do século XVI ao início da segunda metade do XIX, fatos que vão sendo anunciados segundo a seqüência dos governantes. Aqui e acolá, algumas informações sobre rios e canalizações são ajuntadas e realçadas, ora para mostrar a necessidade de tais trabalhos, ora para criticar a forma como estão sendo executados. Finaliza diagnosticando as raízes da crise vivida por Sergipe, atribuindo-a, sobretudo, aos métodos rotineiros de exploração do solo e fabrico do açúcar e à falta de capitais, invocando o concurso do governo para resolvê-los.

Interessa diretamente a este trabalho a narrativa referente aos índios, a qual constitui pouco mais de três páginas dentre as quarenta e uma que compõem o texto⁵, que se inicia com o relato de fatos localizados em 1590.

3 - Rios e caciques na trama das origens

“No ano de 1590, Cristóvão de Barros, governador interino da Bahia, fez uma excursão ao norte daquela província, então capitania, constando o seu comboio de duas Embarcações de pequenas lotações, sendo acompanhado por alguns amigos, entre os quais Pedro de Abreu Lima, e Ayres da Rocha, trazem-

5 - Trabalho com a publicação feita na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 3, 1915. Nas transcrições aqui feitas atualizo a grafia das palavras.

do também algumas praças, armamento, e munições. Sofrendo uma tempestade no mês de Outubro do dito ano, foi forçoso abrigar-se entrando na Barra do Cotinguiba. Presenciada a sua entrada pelos indígenas habitantes daquelas praias, e receosos estes de serem atacados, lançaram mão de suas armas, e conservaram uma atitude de reação” (p.86).

A narrativa de Travassos sobre a incorporação do atual território de Sergipe à ordem colonial é tão espantosamente idílica que, confrontado com outros escritos, chega a gerar dúvidas se o autor se refere mesmo aos feitos militares que marcam a conquista de Sergipe⁶. Malgrado a existência de discordâncias diversas, não me proponho a ajuizar sobre a correspondência entre o relato e os fatos acontecidos. Vou tomá-lo simplesmente como um escrito que articula uma explicação sobre as origens de Sergipe, incorporando representações sobre os índios.

Travassos não fala de conquista. A expedição de Cristóvão de Barros é descrita como um excursão que ele faz acompanhado de amigos, trazendo também, como se fossem acessórios, “*algumas praças, armamentos e munições*”. Apresenta a entrada da expedição na barra do Cotinguiba como algo circunstancial devido ao mau tempo.

Neste ponto a descrição da ação é interrompida para dar lugar à indicação primitiva da distribuição dos índios pelo espaço que constitui o atual território de Sergipe. Os rios ganham uma dimensão simbólica que extrapola de muito a sua condição de acidentes geográficos, transformando-se em marcos, limites entre domínios dos caciques, cujos nomes se confundem com o dos rios.

“Então o território dividia-se em seis departamentos, sendo os comandantes ou caciques dessas divisões: Moribéca, que marcava seu limite entre o rio Itapicuru e Vaza-barris, Sergipe,

6 Sobre a conquista de Sergipe ver, por exemplo, Frei Vicente do Salvador, 1982:254

que dividia seu distrito entre os rios Vaza-barris e o de Sergipe, a quem deu nome, e é um dos que forma a barra da Cotinguiba, e o seu confluente mais notável. Siriri, cujo limite era marcado entre o Rio Sergipe e Siriri, a quem deu o nome, sendo este um dos afluentes da barra do Japarutuba. Japarutuba, que tinha seu distrito, entre aquele Rio Siriri e o Rio Poxim do norte, confluente do Rio São Francisco. Pacatuba, cujo distrito era marcado pelo dito Rio Poxim, estendendo-se ao norte, até o Rio de São Francisco, subindo a margem direita deste Rio, até a Serra da Tabanga. Pindaíba, que fazia seu distrito na Serra da Tabanga, seguindo o dito Rio até o Riacho Tamanduá, onde hoje dividem-se as províncias de Sergipe e da Bahia” (pp.86-87).

Além de delimitar minuciosamente os territórios de chefes indígenas com base na rede hidrográfica do estado, ele sedia cada um dos caciques, estabelecendo local de aldeia, evocando, por vezes, tradições caras e fortemente arraigadas no imaginário dos sergipanos, como as lendárias minas de prata da serra de Itabaiana. Por outro lado vai estabelecendo pontes entre o passado e o presente, fornecendo referências sobre locais da antiga e da atual ocupação.

“Tinha Moribéca a sua sede na Serra da Miaba, entre as vilas de Itabaiana e Lagarto, e é naquela onde se diz darem-se vestígios de Minas de prata, e há na Província tradição antiga de ter enriquecido um descendente daquele cacique, que negociava para a Bahia com prata extraída do dito lugar. O cacique Sergipe tinha seu assento no Aracaju; Siriri, junto à Vila do Rosário, onde foi o Engenho Velho do Saco; Japarutuba, no lugar Canavieirinhas, à margem do Rio Japarutuba merim; Pacatuba no lugar da Freguesia deste nome; e Pindaíba na Ilha de São Pedro do Porto da Folha “(p. 87).

Ao retomar a descrição dos fatos que teriam ocorrido em 1590, informa sobre uma embaixada dirigida ao cacique Sergipe, que ti-

nha ascendência sobre outros caciques, e este, no mais puro estilo do altivo e nobre guerreiro, a rejeita – o que equívale a uma declaração de guerra⁷. Vencidas as tentativas de negociação, irrompem as hostilidades. Na luta, que não resultara de uma ação planejada, muitos morrem, entre os quais o cacique Siriri, enquanto Sergipe, feito prisioneiro, prefere a morte à perda da liberdade.

“Guarnecidas as praias de um e outro lado da Barra da Cotinguiba, pelos indígenas, e tentando Cristóvão de Barros saltar a terra, mandou primeiramente um língua com embaixada dirigida ao cacique Sergipe. Foi respeitado o embaixador, pelo qual mandou Sergipe dizer a Cristóvão de Barros que se retirasse, e que só depois de morto ele, e toda a sua gente, seria então cedida a localidade. Debalde foram tentados por Cristóvão de Barros, os meios brandos e suasórios, o que tudo sendo desprezado por Sergipe, e seu irmão Siriri, que guarnecia o lado esquerdo do Rio, romperam as hostilidades.

Naqueles ataques morreram, não só Siriri, como muitos, de seus companheiros, e sendo prisioneiros outros com Sergipe, veio este no fim de poucos dias falecer não querendo comer, e desprezando tudo quanto se lhe oferecia” (p.87).

Após fundar um povoado e uma capela, Cristóvão de Barros segue para o norte sem encontrar resistência alguma. Os caciques da região – Japaratuba, Pacatuba e Pindaíba – à medida que ele se aproxima das suas aldeias, vêm entregar-se “*poupando a guerra*”. A narrativa é preñhe de detalhes sobre o encontro de índios que depõem as armas em sinal de paz:

7 - Merece registrar que desafios semelhantes aparecem, sob a forma de embaixadas, em autos populares em que grupos encenam lutas, como é o caso dos Lambe-sujos (negros) e Caboclinhos (índios) e nas Cheganças em que se digladiam cristãos e mouros, folguedos ainda realizados em Sergipe e bem mais difundidos no passado.

“Quando estava no sítio do finado Siriri, apresentou-se-lhe o Japaratuba, acompanhado de 12 índios, todos armados de arcos, e setas.

O pequeno número não inquietou a Cristóvão de Barros, e aproximando-se o grupo, em distância de alguns passos, deu Japaratuba um grito, ao qual lançaram seus soldados as armas no chão, e bateram palmas, ficando o cacique armado.

Cristóvão de Barros, o arremedou, fazendo chegar igual número de soldados a forma, largando depois as armas, e batendo palmas. A este reconhecimento seguiu Japaratuba sempre armado, e dirigindo-se ao governador, este lhe ofereceu o língua, e então soube que Japaratuba vinha entregar-se, e aos seus, poupando a guerra. Aí contratou o dia, em que o governador com a sua comitiva devia achar-se em seu aposento e retirou-se, mandando guias nas vésperas do dia designado. Chegando Cristóvão de Barros ao aposento de Japaratuba, o recebeu este com festim, cânticos, e toques de rudes instrumentos, comedoria que constava de arroz cozinhado no chão, e caça assada, e bebida, que vinha a ser uma infusão fermentada composta de mandioca, e mel de abelha. Já então os indígenas de Sergipe possuíam mandioca, milho e arroz“. (p.88).

Após dar conta do encontro extremamente ritualizado entre caciques indígenas e o branco, das festas e dos alimentos, Travassos informa sobre a organização dos aldeamentos aos quais foram doadas terras e ferramentas, enquanto o governo era entregue àqueles que já os dirigiam, recebendo então o título de capitão-mor. Dando um salto no tempo, chega ao século XIX, momento em que escrevia, para informar sobre a existência de índios muito mesclados em quatro aldeias e sobre o desaparecimento de uma delas na primeira metade do século XIX. Encerra filiando todos os índios de Sergipe aos Tupinambá, portanto, aos Tupis.

“Fez o governador aldeamentos, aos quais foram concedidas terras, prestou-lhes ferramentas, incumbindo o governo das Aldeias a aqueles que já as dirigia, dando-lhes título de capitão mor, que foram conservando seus sucessores, preferindo-se os descendentes, e isto se praticou até a publicação do Decreto número 426 de 24 de julho de 1845. Ainda existem índios já muito mesclados nas Aldeias de Pacatuba, São Pedro do Porto da Folha, Água Azeda, e Geru. A de Japarutuba, aparecendo em 1704 uma epidemia no lugar da Aldeia, foi esta desamparada pelos índios, sendo seu terreno arrematado para a Coroa. (...) no ano de 1824 desapareceram dali os índios, seguindo os poucos, que restavam, para a Pacatuba, e eram os índios de Sergipe, todos da Tribo Tupinambá “(p.89).

Na narrativa de Travassos sobre as origens de Sergipe, rios e caciques assumem um destaque especial. Imbricam-se personagens dados como históricos e acidentes naturais. Os mesmos nomes designam com frequência, a um só tempo, cursos de água e homens. Os primeiros, elementos da natureza, mas sobrecarregados de sentido enquanto delimitam domínios territoriais sobre os quais chefes indígenas exercem seu poder; os segundos são caciques guerreiros que, face ao branco, terão atitudes diferentes. Sergipe reage, mas num gesto de nobreza que inclui respeito ao inimigo, aceita receber o embaixador dos brancos para em seguida rejeitar a proposta de paz. Vencido na luta, recusa-se a viver como prisioneiro, buscando na morte a liberdade. Diversa é a atitude dos outros caciques: Japarutuba, Pacatuba, Pindaíba e Moribeca que, para evitar a guerra, depõem as armas e fazem aliança com os brancos. A festa comemorativa do encontro é a metáfora da conciliação e do entendimento. Nos locais das suas antigas tabas erguem-se os aldeamentos, onde ainda restam “*índios muito mesclados*” fadados a desaparecerem como aconteceu, recentemente, com o aldeamento de Japarutuba.

Nessa narrativa, não obstante o tom de idealização do encontro entre brancos e índios, encontram-se subjacentes duas faces da conquista/colonização: uma expressa pela guerra, apenas referida, a outra pela aliança, nomeada e detalhadamente descrita. Na primeira sucumbem Siriri e Sergipe. Ela leva à morte. Na segunda sobrevivem os caciques aliados e seu povo. Ela leva ao aldeamento. Diria que os dois grupos de caciques emblematicamente representam duas posturas diante da civilização: a rejeição – protagonizada pelo cacique Sergipe que põe a liberdade acima de tudo e morre para ceder lugar à civilização; a aceitação/contemporização – protagonizada pelos caciques aliados, em que uma difícil e precária convivência permite a sobrevivência do grupo com perda da liberdade e da “pureza original”. O contato com a civilização leva à domesticação e à mistura e, por aí, ao desaparecimento. A constatação de que nos aldeamentos: “*ainda existem índios já muito mesclados*” é indicativa desse destino inexorável a que se encontra fadado o índio.

Significativamente é o cacique Sergipe, o que se deixa morrer na luta defendendo a liberdade, que é idealizado, pintado com as cores românticas e idílicas do nobre selvagem, que heroicizado empresta seu nome ao Estado. Quanto aos índios aldeados/mesclados não há maiores avaliações. Informa apenas, numa rápida passagem relativa à vila de Tomar do Geru, que “*não sabiam ler e por isso assinavam com uma cruz*” (Travassos, 1915: 93), o que pode sugerir a inadaptação do índio à civilização. Talvez aqui esteja uma matriz local das representações díspares sobre o índio em Sergipe: o “*puro*” e morto exaltado; o vivo e “*mesclado*”, domesticado sendo identificado com o pólo negativo dessa essência adulterada. Essa negatividade, que não é trabalhada por Travassos, é muito forte em outras fontes, sobretudo em correspondências enviadas por fazendeiros às autoridades, onde os índios aldeados são representados como mestiços e desordeiros (Dantas, 1988a).

Retornando ao texto de Travassos, que trabalha o encontro entre índios e brancos no momento inicial da conquista, sou levada a vê-lo como um mito de origem de Sergipe, não significando com isto que seja um versão falsa, mas no sentido de que é:

“ uma história ou série de histórias que explicam como o grupo começou a existir, de que modo chegou ao ponto em que se encontra, como e porque se distinguiu de outros grupos análogos existentes nas proximidades. Tais mitos de origem podem ser, e muitas vezes são, totalmente fantásticos, mas nem sempre é assim. Um mito de origem que fornece um fundamento institucional para a “nossa” existência atual, como grupos de indivíduos que partilham interesses e aspirações comuns, pode corresponder à realidade histórica no sentido de que os acontecimentos referidos podem ser comprovados, mas a forma como a história é perpetuada é sempre etnocêntrica” (Leach, 1985:145).

É ao engendrar uma explicação, sobrecarregada de sentido, sobre o “nós” sergipano, que o texto de Travassos pode ser lido como um mito de origem, mito, talvez, indissolivelmente enredado na historiografia (Carvalho, 1990 :13).

Enquanto mito fundante da sergipanidade, ele tem suas raízes mergulhadas no ideário do Romantismo. Além da procura e da construção do saber sobre o local, a exaltação do índio, não do índio real e do presente, mas do índio morto do passado é traço bem ao gosto dos românticos que idealizam aqueles que haviam sido extintos. São estes que “figuram por excelência na auto-imagem que o Brasil faz de si mesmo. É o índio que aparece como emblema da nova nação em todos os monumentos, alegorias e caricaturas” (Cunha, 1992:136). Aparece também na literatura, na pintura, na escultura e nos ritos populares.

4 - Na trilha dos índios

Em Sergipe a temática indígena trabalhada no campo das artes apresenta um repertório de obras nada desprezível. Um apanhado geral do material até então identificado permite mapear o interesse pelo índio por parte da intelectualidade sergipana da época⁸

Em 1851, dois poemas de Constantino José Gomes de Souza – “*O Canto do Índio*” e “*O Índio Misterioso*” – eram incluídos no livro: “*Hinos de Minha Alma*”. Em 1860 o poeta Elisiário Lapa Pinto saúda o Imperador Pedro II com o poema “*Festa da Liberdade*”. Do mesmo ano é o longo poema “*Seregipe*”. O mesmo autor teria publicado outro poema intitulado “*Itaporanga*”, do qual não se dispõe de cópia. Em 1863 publica-se “*A Índia*” poesias de Geminiano Paes. 1874 marca o início da publicação de “*Arycurana*” romance de Constantino José Gomes de Souza. Em 1882 Prado Sampaio publica a novela “*Ahy*”. Em 1883 Horácio Hora, inspirado no romance “*O Guarani*” pinta o festejado quadro “*Cecy e Pery*”. Em 1892 Silva Lisboa, um baiano radicado em Sergipe, publica o romance “*A Indiana*”. Há notícias de outro romance do mesmo autor intitulado “*Paraguassu*”, personagem vinculado aos índios da Bahia. De 1900 é “*A Conquista de Sergipe*”, peça de teatro de Oliveira Teles.

Somente uma análise específica das obras literárias aqui anunciadas permitirão aclarar seus vínculos com o imaginário social sobre o índio difundido pelo Romantismo, o que escapa ao meu objetivo neste momento. Alguns desses autores de ficção, mesmo quando escrevem distante da província, procuram tematizar o índio em Sergipe, e nesse trabalhar sobre tribos e caciques locais a

8 - No levantamento desse material foi de fundamental importância o trabalho de Jackson da Silva Lima, minucioso pesquisador da literatura sergipana, a quem agradeço a solicitude no atendimento. O agradecimento é extensivo a Conceição Góis Mascarenhas pela persistente busca das fontes nos arquivos e bibliotecas locais.

obra de Travassos é, ao que parece, fonte de referência e inspiração. “*Arycurana*”, por exemplo, que é publicado no Rio de Janeiro como folhetim na *Semana Ilustrada*, seguindo a trilha dos romances históricos, incorpora os feitos militares da conquista e romanceia a vida entre tribos que primitivamente habitavam o território de Sergipe (Lima:1986). Ao descrevê-lo o autor retalha o espaço delimitado por rios e o poder assumido por caciques homônimos, nos mesmos moldes dos *Apontamentos Históricos* de Travassos.

A identificação entre rios e caciques através do nome, é um recurso que extrapola o campo histórico e ficcional para invadir também os incipientes estudos de toponímia. Ao buscar nos nomes dos lugares as marcas da antiga presença indígena, Oliveira Teles, um estudioso da “nomenclatura sergipana”, já quase no fim do século XIX, defende a tese de que, em Sergipe, enquanto as povoações “*dão-se a conhecer em vocábulo português, os vales, as serras, todas as coisas sub-humanas do Estado, inclusive seu próprio nome, principalmente seus rios, permanecem indígenas*” (Teles,1903:260). As análises etimológicas com vistas a fazer ligação entre os topônimos, notadamente os rios, e a língua Tupi se sucedem no tempo, constituindo-se numa das vertentes de produção sobre Sergipe, estado cujo nome é tributário das origens indígenas. Segundo uma das versões mais difundidas, provém do tupi Cyri-gy-pe que se traduz por “*no rio dos siris.*” (Guaraná, 1916:321)⁹. Cyri-gy-pe, Serigy, Sergipe um percurso lingüístico a indicar origens, a estabelecer marcos de uma identidade buscada e trabalhada em vários níveis.

Além do relato histórico, da produção literária veiculada em jornais, almanaques e livros, também nas escolas a presença do índio em Sergipe passa a ser trabalhada, sobretudo, quando a partir da década de 80 reformas educacionais incidem cada vez com maior insistência sobre o estudo da temática local. Assim é que o

9 - O trabalho de Guaraná embora publicado em 1916 é organizado em 1886.

regulamento do ensino de 1882 prevê a inclusão no currículo de Corografia de Sergipe, medida inovadora por permitir aos alunos conhecerem sua terra (Nunes, 1984:145). Essa ênfase no estudo do local – que não é traço específico de Sergipe – será cada vez mais presente nas propostas educacionais e a questão do livro didático se impõe para ser resolvida somente na década seguinte com a publicação de corografias e livros de história de Sergipe¹⁰

Até então os mestres se valiam de anotações manuscritas por eles coligidas e Travassos era, certamente, uma das principais fontes consultadas¹¹, com sua versão sobre caciques e rios indissolivelmente ligados entre si, a plasmar consciências e povoar o imaginário com índios valentes ligados às nossas origens. Estes personagens estavam presentes também em amplos circuitos populares veiculados através dos candomblés de caboclos e dos torés (Dantas, 1988b), ou em rituais celebrativos de grandes eventos cívicos, como a Independência do Brasil ou de Sergipe, comemorados com desfiles de crianças fantasiadas de índios e/ou autos populares que encenavam combates em que “*caboclos*” fantasiados de penas, arcos e flechas lutavam e venciam negros chamados de “*lambe-sujos*”.

10 - Havia uma curiosidade febricitante a percorrer o país sendo detectada à época por Capistrano de Abreu (1931:216), resultando na produção de histórias locais em diferentes estados. Estas vão florescer em Sergipe na década de 90, década que se inicia com a publicação da História de Sergipe de Felisbelo Freire em 1891, e se segue com livros destinados ao público escolar, procurando satisfazer às demandas colocadas pela ênfase no estudo da especificidade sergipana. Dois livros de corografia e um livro de história de Sergipe destinados ao público escolar vêm a lume: Corografia de Sergipe, 1897, de Silva Lisboa e Quadro Corográfico de Sergipe, 1898 de Laudelino Freire, que no mesmo ano lança História de Sergipe para o ensino primário (Guaraná, 1925). As Corografias associam descrições do território a narrativas históricas e sobretudo seqüências de fatos políticos.

11 - Registre-se que, além das Corografias e Dicionários sobre o Brasil, nos quais há informações sobre Sergipe, em 1878 foi publicado em Sergipe, com base nos originais existentes no Museu Britânico, o livro: Memória sobre a Capitania de Sergipe del Rei, escrito por Dom Marcos Antônio de Souza em 1808.

Estas formas de dramatização popular, no final do século XIX ainda espalhadas em muitas localidades de Sergipe e repetidas anualmente (Dantas, 1991), difundiam entre a população imagens e representações sobre os índios do passado, que vão atualizando no imaginário das diferentes camadas sociais a figura do índio associado às nossas origens que termina sendo transformado em um dos símbolos oficiais do Estado de Sergipe: o selo.

5 - Índio, liberdade, lei e progresso: uma leitura do selo de Sergipe

Criado em 1892, num momento em que se retomam as questões de limites entre Sergipe e Bahia, no selo destaca-se a figura de um índio em “*ato de embarcar em um aeróstato*” em cujo centro se lê a palavra PORVIR, e abaixo a legenda “*sub-lege libertas,*” numa referência à Constituição do Estado promulgada em 18 de maio de 1892, data também presente no referido selo. O autor do projeto, Brício Cardoso, professor e deputado em várias legislaturas, “*considerou o índio como sendo Serigy ou Sergipe, abraçando a civilização, simbolizada pelo aeróstato, invenção do brasileiro Bartolomeu de Gusmão*” (Conselho Estadual de Educação, sd: 13).

A alegoria utilizada no selo, embora realizada sob o signo da República, é, ao menos em parte, tributária da visão romântica do índio e influenciada, pelas imagens divulgadas sobre o Imperador. Retratos deste são espalhados pelo Império, a exemplo do que ocorre no momento de sua sacração, e essas imagens fixam no imaginário social a figura do monarca altaneiro com sua parafernália de símbolos reais, entre as quais o manto de pena feito pelos índios.



D. Pedro II com o manto imperial
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional



No selo de Sergipe, criado no início do período republicano, o índio Serigy é representado reproduzindo a postura gestual do Imperador Pedro II ao ser retratado com símbolos reais.



D. Pedro II com o manto e cetro
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

No selo de Sergipe o índio é personagem central sendo apresentado com um saiote de penas e um canitar a adornar-lhe a cabeça, tendo a mão direita pousada no balão, enquanto a esquerda segura uma seta na mesma posição que o Imperador segura o cetro. Essa representação majestática do cacique Serigy, ao embarcar no balão do porvir, é emblemática de todo um imaginário que, ao longo da segunda metade do século XIX, foi trabalhado através de diferentes linguagens, aí se incluindo os rituais populares em que índios participam com suas vestes e enfeites de penas, seus arcos e flechas, com seus caciques transmudados em reis coroados e com filhas princesas. As influências se fazem em duplo sentido. Se num Império *“que era de algum modo ‘indianista’ e tirava do passado Tupi sua parafernália simbólica – o manto de gala do Imperador era labor dos índios, confeccionado com penas de papos de tucano,*

e é comum encontrarmos em caricaturas da época o Imperador ou uma alegoria da Nação Brasileira trajados como índios (Amoroso e Saez, 1995:251), também as representações de índios incorporavam títulos e gestos imperiais.

Mas não é um paradoxo que Sergipe, já sob o domínio da República, ao criar um selo a ser utilizado nas repartições públicas, nos papéis do governo como marca de identidade recorra a símbolos tão marcadamente imperiais?¹²

Dessa questão ocupou-se José Murilo de Carvalho num instigante trabalho em que analisa como os republicanos se utilizaram de símbolos monárquicos para com eles compor o imaginário da República emergente (Carvalho, 1990).

No caso de Sergipe é algo semelhante que ocorre. A figura emblemática do índio, largamente trabalhada durante o Império sob a influência do Romantismo, é apropriada para compor o selo do Estado, na medida em que incorporando memórias compartilhadas sobre eventos e personagens específicos que constituem pontos decisivos de uma tradição, permite que entre o significante e o significado se estabeleça uma relação que gera uma comunidade de imaginação e de sentido (Backzo, 1985).

Mas os intelectuais criadores do selo, ao utilizarem materiais pré-existentes apoiados em tradição cultural já firmada, procuram adaptá-las às exigências da nova ordem e ao ideário político da República. O índio continua como símbolo de liberdade, mas, consoante com os novos tempos, uma liberdade que já não era um fim em si mesma, mas uma condição para a ordem e o progresso. Uma liberdade sujeita à Lei como proclamava a expressão latina: “*sub-lege libertas*”. Incorpora o ideal positivista de ordem e progresso a

12 - A Bandeira de Sergipe foi oficialmente adotada somente em 1920, e os rios vão estar aí representados simbolicamente, o que reforça a idéia do texto de Travassos como reservatório de símbolos. O Hino é de 1833 e canta a independência de Sergipe em relação à Bahia.

apontar para o futuro, para a civilização simbolizada pelo aeróstato. Este o destino de Sergipe simbolizado pelo cacique Serigy/Sergipe ao embarcar no balão rumo ao porvir.

Embora esse texto não tenha pretensões conclusivas, algumas observações finais se colocam. Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir da década de 60, o índio, que já se esboçava timidamente como personagem entre a intelectualidade local, ganha força enquanto tema a ser trabalhado. Sob a influência do Romantismo, mas ultrapassando os limites do período Imperial, essa tematização do índio na ficção (romances, poesias, novelas, peças de teatro), na pintura e em ritos, ao tempo em que cria ou reproduz imagens sobre índios, se articula com a construção de um saber sistematizado sobre o passado de Sergipe através das obras de História, delineando a construção de uma identidade local. A afirmação dessa identidade assume expressão através de símbolos oficiais num momento em que a ordem republicana se instaura e, no plano local, as questões de limites com a Bahia vêm a tona. Nesse contexto, o índio entra no jogo de marcar distinções e compor símbolos identificadores do novo Estado.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. Vol. 1 [Rio de Janeiro], Briguiet, 1931.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Fundamentos de uma Economia Dependente**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 1984.

AMOROSO, Marta Rosa e SAEZ, Oscar. “Filhos do Norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu” in SILVA, A. L. e GRUPIONE, L. D. B. (org). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

BACKZO, Bronislaw. “Imaginação Social” in: **Enciclopédia Einaudi**. vol.5. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Símbolos de Sergipe**, Aracaju, sd.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX” in **História dos Índios no Brasil**. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) São Paulo, FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.

DANTAS, Beatriz Góis. “Nem Selvagens nem Bons: Representações sobre índios no século XIX”. **Resumos da XVI Reunião Anual da SBPC**, São Paulo, 1988a.

_____. **Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1988b.

____. “O Jogo da Memória: dos registros das lembranças às representações sobre etnias no Lambe-sujo x Caboclinho” in **Estudos de Folclore em Homenagem a Manuel Diégues Jr.** NASCIMENTO, Bráulio do. (org). Rio de Janeiro: Maceió, Comissão de Folclore/Fundação Arnon de Melo, 1991.

FONTES, José Silvério Leite. “Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe”, in **Cadernos da UFS n^o 1**, Aracaju, 1972.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2^a ed. Petrópolis, Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GALVÃO, Manuel da Cunha. **Viagem Imperial à Província de Sergipe**. Bahia, Topografia do Diário, 1860.

GUARANÁ, Armindo. “Glossário Etimológico dos Nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe” in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe** vol 2. n^o 5, 1916.

____. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**, Rio de Janeiro, Edição do Estado de Sergipe, 1925.

LEACH, Edmund. “Etnocentrismo” in **Enciclopédia Einaudi**. vol.5. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

LIMA, Jackson da Silva. **História da Literatura Sergipana** vol 2, Aracaju, FUNDESC, 1986.

LIRA, Heitor. **História de Dom Pedro II**. Belo Horizonte Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1977.

MOTT, Luiz. *Sergipe del Rey*. **População, Economia e Sociedade**. Aracaju. FUNDESC. 1986.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

PEDRO II, Dom. **Diário da Viagem ao Norte do Brasil**. Salvador, Universidade da Bahia; Progresso Editora, 1953.

SALVADOR, Fr. Vicente do. **História do Brasil**. 1500-1627. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1982.

SILVA, José Calazans Brandão. **Aracaju e Outros Temas**. Aracaju, FUNDESC, 1992.

TELES, M.P. Oliveira. **Sergipense** Aracaju. Tip. do Estado de Sergipe, 1903.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. “Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe” in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, vol.3, 1915.

A PRESENÇA DE
SERGIPE DEL REI NO
CATÁLOGO
GENEALÓGICO DAS
PRINCIPAIS FAMÍLIAS,
DE FREI JOABOATÃO E
PEDRO CALMON

LUÍZ R. B. MOTT
Historiador

INTRODUÇÃO

Pouco se conhece da história de Sergipe no período colonial além dos trabalhos de Felisbelo Freire, Ivo do Prado, Maria Thétis Nunes e Luiz Mott¹. Se compararmos a produção historiográfica sergipana com a da Bahia ou de Pernambuco coloniais, constataremos o quão escassa e lacunosa é tal fase cronológica, notadamente faltando estudos relativos à história social, religiosa, econômica e das mentalidades. Apesar das fontes serem menos abundantes que a disponível para as maiores capitâneas limítrofes, existe ainda significativa documentação inédita, ou insuficientemente explorada, à espera de pesquisadores que se disponham a revelar e pôr ordem nos papéis velhos².

1 Freire, Felisbelo. História de Sergipe. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1977. História Territorial do Brasil, Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1906.

2 Mott, Luiz. "A Etnodemografia histórica e o problema das fontes documentais para o estudo da população em Sergipe na primeira metade do século XIX", in Sergipe del Rei: População, Economia e Sociedade. Aracaju, Fundesc, 1986.

Este pequeno ensaio pretende ser tão somente uma listagem de pessoas e personalidades que viveram em Sergipe ou de alguma forma tiveram suas vidas relacionadas com a pequenina capitania de São Cristóvão. Ao todo enumeramos 65 nomes, entre o último quartel do século XVI e os finais do século XVIII, todos extraídos do CATÁLOGO GENEALÓGICO DAS PRINCIPAIS FAMÍLIAS QUE PROCEDEM DE ALBURQUERQUES CAVALCANTIS EM PERNAMBUCO E CARAMURUS NA BAHIA, de autoria do franciscano Frei Antônio de Santa Maria de Jaboatão, editado a primeira vez em Lisboa, em 1768. Obra fundamental para os estudos genealógicos e históricos do Nordeste brasileiro, o Catálogo Genealógico duzentos anos após sua publicação recebeu um adendo de tamanha importância e profundidade, que nos obriga doravante a referir inseparáveis os nomes de Frei Jaboatão com o seu comentador Pedro Calmon. Data de 1985 a última edição desta obra, agora intitulada “INTRODUÇÃO E NOTAS AO CATÁLOGO GENEALÓGICO DAS PRINCIPAIS FAMÍLIAS DE FREI JOABOATÃO”³, dois volumes que perfazem 810 páginas.

As “notas” acrescentadas pelo historiador baiano Pedro Calmon são fruto de várias décadas de pesquisa realizadas por ele próprio e por diligentes auxiliares, quer nos arquivos civis e eclesiásticos da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, quer nas principais instituições congêneres de Portugal, notadamente na inexaurível Torre do Tombo. Acompanhando um a um os nomes dos principais expoentes das famílias da Bahia e de Pernambuco, o “Magnífico” brinda o leitor com detalhes biográficos significativos, inter-relações sócio-políticas destes personagens desconhecidos por Frei Jaboatão, ou posteriores à publicação do Catálogo original. Corrige e conserta alguns deslizes do mestre franciscano, tudo com imenso brilho e

3 Calmon, Pedro. Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão/ Pedro Calmon. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

humildade dos quantos conhecem pessoalmente as agruras que sempre estão presentes nas investigações genealógicas. Pedro Calmon, por sua obra volumosa e profunda, ocupa os primeiros lugares de nossa plêiade de historiadores, mantendo a mesma tradição dos Calmon a aportar na Bahia de Todos os Santos, João Calmon, autor de obras sobre a nobiliarquia lusitana⁴.

Perscrutando linha a linha a nova edição do Catálogo Genealógico, aqui e acolá fui encontrando referências a Sergipe del Rei: moradores daquela capitania, militares companheiros de Cristóvão de Barros na conquista desbravadora, soldados lutando contra os holandeses lá estacionados, funcionários civis e eclesiásticos, seja naturais da terra, seja reinóis ou baianos, que ali residiram. Meu trabalho foi transcrever as principais referências de tais nomes relacionados a Sergipe del Rei, incluindo pequeno sumário biográfico retirado tanto do original de Jaboaão, quanto dos acréscimos de Pedro Calmon. Ao todo são 65 nomes, agrupados dez no século XVI, 34 no século XVII e 21 para o XVIII. Alguns destes personagens viveram parte num, parte no século seguinte: optamos por situá-los na centúria em que viveram em terras sergipanas. Os números após cada nome remetem ao Catálogo de 1985.

Que os pesquisadores de Sergipe Colonial prossigam a investigação aqui tão somente delineada: ponto de partida apenas, é o que pleiteamos para este humilde labor que entrego ao público estudioso por estímulo da principal historiadora sergipana contemporânea, prof^a Maria Thétis Nunes, só superada na historiografia local pelo luminar Felisbello Freire. À ilustre professora e amiga fiel por mais de duas décadas, ofereço este trabalho.

4 Mott, Luiz. “Um nome em nome do Santo Ofício: O Cônego João Calmon, Comissário da Inquisição na Bahia Setecentista”, *Universitas (UFBA)*, (37), jul/set. 1986: 15-32.

Século XVI

1-BALTAZAR BARBOSA (D'ARAUJO. Morador de Sergipe, filho de Violante Gonçalves. Nasceu em Arcos, Portugal em 1546; lavrador de canas, casado com Catarina Álvares, da família de Caramuru. (p.212-228)

2-GARCIA D'ÁVILA, 1º. Combateu o gentio de Sergipe, estendendo seus currais de gado ao longo do rio S. Francisco. Foi "criado" do primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. Morreu em 1609 deixando grandes cabedais, fundador do morgado da Casa da Torre. (p.157-164)

3-JORGE BARRETO DE MELO. Alegando querer ajudar a povoar a capitania de Sergipe del Rei, teve sesmaria de uma légua na testada da de Duarte Barreto, seu pai, a 19 de abril de 1602. Foi o 3º Alcaide Mor da Bahia em 1573. Era filho de Helena de Melo, casando-se com D. Maria de Lomba, da Ilha da Madeira. (p.272-282)

4-PEDRO DE ALOMBA. Ou Pedro de Lomba, um dos conquistadores de Sergipe em companhia de Cristóvão de Barros (1589). Era sogro do anterior. (p.272-282)

5-GASPAR FERNANDES (DA FONSECA). Era meeiro, no Lagarto, com Baltazar de Barbuda, tendo conseguido sesmaria nos limites de Sergipe del Rei. Casado com D. Escolástica, sobrinha de seu sócio. Era natural da vila de Viana, Foz de Lima, das principais famílias do lugar, mui opulento de cabedais, tendo a propriedade do ofício de Juiz de órfãos. (p.244-250)

6-ANTONIO GUEDES. "Conseguiu sesmaria nas terras da Capitania de São Cristóvão onde mandou situar um curral de gado vacum pensando fazer maior povoação." (12-1-1598). Natural de

Tarouca, nascido em 1560. Em 1609 recebeu mais seis léguas de sesmaria nas cabeceiras do Rio Real e dez entre o Inhambupe e Itapicuru. Seu filho Antonio do Espírito Santo tornou-se carmelita na Bahia. (p.219-235)

7-MELCHIOR DIAS. Trata-se do “fabuloso” Belchior Dias Moréia (ou Caramuru), pai de Roberio Dias, imortalizado pelas Minas de Prata. Foi o fundador da Capela de Nossa Senhora da Abadia do Rio Real. (p.157-163)

8-ANTONIO DE BARROS CARDOSO. Filho de Cristóvão de Barros, a quem acompanhou na Conquista de Sergipe del Rei, neto do Provedor da Fazenda que os Caetés devoram: sua sesmaria se estendia de S. Cristóvão ao S. Francisco. (p.118-120)

9-AIRES DA ROCHA PEIXOTO. Foi o primeiro a receber sesmarias em Sergipe del Rei, entre os rios Japarutuba e Sergipe, em 1590, “sertão de Itabaiana”. Morreu a 15 de outubro de 1599, enterrado na Capela de Nossa Senhora da Ajuda. (p.156-162)

10-SEBASTIÃO DE FARIA. Chefiou a retaguarda da expedição de Cristóvão de Barros quando da conquista de Sergipe. Cavaleiro da Casa Real, escrivão da Fazenda, companheiro de Men de Sá na conquista do Rio de Janeiro aos franceses, fundador do Engenho Freguesia, defronte da Ilha da Maré, hoje transformado no Museu Wanderley do Pinho. (p.202-204)

Século XVII

11-TOMÉ DE AGUIAR (DALTRO). Capitão Mor de Sergipe em 1655. Filho terceiro de Pedro de Aguiar e de Custódia de Faria; casou com Maria de Lemos, viúva de Martim Carvalho. Morreu em Paripe em 1715. (p.429-433)

12-BRAS DA ROCHA CARDOSO. Capitão Mor de Sergipe, soldado, alferes, ajudante, capitão de infantaria e cabo na praça de Pernambuco. Filho de Domingos de Oliveira. Teve participação valerosa na luta contra os holandeses. Foi o 15º Capitão Mor de S. Cristóvão, prestando preito e homenagem em mãos do governador da Bahia aos 14 de dezembro de 1682. Em 1684 ocupa o cargo de Escrivão do Crime na Bahia. Lutou na conquista do Quilombo de Palmares. (p.110-115)

13-PADRE PEDRO GARCIA DE ARAUJO. Recebeu 4 léguas de sesmaria no Vaza-barris. Ordenou-se sacerdote já maior de idade, muito rico, instituiu um morgado de toda sua fazenda, doando terras para a fundação do Convento de Santo Antonio do Paraguaçu em 1694, onde foi sepultado. (p.172-189)

14-BELCHIOR VELHO. Um dos conquistadores de Sergipe com Cristóvão de Barros, recebendo uma sesmaria em Itabaiana a 5 de outubro de 1603, pessoa de muita posse. Casado com Maria da Rocha Peixoto. (p.203-210)

15-BALTAZAR DE BARBUDA. Alcaide Mor em Sergipe em 1604. Casado com Catarina Dias Adorno. Natural de Lamego. Possui extensas terras em Sergipe, na região de Lagarto, vendendo uma parte delas ao Engenho do Carmo da Bahia. Casou-se em 1646, em Paripe com Ângela de Meneses. (p.245-251)

16-DUARTE MONIZ BARRETO. Acompanhou Cristóvão de Barros à conquista de Sergipe e foi aquinhoadado com sesmaria, 1602. Foi Alcaide Mor da Bahia, sendo denunciado ao Santo Ofício, na visita de 1591, de ter proferido palavras heréticas. (p.270-271)

17-BALTAZAR LOURENÇO PACHECO. Teve sesmaria em Sergipe, juntamente com o irmão Urbano Pacheco e José Leitão, duas léguas, aos 12 de março de 1665. (p.284)

18-DIOGO MONIZ TELES. Participou da jornada do Mestre de Campo Luiz Barbalho em campanha de Sergipe del Rei, ajudando bravamente a defender a cidade atacada pelo Conde de Nassau. Era Fidalgo da Casa del Rei, nascido em 1578. Foi da Governança de Salvador, tido como “de nação” (judeu). Casou com Catarina Vitória em primeiras núpcias; segunda vez com Filipa de Almeida. (p.278-286)

19-BALTAZAR DOS REIS BARRENHO. Destacou-se nas guerras holandesas na Bahia e em Pernambuco, desde de 1631. Foi um dos cabos enviados da Torre de Garcia Dávila por Bagnolo, para espreitar o inimigo, salvando uma ponta de gado de 700 cabeças que os flamengos levavam do Rio São Francisco. Em 1649 foi destacado com sua ordenança para Sergipe, nomeado Capitão Mor desta Capitania a 13 de dezembro de 1663, Coronel do distrito em 1668 e a vigilância da costa, a partir de Itapoã ante possível ataque dos corsários. Em 1664, por portaria, é encarregado de proceder ao inventário geral para a contribuição dos 80 mil cruzados. Teve como primeira mulher Ana de Souza, viúvo casou-se outra vez, com D. Isabel Teles. (p.299-312).

20-JOÃO BORGES DAVID. Capitão de Companhia na praça de Sergipe em 1668. Casou-se com D. Isabel de Menezes. Ele era natural da Bahia, filho do Capitão Gaspar Borges David e de D. Antonia Castro. (p.301-315)

21-ANDRÉ DE PADILHA. Participou da tomada de Sergipe ao lado de Cristóvão de Barros. Era natural do Reino, passando ao Brasil em 1589, sendo capitão de infantaria nas guerras contra os batavos. Cavaleiro da Ordem de Cristo. (p.316-318)

22-LEANDRO CORREIA DE VASCONCELOS. Capitão de Ordenanças em Sergipe a 1º de outubro de 1687. Recebeu sesmaria nesta capitania. Casou-se com Margarida da Câmara Pesqueira, na vila de Cachoeira, em 1715. (p.361-365)

23-ANTONIA DE MELLO VASCONCELOS. Herdou meia légua de terra nos termos de Lagarto, de seu tio Bento de Araújo Soares, 1653. Ela nasceu em 1646, tendo-se casado três vezes. (p.459-461)

24-FRANCISCO GOMES DE ABREU E LIMA. Teve sesmaria de 600 braças no Vazabarris, junto do engenho de Sergipe, 12 de março de 1697. Sua mulher, Maria de Brito Cassão, era de Sergipe, filha do Mestre de Campo, Cosme Brito Cassão e Clara Aranha. (p. 474-475)

25-ANTONIO ALEMÃO. Capitão Mor de Sergipe. Teve importante curriculum militar, lutando no Alentejo, Pernambuco, Morro de São Paulo. Casou-se com Brites de Barros. Data de nascimento: 1633. (p.477-483)

26-GUILERME BARBALHO BEZERRA. Foi Alcaide Mor de São Cristóvão, carta de 15 de março de 1664. Fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, Coronel do Partido de Auxiliares na Bahia, casado com D. Ana de Negreiros. (p.514-517)

27-RUI CARVALHO PINHEIRO. 2º Alferes, ajudante de Sargento Mor, andou três anos em Sergipe, à sua custa, regulando descida do gado. Acusado de cristão-novo na Inquirição de 1646. Era fidalgo da casa del Rei e mordomo-mor do Bispo de Coimbra. (p.483-484)

28-MANUEL VIEIRA DE BARROS (Padre). Foi pároco em Sergipe del Rei, chegando à meia prebenda, cônego e tesoureiro mor na Sé da Bahia. Tinha o título de doutor. Batizado em 1663. (p.523-525)

29-MANUEL DE COUTO DEÇA. Morador em Sergipe del Rei, teve aí sesmaria junto com Cristóvão de Burgos, 1660. Casou-se com Micaela de Azevedo na casa do segredo da cadeia da Bahia em 1702, sendo degolado no dia seguinte. (p.543)

30-COSME BARBOSA DE ALMEIDA. Capitão Mor de Sergipe, casado com Helena de Castro, teve sete filhos. Foi substituto de Bento Ferraz. (p.550-551)

31-ANTONIO LOPES SOEIRO. Capitão de Infantaria da Ordenança de Sergipe do Conde e sesmeiro no Rio S. Francisco. (p.561-563)

32-PEDRO GOMES. Alferes e Capitão em Sergipe del Rei, fundador do morgado de Porto da Folha. Natural de Setúbal, passou ao Brasil em 1625, na armada de D. Fradique de Toledo. Lutou bravamente na guerra contra os holandeses. Embarcou na frota do Conde da Torre e retirou, com Luiz Barbalho, do porto de Touros do Rio Real, ajudando a desalojar os holandeses do Rio S. Francisco. Foi governador interino da Capitania do Rio de Janeiro, professo da Ordem de Cristo. Em 1683 é denunciado à inquisição pela prática do nefando pecado de sodomia, sendo um de seus parceiros, um escravo de Luiz Gomes, espancado até à morte em castigo por tal “crime”. Morreu em 1692. (p.570-571)

33-SEBASTIÃO SOARES PINTO. Provedor da fazenda Real de Sergipe del Rei, Ouvidor da mesma capitania. Casado com Maria Borges, dois filhos. (p.509-513)

34-D. ESCOLÁSTICA (Barbuda). Sobrinha de Baltazar Barbuda, um dos primeiros sesmeiros de Sergipe, mulher do Capitão Gaspar Maciel. (p.638-639)

35-GASPAR DIAS BARBOSA. Morador em Sergipe del Rei, pelos anos 1610, chamado “o moço”. (p.638-639)

36-DIOGO DE SÁ SOUTO MAIOR. Capitão de cavalos de Sergipe del Rei, falecido em 1696. Era filho da citada D. Escolástica e Gaspar Maciel. (p.640-645)

37-GONÇALO DE SÁ SOUTO MAIOR. Capitão das ordenanças de Sergipe em 15 de março de 1683. Foi coronel. Filho de D. Escolástica e Gaspar Maciel. Casado com D. Ana Correa Dantas. (p.640-645)

38-LEONARDO DE SÁ SOUTO MAIOR. Capitão de cavalos de Sergipe, substituiu seu pai Diogo de Sá Souto Maior no mesmo cargo. Casou-se com D. Clara Soares, filha de João Soares Brandão e D. Maria de Sousa. (p.640-645)

39-PADRE SEBASTIÃO PEDROSO DE GOES. Vigário da Vara e da paróquia de Sergipe del Rei, filho de Sebastião Pedroso e Maria Barbosa. Contra ele se amotinou o povo e o prenderam em casa de Tomé de Aguiar em 1658. (p.703-705)

40-GASPAR DE ARMAS DE BRUM. Estava em Sergipe del Rei quando em 1651 foi encarregado de observar o Genticio Aimoré no Camamu, no sul da Bahia. (p.709-712)

41-FRANCISCO GOES DE ARAUJO. Em 1656 socorreu Sergipe del Rei, impedindo a tomada do gado pelos holandeses, serviços que lhe valeram a pensão de 80\$000 réis. Foi batizado em 1616. (p.713-720)

42-ANTONIO BRANDÃO ARAUJO. Capitão da Ordenança dos Auxiliares de Sergipe del Rei nomeado a 19 de janeiro de 1701. Casado com Francisca de Góes. (p.716-722)

43-FRANCISCO DE BRA. Capitão Mor em Sergipe del Rei, nomeado a 3 de junho de 1659. Natural de Roterdam, Cavaleiro da Ordem de Cristo, lutou na batalha de Guararapes. Possuiu fazendas no S. Francisco, morreu em 1692. (p.733-735)

44-PASCOAL RODRIGUES DE BRITO. Capitão Mor do Distrito do Rio Real em 1689, dividindo sua jurisdição com Belchior da Fonse-

ca Saraiva, que ficou como capitão mor dos mocambos de Sergipe del Rei. Foi familiar do Santo Ofício e Professo na Ordem de Cristo, natural de Viana, casado com Simoa de Brito. (p.768 -769)

Século XVIII

45-DOMINGOS PIRES DE CARVALHO. Sargento Mor, Coronel dos distritos do Rio Real de Cima e de Baixo, de Lagarto, da cidade de Cotinguiba e da Capitania de Sergipe del Rei, 1701. Era filho de João Pires e Catarina Francisca, naturais de Portela, no Reino, onde também nascera. Foi Familiar do Santo Ofício e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Lutou na conquista do Quilombo de Palmares, foi administrador da Casa da Moeda, tesoureiro geral da Fazenda em 1696. Mandou construir a bela igreja da Ordem Terceira de S. Francisco em Salvador cuja fachada apresenta semelhanças com a de Santo Amaro das Brotas de Sergipe. Seu retrato encontra-se na sacristia da dita igreja, provavelmente, a única pintura conservada de um morador de Sergipe dos inícios do século XVIII. (p.125-129)

46-JOÃO DE SÁ SOTTOMAIOR. Nomeado Ouvidor de Sergipe em 1708: desembargador, veio do reino em agosto de 1699. Casado com D. Brites da família Deusdará. (p.145-149)

47-JOÃO PEREIRA DE VASCONCELOS. Ouvidor de Sergipe. Natural de Lisboa, era casado com D. Marta de Souza, foi antes Juiz de Fora de Setúbal. Morou em S. Cristóvão em 1712. (p.178-191)

48-DOMINGOS DIAS MACHADO. Proprietário de fazendas em Sergipe e no S. Francisco. Foi meirinho e do mar e procurador dos índios forros. Rico e poderoso, morava nobremente. A crueldade com os escravos motivou a carta régia de 25 de janeiro de 1695. Em 1714 seu ofício de procurador dos índios passou para o Dr. João Calmon, Comissário do Santo Ofício na Bahia. (p.193-197)

49-ANTONIO TELLES DE MENEZES. Capitão de Infantaria de Lagarto e Rio Real, sem soldo, provido pelo Vice Rei Vasco Fernandes César e confirmado em 1726. (p.222-241)

50-PEDRO MONIZ BARRETO. Capitão de Ordenança Auxiliar do Rio S. Francisco da Capitania de Sergipe del Rei nomeado em 1691. Seu filho Francisco Moniz Teles foi o terceiro avô de Hermenegildo José Telles de Menezes. (p.276-284)

51-INACIO TELES. Sargento Mor de Ordenança dos sertões de Sergipe del Rei a 10 de outubro de 1703. Casado com Maria de Sá Barreto. (p.370-372)

52-PADRE MANUEL MONTEIRO DE ABREU. Vigário da Freguesia da Cotinguiba, batizado a 11 de janeiro de 1689, filho de João Vieira e Domingas Monteiro. (p.379)

53-PADRE AFONSO DA FRANCA. Sacerdote do hábito de S. Pedro, provido na igreja de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto por carta régia de 27 de novembro de 1724. (p.411-414)

54-LOPO GOMES DE ABREU E LIMA. Proprietário de uma sesmaria no Vazabarris junto de seu engenho do Acupe. Aos 30 anos fez a leitura de bacharel em Coimbra. Casado com Catarina da Franca Corte Real. (p.474-475)

55-JOSE DE MELO VASCONCELOS. Capitão do Regimento de Auxiliares de Sergipe del Rei em 1731. Era filho de Manuel de Araujo Teles e Brites de Belo de Vasconcelos, casado em segundas núpcias com Filipa da Silva. (p.479-484)

56-ALEXANDRE GOMES FERRÃO CASTELO BRANCO. Morgado do Porto da Folha, neto do Capitão Pedro Gomes, fidalgo da casa real, Coronel de Ordenanças dos distritos de Tabanga para

cima, preso em Sergipe em 1720 por ordem do Governador. (p.571-572)

57-ANTÔNIO GOMES FERRÃO CASTELO BRANCO. Morgado do Porto da Folha, fidalgo cavaleiro da Casa Real, Tenente Alcaide da Bahia, morou na vila de Penedo no fim da vida. Era natural da freguesia de Bom Sucesso e Almas do rio S. Francisco, nascido em 1727. Seu filho Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, nascido em 1763, o sucedeu no morgado a partir de 1794. (p.571-573)

58-TOMAS FELICIANO ALBERNAZ. Filho do Dr. Tomaz Feliciano de Albernaz, Ouvidor de Sergipe, Juiz do Crime em Salvador, Familiar do Santo Ofício. (p.574)

59-DOMINGOS DIAS COELHO E MELO. Sargento Mor da Cavalaria auxiliar da cidade de Sergipe del Rei em 1773, Familiar do Santo Ofício, ascendente do Barão de Itaporanga. (p.643-648)

60-ANTÔNIO DUTRA D'ALMEIDA. Teve sesmaria de uma légua de largo por 3 de comprido no Rio Sergipe, casado com Bernarda de Sá Soutomaior. (p.643-648)

61-MEM DE SÁ SOUTO MAIOR. Morador em Sergipe, pediu em 1726 a El Rei se tirasse nova devassa das mortes de seus parentes. Era filho de Diogo de Sá Soutomaior e de Guiomar da Rocha, foi capitão mor, casado com Mariana Cecília da Serra. (p.644-648)

62-ANTÔNIO DE BRITO CORREA. Coronel da vila de Lagarto e arraial de Santa Luzia a partir de 31 de janeiro de 1701. Era filho de Francisco Araújo de Brito, coronel, e de Brites de Souza. Casou-se primeira vez com Isabel Maria, do Rio de Janeiro e segunda com Francisca Araújo, sua prima. (p.653-660)

63-JOÃO PEREIRA DE VASCONCELOS. Ouvidor Geral de Sergipe em 1712. Natural de Lisboa, bacharel em direito, casado com Ma-

ria de Souza, viúva do Capitão Mor Bento Pereira de Ferraz. Era desembargador. (p.657-664)

64-ANTÔNIO BRANDÃO DE ARAÚJO. Capitão da Ordenança dos auxiliares de Sergipe del Rei, 1701. Filho de Francisco de Goes Vasconcelos e Isabel Araújo, casado com Francisca de Góes. (p.716-722)

65-PEDRO BARBOSA LEAL (2º). Doou em 1721 aos Carmelitas a Capela de Santo Amaro da Cotinguiba, em São Cristóvão. Era filho de Pedro Barbosa Leal, sertanista, nascido em São Gonçalo da Cachoeira, Familiar do Santo Ofício. (p.715-722)

Bibliografia

PRADO, Ivo do. *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*. RJ: Papelaria Brasil, 1919.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial*. RJ: Tempo Brasileiro/UFS, 1989.

MOTT, Luiz. *A Inquisição em Sergipe*. Aracaju: FUNDESC, 1988.

FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL

RICARDO TELES ARAÚJO
Historiador

1. Os Rolembergs

A grande maioria das famílias sergipanas européias provêm de Portugal e de suas colônias. Não houve em Sergipe uma grande imigração de famílias alemãs e italianas, como houve no sul do país. No século XIX chegaram algumas famílias européias não portuguesas como, por exemplo, as que aparecem no livro de matrícula dos estrangeiros do Termo de São Cristóvão, de 1842 a 1851, existente no Arquivo Público de Sergipe¹. Todas, entretanto, chegaram após a independência do Brasil. Nas listas de estrangeiros que juraram a constituição, em 1824, não aparece nenhum que não fosse português, excetuado Agostinho João Crespo, da Galícia, que trabalhava embarcado e morava em São Cristóvão desde 1805. Parece-me claro

1. Neste livro aparecem os nomes de João Batista Antônio Marcelo de Marsillac, oriundo de Aveyron, França, em 27/12/1827, Eugênio Papi, da Itália; Jorge Mac Cormick, da Irlanda; Vincenzo Pasquali, Bianco Monte Santo, Manoel Bitta e Antônio Furiate, de Nápoles; Thomaz Rissel, da França; B. Jacob, da Polônia; José Narboni e Abraão Benjamim, da Argélia; Guilherme Blakelley, dos Estados Unidos e Pedro Cipriano e Joaquim Pellegrini, da Toscana.

que devia haver no Brasil dificuldades para a imigração de estrangeiros europeus não portugueses, durante o período colonial.

Parece tentador, portanto, especular sobre a origem da família Rolemberg, de origem claramente, não portuguesa. A primeira idéia oriunda do senso comum é de que esta família seria holandesa, pois os holandeses dominaram a capitania entre 1637 e 1645.

Poucas famílias sergipanas foram tão romanceadas quanto os Rolembergs. Sebrão Sobrinho, criticando o consócio Luís Carlos Rollemberg Dantas, por ter “inventado” um Maurício Vieira Dantas do século XVI que seria o ancestral da família Rolemberg declarou:

“Quantas vezes eu o vadiei, a recordar-me do homem superior que foi o nobre agropecuário Antônio de Afonseca Dória, o moço, rebelde a toda a servidão, do silêncio ao medo, vigilante dominador do Jacaré, em associação de idéias, evoquei o grito corajoso da duquesa Rolemberg, vítima com o esposo, o príncipe herdeiro, Francisco Fernando, no regicídio de Sarajevo, em 1914: dignidade e valor.

E é o que ainda paira, hoje, na soturnidade melancólica da fazenda Barro-Caído, não sendo eufemismo histórico o estertorante grito da corajosa esposa morganática, daquela Rolemberg digna de suas parentas de Sergipe, vergôntes do judeu holandês Manuel Rolemberg (Hohenberg) e de sua fidalga esposa D. Brites da Branca, nobre da casa de Matuim, no recôncavo baiano, casal residente na capitania de Sergipe, onde fundaram ele e seus descendentes vários engenhos de açúcar, casal tetravó dessoutra inovidável matrona D. Maria do Topo, oráculo da família e tão sobranceira que ao casar-se, a 18/11/1855, com seu primo major Manuel Teles de Meneses, obri-gou o marido a substituir o apelido Teles pelo de Rolemberg, e Neném do Maria Teles teve que tomar-lhe, ao invés de dar-lhe, o apelido flamengo, que a mentira impaludada do Jacaré fez que seu ilustre e simpático bisneto Luís Carlos Rolemberg

Dantas se enganasse, cego a todos documentos após guerra flamenga, de 1648 em diante, do século XVII, e não da inocente inventiva do século XVI, com desar para sua virtuosa heptavó D. Brites Franca, trocando o nome do esposo, Manuel Rolemberg, o velho, por um inventado Maurício Vieira Dantas ...”²

Entretanto, se os Rolembergs não descendiam desse Maurício do século XVI, conforme afirmação de Sebrão dita em forma de poesia, igualmente não descendiam de holandeses e nada tinham a ver com a guerra holandesa. A ligação da família Rolemberg sergipana com a família de Sofia, duquesa de Hohenberg, é também uma fantasia, uma “inocente inventiva”, desta vez criada por Sebrão, assimilando, talvez, que as pronúncias fossem semelhantes. Mas, nem isso é verdade. Um falante do alemão nunca confundiria Hohenberg com Rollenberg, cujas pronúncias e significados são bem diferentes. Hohenberg, ao pé da letra, significa montanha alta e Rollenberg, montanhas que rolam. Hohenberg é um topônimo da Áustria, enquanto Rollenberg é um monte da Alemanha.

A afirmação de Sebrão de que o primeiro Manuel Rolemberg seria judeu não tem base documental, pelo contrário, ele era irmão de maior condição da Santa Casa de Misericórdia, onde havia forte preconceito contra cristãos novos. Há um senso comum, sem nenhuma base histórica, de que os sobrenomes terminados com a partícula *berg* seriam de origem judaica, talvez pela associação com *Goldberg*, *Goldenberg*, nomes de famílias judaicas. Mas os nomes terminados em *berg* tem origem em topônimos germânicos de origem de algum ancestral que migrou para outro lugar.

O mais antigo Rollenberg atestado em Sergipe, que conhecemos, foi Manuel Rolemberg. Manuel Rolemberg nasceu em 1713. Ele aparece pela primeira vez em 1750, quando depôs na devassa

2. SOBRINHO, Sebrão. O Afonseca vencido pelo Jacaré. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Sergipe, n. 25, 1960.

de residência de Manuel Francês, que fora capitão-mor de Sergipe del Rey, declarando que morava no engenho São Francisco, termo de Santo Amaro e que tinha 37 anos³. Em 03/01/1758, ele ainda morava nesse engenho, quando aparece alforriando *um mulatinho de nome Francisco, filho da mestiça Ana* ⁴.

Manuel Rolemberg ainda aparece na *Relação do rendimento do açúcar que fizeram os engenhos no ano de 1754 para 1755*, de José Antônio Caldas, como tendo um engenho no Partido de Garajau, porto onde embarcava o açúcar produzido em Santo Amaro das Brotas⁵.

Em 1774, Manuel Rolemberg compra o engenho de Nossa Senhora de Nazaré chamado Catete, de Alexandre de Pina Cruz e de sua mulher Maria de Rezende, mudando-se para lá⁶. Em 18/01/1776, já com 63 anos, ele aparece pela última vez, como fiador de Teresa Bibiana de Almeida, de uma dívida que ela tinha com a Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão de Sergipe del Rey⁷. Em 06/12/1782, Alexandre Ribeiro Pena dá liberdade ao mulato Eleutério, escravo que “*houve por legítima do meu pai o defunto Manuel Rolemberg ... pelo preço e quantia da avaliação que lhe deram no seu inventário*”. Acreditamos que ele tenha morrido pouco antes, talvez mesmo em 1782 ou 1781⁸. Era Manuel Rolemberg casado com Clara Maria de Lima, que ainda vivia em 1782. Por esse documento e mais alguns outros descobrimos alguns dos filhos do casal: Clara Maria de Almeida casada com o capitão-mor José Ferreira

3. ARAÚJO, Ricardo T. Sergipanos dos séculos XVII e XVIII nos arquivos portugueses. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Sergipe, n. 32, 1999.

4. AJES, Livro de Escrituras 21 (1756/60), LNotas cx1.

5. CALDAS, José Antônio. **Notícia Geral da Bahia**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951, p. 437.

6. AJES, Livro de Notas São Cristóvão (1773/76) [extrato], f.32.

7. AJES, Livro de Notas São Cristóvão (1773/76) [extrato], f.129.

8. AJES, Livro de Notas São Cristóvão (1782/84), f. 122.

Passos, José de Barros Pimentel, Gonçalo Paes de Azevedo, Francisco Xavier de Almeida, Alexandre Ribeiro Pena e João Paes Rolemberg.

Fora de Sergipe, em Salvador, um outro Manuel Rolemberg foi admitido como irmão na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em 15/04/1696, e na ocasião ele declarou ser natural da Freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, de Lisboa, Portugal, filho de outro Manuel de Rolemberg, natural da Alemanha, e de Sezilha de Pina, natural da Freguesia de São Pedro, de Lisboa, neto paterno de Panclazio Valide e de Julia Rolemberg e neto materno de Golfo Amarel e Sezilia Valide, todos naturais da Alemanha Alta e casado com Joana de Mendonça, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, de Salvador, filha legítima do capitão Manuel de Abreu de Mendonça e de Ana Moreira. Esse Manuel Rolemberg era primo de 1º grau de Francisco de Pina, que foi admitido como irmão na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em 01/04/1692, e declarou, também, ser natural de Lisboa, filho legítimo de Baltasar Vaide, natural da Alemanha, e de Clara de Pina, natural da Freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, em Lisboa, neto paterno de Panclacio Vaide e de Juluvidza Rolemberg e neto materno de Golf Amarelº e Julipza Vaide, todos naturais da Alemanha⁹. Vê-se por esse registro que os Rolembergs da Bahia e os Pinas tinham a mesma origem¹⁰.

9. ESTEVES, Neusa. **Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia - século XVII**. Salvador: 1977..

10. Frei Jaboatão cita também um Manuel Relamberg, casado com Brites de Franca, no capítulo, *Florianos na Bahia*. Diz que D. Brites de Franca, filha de Luiz Paes Floriano e de sua mulher Clara da Franca, casou-se com Manuel Relamberge¹, e nada mais. Esse Manoel Relamberg parece ser o mesmo que deu entrada na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, embora o nome da esposa não coincida. Pode ser que Manoel Rolemberg tenha se casado duas vezes. Frei Jaboatão foi a única fonte pesquisada por Sebrão Sobrinho, para escrever sobre a origem da família Rolemberg e, ainda assim, fonte secundária, embora de muito respeito.

O que faz ligarmos o Manuel Rolemberg da Bahia, nascido por volta de 1660, ao seu homônimo de Sergipe, nascido em 1713? Além da similaridade dos nomes temos a similaridade do parentesco com os Pina. Manuel Rolemberg da Bahia era primo de 1º grau de Francisco de Pina. Manuel Rolemberg de Sergipe tinha um filho chamado Alexandre Ribeiro Pena (*Pena de Pina*). A taxonomia, ciência que estuda a classificação, diz que há apenas três causas para a similaridade: convergência, origem comum e empréstimo. A convergência, muito comum entre os seres vivos, requer a existência de leis da natureza (físicas, químicas ou biológicas) que o direcionem. Não é o caso da adoção de nomes e sobrenomes. O empréstimo ocorre quando uma família adota nomes e sobrenomes de outra família, como ocorreu, por exemplo, com algumas famílias de escravos de origem africana que adotaram os sobrenomes de seus senhores. No caso dos Rolembergs da Bahia e de Sergipe, que possuem pelo menos duas similaridades (*Rolemberg e Pina*), é provável que as mesmas se devam à origem comum.

A terceira fonte primária consultada é a diligência de gênero¹¹ de Francisco Ribeiro Pena, em 1735. Esse senhor era natural de São Cristóvão de Sergipe del Rey, filho legítimo do tenente-coronel Alexandre Ribeiro Pina, natural da cidade do Porto, e de Isabel Maria de Azevedo, de São Cristóvão, neto paterno de Francisco Ribeiro Pina, natural de Braga, e de Madalena da Cunha, neto materno de José Paes de Azevedo, natural de Cotegipe, na Bahia, e de Maria de Veras¹². A similaridade dos nomes Alexandre Ribeiro Pina do tenente-coronel pai do habilitando, nascido por volta de 1690, com o do filho de Manoel Rolemberg, nascido por volta de 1740, indica que deve haver algum parentesco entre ambos.

11. A palavra gênero não consta do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda. Ela vem do latim e significa geração.

12. ANTT, CE-m.183,p.33

Na impossibilidade de unirmos as três fontes em uma única árvore genealógica dos Rolembergs, resolvemos apresentar as três árvores lado a lado, na figura 1, com a hipótese de filiação de Manuel Rolemberg ao tenente-coronel Alexandre Ribeiro Pena marcada com linha tracejada. Esta hipótese nos parece a mais provável pela similaridade dos sobrenomes *Ribeiro Pena* e *Paes de Azevedo*, este último sobrenome de família de Isabel Maria de Azevedo, mulher do tenente-coronel Alexandre.

Não descartamos a hipótese mais imediata do Manuel Rolemberg sergipano ser filho do Manuel Rolemberg baiano, irmão da Santa Casa de Misericórdia, mas não há entre os seis filhos de Manuel Rolemberg sergipano nenhum com os sobrenomes Franca, Moreira ou Mendonça, pertencentes às duas mulheres que Manuel Rolemberg baiano teria tido. Esperamos que novos documentos que venham a ser descobertos possibilitem a união das três árvores.

Um ramo mais recente da família Rolemberg é o do capitão Francisco Rolemberg Chaves, que em 1807 era dono do engenho São Bernardo do Cumbe. Esse capitão foi casado com Teresa de Jesus e teve pelo menos dois filhos nascidos em Capela: Estácio e Josefa. Seus registros de batismo constam de um antigo borrador existente na secretaria da igreja matriz que cobre o período de 1814 a 1817.

O borrador era uma cópia do livro de registro que alguns padres faziam. No século XIX, Sergipe eclesiasticamente era subordinado à Bahia e os livros findos tinham que ser enviados àquela metrópole, que mantinha um arquivo com todos os livros paroquiais. Com o borrador o padre poderia passar uma certidão de batismo, de casamento ou de óbito, sem que as pessoas precisassem recorrer à Cúria Metropolitana, que ficava muito longe. Estácio foi uma das primeiras pessoas a serem batizadas na paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Capela, pois essa freguesia foi fundada em 1813. Provavelmente esse borrador é copia do primeiro livro de batismo que houve na nova freguesia.

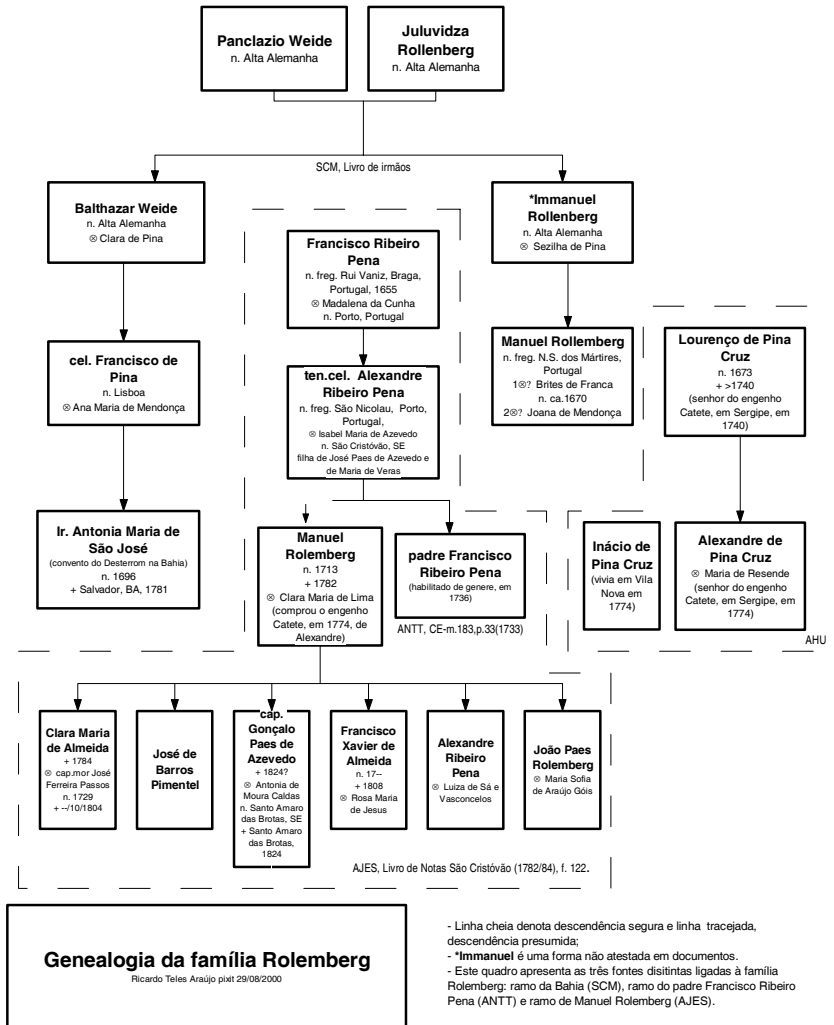


Figura 1 - Família Rollemberg

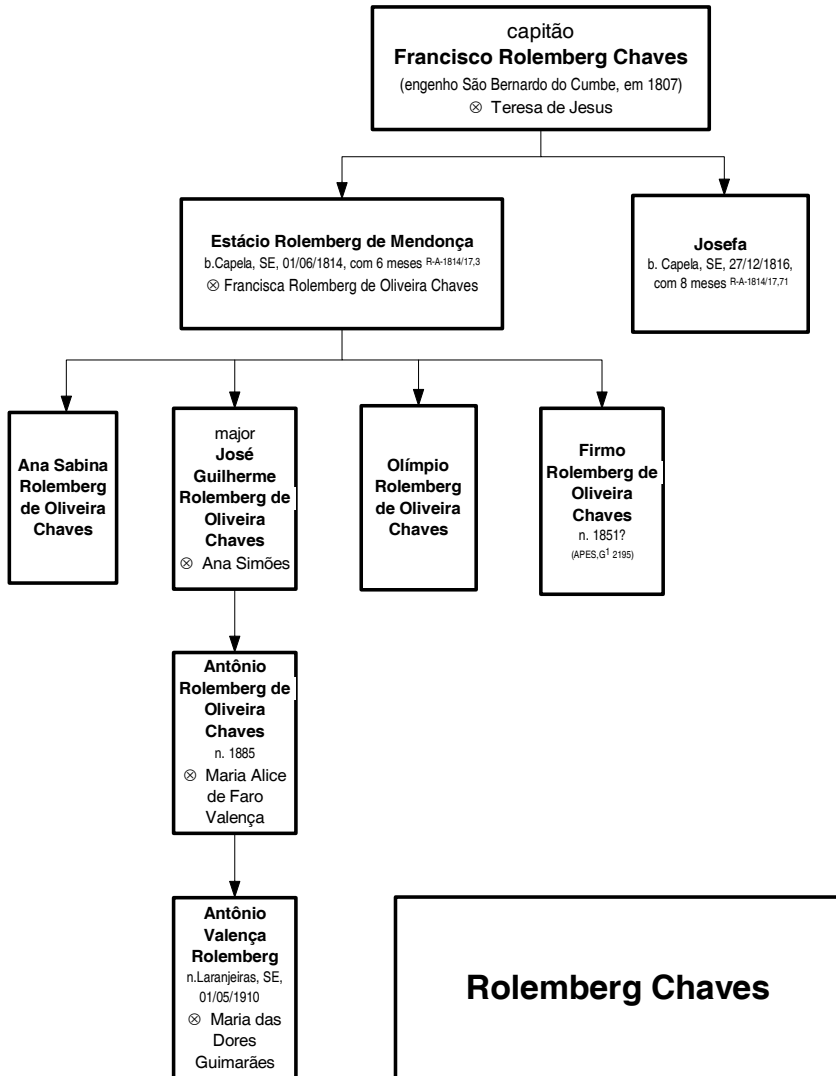


Figura 2 - Rolemberg Chaves

2) Gonçalves Franco

O mais antigo membro da família Franco de Sergipe, atestado em documentos antigos foi João Gonçalves Franco, o primeiro, cujo nome aparece na *Relação do rendimento do açúcar que fizeram os engenhos no ano de 1754 para 1755*, de José Antônio Caldas, como tendo um engenho no *Partido de Garajau*, porto onde embarcava o açúcar produzido em Santo Amaro das Brotas. Acreditamos que o seu engenho devesse ser o *Serra Negra* ou o *Bom Jardim*, que em 1788 pertenciam a Manoel Ferreira da Cruz, morador de Santo Amaro das Brotas, pai de outro João Gonçalves Franco (II). Fora a relação de Caldas, não encontramos qualquer documento sobre esse primeiro João Gonçalves Franco, não sabemos quando nasceu e nem onde era natural. Pela similaridade de nome com o outro João Gonçalves Franco (II), nascido por volta de 1760, filho de Manoel Ferreira da Cruz, acreditamos que ele fosse avô deste seu homônimo.

Há na Ilha Terceira registro de pelo menos dez pessoas com o sobrenome Gonçalves Franco, no período colonial, segundo o pesquisador americano Doug da Costa Holmes. Mas essa combinação Gonçalves Franco apenas, sem outras similaridades não me parece suficiente para ligar essas famílias de diferentes continentes. Entretanto, faço esse registro para orientar futuras pesquisas.

Manoel Ferreira da Cruz vendeu por 12 mil cruzados (4:800\$000 réis) o engenho Serra Negra ao seu filho João Gonçalves Franco, em 1788, e por essa venda se envolveu em conflito judicial com os seus genros coronel Baltazar Vieira de Melo e José Bernardino Dias Coelho e Melo, que depois de terem assinado a concordância com a venda, passaram a questioná-la, alegando que não houve a assinatura das mulheres¹³.

13. AHU, Bahia, Castro e Almeida, 13592.

Em 1798, João Gonçalves Franco (II) entra numa disputa judicial de demarcação das terras do sítio São José, onde ele construiu um engenho, com Baltazar Fernandes Chaves, pedindo à Rainha D. Maria I que resolvesse o seu problema de medição de terras para que pudesse tomar posse. Na ocasião ele declarou ser senhor do engenho Serra Negra, justamente o tal que comprara ao seu pai dez anos antes. Este João Gonçalves Franco (II) casou-se duas vezes: a primeira com Clemência Feliciano de Meneses, com quem teve a filha Quitéria Feliciano de Meneses que casou com Albano do Prado Pimentel (o terceiro do nome) tendo com ele os seguintes filhos:

- 1) José Inácio do Prado;
- 2) Joana Maria de Deus, «1800;
- 3) Francisco Munis Barreto, «1806;
- 4) João Gonçalves Franco (III), «1807, ⊗¹⁴ Cecília Bibiana de Almeida;
- 5) Maria Teresa de Jesus, «1808;
- 6) Maria do Prado Pimentel, «1812;
- 7) Antônio Coelho do Prado, «1817.

Pela segunda vez casou João Gonçalves Franco (II) com Ana Teresa de Jesus e teve seis filhos:

- 1) Antônia Teresa de Jesus Melo ⊗ José Bernardino Dias Coelho e Melo, seu primo;

14. Casou com, casado com.

- 2) Vitorina de Jesus Maria que foi casada em primeiras núpcias com o capitão-mor Henrique Luís de Araújo Maciel¹⁵, e em segundas núpcias com José Rodrigues Dantas e Melo;
- 3) Brás Bernardino de Sá Souto Maior, que em 1807 era senhor do engenho Senhor do Bonfim;
- 4) Maria Teresa de Jesus ⊗ capitão Manuel Francisco da Cruz Lima¹⁶;
- 5) Cristina Quitéria do Espírito Santo ⊗ tenente Antônio Luís de Araújo Maciel;
- 6) coronel Antônio Luís de Araújo Maciel, dono do engenho Paty, e casado com Rosa Benta do Espírito Santo, filha do coronel Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo¹⁷ e de Maria Teresa de Jesus e Melo¹⁸.

João Gonçalves Franco (III), filho de Albano do Prado Pimentel (III) e de Quitéria Feliciano de Meneses, foi coronel da guarda naci-

15. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi enterrado na capela da Ordem 3ª de São Francisco, de onde era irmão - hoje Museu de São Cristóvão. Henrique Luiz ocupou interinamente o cargo de ouvidor de Sergipe e era considerado “uma fortaleza”. Parece que foi o único de Sergipe que conseguiu enfrentar o sargento-mor Bento José de Oliveira que durante cerca de 20 anos mandou e desmandou na capitania, possuindo 20 facínoras ao seu serviço, que matavam, prendiam e açoitavam pessoas arbitrariamente. Certa vez o sargento-mor mandou treze homens armados “acometer contra o ouvidor interino na vila de Santo Amaro, unido que estava com o juiz José de Barros, sobrinho de Acioly, para não carregar [julgar] aquela vila, o que não conseguiu pela fortaleza daquele capitão-mor” (AHU, Sergipe doc 481). Em 1807, ele aparece como dono de dois engenhos, o Desterro e o São José, este último talvez herdado ou adquirido do sogro (APEB, Matrícula dos engenhos da Bahia, gentilmente cedido por Luiz Mott).

16. O capitão Manoel Francisco da Cruz Lima era dono de cinco engenhos em Santa Luzia, em 1807: Jericó, Poços, Cumbe, Cui e Barro Vermelho (APEB, idem acima). Ele faleceu antes do sogro.

17. Em 1807, Leandro Ribeiro da Siqueira e Melo possuía os engenhos Itaperóá e Santo Antônio.

18. Antônio e Rosa Benta foram pais do senador Leandro Ribeiro da Siqueira Maciel e avô do engenheiro Leandro Maynard Maciel, governador de Sergipe.

onal, casou com Cecília Bibiana de Almeida. Faleceu em Laranjeiras, em 06/04/1895, deixando de bens de raiz o engenho Alagoinhas e terras em um lugar chamado Capoeira. Teve com sua esposa os seguintes filhos:

- 1) Albano do Prado Pimentel Franco;
- 2) José Inácio do Prado Franco;
- 3) Francisco de Barros Pimentel Franco;
- 4) Isabel Accioli do Prado, ⊗ José Batista de Vasconcelos
- 5) Joana Gonçalves Franco ⊗ Manoel Francisco de Santana;

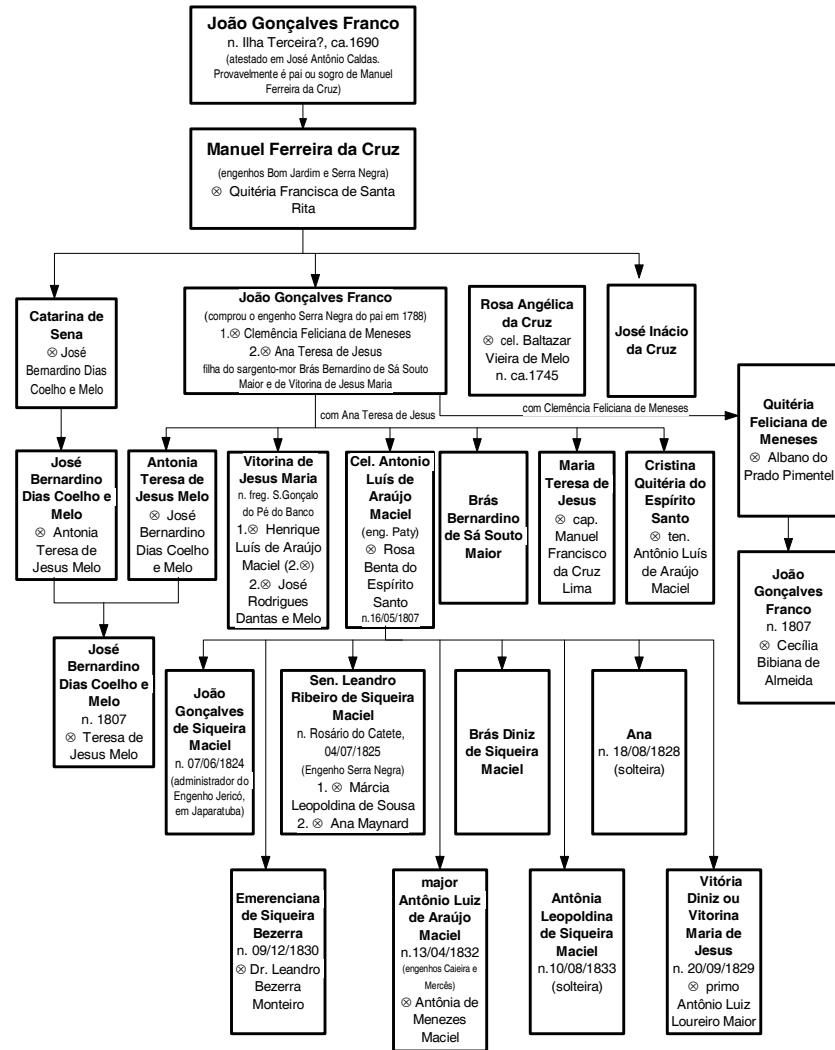
João Gonçalves Franco (III) teve com Antônia Maria de São José uma filha natural chamada Joana.

Albano do Prado Pimentel Franco, filho de João Gonçalves Franco (III) e Cecília Bibiana de Almeida, era dono do engenho São José do Pinheiro e foi casado com Adélia do Prado Franco tendo os seguintes filhos: José do Prado Franco, Walter do Prado Franco, Manuel do Prado Franco, Augusto do Prado Franco, Flávio do Prado Franco, João do Prado Franco, Maria Augusta Franco e Francisco de Paula do Prado Franco. Albano e Adélia deram dois governadores para Sergipe: Augusto do Prado Franco e seu filho Albano do Prado Pimentel Franco, governador desde 1995.

3) Prado Pimentel

Os mais antigos moradores de Sergipe da família Prado Pimentel que temos notícia atestado em fontes históricas foram Albano do Prado Pimentel e seu irmão sargento-mor Antônio Coelho do Prado.

Quando Manuel Francês, que foi capitão-mor de Sergipe faleceu em 1º/05/1748, suas duas filhas, Isabel Maria e Maria de Jesus, solicitaram ao Conselho Ultramarino que se fizesse o auto de residência do seu pai, que tinha falecido no posto, a fim de que pudessem requerer a satisfação dos seus serviços, como únicas herdeiras



Genealogia da família Franco, de Sergipe

Ricardo Teles Araújo p04107/08/2000

- Linha cheia denota descendência segura e linha tracejada, descendência presumida;
- Este quadro apresenta as seguintes fontes ligadas à família Franco: Caldas (1754), AHU, Bahia 13592 (1788), AJES Maroim 1-T-cx.2 (1843).

Figura 3 - Família Gonçalves Franco

do mesmo.¹⁹ Era usual no século XVIII que os serviços prestados por uma pessoa que servisse ao Rei, fossem recompensados com um ofício remunerado, que poderia ser cedido a um filho, sobrinho ou mesmo a uma filha para que servisse de dote para ela se casar. Por ordem de Sua Majestade via o Conselho Ultramarino, o ouvidor de Sergipe, Domingos João Viegas, tirou o auto de residência, ouvindo inúmeras testemunhas. A 19^a testemunha foi **Albano do Prado Pimentel**, que ouvido em 31/01/1750, declarou ser senhor do **Engenho Santa Rosa**, sito no Rio Sergipe, termo de Itabaiana, onde ele morava e que tinha 64 anos de idade. Nasceu, portanto, provavelmente em 1686.²⁰ Seu irmão sargento-mor Antônio Coelho do Prado testemunhou em 29/03/1740 na devassa de residência de Francisco da Costa, que foi capitão-mor de Sergipe, declarando que morava em São Cristóvão, vivia de suas lavouras e tinha 52 anos de idade, tendo nascido provavelmente em 1688²¹.

Albano do Prado Pimentel foi casado, conforme Frei Jaboatão, com Joana Maciel, filha do coronel João Velho Maciel e de Maria de Sá Barbosa, neta paterna de Cláudio Maciel de Andrade e de Teresa Correia de Vasconcelos, neta materna do coronel Gaspar Barbosa de Araújo e de Maria de Sá.²² Albano faleceu em Itabaiana, em 1759. Teve os seguintes filhos:²³

II.1 Albano do Prado Pimentel (II) ⊗ Joana Maria de Deus;

II.2 Vicente José do Prado ⊗ uma filha do capitão-mor Manuel Dias;²⁴

19. AHU, Sergipe doc 367.

20. AHU, Sergipe doc 371.

21. AHU, Sergipe 330.

22. CALMON, Pedro. Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Jaboatão. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. 2v.p.643.

23. APES, Arquivo Sebrão Sobrinho, Inventários.

24. Frei Jaboatão menciona no seu catálogo genealógico que Vicente José do Prado foi casado com uma filha do capitão-mor Manoel Dias. Nessa época, meados do século XVIII, existiam dois capitães-mores com este nome: Manoel Dias Coelho e Manoel Dias da Costa, deixando-nos em dúvida sobre qual deles.

II.3 Maria Francisca de Nazaré.

Albano do Prado Pimentel (II) foi senhor do engenho Dangra.

Sua esposa Joana Maria de Deus faleceu em Itabaiana, em 1798. Ele faleceu também em Itabaiana, em 1818. O casal deixou os seguintes filhos:

III.1 padre Antônio Coelho do Prado;

III.2 José Trindade Pimentel (engenhos N. S. da Conceição e Ladeira Grande, de Santo Amaro);

III.3 Francisco Munis Barreto;

III.4 Genoveva Maria de Santa Quitéria;

III.5 Emerenciana Sofia Lucena de Meneses ⊗ capitão Hermenegildo José Teles de Meneses, filho de Raimundo Teles Barreto.

III.6 Albano do Prado Pimentel (III) ⊗ Quitéria Feliciano de Meneses, filha de João Gonçalves Franco (II) e de Cle-mência Feliciano de Meneses. Sua descendência está na família Gonçalves Franco.

4) Correia Dantas

Antônio Correia Dantas é o mais antigo membro da família que descobrimos. Participou da revolta contra o governo central da Bahia, do conde de Atouguia, capitaneada pelo próprio capitão-mor, Manuel Pestana de Brito, deflagrado em outubro de 1656, quando o conde governador manda ele retirar-se de Sergipe e entregar a administração da capitania para o sargento-mor Baltazar dos Reis. Manuel Pestana de Brito revolta-se e torna-se o chefe do movimento revolucionário, cuja aspiração era a instituição de um governo emancipado, livre do da Bahia²⁵. Brito, que vivia tendo

25. FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p.178.

atritos com os membros da câmara, consegue apoio de muitos partidários, e prende o vigário de Sergipe Pe. Sebastião Pedroso de Goes, maior conselheiro da câmara, que se mantivera fiel ao conde governador. Todos foram presos e processados pela acusação de expulsarem o vigário e de atentarem contra sua vida, em 03/12/1656.²⁶

Brito foi preso com outras três pessoas e enviado para a Bahia, enquanto outros partidários, talvez com culpas menores, como Antônio Correia Dantas, foram presos na cadeia de São Cristóvão. Pelos títulos dos presos fica evidente que eram da alta sociedade da época:

a) presos na Bahia:

1. capitão-mor Manoel Pestana de Brito;
2. Filipe de Santiago, residente em Sergipe;
3. capitão Manoel Rodrigues Bravo, vereador;
4. Gaspar Maciel Vilas Boas, escrivão da câmara.

b) presos na cadeia de São Cristóvão:

1. Antônio Correia Dantas, cunhado de Vicente de Amorim;
2. Antônio Nogueira, espancamares, mameluco, morador em São Cristóvão;
3. Antônio da Maia, que foi procurador, morador na Taboiana;
4. Manuel Velho de Miranda, vereador no ano passado;
5. Manuel Leal, morador em São Cristóvão;
6. Antônio de Caldas, procurador do Conselho, ano passado;
7. João da Rocha Vicente;
8. Antônio Gonçalves Figueiredo, morador na Taboiana;
9. sargento Manuel Leitão, da companhia do capitão Antônio Coelho, do limite do Laguarto;
10. Ana Dalpoem, mulher de Antônio de Fontes, moradora em São Cristóvão.

26. AHU, Sergipe, doc. 9.

Antônio Correa Dantas é citado também em um documento registrado no Livro de Notas do cartório de São Cristóvão de 1655 a 1679, arquivado no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. A data precisa do registro não nos é conhecido pois o livro está todo deteriorado e somente alguns fragmentos subsistem até hoje. Por estes fragmentos pudemos ler que o capitão-mor Manuel da Rocha Pita, que era testamenteiro e inventariante de Antônio, declarou perante testemunhas que *sua cunhada Maria de Andrade estava de posse dos bens dos órfãos, filhos do defunto seu marido e que estava obrigado pelo juiz dos órfãos a dar fiança dos ditos bens e entregar todas as vezes que pelo dito juiz dos órfãos fosse pedido conta*. Era portanto Antônio Correia Dantas casado com a dita Maria de Andrade e faleceu entre 1656 e 1679, deixando herdeiros.²⁷ Destes fragmentos podemos inferir que:

- a) os filhos de Antônio Correia Dantas deviam ser menores de idade (com menos de 25 anos conforme maioridade da época), pois caso contrário seus bens não seriam administrados pelo juiz dos órfãos e, também, um deles provavelmente teria sido escolhido para ser o testamenteiro;
- b) o capitão Manuel da Rocha Pita por ser cunhado de Maria de Andrade era ou casado com uma sua irmã, ou irmão de Antônio Correia Dantas. A segunda hipótese é mais provável pelo costume de se escolher o testamenteiro entre os parentes mais próximos.

É provável que Antônio Correia Dantas fosse português, natural de Coura, local de nascimento declarado pelo seu irmão, Manuel da Rocha Pita, quando depôs no processo de limpeza de sangue de Vicente da Costa Cordeiro, em 06/03/1678, no Convento do

27. AJES, L.Notas 1655-79.

Carmo, na cidade de São Cristóvão.²⁸ Manuel da Rocha Pita e Antônio Correia Dantas deviam ser da mesma família dos Rocha Pita do Caboto, que teve origem em Antônio da Rocha Pita, natural de Coura, que se casou com Maria da Rocha Pita, provavelmente sua prima, em Iguape, Bahia, 01/07/1678.²⁹ De qualquer forma, ainda que Manuel fosse aparentado à mencionada família baiana, o fato é que Manuel da Rocha Pita não descendia de Antônio da Rocha Pita do Caboto, pois este último, provavelmente, era mais novo que Manuel.

Pedro Calmon menciona que no Livro Velho do Tombo do São Bento, da Bahia, à página 19, aparece em 1641, Belchior Dias Barbosa, morador em Sergipe, casado com Maria da Rocha Pita. Esse Belchior, com toda a probabilidade é o mesmo que depôs no processo de gênero de Vicente da Costa Cordeiro, em 08/09/1677, declarando ser natural do Recôncavo da Bahia, ter 64 anos, e ser morador em Sergipe há mais de 50 anos (antes de 1627, portanto) de onde exercia a profissão de ouvidor.³⁰

Em Sergipe foi atestado em três ocasiões um certo Antônio da Rocha Pita, nascido em 1658, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória de Sergipe del Rey³¹, que provavelmente era filho do capitão Manuel da Rocha Pita irmão de Antônio Correia Dantas, o que infere que os dois podem ter nascido por volta de 1628, pelo fato de os pais em Sergipe colonial serem em média 30 anos mais velhos do que os filhos. Para efeito de comparação, o patriarca de Coura, Antônio da Rocha Pita, deve ter nascido por volta de 1633, enquanto o patriarca da vila de Caminha, Sebastião da Rocha Pita,

28. ANTT-SOfício, Vicente, m2, n31

29. CALMON, Pedro. **Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Jaboatão**. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. 2 v, v.1, p. 151.

30. ANTT-SOfício, Vicente, m2, n31

31. AN/TT, José, 44, 705.

deve ter nascido por volta de 1610. O de Coura tinha um irmão chamado Manuel Barbosa Dantas cujo sobrenome *Dantas* pode ter a mesma origem do *Dantas* do Correia Dantas.

A origem portuguesa da família Correia Dantas é confirmada pelas pesquisas de Yony Sampaio, pesquisador de Pernambuco, que escreveu que Lourença Barbosa de Melo, nascida em São Gonçalo do Pé do Banco (hoje Siriri, Sergipe) no início do século XVIII, seria filha de **Luís Correia Dantas**, português, com Maria da Graça, do Pé do Banco.³²

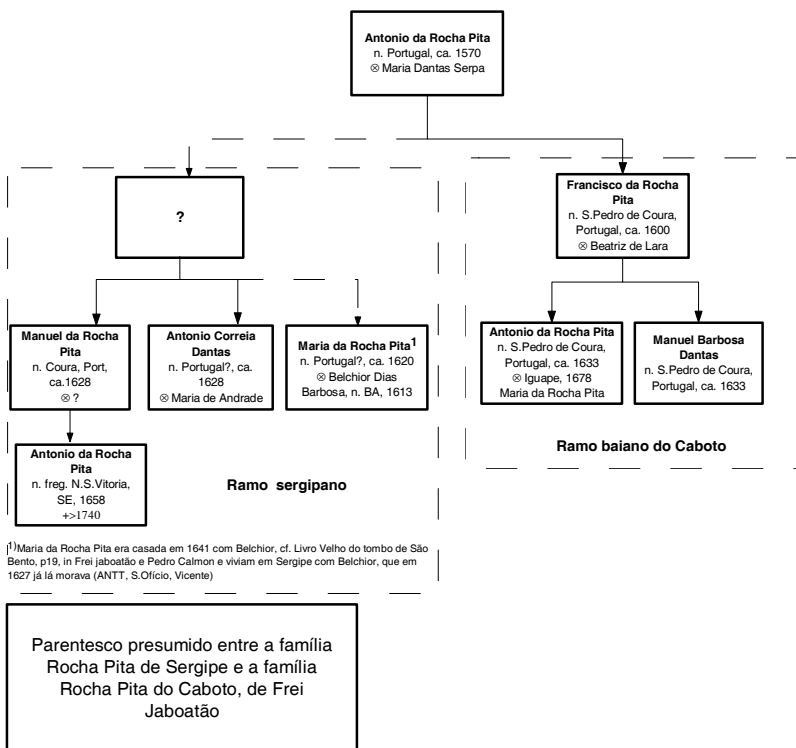


Figura 4 – Correia Dantas de Sergipe e da Bahia

32. SAMPAIO, Yony. **Povoamento do Cariri Cearense e Pernambucano - Troncos familiares**. Em manuscrito.

O capitão **Lourenço Correia Dantas** recebeu através de um alvará de 14/08/1709, uma terra com 500 braças de comprimento e 1500 de largo, no sítio Cotinguiba, terra que herdou de sua sogra, Teresa de Moura, e que é a metade da sesmaria de João da Rocha Vicente, e já medida acima do esteio da Ganhamoroba, começando nas Ilhas das Lages e que tem o nome de Porto dos Cedros de que já está de posse, com todas as águas, campos, pastos e mais úteis, salvo prejuízos de terceiros.³³ O capitão Lourenço Correia Dantas aparece como 9^a testemunha no sumário feito em 15/11/1723, pelo Doutor Ouvidor-Geral da Comarca de Sergipe Antônio Soares Pinto, a mando do Rei Dom João V, acerca da limpeza de sangue e dos bons costumes de Nicolau de Souza Furtado, a fim de se encartar nos ofícios de tabelião do Público Judicial, Notas e Órfãos da capitania de Sergipe del Rey. Na ocasião disse Lourenço que era casado, morador na Cotinguiba, senhor de engenho e de idade de 63 anos (nasceu provavelmente em 1660) e que tinha amizade e vizinhança com Nicolau de Souza Furtado, seus pais e avós.³⁴

Em Abril de 1721, o ouvidor da comarca de Sergipe del Rey, Manoel Martins Falcato, em correição fez um sumário para averiguação de erros cometidos pelo então escrivão de órfãos Nicolau de Souza Furtado, ouvindo cinco testemunhas. A 5^a testemunha, **Cristóvão Correia Dantas**, solteiro, com 42 anos de idade, morador na praia, termo de São Cristóvão, e que vivia da sua agência, era tutor dos órfãos menores filhos do seu irmão Felipe Santiago dos Santos e disse que o escrivão de órfãos e defuntos Nicolau de Souza Furtado, tinha arrematado, através de terceiros, a fazenda Guaxanduba e três escravos pertencentes aos órfãos. Um dos órfãos, maior de idade, era Antônio Vieira Delgado³⁵. Cristóvão nasceu, portanto, provavelmente em 1679.

33. FREIRE, Felisbela. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: SEC/FUNDEPAH, 1995, p. 58.

34. AHU Sergipe doc 126.

35. AHU, Sergipe doc 148.

No livro de notas n° 28 (1735-38), de São Cristóvão, consta uma procuração feita em 02/02/1738 de **Miguel Correia Dantas**³⁶.

Quando Manuel Francês, que foi capitão-mor de Sergipe faleceu em 1°/05/1748, suas duas filhas, Isabel Maria e Maria de Jesus, solicitaram ao Conselho Ultramarino que se fizesse o auto de residência do seu pai, que tinha falecido no posto, a fim de que pudessem requerer a satisfação dos seus serviços, como únicas herdeiras do mesmo³⁷. Era usual no século XVIII que os serviços prestados por uma pessoa que servisse ao Rei, fossem recompensados com um ofício remunerado, que poderia ser cedido a um filho, sobrinho ou a uma filha para que servisse de dote para a mesma se casar. Por ordem de Sua Majestade via o Conselho Ultramarino, o ouvidor de Sergipe, Domingos João Viegas, tirou o auto de residência, ouvindo inúmeras testemunhas. A 20ª testemunha foi **Antônio Correia Dantas**, que ouvido em 31/01/1750, declarou ser senhor do Engenho Calambrava, sito no termo de Santo Amaro das Brotas, onde ele morava e que tinha 69 anos de idade. Nasceu, portanto, provavelmente em 1681.³⁸

Em 1757, na lista da companhia dos soldados da ordenança da Vila de Santo Amaro das Brotas de que era capitão Manoel Gomes de Souza, aparecem **Antônio Correia Dantas** e **Francisco Correia Dantas**, provavelmente irmãos por constarem lado a lado na listagem, costume utilizado na época. Em 09/03/1756, na tropa de cavalos de que era capitão Francisco José Cesar de Atouguia, aparecem como soldados Francisco Correia Dantas, talvez o mesmo que aparece na companhia das ordenanças, **Lourenço Correia Dantas**, e, também, Brás Vieira Dantas e Gonçalo Vieira Dantas, talvez aparentados com os Correia Dantas.³⁹

36. AJES, Livro de Notas, cx. 1.

37. AHU, Sergipe doc 367.

38. AHU, Sergipe doc 371.

39. AHU, Sergipe doc 404.

No casamento de Maria da Porciúncula da Encarnação, em Itabaiana, SE, em 22 de setembro de 1774, com Domingos José de Oliveira, foram testemunhas o padre **Antônio Correia Dantas** e o Alferes José Carlos Pereira, casamento este celebrado pelo vigário Manoel da Fonceca.⁴⁰

Em 12/07/1786, **Lourenço da Rocha Pita** e sua mulher Ana Maurícia de Santa Clara venderam por 112 mil réis uma sorte de terras no engenho do Camassari ao sargento-mor Bento José de Oliveira, que ele tinha recebido de herança do seu pai, também Lourenço da Rocha Pita.

40. Livro dos casamentos da Freguesia de Santo Antônio das Almas de Itabaiana, folha 177, in Habilitação de Genere de Antônio José de Oliveira, ADS.

O CLÃ DO ENGENHO PORTEIRAS

EMMANUEL FRANCO
Historiador

Clã é uma aglomeração de famílias que são ou se presumem descendentes de ancestrais comuns.

O povoamento do território sergipano se fez por terra, partindo da cidade de Salvador, dando origem aos povoados de Itapicuru, Geru, Campos, por mar, subindo os rios Real e seu afluente Piauí, dando origem ao povoado Santa Luzia e daí para o norte. Fez-se pelo rio Sergipe, dando origem aos povoados Nossa Senhora do Socorro e Santo Amaro das Brotas, penetrando nos seus afluentes Cotinguiba, Ganhamoroba e Jacarecica, no sentido leste-oeste e subiu para o norte até os rios Japarutuba e São Francisco. De Recife vieram de norte a sul, pernambucanos que se encontraram com os colonizadores que vinham em sentido contrário, de sul para o norte em direção do rio São Francisco.

Pelo rio Sergipe encontraram uma barra mais favorável e um estuário largo e profundo, para onde convergem os rios Pomonga, Parnamirim e Ganhamoroba pela margem esquerda, e o Poxim, do Sal, Cotinguiba e Jacarecica, pela margem direita. A vegetação era constituída de manguezais, com árvores de vinte e trinta metros de altura, margeando as águas salgadas dos rios na parte influenciada pelas marés e por trás, a portentosa Mata Atlântica, com árvores de

trinta e cinco metros de altura e troncos de mais de um metro de diâmetro. O solo arenoso de início fez surgir temporariamente a cidade de São Cristóvão, que pouco depois foi transferida para solos de celão. Podzólico Vermelho Amarelo, até ficar no seu lugar definitivo, às margens do rio Paramopama, afluente do rio Vasabarris.

Penetrando o rio Sergipe, os colonizadores fundaram o povoado de Nossa Senhora do Socorro, no lado direito e quase defronte, pela margem esquerda, o povoado de Santo Amaro, em lugares altos, dominando o rio Sergipe e meio distanciados dele, temendo provavelmente ataques de piratas.

No século XVII havia em Sergipe quatro paróquias: Itabaiana a Freguesia de Vila Nova (desmembrada da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória), a Freguesia de Lagarto (que foi elevada a Vila em 1698). Em 1680 a Paróquia de Santa Luzia foi desmembrada da Paróquia de Santo Amaro do Ipitanga, sendo elevada a Vila em 1698. A Paróquia de Pé-do-Banco, atual Siriri, foi elevada a Freguesia em 18 de fevereiro de 1700, pelo Arcebispo D. João Francisco de Oliveira. Em 1718 foi criada a paróquia de Santo Amaro, desmembrada da freguesia do Pé-de-Banco, provocando a mudança da sede da sua primeira Matriz da Capela de São Gonçalo, junto ao rio Sergipe para a Capela de Jesus Maria José, no centro da Freguesia, por provisão do Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide. Em 1720 foi criada a Vila de Santo Amaro. Ficou pertencendo à Vila de Santo Amaro, o território da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro, situado na margem esquerda do rio Sergipe, passando esta Vila a pertencer a Freguesia Pé-de-Banco (atual Siriri), daquela data em diante. O território da margem direita do rio Sergipe continuou pertencendo à Freguesia de Nossa Senhora do Socorro.

O colonizador, ao penetrar no rio Sergipe, ele encontrou um solo arenoso profundo denominado Aren quartzoso Marinho Distrófico, solo pobre onde o milho, o feijão e a mandioca não produzem muito bem. Mais para noroeste aparece um solo vermelho amarelo, é o denominado solo Podzólico Vermelho Amarelo, tam-

bém chamado celão. É um pouco mais rico do que o anterior. Aí surgiram as primeiras propriedades de nomes Barreirinhas, Curralinho e Limoeiro, este já sendo um engenho de açúcar, possivelmente o primeiro engenho de açúcar da região porque é citado a séculos. Ele está situado na margem direita do rio Siriri, afluente do Japarutuba que está mais ao norte, entre o rio Sergipe e o rio São Francisco.

A colonização se dirigindo para noroeste do povoado Santo Amaro, atraído por uma mata mais vigorosa e com menos palmeiras de ouricurizeiros, Syagros coronata, a piassaveiras, Attalea sp., e a dois ou três quilômetros de distância tendo árvores de trinta e cinco e mais metros de altura e tronco tendo mais de um metro de diâmetro, sobre um solo marrom escuro a negro, argiloso, semelhante ao solo da Marga, a Europa, que ele denominou de solo de Massapé e que atualmente é denominado de Vertissolo, solo calcáreo muito rico. Ela derrubou a mata, plantou cana de açúcar que teve um grande desenvolvimento e trouxe riqueza com o surgimento dos engenhos de açúcar. O povoado se desenvolveu e passou a vila de Santo Amaro. Os engenhos de açúcar foram surgindo à medida que se conquistava e povoava o solo de Massapé, isto a partir do fim do século XVII e princípios do século XVIII. Os engenhos foram surgindo na direção do Pé-do-Banco, atual Siriri, ou o contrário, pois a vila de Santo Amaro engenho Porteiras porque deu origem às famílias que predominaram na Cotinguiba, como passou a se chamar a região produtora de açúcar que surgiu em torno do rio Cotinguiba, afluente do rio Sergipe, e que no início da colonização da Capitania de Sergipe d'El Rei, deu seu nome ao atual rio Sergipe. As famílias oriundas do engenho Porteiras, predominaram na Cotinguiba no séculos XIX e XX.

Atualmente, nada existe mais do engenho Porteiras, mas, segundo informações, ele foi construído no local onde se acha a Casa Grande da antiga Usina Caraíbas, entre as cidades de Santo Amaro das Brotas, Maruim e Rosário do Catete, atualmente uma propriedade da Usina S. José do Pinheiro, em Laranjeiras. O tempo tudo acaba.

Ser originário do engenho Porteiras era um sinal da nobreza do açúcar em Sergipe.

Segundo a tradição de minha família, transmitida oralmente pela minha tia, cega dos dois olhos, devido a uma doença denominada na época de Gota Serena, Josefina Muniz de Vasconcellos e segundo as anotações de família dos irmãos Hermano Barreto, que viveu 102 anos e morou na cidade de Santos, em São Paulo, pai do meu cunhado, Dr. Geraldo do Prado Barreto, e o senhor Braúlio Barreto, que viveu 84 anos e morou toda a vida em Aracaju, eis a história do engenho Porteiras e seus proprietários. O meu concunhado Geraldo do Prado Barreto me deu todas as anotações sobre a família e me autorizou a publicação da genealogia da família, o restante é fruto dos meus estudos. Nestes estudos, observem como se deu a divisão de terra na Cotinguiba. Esta terra fazia parte de sesmarias dadas pelos capitães-mores, mas nada encontrei sobre estas sesmarias, cabendo aos pesquisadores de História descobrirem quais foram e reescreverem a história da Cotinguiba, em Sergipe.

No século XVIII a vila de Santo Amaro era a mais importante povoação no rio Sergipe e para onde convergiam naus portuguesas trazendo e levando mercadorias, entre elas o açúcar e notícias e o centro de atração de todas as famílias dos senhores de engenho e dos moradores da redondezas até da distante povoação de Pé-de-Banco. Possivelmente entre 1730 e 1745, em uma das naus portuguesas que traziam e levavam mercadorias, veio um português de nome Antônio Coelho Barreto. Este, jovem e solteiro, conheceu em uma festividade religiosa da vila de Santo Amaro e ficou enamorado da jovem e possivelmente da bela Quitéria Gomes de Sá, filha do pernambucano João Gomes de Mello e sua esposa Thereza de Jesus Sá, proprietários do engenho Piranhas, situado no Termo de Pé-de-Banco, e neta do capitão-mor Francisco Vieira de Mello e sua esposa Josepha Paulo de Santana, proprietários do engenho Praia. Isto aconteceu entre 1745 e 1747. Do namoro vem o casamento e o jovem casal vai morar no engenho Porteiras, em Santo Amaro, povoar a dadivosa terra brasileira.

Possuindo boas terras que produziam cana-de-açúcar todos os anos e cujo preço do açúcar era muito valorizado, eles constituíam uma família rica e feliz. Educados, amiguetos, mantendo relações com todos os seus vizinhos, os filhos foram crescendo tornando-se os alvos da cobiça dos senhores de engenho e de suas filhas e filhos, porque os casamentos eram feitos pelos pais, sendo aceitos pelos filhos e filhas, desde que houvesse simpatia mútua entre os jovens.

À medida que os filhos nasciam e cresciam, o engenho Porteiras conheceu os melhores dias de fastígio de todos os tempos.

Antonio Coelho Barreto, educando os filhos com os conhecimentos que trouxera da Europa, mantinha relacionamento com os senhores de engenho da Cotinguiba e, por isso, à medida que os filhos cresciam, estes passaram a ser cobiçados pelos senhores de engenho que desejavam que casassem com sua filhas, desde que houvesse afeição mútua, para regenerar o sangue branco português. E assim aconteceu, com uma política matrimonial que fez com que os seus descendentes predominassem na Cotinguiba, nos séculos seguintes, dezenove e vinte.

No século XIX e mais ainda no século XX, era tradicional os noivos levarem ajustados pelos pais dos noivos. Eis um exemplo: o meu avô, Francisco do Prado Pimentel Franco, filho de João Gonçalves do Prado Franco, proprietário do engenho Flor da Roda, em Laranjeiras, e Maria Lídia Santos Silva, do engenho Jacu, em Laranjeiras, vizinhos ou próximos. Ele com 18 anos e ela com 13 anos.

Os pais foram acerta o casamento. Pergunta João Gonçalves ao português Manoel dos Santos Silva, proprietário do engenho, pai de Maria Lídia: “O que o você dá para casar o meu filho com a sua filha?”. Respondeu Manoel dos Santos Silva: “Eu dou o Jacu que você deu a sua filha quando foi casar”. Retrucou João Gonçalves: “Eu dei quatro contos em terra e quatro contos em escravos”. “Está feito o negócio”. E assim foi acertado o casamento e assim surgiu o engenho palmeiras, dos meus avós.

Houve o casamento com festas e muitos convidados e oito dias de duração, pois em 1860-1870, os parentes compareciam e com estradas ruins, demoravam para voltar e por isso a festa continuava. Contava o meu pai que o meu avô e minha avó se casaram e foram dormir juntos, no dia seguinte, minha avó com treze anos, acordou cedo e foi apanhar no quintal umas goiabas de vez e maduras, subindo nos galhos das goiabeiras...

Depois, com o decorrer dos anos, tiveram treze filhos vivos.

Entre 1740-1758 usava-se colocar o sobrenome do pai no meio e o sobrenome da mãe no fim do nome dos filhos; o contrário do que faz neste fim do século XX. Exemplo: Quitéria Gomes Sá, filha de João Gomes de Mello e Thereza de Jesus Sá. Já em 1749 em diante, Antonio Coelho Barreto e Quitéria Gomes de Sá deram sobrenomes diferentes aos seus filhos.

Eles tiveram nove filhos homens e quatro mulheres, relacionados a seguir:

- 1º Albano do Prado Pimentel
- 2º José Sotero de Sá
- 3º Gonçalo Vieira de Mello (padre)
- 4º Maria Euphrasia do Espírito Santo
- 5º Theotônio Correa Dantas
- 6º Braz Vieira Dantas
- 7º João Gomes Vieira de Mello (padre)
- 8º Estácio Muniz Barreto
- 9º Dionízio Eleotério de Menezes
- 10º Bárbara
- 11º Quitéria Gomes
- 12º Genoveva
- 13º Joaquim Pedro de Aragão

A partir do oitavo filho os dados estão incompletos.

Deles descendem as famílias proprietárias de terra da Cotinguiba relacionadas neste trabalho e possivelmente outras tantas que foram ligeiramente ou mesmo esquecidas e que não foram

de interesse guardar na memória daqueles pessoas que me forneceram estes dados. Se houver interesse de alguém, que cruze os dados com os de outras famílias de Sergipe e descubra as ligações de famílias.

A primeira coisa a observar é o velho costume português de dar a cada filho sobrenome diferente, originando famílias aparentemente diferentes, mas, na realidade, parentes bem próximos. As razões que parecem justificar este fato são as seguintes: 1º) a Península Ibérica onde se localiza o território português, foi invadida, dominada e povoada sucessivamente por Tartéssios, Iberos, Celtas, Gregos, Fenícios, Cartagineses, Romanos, Judeus, Visigodos, Suevos, Álanos, Vândalos, Árabes e Bérberes. Cada povo invasor tinha chefes e reis e estes lutavam entre si e na luta pelo poder, o vencedor procurava eliminar o vencido. Experientes, escaldados, as famílias que viviam na Península Ibérica, para não serem exterminadas por razões étnicas, políticas, religiosas, no decorrer dos séculos e milênios, como autodefesa, colocavam um sobrenome diferente para cada filho. Se houvesse, algum dia, algum século, algum milênio, perseguição a uma família, exemplo, Barreto, Oliveira, Faro, etc., onde o vencedor ou o rei ou qualquer autoridade mandasse expulsar ou matar todos os membros daquela família, muitos irmãos, primos, parentes, se livrariam porque tinham sobrenomes diferentes e se ninguém delatasse, ninguém saberia e continuariam existindo.

Exemplo: no século XVIII, no reinado de D. José I e do Ministro Pombal, em Portugal, a família Távora foi perseguida e para se salvar, muitos membros da família fugiram para o Brasil e, na margem do rio São Francisco apareceram com o nome de Tavares, que vivem em Propriá, em Porto da Folha, em Sergipe.

A atual guerra entre a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a antiga Iugoslávia, atual Sérvia, se dá porque há 600 anos atrás os turcos otomanos que vieram dos altiplanos da Ásia conquistando terras, derrotaram o grande reino da Sérvia e expulsaram toda a população sérvia do território que se denomina atual-

mente de Província de Kosovo. Um sérvio Milisevich, assumindo o poder a poucos anos, resolve expulsar os enfraquecidos turcos otomanos, agora denominados de kosovares, e tomar o território e povoar de sérvios. A OTAN resolveu intervir para evitar a chacina.

2º) O Império Romano, dirigido pelo Imperador Tito Vespasiano César Augusto e as tropas sob o comando do seu filho, o general Tito, mais tarde também imperador, derrotaram os judeus Zelotes que se revoltaram contra Roma e depois destruíram a cidade de Jerusalém, no ano 70 da Era Cristã. Transferiram então parte da população israelita para a Península Ibérica. A população judaica se adaptou na Península e se multiplicou. Vieram os cristãos, foram embora os romanos e, em seu lugar, vieram sucessivamente os povos bárbaros, visigodos, suevos, álanos, vândalos e, por fim, os árabes e berberes (mourous) e com estes povos mais os primitivos habitantes, iberos, celtas, sempre souberam viver, até que há cerca de quatorze séculos decorridos, os reis católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, unidos pelo matrimônio, depois de expulsarem o último rei mouro em Granada, unindo toda a Península Ibérica sob uma só coroa; em 31 de março de 1492, pelo Édito Real, expulsaram os judeus da Espanha, dando-lhes o prazo de quatro meses para que eles partissem sem levar dinheiro, ouro ou prata.

Em 1496, D. Manoel I, rei de Portugal, ordena a conversão forçada de todos os judeus que viviam no país e estes passaram a se denominar de “cristão novos”. Possivelmente eles passaram também a colocar sobrenome diferentes para cada filho, para sobrevivência da família, caso no futuro um, dois ou mais séculos, algum rei mandasse matar todos os judeus de determinadas famílias.

Descendência de Antonio Coelho Barreto e Quitéria Gomes de Sá

É possível que o engenho Porteiras tenha sido uma doação dos avós, o capitão Francisco Vieira de Mello e Josepha Paula de Santana, à sua neta Quitéria Gomes de Sá, depois esposa de Anto-

nio Coelho Barreto, porque o engenho Porteiras é perto do engenho Praia, do avô Francisco Vieira de Mello e longe do engenho Piranhas, casando-se ela na casa do seu avô e não na casa dos pais, respectivamente Santo Amaro e Pé-do-Banco. Casaram-se possivelmente em 1748 ou em 1749, nasce o primeiro filho de nome Albano do Prado Pimentel e, em 1750, o segundo filho de nome José Sotero de Sá, batizado em 10 de novembro de 1750, na capela de Santo Rosa e sucessivamente vão nascendo mais onze filhos, sendo nove filhos homens e quatro filhas mulheres, em um total de treze filhos.

O engenho Porteiras, em 1750, era muito distante da capela de Santa Rosa, indo por terra, porque a mata era muito extensa e de árvores muito altas e os caminhos eram estreitos e pouco trafegados, mas, indo por água, em canoa pelo rio Sergipe até o Trapiche Vitória e outros trapiches que possivelmente havia nas suas margens, podia-se chegar até bem perto da capela de Santa Rosa, no povoado Santa Rosa, viajando durante uma maré enchente e voltando em uma maré vazante. É possível que a extensa e densa mata que cobria toda a Cotinguiba reduzisse a evaporação e permitisse que o rio Sergipe fosse navegável até a capela de Santa Rosa, que deu origem ao povoado do mesmo nome e atual cidade de Santa Rosa de Lima. De saveiro, atualmente, o rio Sergipe é navegável na maré cheia até cerca de trezentos metros de confluência do rio Sergipe com o rio Jacarecica, seu afluente, e daí para a cidade de Santa Rosa de Lima a distância é de cerca de seis quilômetros, ou uma légua.

Á medida que os filhos nasciam, o engenho Porteiras viveu os melhores momentos de todos os tempos.

O batizado de José Sotero de Sá, na capela de Santa Rosa, aproximou a família do engenho Porteiras com as famílias dos senhores de engenho do povoado Santa Rosa, pertencente à vila de Itabaiana. A linda, atraente e descansada viagem por barco, canoa ou saveiro, possivelmente foi feita muitas vezes, enquanto os meninos cresciam e os casamentos eram tecidos. No “inverno”, o pe-

ríodo chuvoso do ano, quando as chuvas provocam cheias no rio Sergipe e seus afluentes da margem direita, rios Jacarecica, Cotinguiba e rio do Sal, e da margem esquerda, os rios Ganhamoroba, Parnamirim e Pomonga, escoando as águas do Oceano Atlântico penetram, ocorrem ondas e a viagem se torna perigosa, especialmente no local denominado “Doido”, onde há uma pequena pororoca, como no rio Amazonas.

Diariamente, neste local denominado “Doido” durante a maré enchente, a água que vem do Oceano Atlântico empurra para trás a água que escoo do rio Sergipe, provocando pequenas ondas. Nos séculos XVIII, XIX, e nas três primeiras décadas do século XX, quando não havia estrada de ferro nem estradas de rodagem e todos viajavam de barco pelo rio Sergipe, há referência de afundamento de canoas e morte de passageiros.

A NOVELHA ESFOLADA: TRIBUTAÇÃO DA BAHIA SOBRE SERGIPE NO SÉCULO 17

FRANCISCO JOSÉ ALVES
Professor de História da UFS

De 1590 até 1820 Sergipe esteve subalterno à Bahia. Foram 230 anos de hegemonia sobre a Capitania de Sergipe Del Rey. Durante este tempo, Sergipe, embora tendo administradores locais, devia obediência ao governo baiano. Na condição de comarca subalterna, a sua vida econômica e política tinha como pólo decisório a vizinha e poderosa Bahia de Todos os Santos. A ingerência baiana nos destinos de Sergipe sempre provocou nos sergipanos uma atitude de desconforto ou às vezes de insubordinação declarada. Expressiva desta atitude são os acontecimentos ligados a autonomização da futura província. A vizinha poderosa e seus aliados locais não queriam que se efetivasse a independência.

Leiamos um testemunho da época: o príncipe regente Dom João VI, escreve ao Conde de Palma, então governador da Bahia: “Eu el Rey vos envio muito saudar como aquele que amo. Convido muito do bom regime deste reino do Brazil e a prosperidade a que me proponho elevá-lo, que a Capitania de Sergipe Del Rey tenha hum governo independente do dessa capitania [da Bahia]. Hei por bem por decreto da data desta, isentá-la

absolutamente da sujeição em que até agora tem estado desse governo...”¹

Foi escolhido para governar a província o brigadeiro Carlos César Burlamarque. A Bahia não se conformou com a decisão régia. O mandante da nova província, nominalmente independente, teve que enfrentar a impáfia dos baianos, conforme o mesmo Burlamarque ele foi “metido em uma masmorra, que tinha servido de latrina, no forte do Mar da Bahia”.²

A Bahia era, de fato, senhora da Comarca de Sergipe na forma legal e efetiva. Na carta que D. João comunica ao governante da Bahia a autonomia de Sergipe, o monarca fala do fim da “sujeição” de Sergipe. “Sujeição, no português do século 19, como no atual, significa: “dependência, submissão, obediência à, escravidão, servidão”.³ Todos estes termos conotam a situação da comarca sergipana frente à Bahia. Dentre as formas de sujeição inclui-se o direito de tributar. Foi principalmente por meio da tributação que a Bahia sujeitou Sergipe ao longo do século 17.

O término da mandato baiano sobre Sergipe tem um desfecho dramático. Tropas baianas invadiram São Cristóvão e levaram preso o primeiro presidente da província. A Bahia não queria perder a direção das terras sergipanas pois durante dois séculos Sergipe tinha subsidiado a economia da Bahia fornecendo farinha, gado e fumo. O marchante ávido não queria perder a novilha generosa.

Durante dois séculos Sergipe foi “currel” da Bahia. Currel visto com desdém, é bem verdade. Quando da invasão holandesa no

1 Carta do Príncipe Regente ao Conde de Palma, Governador da Bahia. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1820. Apud: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 233, n.1.

2 Memória Histórica e Documentada dos Sucessos Acontecidos em Sergipe Del Rey, sendo Governador Carlos Cesar Bulamarque. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1821. Apud: FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 234.

3 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1926.

século 17, o famoso jesuíta Pe. Antônio Vieira (1608-1697) sugeriu ao governo colonial que entregasse Sergipe aos flamengos pois, conforme ele, a comarca “hoje é nada, e nunca foi tão grande cousa como se imagina”.⁴

Um contemporâneo do Pe. Antônio Vieira, Gregório de Matos (1636-1695), toma Sergipe como tema de motejo. Um dos seus poemas satíricos retrata São Cristóvão nestes termos: “Três dúzias de casebres remendados/seis becos de mentrastos entupidos/quinze soldados rotos e despidos/doze porcos na praça bem criados”.⁵ São Cristóvão era, na visão do “Boca do Inferno”, a negação da cidade civilizada, era o universo da rusticidade e da pobreza.

Depreciado nos discursos, Sergipe comparece nas decisões da Câmara da cidade do Salvador sempre na condição de pagador de tributos. A comarca é lembrada quando mais um imposto ou tributo é estabelecido. Lembram-se dela quando é preciso cobrar mais uma taxa. As atas da Câmara da Bahia são testemunhas fidedignas da extorsão tributária que ela exercia sobre a Câmara de Sergipe.

Analisemos algumas atas das vereações realizadas no decorrer do século 17.

Quando o assunto é imposto, Sergipe não pode deixar de ser enfocado. É o que ocorre no “Termo de juramento que se deu a Bernardo Correia Leitão e Antônio de Oliveira para fazer a repartição da finta [imposto] do gado do Inhambupe até o Rio de São Francisco”, em vinte e seis de maio de 1651. Por este “termo” a câmara encarregava que os dois “fintassem todos os moradores do Inhambupe até o Rio de São Francisco da Banda dele sem ficar pessoa alguma de fora!” Os dois como “fiéis vassalos”, no serviço

4 VIEIRA, Antônio. (1608-1697). Discurso... *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 46, p. 18, 1893.

5 MATOS, Gregório de. (1636-1695). “Descrição da cidade de Sergipe Del Rei”. Apud: NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. Anexos, p. 317.

de Deus e de sua majestade, deviam cobrar dos criadores “mil cabeças de gado que hão de ir para Pernambuco e quinhentas que hão de vir para esta praça!”⁶

Este fato ocorre no contexto da luta dos baianos e pernambucanos contra flamengos. Era preciso que os criadores de gado contribuíssem com a alimentação das forças militares que estavam lutando contra os batavos. Neste mesmo ano, Sergipe volta a ser invocado nas vereações da câmara do Salvador. Desta feita, o tema posto em pauta é a falta de farinha de mandioca, elemento essencial para alimentação na época. Em vereação de primeiro de setembro de 1651, os camaristas baianos discutem a necessidade de se fazer “um seleiro de farinha” para o sustento ordinário da infantaria. Era preciso que se construísse um celeiro de “doze mil sírios” do “pão do Brasil”. Na divisão das fintas para tal fim caberia a “Sergipe Del Rey” quinhentos mil réis.⁷

Um ano depois, em 1652, os camaristas baianos voltam a lembrar da Comarca de Sergipe. Em vereação de vinte e quatro de abril, a Câmara discute a conveniência de se abrir o “caminho da Mata de São João”. Por esta via, afirmam os camaristas, “navegavam as boiadas que vinham para esta cidade”. Tal caminho havia deteriorado e era preciso reabri-lo. Os vereadores ponderam que os criadores de gado “desta cidade como de São Cristóvão de Sergipe Del Rey e do Rio São Francisco da Banda de cá” terão grande vantagem com a reabertura da estrada. Assim sendo, os criadores da região devem ser taxados em “cinco mil réis”. A Câmara, então decide que o ouvidor da Capitania de Sergipe “mande uma lista de todos os currais grandes e pequenos”.⁸

6 Termo de juramento que se deu a Bernardo Correia Leitão e Antônio de Oliveira para fazer a repartição da [finta] do gado do Inhambupe até o Rio de São Francisco. *Atas da Câmara 1641-1649*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 2, p. 149-150.

7 Resolução que se tomou sobre o lançamento da farinha. *Atas da Câmara, 1649-1659*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 3, p. 171-175).

8 Termo que se fez sobre abrir o caminho da Mata de São João”. *Atas da Câmara, 1649-1659*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 3, p. 201-204.

Na condição de dispensa da Bahia, volta a Comarca de Sergipe a ser invocada na vereação de onze de março do ano da graça de 1653. A questão em pauta agora é o fornecimento de carne bovina à população de Salvador. O Livro de Atas registra o “Termo de contrato que se fez com os marchantes Noitel Rodrigues, Domingos da Costa, Estevão Faleiro, Domingos Fernandes e Francisco Vergella sobre se obrigarem a dar carne a este povo”. Por este contrato os marchantes assumiam a obrigação de “darem carne a esta cidade no decurso de um ano que há de começar de véspera da páscoa próxima vindoura e acabar em véspera de entrudo do ano dos cinqüenta e quatro”.⁹

Este mesmo decreto estabelece que os criadores de Sergipe deverão ceder aos marchantes baianos “a vintena dos gados que tiverem de três anos para cima e pelo preço em que se consertarem, ajudando-lhe a por fora dos seus pastos com a sua gente”. Vê-se a condição dos criadores sergipanos: meros títeres nas mãos dos interesses da Bahia. Embora à época São Cristóvão possuísse sua Câmara, ao que parece em questões desta natureza, não tinha voz ativa, não regulava. Infelizmente não se conservou os livros das vereações das Câmaras dos sergipanos. Com isto, estamos impossibilitados de analisar a reação dos camaristas locais aos imperativos dos baianos.

No entanto, nem sempre os criadores de Sergipe acataram o domínio baiano. Neste mesmo contrato há uma passagem que denuncia a não aceitação pacífica dos desígnios soteropolitanos. Os camaristas determinam que sejam dadas ordens necessárias para que “em Sergipe Del Rey não impedirem o efeito da ordem que o senhor governador passou sobre este particular”. É um indício da não aquiessência dos sergipanos ao despotismo baiano. Lastima-

⁹ Termo de contrato que se fez com os marchante... *Atas da Câmara, 1649-1659*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 3, p. 237-240.

velmente o testemunho não traz mais detalhes. É lacônico em demasia. Ficamos sem saber as nuances do conflito.

Três anos após, a Bahia volta à carga. Na “mesa de vereação” de dezesseis de agosto de 1656 é firmado o “Termo do assento que se tomou sobre haver de pedir à Câmara de Sergipe Del Rey que contribua com alguma cousa para o sustento da infantaria desta praça”. Os moradores da Bahia e do Recôncavo lembram que assim como eles “acodem ao sustento da dita infantaria” é preciso que também os sergipanos dêem sua cota para a manutenção da força militar. A situação era calamitosa. Além da guerra contra os batavos, era preciso sustentar as forças militares.

A questão do gado volta à baila na sessão de vinte e quatro de novembro de 1659. Na ocasião, os criadores de gado da Bahia e de Sergipe são obrigados a pagar a quantia de quinhentos e sessenta e oito mil e quatrocentos réis.¹⁰

Às vezes, os documentos não falam explicitamente de Sergipe. É o caso de um ‘termo’ de cinco de junho de 1660. Nele aparecem: “Esta cidade” ou seja, Salvador, “Recôncavo e sertão”. Sergipe ficava coberto pela designação genérica de sertão.¹¹

A questão da venda da carne bovina volta à pauta no ano de 1660. Inicialmente é estipulado que “os moradores do Rio de São Francisco para a banda de Pernambuco” não tenham o direito de talhar a carne no mercado de Salvador. Em março de 1661, os camaristas baianos determinam que somente os fintados para o sustento da infantaria possam comercializar a carne bovina na cidade.¹²

10 Assento que se fez sobre se lançar aos moradores que tem gado no distrito da Bahia e de Sergipe Del Rey a quantia de 568\$400. **Atas da Câmara, 1659-1669**. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 4, p. 18-19.

11 **Atas da Câmara, 1659-1669**. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 4, p. 41-43.

12 **Atas da Câmara: 1659-1669**. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 4, p. 74-79.

Dois meses depois o tema é novamente debatido. É reafirmado que somente tem direito ao talho “os moradores desta capitania e os da Capitania de Sergipe Del Rey até o Rio de São Francisco que pagam as fintas para o sustento da Infantaria desta praça”.¹³

Finda a guerra contra os holandeses é hora dos vassallos de sua majestade contribuírem para o dote da “Senhora Rainha da Gran Bretanha” e com tributo da “Paz da Holanda”. Na vereação de vinte e quatro de abril de 1662, os camaristas da Bahia vêm-se às voltas com o pagamento da dura taxa de “seiscentos mil cruzados”. É a vez de Sergipe, como as demais capitanias do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus, contribuírem.¹⁴ Para tal, Sergipe é duramente tributado. Reza no item 22 do “Regimento que os oficiais da Câmara fizeram para por ele se cobrar o donativo de 80 cruzados que este povo há de pagar a sua majestade para o dote da Senhora Rainha da Gran Bretanha e Paz da Holanda”, datado de sete de maio de 1664, que Sergipe deverá contribuir com mil arrobas de tabaco postas neste porto [do Salvador] a custa da mesma capitania”.¹⁵

Pelos documentos compulsados até aqui, vemos que Sergipe era uma espécie de dispensa da Bahia. Oferecia carnes, farinha e tabaco.

Houve caso em que foi preciso que a Câmara de São Cristóvão entabulasse negociações com os camaristas da Bahia. Na vereação ocorrida em dezenove de setembro de 1671, comparecem à Casa da Câmara da Bahia o vereador Francisco da Costa Feio e o escrivão Manoel da Mota, ambos da câmara sancristovense. Os dois

13 *Atas da Câmara: 1659-1669*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 4, p. 80-82.

14 Registro da resolução... sobre o dote da Rainha e da Paz da Holanda. *Atas da Câmara: 1659-1669*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 4, p. 136-140.

15 *Atas da Câmara: 1659-1669*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1949. v. 4, p. 190-202.

vão a Salvador como procuradores dos interesses sergipanos junto à edilidade baiana. Os moradores de Sergipe querem parcelar sua dívida no dote da Rainha e no tributo da Paz. Conforme reza o “termo” eles já haviam pago parcela do tributo com mil cruzados. Agora pagariam anualmente setecentos mil réis.¹⁶

A exorbitância tributária ao que parece era constante, o que levava os moradores a se queixarem. Assim, numa vereação ocorrida em vinte e três de outubro de 1683 os “moradores do Recôncavo” de Salvador queixam do excesso de fintas que recaem sobre eles. Conforme os queixosos, eles não tinham condições de pagar tão excessivos tributos. O termo faz referência “a companhia de Santo Amaro de Sergipe” que devia “quinhentos e quarenta mil réis”.¹⁷

A última invocação à Sergipe nas atas da câmara do Salvador, no século 17, ocorre por conta do Quilombo dos Palmares. (Serra da Barriga-AL). A edilidade baiana entende que é preciso que se fizessem “luminárias” pela restauração dos Palmares. Corria o ano de 1694 e na seção de vinte e cinco de fevereiro o então governador, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, convida os vereadores baianos a comemorarem o fim do referido quilombo acendendo luminárias (lanternas festivas) e dando graças à Deus “pelo feliz sucesso das nossas armas vencedoras contra os negros dos Palmares”. Câmara Coutinho lembrava que os moradores de Salvador, Recôncavo, São Francisco, Porto Calvo e Ipojuca (PE) tinham muito o que agradecer a Deus pois foram “oprimidos e aveixados” pelo negros quilombolas.¹⁸

16 Termo do conchavo que fizeram os oficiais desta camara com o vereador da Capitania de Sergipe... *Atas da Câmara: 1669-1684*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1950. v. 5, p. 49-51.

17 Termo de resolução sobre a formação dos fabricantes de algumas companhias. *Atas da Câmara: 1669-1684*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1950. v. 5, p. 360-361.

18 Termo de vereação e resolução que se tomou sobre se fazerem luminárias pela restauração dos Palmares”. *Atas da Câmara: 1669-1684*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1950. v. 5, p. 239-240.

ASPECTOS DO BARONATO SERGIPANO (1848 – 1889)

SAMUEL B. DE MEDEIROS ALBUQUERQUE
Historiador

“Em Sergipe, os senhores de engenho, as vêzes, bem afidalgados e letrados, e alguns de espírito bem simplório, formavam a nobre casta dos abastados e respeitáveis, todos nas suas Casas Grandes, vendo em tórno as sórdidas senzalas, mandando os filhos para Europa, rapazes que voltavam bacharéis, médicos, agrônomos, engenheiros... e que, no regresso, aqui chegando, uns se deixaram ficar na faina tradicional da família, e montavam novos engenhos, que eram novos feudos, e outros pensando na Côrte, logo se voltavam para as tricas e futricas da política, e terminavam deputados gerais, e com o tempo entravam para o senado, e ficavam a namorar os títulos nobiliárquicos distribuídos a rôdo pelo Monarca.”¹

Poucas são as referências feitas à formação do baronato sergipano. O ensaio que se segue tenciona desvelar as condições históricas que permitiram seu surgimento, buscando interpretá-lo no contexto da política imperial, que consistia em cooptar membros da aristocracia, através da concessão de títulos nobiliárquicos.

1 WYNNE, Pires. *História de Sergipe (1575-1930)*. Rio de Janeiro: Pongetti, p. 250;

No rastreamento de explicações plausíveis para nossos questionamentos tornou-se mister estudar aqueles que estiveram diretamente envolvidos no processo analisado, isto é, a elite do oitocento sergipano.

Sabemos que as elites são condicionadas por fatores sociais e mesmo políticos sobre os quais elas, muitas vezes, têm pouco ou nenhum controle. Mas também sabemos que, em determinados casos, grupos minoritários têm realmente influência decisiva. Segundo José Murilo de Carvalho, a própria grita contra o elitismo na historiografia é reconhecimento tácito de que as elites de fato tiveram e têm grande destaque:

“Se é verdade que a historiografia tende a magnificar o papel da elite, seria ingênuo achar que se pode resolver o problema reformando a historiografia. O que tem que ser mudado é a história e para isto é importante inclusive reconhecer o que de real existe no papel das elites. Lembre-se, aliás, que mudar a história freqüentemente dependeu também da atuação de determinados grupos de elites.”²

Cientes disso, estaremos protegidos do constrangimento com que, nos últimos tempos, se pronuncia a palavra elite, e não precisaremos pedir desculpas por abordar este tema.

A invenção da nobreza brasileira

A história da nobreza brasileira confunde-se com a própria gestação do Brasil Império. Assim, com a chegada da família real

² CARVALHO, José Murilo. *A construção de ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume – Dumara, 1996. p. 17;

portuguesa, em 1808, transplantou-se para o Brasil toda pompa ritualística e simbólica comum à casa de Bragança, incluindo a concessão de títulos nobiliárquicos³.

Entretanto, foi no segundo Império que se concretizou a invenção da “corte tropical”. D. Pedro II reinou tendo a sua destra um segmento social diferenciado dos demais pela ostentação de um título de nobreza e pelo uso de um brasão, o que simbolizava distinção e prestígio. Desta forma, entre 1840 e 1888, o monarca concedeu cerca de 1.000 novos títulos. Durante todo o Império, o total de nobilitações chegou a 1.439 – leve-se em conta que um só titular, em muitos casos, recebia mais de um título.⁴

Os títulos nobiliárquicos utilizados no Brasil seguiam o modelo e o significado europeus. Eram eles: duque, do latim *dux* (“o que conduz as tropas”), título mais importante concedido pelo monarca; marquês, do alemão *mark* (“sinal”, “marca” ou “região”), representava o que governava a fronteira; conde, do latim, *comes* (“companheiro”, “assessor do soberano”) que traz já no título o vín-

3 Durante sua permanência no Brasil (1808-1820), D. João VI concedeu alguns títulos de nobreza – um total de 254, sendo 11 duques, 38 marqueses, 91 viscondes e 31 barões – e ratificou a fidalguia daqueles que já ostentavam o título desde Portugal. Com o advento do Primeiro Reinado e a outorga da Constituição de 1824 formalizou-se o nascimento de uma nobreza garantida pelo artigo 102, item XI assegurando que, entre as competências do Imperador ficava o direito de “conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa dos serviços feitos ao Estado...” Também o artigo 142, item VII, atribuía ao Poder Moderador o direito de “conceder remunerações, honras e distinções, em recompensas de serviços, na conformidade da lei e procedendo a aprovação da assembléia geral”. Nas mãos do primeiro monarca, a nobreza cresceu muito, apesar da brevidade do seu reino. Entre 1822 e 1830, D. Pedro I concedeu 119 títulos, entre os quais 2 duques, 27 marqueses, 8 condes e 20 barões (SCHWARCZ, Lília M. & COSTA, Ângela M. da. Como ser nobre no Brasil. In: *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 159);

4 SCHWARCZ, Lília M. & COSTA, Ângela M. da. Como ser nobre no Brasil. In: *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 160;

culo da posse da terra - o condado; visconde, designado pelo conde para substituição no governo; barão, do latim *baro*, cujo significado está ligado a “homem valente” que combate junto ao rei.⁵ Resalte-se que, por influência dos Bragança, além das distinções acima, os barões e viscondes se subdividiam em: com grandeza ou sem grandeza.

Como não é de se estranhar, a nobreza brasileira apresentava algumas originalidades em relação ao modelo europeu. Assim, ao contrário do que ocorria no Velho Mundo, onde os títulos eram não só vitalícios como hereditários, no Brasil, a hereditariedade só era garantida para a realeza enquanto o título de nobreza se restringia a quem recebeu a mercê. Além disso, tivemos em solo brasileiro uma nobreza meritória, diversa da nobreza de nascimento européia.

Schwarcz destaca os motivos que recomendavam o recebimento da honraria: “serviços prestados, provas de patriotismo, fidelidade e adesão a s.m.i, serviços contra o cólera-morbo, serviços na Guerra do Paraguai, etc”.⁶ Não era incomum que a indicação de pessoas para receber títulos e distinções partisse dos ministros de Estado, ou de pessoas próximas ao Imperador, o qual tinha sempre a palavra final, como chefe do Poder Executivo e detentor do Poder Moderador.

A ausência de leis regulamentadas para a concessão de títulos reforçava a subjetividade da seleção. Sabemos, no entanto, que os escolhidos do rei eram, em sua maioria, aristocratas, parlamentares, militares e profissionais liberais (comerciantes, banqueiros, médicos, juristas, professores, intelectuais, etc.), ocupantes de cargos públicos, diplomatas, banqueiros, sacerdotes. Há casos em que se ignora a ocupação dos agraciados, “pessoas de biografia obscura

5 idem, idem, idem, p. 161;

6 idem, idem, idem, p. 169;

cujos motivos para receber a honrosa distinção permaneceram desconhecidas”⁷

Percebemos, desta forma, que “não existiu no Brasil uma nobreza no seu sentido mais tradicional, (...) vingou uma titularidade meritória e honorífica que se afastava dos privilégios da hereditariedade ou dos vínculos de terra”.⁸ Ocorria, assim, “uma afirmação da individualidade em lugar de uma ancestralidade (...). Enquanto na Europa é nobre quem é, ou seja, quem nasce como tal, no Brasil, a nobreza é um estado passageiro afirmado por uma situação política, econômica ou intelectual privilegiada”.⁹ E ainda assim, somente os que ocupavam os mais altos postos da hierarquia de títulos – duques, marqueses e condes – “iam à frente dos cortejos reais, ou acompanhava de perto suas Altezas Imperiais e recebia o tratamento de Excelência”.¹⁰ Esta parcela de nobilitados era quem melhor encarnava o real sentido de nobreza, posto que ser nobre conotava ser “conhecido, notável, ilustre e célebre”.

Poucas vezes, os títulos nobiliárquicos foram rejeitados. Em Sergipe, só temos conhecimento da rejeição de José de Faro Rollemberg (filho do Barão de Japarutuba e genro do Barão de Estância) ao título de Segundo Barão de Japarutuba. O quase barão alegou o antiescravismo como motivo para rejeitar o título na década de 1880¹¹.

Se poucos rejeitaram os títulos de nobreza, muitos foram os que estiveram a cobiçá-los. Esse foi o caso de Joaquim Martins Fontes, que, mesmo já possuindo diversas agraciações, almejou o título de Barão de Lagarto pelos serviços prestados nas Províncias de

7 idem, idem, idem, p. 159;

8 idem, idem, idem, p. 173;

9 idem, idem, idem, p. 174;

10 idem, idem, idem, p. 161;

11 FONTES, Arivaldo. *Figuras e fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP/SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertoso, 1992. p. 133-138;

Sergipe e Bahia nas lutas de independência. No entanto, o silêncio foi a resposta aos seus pedidos¹².

Segundo Schwarcz, ao contrário da concessão de títulos e demais mercês que não dispunham de regulamentação legal, os tributos resultantes dessas concessões foram criteriosos. Para poder ostentar o título, além do decreto imperial, era necessário, o pagamento de taxas para o recebimento da carta de mercê e seu respectivo registro em livro. A formalização das mercês de títulos e cartas de brasões dava-se a partir dos habituais procedimentos do Cartório da Nobreza ou Nobre Corporação dos Reis de Armas, instalada no Rio de Janeiro em 1810.

As esposas dos nobilitados, apesar de o título ser conferido apenas e exclusivamente aos maridos, usufruíam a distinção e eram consideradas nobres e chamadas pelo título que pertencia aos cônjuges como se este tivesse sido concedido ao casal. No entanto, apesar de irrisório, uma parcela dos agraciados eram mulheres (2,5% do total dos titulares). Os motivos para a distribuição dessas poucas mercês ao sexo feminino referem-se aos feitos caridosos da escolhida; sua proximidade à casa imperial ou quando estas eram viúvas de titulados, geralmente recebendo um título de grau mais elevado em relação ao do falecido.

Juntamente com o título, os nobilitados ostentavam ainda o uso simbólico de uma coroa, cujo desenho variava de acordo com a posição do título recebido. Assim, existiam coroas específicos para barões, viscondes, condes, marqueses e duques. Entretanto, não conseguimos verificar se os barões sergipanos foram adeptos deste fetiche, ou seja, não tivemos notícias acerca da ostentação de coroas baroniais entre os titulados de Sergipe.

Outro objeto simbólico comum entre os nobres no Brasil era o uso de um símbolo iconográfico, uma marca criada para vincular

12 Idem, idem, idem;

uma imagem à distinção conferida. Surgiu uma heráldica tropicalizada, ditando ou adaptando regras para criação de símbolos diferenciadores entre os nobres e a gente comum¹³.

Cabe, neste momento, sugerir aos interessados pela heráldica um estudo do Sergipe oitocentista a partir dos brasões baroniais de nossa açucarocracia¹⁴.

“Busquem [os brasões] nos portões dos antigos engenhos, nas fachadas das casas-grandes, nas pinturas decorativas dos salões e das capelas particulares, no mobiliário, nas tapeçarias, nas baixelas de prata, nos cristais, nas louças e utensílios domésticos, nos papéis de carta e lacres de correspondência, nas jóias, enfim, em todos os lugares possíveis onde se materializava tal distinção”¹⁵.

Ao analisar as facetas e peculiaridades do Império brasileiro, percebemos que, enquanto a nobreza européia sobrevivia quase

13 O desejo de somar à pompa do título um brasão se manifestou sem muita euforia. Segundo Schwarcz, apenas 15% dos titulados do império tiveram carta de brasão. Talvez isto se deva às elevadas despesas com os trâmites burocráticos de praxe para obterem a carta de brasão: após a aprovação do Imperador, a autorização era expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, por aviso ou ofício, e após um longo percurso chegava ao escrivão para registro no “livro de brasões e armas da nobreza e fidalguia do Império”. Para tudo, pagavam-se elevadas taxas e impostos (SCHWARCZ, Lília M. & COSTA, Ângela M. da. Como ser nobre no Brasil. In: *As barbas do Imperador: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999);

14 Schwarcz aponta algumas obras que podem auxiliar os interessados no assunto: volume 6, do *Anuário do Museu Imperial* (1945); *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, de 1939; *Nobreza de Portugal e do Brasil*, de A. E. M. Zuquete (coord.); *Princípios de heráldica*, de V. L. B. Tostes. Há, ainda, um levantamento do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro sobre a nobreza brasileira a ser publicado (SCHWARCZ, Lília M. & COSTA, Ângela M. da. Como ser nobre no Brasil. In: *As barbas do Imperador: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 181);

15 LOUREIRO, Kátia A. S. *Arquitetura sergipana do açúcar*. Aracaju: FUNCAJU/UNIT, 1999;

que por costume – afastada dos antigos privilégios da ordem estamental –, no Brasil, a cópia deste modelo só ganharia força. O vigor da leitura tropical de um modelo distante comprova-se por um dos primeiros atos da República Brasileira que aboliu os títulos honoríficos imperiais.

A nobiliarquia sergipana

A concessão de títulos de nobreza em Sergipe esteve inserida nas vicissitudes do relacionamento entre Governo Imperial e aristocracia desde 1840 até o final do Império. A distribuição de títulos nobiliárquicos estreitava a ligação da realeza com a elite provincial, apresentando-se como uma estratégia do Império para cooptar a aristocracia.

Como já destacamos, em oposição ao avô e ao pai que insistiram nos títulos mais elevados, D. Pedro II criou a hegemonia do baronato sem grandeza (título mais baixo da hierarquia nobiliárquica). Entre os titulados sergipanos residentes na Província figuram apenas barões. Três deles, no entanto, ostentaram a mercê de Barão com grandeza¹⁶.

Arivaldo Fontes percebeu a parcimoniosidade do Império na concessão de títulos de nobreza aos sergipanos. Dos mais de 1.400 títulos outorgados, somente 13 se referem a Sergipe.

Apenas com a ascensão ao trono do segundo Imperador foi nobilitado o primeiro sergipano, **João Gomes de Mello**, com o título de **Barão de Maruim**, por Decreto de 1848; o segundo a atingir o baronato foi **Bento de Mello Pereira**, com o título de **Barão da Contiguiba**, por Decreto de 1849. Este teria sido um

16 João Gomes de Mello (Barão de Maruim), José da Trindade Prado (Barão de Propriá) e Antônio Dias Coelho e Mello;

destacado político que tivera papel saliente nos idos da Independência¹⁷.

Em princípios de 1860, após sua visita à Província e por ocasião do aniversário da imperatriz (14 de março), D. Pedro II concedeu o título de barão a outros três sergipanos: **José da Trindade Prado** (militar que depois de reformado dedicou-se à política) com o título de **Barão de Propriá**; **Domingos Dias Coelho e Mello**, com o título de **Barão de Itaporanga** (grande fazendeiro que recepcionou o monarca em São Cristóvão e hospedou-o no Engenho Escurial); **Gonçalo de Faro Rollemberg**, com o título de **Barão de Japarutuba** (proprietário de grande número de engenhos e tinha alguma influência política)¹⁸.

Por Decreto de 1867, foi à vez de **Antônio Dias Coelho e Mello** ser agraciado com o título de **Barão de Estância**. Este senhor de engenho era filho do Barão de Itaporanga e um prestigioso político. Em 1872, novos decretos imperiais nobilitaram mais três sergipanos: **Felisberto de Oliveira Freire**, com o título de **Barão de Laranjeiras** (foi avô do historiador Felisbello Freire, um dos republicanos mais ativos); **José Inácio Acioli do Prado**, o **Barão do Aracaju**; e **Pedro Leopoldo de Araújo Nabuco**, agraciado com o título de **Barão de Itabaiana**. Este último era genro do Barão de Itaporanga e esteve com o Imperador quando da sua visita ao Escurial¹⁹.

Nos últimos anos da monarquia, três sergipanos, residentes fora da Província, ganharam títulos de nobreza: em 1883, **Rufino Enéas Gustavo Galvão** foi elevado a **Visconde de Maracaju** (além de ter lutado na Guerra do Paraguai, foi o último Ministro da Guerra do Império); em 1888, **Manuel Gomes Ribeiro**, político de gran-

17 GUARANÁ, Armindo. *Dicionário biobibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925;

18 idem, idem, idem;

19 FONTES, Arivaldo S. *Figuras e fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP/SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertoso, 1992. p. 85-87;

de influência na vizinha Província de Alagoas, foi agraciado com o título de **Barão de Traipu**; e, finalmente, em 1889, **Antônio Enéas Gustavo Galvão**, irmão do Visconde de Maracaju, recebeu o título de **Barão do Rio Apa**. Este prestigiado militar que lutou na Guerra do Paraguai, comandou a Guarda Nacional por ocasião da Proclamação da República, sendo promovido a marechal em 1893²⁰.

Os nobres sergipanos na política imperial

Segundo os estudiosos, os títulos baroniais eram tradicionalmente reservados aos grandes proprietários rurais, sobretudo para aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza e não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política. Entretanto, o baronato sergipano subverteu um pouco este modelo, visto que, quase em sua totalidade, nossos nobilitados foram destacados políticos provinciais, bastante afeitos às futricas da política local e imperial.

Para analisar a inserção da nossa nobreza na política Imperial, faz-se necessário entender a estrutura política do Império.

Sabemos que, além do Imperador, os ocupantes do Executivo e do Legislativo (conselheiros de Estado, ministros, senadores e deputados), eram os responsáveis pelas decisões da política nacional. Nesse escalão da elite política, o grupo de maior relevância é o dos ministros, seguidos pelos senadores que, após eleições populares que formavam listas tríplexes, eram escolhidos pelo Imperador. O prestígio do senado era em boa parte devido à vitaliciedade dos cargos de seus membros.

O número de senadores era metade do número de deputados (50 no início e 60 no final do Império) e variava de Província para

20 GUARANÁ, Armino. *Dicionário biobibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925;

Província, de acordo com a população de cada uma. Os requisitos para senatoria eram: idade mínima de 40 anos e renda de 800\$000 réis por ano. Nesse seleto grupo fizeram-se presentes dois dos nossos barões: João Gomes de Mello (Barão de Maruim), a partir de 1865 e Antônio Dias Coelho de Mello (Barão de Estância), a partir de 1885.²¹

Os deputados gerais, grupo mais numeroso e menos poderoso, representavam um importante passo na carreira política. Os requisitos para a eleição eram: idade mínima de 25 anos e renda mínima de 400\$000 réis. Também, neste posto, destacaram-se o Barão de Maruim – eleito deputado nas 3 legislaturas de 1853 a 1864 – e o Barão de Estância – eleito nas 4 legislaturas de 1867 a 1888.

Uma fonte que aborda a participação da Província de Sergipe na Câmara e no Senado Imperial durante as décadas de 1880 e 1890 é o texto de memórias de Aurélia Dias Rollemberg (D. Sinhá). Aurélia, na sua encantadora narração, tratou, dentre outras coisas, do decurso do mandato de seu pai, o Barão de Estância, como Deputado Geral e Senador do Império. A mudança da família do Barão para o Rio de Janeiro foi descrita com minúcia pela autora, que detalhou desde os preparativos para a viagem até as relações e o cotidiano dos políticos na Corte.²²

Acerca do segundo escalão da burocracia Imperial, podemos destacar os seguintes cargos: presidente de Província, diretores, chefes de seção, etc. Destes vale destacar o cargo de presidente de Província, sendo o primeiro passo para os que almejavam passar

21 ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. Representação da província de Sergipe D'el Rei no Parlamento Nacional: 1823/1889. *Revista do IHGS*, Aracaju. V.15, n.20, p.5-95, [1951];

22 ROLLEMBERG, Aurélia Dias. *Recordações de uma vida ... Aurélia Dias Rollemberg (Dona Sinhá) 1863-1951*. Org.: Maria Aurélia da Fonseca Porto. Datilo: Acervo da família;

ao primeiro escalão da política Imperial. Em diversas ocasiões, nosso baronato esteve frente ao Executivo provincial, visto que ocupavam os cargos de vice-presidente e, vez por outra assumiam a presidência. Os barões de Propriá, Estância, Cotinguiba e Maruim foram os que mais se alternaram neste posto²³.

Vale ressaltar que José da Trindade Prado (Barão de Própria) esteve por cinco vezes governando à Província, enquanto Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância) ocupou o posto em três mandatos. Entretanto, é com João Gomes de Mello (Barão de Maruim) que encontraremos a mais nítida fusão entre o detentor do título de nobreza e o político destacado. Para alguns, esse teria sido o político mais importante da Província em seu tempo – deputado geral e já barão, sucessor de Inácio Barbosa na administração do Executivo local, chefe do Partido Conservador, eleito em 1861²⁴.

No tocante à controvertida figura do Barão de Maruim e sua participação na política local e imperial, uma saborosa contribuição nos foi dada pelo Prof.^o Amâncio Cardoso ao redescobrir o papel de Gomes de Mello à frente do Executivo local entre setembro de 1855 e fevereiro de 1856, quando governou a Província do “olho do furacão de uma crise epidêmica que assolou a saúde pública do país em meados do século XIX”. Em Sergipe, o cólera-morbus ceifou mais de 30 mil vidas nos seis meses que por aqui grassou. Segundo Cardoso, os grandes sacrifícios despendidos nesta ocasião pelo barão relacionam-se, sem dúvida, com a intenção deste em pleitear outro título nobiliárquico ou manter-se num cargo eletivo de maior segurança²⁵. Afinal, alcança o segundo intento ao ser escolhido senador vitalício do Império.

23 Relação dos cidadãos que têm governado a província de Sergipe, desmembrada da Bahia por Decreto de 8 de julho de 1820, desde a instalação até 1889. *Revista do IHGS*, Aracaju, v.1, n.2, p.52-61, 1913;

24 WYNNE, Pires. *História de Sergipe (1575-1930)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. p. 252-253;

25 CARDOSO, Amâncio. Barão de Maruim, o administrador do cólera. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 23 e 24 de maio de 2000, Caderno B, p.06;

Segundo José Murilo de Carvalho, para os aristocratas que ingressavam na elite política eram reservados títulos mais elevados, até o máximo de duque – concedido por D. Pedro II apenas a Caxias. No entanto, apesar do destaque político alcançado por nossa elite titulada, esta não conseguiu ascender igualmente na hierarquia da nobreza. Mesmo os nossos senadores do Império (Barões de Maruim e de Estância) não vislumbraram tal remanejamento.

A manipulação de títulos

Outra peculiaridade que podemos observar na concessão dos títulos de nobreza é o fato de que, no período de maior popularidade do Império do Império, a sua distribuição foi reduzida, tendo aumentado durante sua progressiva decadência, o que parece indicar, além do uso privado dos títulos, uma manipulação dos mesmos para compensar os descontentamentos e ajudar a recuperar as finanças do Estado. Essa idéia é ilustrada pela tentativa do monarca de recompensar as perdas sofridas pela elite proprietária com as leis abolicionistas de 1871 (Lei do Ventre Livre), 1885 (Lei dos Sexagenários) e 1888 (Lei Áurea). Nesse contexto, Sergipe se enquadra perfeitamente, quando analisamos o golpe que representou para a açucarcocracia sergipana o fim da escravidão.

Dando conta de uma aprofundada análise da situação econômica da Província – e depois Estado – de Sergipe na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, Josué Modesto dos Passos Subrinho estudou os três segmentos mais representativos da economia local – a agroindústria açucareira, o algodão e a indústria têxtil – e constatou que as leis abolicionistas processaram-se justamente no período em que a economia sergipana alcançava seu apogeu de produção, destacadamente o açúcar²⁶.

26 PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste: Sergipe 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000;

As cidades do Vale do Cotinguiba sediavam, neste período, inúmeras casas comerciais de destaque nacional e internacional – como é o caso da Schramm & Cia. que, tendo como dirigentes um clã alemão, instalou-se em Maruim, de onde passou a comercializar com as demais Províncias através de filiais. Evidentemente, também, o número de engenhos foi bastante ampliado. Desta forma, não é de se estranhar que a elite proprietária sergipana tenha sido uma digna representante da péssima repercussão que teve entre as tradicionais aristocracias açucareiras do Nordeste o fim da escravidão. Para compensá-las, o monarca fez uso de algo que para aquela realidade histórica possuía incontestável valor simbólico, a nobilitação. Nesse contexto, verificou-se um inchaço do baronato: dos 51 títulos concedidos no quinquênio 1860/64, observamos a elevação para 120, entre 1870/74, número que ainda se elevaria para 238 no último quinquênio do Império. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “a Coroa tentava pagar em símbolo de *statu's*, o que tirara um interesse material.”²⁷

Um terço dos enlaureados sergipanos só passou a ostentar o título após 1872, quando já se iniciava o processo abolicionista com o decreto da Lei do Ventre Livre, em 1871. Foram respectivamente: Pedro Leopoldo de Araújo Nabuco (Barão de Itabaiana), Felisberto de Oliveira Freire (Barão de Laranjeiras) e José Inácio de Accioli do Prado (Barão do Aracaju).

Aquele número dobra se levarmos em consideração os sergipanos que receberam títulos nobiliárquicos fora da Província na década final do Império, como: Rufino Enéas Galvão (Barão e depois Visconde de Maracaju); Manoel Gomes Ribeiro (Barão de Traipu) e Antônio Enéas Gustavo Galvão (Barão do Rio Apa). Estes desfrutaram muito pouco do *status* oferecido pelo título, visto que, com a Proclamação da República (1888), todos os títulos nobiliárquicos foram extintos.

²⁷ CARVALHO, José M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*, 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume – Dumara, p. 238;

A fugacidade da ostentação dos títulos de nobreza

Além da não hereditariedade da nobreza brasileira, outro fator conferiu-lhe um caráter singular: a prática comum de conceder títulos a pessoas de idade avançada, quando o uso e ostentação do título seriam breves. Entre os sergipanos, cujos dados biográficos foram rastreados, o mais idoso foi o Barão de Itaporanga (Domingos Dias Coelho e Mello), que contava 75 anos quando da concessão do título. Depois, temos o Barão da Cotinguiba (Bento de Mello Pereira), que beirava os 70 anos quando da agraciação em 1849. Logo em seguida, aparecem o Barão de Própria, nobilitado aos 56 anos, e o do Rio Apa (Antônio Enéas Gustavo Galvão) laureado aos 53 anos.

No outro extremo encontram-se os prodígios da nossa nobiliarquia: o Barão de Estância (Antônio Dias Coelho e Mello) e o de Maruim (João Gomes de Mello), ambos contando apenas 39 anos de idade, quando enlaureados. Gomes de Mello foi, no entanto, o primeiro sergipano titulado pelo Imperador (1848).

A formação educacional do baronato

Prosseguindo na análise das peculiaridades de nossa elite titulada, vale traçar um quadro comparativo da formação intelectual dessa com aquelas que deram o tom do Império.

Conforme a tese de José Murilo de Carvalho, a elite política imperial era, na sua imensa maioria, versada nos cursos superiores. É o que ele chama de “ilha de letrados num mar de analfabetos”.²⁸ Naquela época, os filhos da elite aspirantes de uma educação superior, tinham nos tutores particulares e preceptoras o pri-

²⁸ CARVALHO, José M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*, 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume – Dumara, 1996. p. 55;

meiro passo de sua formação; depois, dirigiam-se a algum liceu, seminário ou, preferencialmente, o Colégio Pedro II (instituto mais importante do ensino secundário fundado em 1838) que, além de formar bacharéis em letras, preparava-os para as faculdades dedicadas a formação da elite política.

Pelo que constatamos nas biografias levantadas, no baronato sergipano esta regra não vingou. Nossa nobreza foi composta, quase que inteiramente, por pessoas sem instrução superior.

Adalberto Vieira Dantas, em discurso comemorativo do centenário do baronato de João Gomes de Melo, relembrou as limitações intelectuais e afirmou que o Barão de Maruim “não foi um grande estudioso, todos os seus biógrafos reconhecem”²⁹.

Destino diferente poderia ter sido o de Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância). Sendo este filho de outro barão, o de Itaporanga, que, apesar de pouco ilustrado, reconhecia a legitimidade da boa formação, tratou de enviá-lo à Europa, sendo Antônio matriculado na “Escola de Pontes de Calçadas” – uma espécie de Faculdade de Engenharia Civil – de Paris, em 1842.

No entanto, falou mais alto o gosto pelo labor na propriedade e, alguns meses depois, retornou à Província natal. Que pena!!! Deixamos assim de ter em nossa nobiliarquia um barão ilustrado em um dos maiores centros da intelectualidade européia no século XIX.

Uma nobreza do açúcar

Sem dúvida, o grosso das elites políticas provinciais foi recrutado entre elementos vinculados à propriedade da terra, ao comércio e à mineração. Destacaremos a relação entre os elementos cujo

29 DANTAS, Adalberto Vieira. Discurso. Revista do IHGS, Aracaju, n. 19, v. 14, p.60-71 [1948];

poder e prestígios emanavam da propriedade da terra e passam a integrar a elite titulada do Império.

Apesar da pecuária ter representado a força matriz dos primórdios da colonização de Sergipe, foi com o desenvolvimento da agroindústria açucareira, a partir do século XVIII, e, principalmente, no século XIX, que observaremos a formação da elite proprietária que passaria a encabeçar o nosso processo histórico.

“(…) A batuta de todo esse processo esteve nas mãos de cartéis familiares (...) [caracterizados] pela sucessão de casamentos entre solteiros e enviuvados, dos quais os sobrenomes tornaram-se bem familiares (...) desnudando a concentração genealógica do baronato açucareiro, cujas ramificações derivam apenas de cinco ou seis grandes troncos: os Silveira, os Calazans Bittencourt, os Faro Rollemberg, os Nabuco D’Araújo, os Vieira de Mello e os Souza Bastos.”³⁰

É perceptível, assim, como nossa nobreza surgiu “impregnada do mel que o arrote das chaminés um dia jogou no ar”.³¹

A rememoração deste fausto sergipano é possível, entre outros fatores, graças ao rico mostruário arquitetônico dos engenhos, alguns muito bem conservados. Kátia Loureiro mapeou estes bens patrimoniais, e dos 31 monumentos destacados pela arquiteta 8 foram propriedades baroniais: os engenhos Colégio, São Félix, Belém, Pedras, Cumbe, Santa Bárbara, Escurial e São Joaquim.

O primeiro dos 8 engenhos esteve, no século XIX, sob a tutela de dois barões: o de Itaporanga (Domingos Dias Coelho e Mello) e o de Estância (Antônio Dias Coelho e Mello). Este último também

30 LOUREIRO, Kátia A. S. *Arquitetura sergipana do açúcar*. Aracaju: FUNCAJU/UNIT, 1999. p. 14;

31 Parafrazeando Luís Antônio Barreto In: LOUREIRO, Kátia A. S. *Arquitetura sergipana do açúcar*. Aracaju: FUNCAJU/UNIT, 1999. p. 6;

era proprietário do Escurial, um dos exemplares mais bem conservados e que recebeu o Imperador D. Pedro II, quando da sua visita a Sergipe em 1860; o engenho Belém pertenceu ao Barão de Laranjeiras (Felisberto de Oliveira Freire); o engenho Pedras esteve, na década de 1870, tutelado pelo Barão de Própria (José da Trindade Prado); o engenho Cumbe pertenceu ao Barão de Itabaiana (Pedro Leopoldo de Araújo Nabuco); o engenho Santa Bárbara, propriedade do Barão de Maruim (João Gomes de Mello); o engenho São Joaquim pertenceu ao Barão de Japarutuba (Gonçalo de Faro Rollemberg).

Devemos levar em conta que estes senhores que ostentavam título de nobreza eram, em geral, senhores de vários “feudos”, ficando, assim, difícil rastrear a residência oficial de cada um. Também devemos atentar para o fato de que o mapa político de Sergipe sofreu inúmeras alterações desde a época dos barões até hoje, o que torna difícil tentar ver na denominação do título, uma relação com o local de nascimento ou residência do titulado. Tais denominações podiam, ainda, se referir ao local de atividade política ou de qualquer outro tipo de atuação destacada.

Influência da toponímia indígena nas denominações dos títulos

Aracaju (“tempo dos cajus” ou “cajueiro dos papagaios”), Cotinguiba (“local de terra branca”, “areal”, “mastro de vela” ou “ainda saboeira”), Itabaiana (“naquela pedra mora alguém” ou “há uma aldeia com gente”), Itaporanga (“pedra bonita”), Japarutuba (“rio de muitas voltas” ou “abundantes arcos”), Propriá (“ferrão” ou “dente de cobra”), Traipu (“fonte do morro”)³². A denominação

32 GUARANÁ, Manuel Armindo C. Glossário etymológico dos nomes da língua tupi na geographia do Estado de Sergipe. Revista do IHGS, Aracaju, v.2, n.5, p.297-326, 1916;

dos títulos nobiliárquicos, tomando alguns exemplos do baronato sergipano, conferiam outra singularidade aos antiqüíssimos títulos originários da Europa.

É assim que, por influência da toponímia indígena, a nobreza sergipana passou a ostentar no nome mais uma particularidade da nobreza tropical. Isso demonstra sintonia com o estilo artístico que vigorou durante quase todo o século XIX, o Romantismo, no qual o modelo do bom selvagem e a natureza idílica se fazem tão presentes na produção da época.

Famílias duplamente nobilitadas

Foi comum, na formação da nobreza sergipana, a concentração de títulos em alguns grupos familiares específicos. Tal fenômeno denota a relevância política e econômica de determinadas casas senhoriais que acabaram por vislumbrar mais de uma nobilitação para seus membros. Esse é o caso dos Gomes de Mello, dos Dias Coelho e Mello e dos Gustavo Galvão.

A família Gomes de Mello contou primeiro com a titulação de João Gomes de Mello (Barão de Maruim) que, sem dúvida, foi o nobre sergipano de maior representatividade política. Mesmo não tendo herdeiros diretos que tenham sido nobilitados, o seu enteado Gonçalo de Faro Rollemberg foi agraciado em 1860 com o título de Barão de Japarutuba. Entretanto, é conhecido o duelo titânico que marcou o relacionamento desses nobres³³.

Entre os Dias Coelho e Mello tivemos a nobilitação do patriarca Domingos Dias Coelho (Barão de Japarutuba) em 1860, e do seu filho Antônio Dias Coelho e Mello (Barão de Estância) em 1867.

33 Sobre as querelas que envolviam o Barão de Maruim e o Barão de Japarutuba consultar *O processo Rollemberg* In: DANTAS, Orlando. *A vida patriarcal em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 (Coleção Estudos Brasileiros, v.47);

No tocante a essa família³⁴, sua relevância foi observada por um ilustre visitante que aqui esteve em 1860. A visita oficial do Imperador D. Pedro II a Sergipe³⁵, transcorrida entre 11 e 21 de janeiro, teve como um dos seus itinerários Itaporanga da Ajuda e o engenho Escurial. São nas augustas memórias dessas duas localidades que encontramos pertinentes referências acerca dos Dias Coelho e Mello³⁶.

Nenhuma família ou figuras políticas foram tão focadas por S.M.I. que, antes de chegar ao engenho Escurial, afirmou ter passado por Itaporanga onde, nas palavras do Imperador, “domina[va] completamente o coronel de antigas Milícias, Domingos Dias Coelho Melo, pai do dono do engenho”. Segundo o Imperante, “ninguém poderia fazer eleitos no destrito de Itaporanga sem licença da família ...”.

34 Sobre os Dias Coelho e Mello fazem referência: Luiz Mott, em um dos seus estudos dedicados a Sergipe, ao mencionar essa casa baronial, sugere que “investiguem mais sobre esse destacado clã (...) pois revela ser a família Coelho e Mello das mais sobranceiras na história de Sergipe” (MOTT, Luiz R. de B. A inquisição em Sergipe, do século XVI ao XIX. Aracaju: Sercore Artes Gráficas, 1989 – Coleção Jackson da Silva Lima); Luís Siqueira, no seu premiado trabalho de conclusão de curso, abordou a dita família ao analisar um conflito que se estendeu entre o final do século XVII e princípios do XIX em Itaporanga d’Ajuda. A querela que se desenvolveu por mais de vinte anos refletia, por traz de uma disputa judicial pelo encapelado de Nossa Senhora d’Ajuda, um duelo econômico e político entre os Sá Souto Maior, família que desde fins do século XVIII dominava a região, e os Dias Coelho e Mello, família emergente a partir do final do século citado (SIQUEIRA, Luís. Religião, terra e poder: o encapelado de Nossa Senhora da Ajuda em Itaporanga-SE / 1798-1838. São Cristóvão: Monografia (Licenciatura em História)- DHI/CECH/UFS, 2000, 55 p.;

35 Contextualizada na visita às Províncias do Norte do Império ocorrida entre outubro de 1859 e fevereiro de 1860, quando esteve na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo. Segundo os estudiosos, essas viagens do Imperador eram estratégias para demarcar as fronteiras e garantir a unidade do Império utilizando a simbologia em que estava envolta a figura do monarca;

36 Diário do Imperador D. Pedro II na sua visita a Sergipe em Janeiro de 1860. *Revista do IHGS*, v. 21, n. 26 b, p. 64-78 [1965];

Entre os Gustavo Galvão, tivemos dois irmãos agraciados com os cobiçados títulos: Rufino Enéas Gustavo Galvão (Visconde de Maracaju) e Antônio Enéas Gustavo Galvão (Barão do rio Apa), ambos merecendo ser objeto de futuras pesquisas, visto o papel que esses “barões-militares” sergipanos desempenharam na Guerra do Paraguai e os altos postos que galgaram na hierarquia do Exército até atingirem o marechalato.

União das casas baroniais

O último distintivo do nosso baronato que analisaremos são as manobras matrimoniais visando a conservação e ampliação do patrimônio.

Em Sergipe, foi comum o entrelaçamento dos troncos baroniais, o que era reforçado pelo limitado número de famílias com ascendência européia e quiçá nobre na Província. Assim, a “boa sociedade” do oitocento sergipano promoveria constantemente casamentos consangüíneos, buscando evitar a dilapidação do patrimônio e a mistura do sangue.

Vários são os exemplos que corroboram esta hipótese. Um deles é o casamento de D. Amélia Dias Mello, herdeira primogênita do Barão de Estância com José de Faro Rollemberg. Este era, por sua vez, filho do Barão de Japarutuba, o que levou à união de duas casas baroniais de Sergipe³⁷. Deste consórcio resultou a incorporação do imponente e cobiçado Engenho Escurial pelos descendentes deste casal, que buscando preservar o patrimônio e origem, não declinaram na política matrimonial entre as gerações que se

37 ROLLEMBERG, Aurélia Dias. *Recordações de uma vida ... Aurélia Dias Rollemberg (Dona Sinhá) 1863-1951*. Org.: Maria Aurélia da Fonseca Porto. Aracaju: Datilo. Acervo da família;

seguiram. Atualmente, o engenho é propriedade da filha e herdeira da 6.^a geração da família, Ana Amélia Rollemberg.

A história do Engenho São Joaquim, em Divina Pastora, também acentua como a questão patrimonial estava presente no arranjo dos consórcios. Tal engenho teve como fundador o Sr. Manuel Rollemberg D’Azevedo, dono de vários outros engenhos e casado com D. Maria José de Faro Rollemberg; quando do seu falecimento na década de 1830, a viúva consorcia-se com o Barão de Maruim, João Gomes de Mello. A baronesa de Maruim acumulava como herança bens legados pelos pais, padrasto e pelo primeiro marido. Com a morte da baronesa, sucedeu-se uma crise pela partilha da herança, que culminou com a morte – causada por um provável envenenamento – de D. Maria de Faro Rollemberg, filha da baronesa e enteada do barão. Tal acontecimento gerou um sério conflito entre o Barão de Maruim e o Barão de Japarutuba, enteado do barão e irmão da assassinada. Este foi acusado, junto com outros familiares, pela morte da irmã. O fato é que o cobiçado engenho destinou-se ao Barão de Japarutuba e até hoje pertence a seus herdeiros. Esta querela baronial é descrita no *O processo Rollemberg*, onde o Barão de Maruim relatou em detalhes sua versão dos acontecimentos.³⁸

Concluído esse breve estudo, no qual buscamos analisar os principais aspectos do grupo de nobilitados da Província de Sergipe, constatamos que se a Corte Imperial apresentou algumas particularidades (era uma nobreza meritória, não hereditária, servindo de sustentáculo político e econômico da realeza, de influência nativa da designação dos títulos e na simbologia heráldica...), as pequenas Províncias, apresentam tantas outras. Entretanto, os pontos característicos e diferenciadores do nosso baronato não o tornaria um caso a parte do modelo imperial, mas sim uma variante perfeitamente adaptável a esse.

38 DANTAS, Orlando. *A vida patriarcal em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 47), p. 161-190.

Em outras palavras, a invenção do baronato em Sergipe, apesar das singularidades apresentadas, insere-se, sem grandes traumas, na tentativa bem sucedida do Governo Imperial de criar uma nobreza com que se relacionasse quase que umbilicalmente.

NOBILIARQUIA SERGIPANA

BARONATO SERGIPANO

NOME	TÍTULO	DENOMINAÇÃO	DECRETO
João Gomes de Mello	Barão com grandeza	Barão de Maruim	1848
Bento de Mello Pereira	Barão	Barão da Cotinguiba	1849
José da Trindade Prado	Barão com grandeza	Barão de Propriá	1860
Domingos Dias Coelho Mello	Barão	Barão de Itaporanga	1860
Gonçalo de Faro Rollemberg	Barão	Barão de Japarutuba	1860
Antônio Dias Coelho e Mello	Barão com grandeza	Barão de Estância	1867
Felisberto de Oliveira Freire	Barão	Barão de Laranjeiras	1872
José Inácio Accioli Prado	Barão	Barão de Aracaju	1872
Pedro Leopoldo de Araújo Nabuco	Barão	Barão de Itabaiana	1872

SERGIPANOS NOBILITADOS FORA DA PROVÍNCIA

NOME	TÍTULO	DENOMINAÇÃO	DECRETO
Rufino Enéas Gustavo Galvão	Visconde	Visconde de Maracaju	1883
Manuel Gomes Ribeiro	Barão	Barão de Traipu	1888
Antônio Enéas Gustavo Galvão	Barão	Barão do Rio Apa	1889

CENTENÁRIO DE JOÃO BAPTISTA DE MATTOS

ARIVALDO FONTES
Do IHGB e IHGS

O garoto vivo, inteligente, que gostava muito de ler, desde cedo impressionara os seus mestres. Ainda na escola primária, a professora, maravilhada com a organização dos seus trabalhos escolares e a inclinação para o estudo das matemáticas, tentou levá-lo a trabalhar no armazém do seu marido.

Mas a vida lhe reservara um destino diferente. Embora filho de ferroviário (condutor de trem), neto de escravos, nascera para vencer. Ajudando os pais, desde pequeno, impressionava os que conviviam com ele.

De tal modo se houve por toda a vida, que ao desaparecer, aos 69 anos incompletos, recebeu o elogio do Vice-Presidente do IGHMB, Almirante Washington Perry de Almeida, nos seguintes termos: “educado, inteligente, culto, de trato ameno, sincero, mas enérgico, conquistava facilmente a amizade e o respeito daqueles com quem se relacionava”.

Ao concluir a escola primária, ingressa no Colégio Pedro II. E o velho colégio-padrão sempre se orgulhou do seu brilhante discípulo.

Concluído o curso secundário, candidata-se à Escola Militar de Realengo, sendo matriculado em 1918. Numa turma repleta de alunos distintos, que forneceu ao Exército 35 Generais da Ativa, 7

Ministros e 2 Presidentes da República, ele se destacou pelos estudos e pela dedicação à carreira .

Os primeiros postos foram quase todos passados na tropa, como oficial arregimentado. E assim continuaria até atingir o posto de Coronel de Infantaria,

Ainda como Tenente já com o Curso de Aperfeiçoamento foi indicado para fazer a Escola de Estado Maior, junto à Missão Militar Francesa. E tão bem se houve naquela Escola que a ela voltaria, após estágio regulamentar, por ter sido nomeado instrutor. E nessa função passaria cerca de 10 anos.

Embora oficial do Quadro de Estado-Maior, continuava a servir em funções arregimentadas. Uma delas, já como Tenente-Coronel, seria o comando do 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, onde servira como Tenente e se recusara a tomar parte nas quarteladas dirigidas pelo então Tenente Augusto Maynard Gomes, que viria a se projetar como político, após a vitória do movimento tenentista. E Baptista de Mattos, ao lado de Maj. Jacinto Ribeiro (comandante), dos Cap. Misael Mendonça (morto pelos comunistas no levante de 1935, na Praia Vermelha), Augusto Pereira e Galdino Martins, dos Ten. Heráclito Garcez, José Lobo e Antenor Cabral, preferiu ficar ao lado da ordem e da legalidade. Isso não impediu que anos depois (1932) fosse comandar uma Cia. de Fuzileiros, na Rebelião de São Paulo, mas sempre em defesa da lei.

Como Comandante, criou uma escola para meninos carentes, na sede do Batalhão de Aracaju. Antecipou, de anos, o que se faz hoje em quase todos os quartéis.

E a escola se mantinha com ajuda do Batalhão, das autoridades civis e sobretudo pelo engajamento da comunidade local.

É o seu genro e biógrafo, Gen. Job Lorena de Santana, que nos fala sobre “as suas obras de benemerência, em especial no setor educativo, nos estados da Bahia, Pará, Sergipe, Rio de Janeiro e Mato Grosso”.

Citarei duas delas que conheci bem de perto.

Pouco depois de deixar o serviço ativo do Exército (1964), é convidado pela CAPEMI a fazer parte de seu Conselho Diretor; o General Waldetrudes do Amarante Brandão, Presidente daquele Conselho, o recebe calorosamente no Colegiado, citando elogio expedido pelo Ministro da Guerra da época, Gen. Artur da Costa e Silva, seu colega de turma no Realengo, pelo seu afastamento da vida militar.

Diz aquela autoridade que o Gen. Matos desempenhara diversas comissões de relevo e enumera algumas delas: Instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (já citado por nós), Chefe de E.M. da 1ª Divisão de Infantaria e da 4ª Região Militar, Comandante do 28º BC (por nós já referido), Comandante do Regimento Escola de Infantaria (que há pouco homenageou à sua memória), Comandante da 2ª Brigada Mista e da 9ª Região Militar (já como General), além de secretário do Ministério da Guerra, Diretor do Serviço Militar e Chefe da Comissão de Economia e Finanças.

Diz ainda o Ministro, “profissional competente, destacou-se pela cultura geral, sendo notórios os seus conhecimentos de História e Geografia”. E Baptista de Matos foi o primeiro presidente da CAVADI (Casa do Velho Assistencial) que cuida de centenas de idosos e cujo centro em Queimados (RJ) tem o seu nome.

Esse gosto pelos estudos históricos, levou-o a escrever o livro “Monumentos Nacionais”. Divulgou o seu trabalho de natureza histórica, que vinha desenvolvendo há muitos anos, e que motivara o seu ingresso como sócio correspondente dos Institutos Históricos de Sergipe e do Pará. E mais ainda ingressaria no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, em ambos como sócio titular.

Lembro ainda como contribuição à área assistencial, a sua vinculação ao Conselho Deliberativo da Fundação Osório, (que educa os órfãos de militares), desde 5 de julho de 1967 até a sua morte em 1969.

Na função de Presidente do IGHMB (fora o seu 14º e 15º Presidente eleito), faleceu vítima de ataque cardíaco, na Santa Casa de

Misericórdia. O velho soldado, deixou traços marcantes de sua trajetória em todas as funções que exerceu.

Na mesma cidade onde nascera a 24 de junho de 1900, deixou de existir, abrindo um vácuo nas instituições que dirigiu.

E vale a pena repetir o que disse o então General Costa e Silva, em 1964, sobre o soldado que, após 46 anos de dedicação ao Exército e ao Brasil; “com permanente dedicação profissional, voltava ao recesso do lar em busca de merecido repouso”.

Em largos traços, procurei mostrar a vida benemérita de tão ilustre intelectual e soldado primoroso.

CIDADES E VILAS DE SERGIPE NO SÉCULO XIX - DEPOIMENTOS¹

JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES
Historiador

O presente trabalho tem pretensões modestas: registrar as observações feitas sobre as povoações sergipanas no século XIX. Cremos, entretanto, em sua utilidade, porque permitirá: a)-visualizar a evolução urbana em termos descritivos; b)-suscitar futuras investigações para explicação das mudanças observadas na estrutura e nas condições da vida urbana.

As observações feitas são inevitavelmente parciais, porque fragmentárias, e dependentes da formação intelectual dos interesses do observador. As localidades estudadas e os aspectos observados não são os mesmos em todos os depoimentos. Falta continuidade de objetivos, resultado necessário da diversidade dos observadores.

Em seguida, apresentamos os autores, os respectivos trabalhos e seus relatos:

1 Comunicação apresentada ao VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 2 a 8 de Setembro de 1973.

1 – DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DA CAPITANIA DE SERGIPE D' EL REY, 1802.

BIBLIOTECA NACIONAL, SEÇÃO DE MANUSCRITOS II – 33, 16, 3.

O documento existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional é uma cópia. Traz a data de 1802, porém lhe falta assinatura – O título está em ortografia mais recente, talvez da 2ª metade do século XIX, e o texto procura obedecer fielmente à ortografia da época, porém a letra de ambos é a mesma. O seu autor é alguém empregado na Secretária do Governo da Bahia, pois freqüentemente se refere a “esta Secretária” a “esta Cidade da Bahia”, e uma vez a “este Governo”.

Dá-nos de Sergipe uma imagem de prosperidade. O seu comércio, orientado para a cidade da Bahia, abrangia sobretudo açúcar, “algum” tabaco, algodão, farinha, feijão, milho, arroz, couros secos, “sola branca, a que chamam vaquetas”, amendoins, melaço, gado vacum e cavalariço, toucinho, porcos, aves, pedras de fogo e de amolar, couros de veado. Como se vê, exclusivamente produtos agropecuários ou resultado de transformação industrial desses produtos, como açúcar e couros. A exportação era de 869 mil cruzados, 93 mil e 500 réis, para uma importação de 170 mil cruzados, 351 mil, 631 réis. *Superávit*, portanto, de 699 mil cruzados, 263 mil, 131 réis. Província de vida econômica equilibrada. Produzia açúcar e gado. Este servia ao trabalho dos engenhos e ao consumo de carne. Além disso, vários outros produtos, frutas, cereais, legumes e raízes, algodão e tabaco, eram consumidos, exportado o excedente.

A população é estimada, para o ano de 1800, em 55.600 indivíduos, dos quais apenas 13.217 brancos. Livres, 36.433. Escravos, 18.144. Livres, mas vadios e mendigos, 1.023, ou seja, pouco mais de 1,83% da população total. Mas o autor insiste no papel que esses vadios tinham nos freqüentes atos de violência que infestavam a Capitania. Não se recorria à Justiça para a reparação das ofensas, mas se empregava a vindita. Os autores dessas violências eram protegidos pelos senhores territoriais, que não hesita-

vam em retirá-los das cadeias públicas. Desde 1775 fora suprimido o destacamento da tropa de linha, com 30 praças, aí existente, passando a força armada a ser constituída exclusivamente pela reserva territorial das Milícias e Ordenanças, dirigida pelos próprios autores das desordens. O Poder Público, sediado na cidade de São Cristóvão, estava assim desamparado diante das forças rurais, que, além disso, através das Câmaras, controlavam a própria administração das vilas.

A *Memória* não se preocupa em descrever o aspecto das povoações sergipanas. Está interessada em indicar a organização administrativa e os recursos econômicos e financeiros da Capitania. São as mesmas povoações que encontraremos no trabalho subsequente: cidade de São Cristóvão e vilas de Santa Luzia, Thomar, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro das Brotas, Vila Nova e Propriá. Além delas, as paróquias de Nossa Senhora do Socorro, de Campos do Rio Real, de Pé do Banco e as missões indígenas de Água Azeda, Japarutuba, Pacatuba e São Pedro. Os portos de Laranjeiras e Bom Jesus apenas merecem referência. De Estância diz ser uma povoação “onde principalmente moram os povos da vila de St^a. Luzia”.

São Cristóvão é a única que tem administração vinda de fora, com um Capitão –mor, provido pelo Governo Real, por três anos, e um Ouvidor. Também a única que tem Casa e Hospital de Misericórdia.

A *Memória* também assinala a importância da barras na vila da Capitania, espécie de aparelho respiratório da mesma : rio Real, Vasa-barris, Cotinguiba, Japarutuba e São Francisco. Anota os correspondente portos fluviais: Estância, São Cristóvão, Laranjeiras, Porto da Redes, Japarutuba e Vila Nova d’El Rei. Não considera má a barra do rio Real, apesar dos bancos lá encontrados, mas cita sem restrições a do Cotinguiba e considera a do São Francisco, a melhor de todas. Diz mal da barra do Vasa- Barris e do Japarutuba. Convém anotar as condições de navegabilidade dessas barras, pois em função delas se modificar-se-à, no século XIX, a geografia urbana sergipana.

**2 - SOUZA [MARCOS ANTÔNIO DE].
MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA DE SERGIPE
2ª ED. 1948, ARACAJU.**

Marcos Antônio de Souza nasceu na cidade de Salvador. Ingressando na carreira eclesiástica, foi vigário de Pé do Banco, hoje Siriri, em Sergipe. Transferido para Salvador, elevado a bispo do Maranhão, em 1826, foi o primeiro provido em tal cargo por D. Pedro I. O seu trabalho foi escrito com anterioridade e concluído em 1808, quando já era vigário de Nossa Senhora da Vitória da Bahia, com dedicatória ao ministro Rodrigo de Souza Coutinho, que embora das pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, era então a personagem mais influente do Conselho do Príncipe Regente D. João.

O padre fizera seu curso de Seminário dentro dos moldes do Iluminismo, em conseqüência da nova orientação dos estudos, posterior à reforma pombalina. Daí seu interesse pelos assuntos políticos e econômicos, a par dos eclesiásticos. Foi essa preparação intelectual que lhe permitiu tratar da composição etnográfica, dos aspectos geográficos, econômicos, demográficos, sociais e históricos de Sergipe.

A obra está intercalada de citações de Virgílio, Camões, Vieira, Margrave, Fleury, Robertson, Adam Smith, J. B. Say, do direito romano e eclesiástico e das Escrituras, traços indicativos da formação cultural do sacerdote escritor.

Em sua *Memória*, Marcos A. de Souza pretende colaborar com o Governo e oferece sugestões sobre a política a adotar para o progresso da Capitania de Sergipe. Expende as seguintes considerações, muito significativas de suas idéias: a) - Diz que os escravos dos senhores de engenho de açúcar sergipanos produzem mais que os do Recôncavo Baiano. Justifica: “ali são mais bem tratados esses homens desgraçados, sujeitos a lei do cativo; são nutridos com saudáveis alimentos de vegetais com feijão e com milhos... são vestidos de algodão manufaturado pelos escravos... podem casar-se com escravos da mesma

família e ainda de outra;” b) - Sugere que os sergipanos façam manteiga e queijo e aumentem a produção agrícola: “estes produtos terão muita saída pelo armazem do mundo, que se nos abriu pela liberdade de comércio, aumentando o volume dos gêneros que são exportados para a Europa, fazendo juntamente crescer a massa das riquezas”. c) - Justifica o domínio português sobre os índios, argüindo sua indolência e atraso. Mas, adverte: “Nenhum povo pode tentar qualquer invasão, violar a justiça, sem ofender os direitos mais incontestáveis e mais sagrados”. d) - Diz que alguns reprovam os estabelecimentos eclesiásticos, por julgá-los improdutivos e onerosos ao Estado. Mas a religião contribui para manter a paz e a ordem pública. Por meio das orações dos sacerdotes, “o Ente Supremo derrama sobre os Príncipes, Magistrados e Povos todas as bençãos do bem”. e) - Para evitar secas, propõe o sistema de irrigação, como no Egito. Pressupõe a permanência relativa do volume d’água do Vasa-Barris e outros rios, então ainda protegidos pela cobertura florestal, hoje quase desaparecida; f) - Lamenta a falta de mestres públicos em Lagarto. E comenta “Que nobres sentimentos se desenvolveriam pela diligência de uma boa educação! Que perfeitos adoradores do Ente Supremo!... com que desejos se aprestariam ao serviço do soberano!... g) Tratando da nobreza dos habitantes de Itabaiana analisa: “a força das mãos é o patrimônio dos pobres, e que a estes povos faltam todas as máquinas e instrumentos que facilitam o trabalho e esta é uma das causas de sua pobreza”. h) - Contraditoriamente vê nas minas uma fonte de riqueza, escudando-se em Souza Coutinho, o ministro de D. João VI, numa acomodação oportuna; i) - “O comércio dos produtos brutos pelos manufaturados é nocivo a qualquer povoação;” j) - “um grande obstáculo a propagação da raça humana” e “a concessão de um vasto terreno, feita a um só proprietário... os grandes proprietários não podem melhorar suas terras”.

Esse padre eclético, imbuído da doutrina eclesiástica, das teses tradicionais da política portuguesa e das novas idéias liberais, em Economia Política, assim nos descreve as povoações sergipanas dos começos do século XIX:

Eram, uma cidade, São Cristóvão, e sete vilas: Santa Luzia do Piauguí (hoje Piauí), Nossa Senhora do Socorro da Thomar (hoje Gerú), Nossa Senhora da Piedade de Lagarto, Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Santo Amaro das Grotas (hoje das Brotas), Villa Nova Real do rio São Francisco e Propriá. Além dessas, havia outras povoações, sedes de freguesias, como Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba, Nossa Senhora do Campos do rio Real e de Pé do Banco, as missões indígenas de Pacatuba, São Pedro, Nossa Senhora dos Carmo de Japarutuba e Água Azeda e as importantes povoações de Laranjeiras e Estância. Nenhuma modificação, portanto, em relação ao quadro de 1802.

Para bem compreender-se o relacionamento entre os núcleos urbanos sergipanos, é importante tomar conhecimento da distribuição das barras e portos do Estado, como observamos atrás. Por isso, Marcos Antônio tem o cuidado de descrevê-los. A barra do São Francisco, com 16 palmos na baixa-mar, por onde saem os produtos da região para a Bahia e Pernambuco. São tributárias dela Propriá e Villa Nova. *A Barra do Japarutuba*, já então imprestável para a navegação. *A barra do Aracaju ou do Cotinguiba*, que tem, na baixa-mar, de 11 a 18 palmos d'água, possui dois canais, mudáveis com a ação das correntes, pois a região é arenosa. Em outros tempos, entravam pelo rio navios de alto bordo. Mas ao tempo da *Memória*, só atingem até Laranjeiras e Maroim. Entretanto, são-lhe tributários os núcleos de Japarutuba, Laranjeiras, Santo Amaro e Socorro. *A Barra do Vasa-Barris*, com 16 palmos d'água na baixa-mar, é navegável até taporanga. São Cristóvão, a Capital, é o grande núcleo tributário. Nesta só entram navios pequenos. *A Barra do rio Real* tem 18 palmos na baixa-mar e um único canal navegável, porém sujeito a mudanças, ladeado por grande banco de areia. Perigosa, mas bem freqüentada, serve a Santa Luzia e Estância.

As demais povoações são centrais, sem comunicação direta ou fácil com essas barras.

Outro ponto a fixar: A divisão administrativa não correspondia à divisão eclesiástica e muito menos à importância das povoações.

As duas maiores da Capitania, Laranjeiras e Estância, nem vilas eram, nem sedes paroquiais. Laranjeiras apresenta-se com a população estimada em 3.000 (três mil) pessoas. Estância, com 1.600 (mil seiscentos) habitantes, abriga ainda toda a administração judiciária e eclesiástica, sem os foros de vila. São Cristóvão, Capital e cabeça do distrito de Laranjeiras, tem 400 (quatrocentos) moradores. Santa Luzia, metrópole oficial de Estância, não mais de 20 (vinte) famílias. Vê-se, por ai, quão pouco pesavam os interesses mercantis, especificamente urbanos, na organização político-administrativa. Marcos Antônio fala-nos da exigüidade de quase todos esses núcleos citadinos. Thomar, antiga missão jesuítica, cujo termo abrange apenas 1 légua quadrada, tem somente, no termo, 633 habitantes, em sua maioria índios e mestiços. De Lagarto e Itabaiana, não dá os números. Mas esta última vila está quase deserta. Silêncio também para Santo Amaro, embora diga ser “a vila mais famosa e rica de toda a Capitania” e a freguesia compreenda 5.500 habitantes. De Socorro, embora distribuída pelos campos, anota a concentração populacional: sete mil pessoas em três léguas quadrada. As vilas do São Francisco têm extensa área de jurisdição para populações pouco superiores a 4.000 (quatro mil) pessoas.

O padre destaca os templos existentes em todas. Algumas, apesar de exíguas, têm muitos. São Cristóvão tem 10 (dez). Mas falta a ordem civil na Província. Multiplicam-se os homicídios. Mais de 100 (cem) por ano. Predomina a impunidade. Não está dito porque, mas se subentende que os Ouvidores nada podem contra os mandantes e padrinhos dos assassinos, que são os senhores da terra. A autoridade não cuida da conservação das cadeias publicas. Estão todas arruinadas, menos a de Villa Nova.

A riqueza da Capitania é toda ela rural ou agro-industrial ou pastoril. O açúcar, nas bacias do Cotinguiba, do Vasa-Barris e do Real. O gado, em Lagarto, Itabaiana e no São Francisco. A exportação faz-se quase toda para a Bahia, sendo a cidade do Salvador o grande empório da região.

Os núcleos locais, apresenta-nos Marcos Antônio de Souza, como centros religiosos e administrativos de uma sociedade rural, diversificadamente estruturada em áreas geo-econômicas, ricas e prósperas, tendo por fundamento o açúcar e o gado.

De feiras importantes, somente nos fala sobre a de Propriá. Mas, bem entendido, trata-se de uma feira de cidade que é centro de toda grande zona rural, a do São Francisco, embora se possa supor que Propriá comunicasse a área do São Francisco com os grandes portos de exportação e importação, Bahia e Pernambuco, através de Penedo ou Vila Nova.

Outra observação importante: o atraso do convívio citadino em Sergipe. Faltavam escolas de primeiras letras em Lagarto, em Vila Nova. Nesta, também, não se encontrava “médico, cirurgião ou boticário”. Mas devemos julgar o mesmo de Propriá, Itabaiana e Thomar. O próprio D. Marcos nos diz da existência de escola em São Cristóvão. Documentos do início do século dão notícia dela em Santo Amaro.

3. - CASAL (AYRES DO), COROGRAFIA BRASÍLICA.

Eds. Cultura, 2ª ed. São Paulo, 1945.

Tomo II, PP. 105-114.

Ayres do Casal, padre secular, publicou sua obra em 1817. Não sabemos como obteve suas informações. Dados oficiais? Relatos verbais? Leitura das *Memórias* anteriores? Observação pessoal? Não podemos conseguir dados esclarecedores, no curto espaço de preparação desta comunicação. Talvez tudo isso. Algumas das descrições são tão vívidas, que parecem visuais. Como exemplo, a da barra do Cotinguiba,” suas margens são cobertas de mangues, e na proximidade do mar de areia branca, e dum aspecto deleitável, ornadas com formosos coqueiros em partes... defronte dela há um prancel vasto, quase todo submergido com muitos pedaços descobertos na baixa mar; e sobre o qual forreia o mar com o horroroso estampido ainda na maior bonança; pelo meio desta furiosa arre-

bentação há um canal estreito e tortuoso, e só com fundo para sumacas, só práticos podem acertar com ele vindo mar em fora, para entrar no rio, que fica escondido por terras deste medonho, e fatal baixio”.

O trabalho do Pe. Ayres apresenta, entretanto, algumas imperfeições, que revelam seu contato superficial com a terra, se houve, e a insegurança de algumas de suas fontes. Situa Itabaiana na parte leste e Thomar na parte oeste! Também lhe falta a visão articulada da então Capitania, que encontramos nos trabalhos anteriores. O aspecto demográfico não lhe interessa e o econômico apenas secundariamente.

A divisão administrativa e eclesiástica anterior persiste. A mesma observação do estado endêmico de violência e anarquia. Cita a conversa de um ouvidor, segundo o qual, em dois anos de exercício, houvera mais de 200 homicídios.

Insiste na pequenez das vilas sergipanas, inclusive a cidade de São Cristóvão. Comunica que então já havia cadeira de Latim em Vila Nova. Seriam sugestões do Pe. Marcos Antônio?

Não deixa de anotar a disparidade entre as vilas e os centros comerciais de que são tributárias. Santo Amaro, “vila pequena”, tem por entreposto “a aldeia de Maroim”, para “grandíssima quantidade de caixas de açúcar, com um pequeno mercado nos sábados a qual com o tempo deve ser povoação considerável”.

Palavras proféticas, cujos resultados experimentaria Santo Amaro em 1835. Também prognostica o futuro de Laranjeiras a que “será uma das principais vilas da província”.

Parece, porém, ignorar a importância da povoação já naquela época. Considera Estância “a mais populosa e comerciante de toda a província, sem excetuar a capital”.

Não o espanta, porém, depender da “pequena” vila de Santa Luzia. Também antevê o futuro de Rosário, arraial situado na estrada que vai para “Maruim”.

**4 AVÉ-ALLEMANT (ROBERT),
VIAGEM PELO NORTE DO BRASIL NO ANO DE 1859
XVI PP. 333-350 – Rio de Janeiro, Ed. Bras., 1961.**

Quatro décadas depois, encontramos o depoimento de um viajante estrangeiro, médico alemão. Sua vista foi rápida : durou apenas 6 (seis) dias. Visitara a cachoeira de Paulo Afonso e resolveu aproveitar a espera pelo vapor que o levaria a Pernambuco com a curta estada em Sergipe. Esteve nas localidades de Aracaju e Maroim. Seu relato tem o valor de um *flash*, mas muito significativo.

Descreve, com pormenores, a saída pela barra do São Francisco e a difícil entrada pela barra do Cotinguiba. Após a manobra do navio, um vapor com capacidade para transportar 86 passageiros de 1ª classe. “entra-se no rio largo, em cuja margem direita se ergue a nova Capital da Província de Sergipe, principiada há quatro anos, a cidade de Aracaju”.

No porto, 20 (vinte) navios à vela, muitos deles europeus e um rebocador. “Tudo é bonito e novo, na margem, embora muito provisório, Em construção , o palácio presidencial e a alfândega. Tem casa presidencial, da Câmara Provincial, quartel, igreja e loja maçônica. Trabalho e construção por toda a parte”.

Aracaju ergue-se com suas promessas do futuro, primeira povoação de ar efetivamente urbano. Para confirma-lo, está aquilo que Lallemand julga um defeito da cidade. Os arrabaldes, pelos morros de areia, cobertos de casas de barro, com tetos de palha de coqueiro, habitadas por uma multidão de deslocados. O viajante encontra, pretos, mulatos e uma maioria de índios. A cidade de Aracaju cumpria, assim, o destino histórico das cidades, de abrigo dos deslocados e espoliados do campo, embora abrigo precário.

Mais um delicioso toque de urbanidade incipiente: o povo reunido diante da casa presidencial para ouvir a banda de música do batalhão, a tão conhecida e tradicional *retreta* dos aracajuanos.

Por outro lado , das 60 mil caixas de açúcar ultimamente exportadas pela Província segundo o viajante, 40 mil saíram pelo porto

da Capital. Maroim, também visitada por Lallemand, ocupava o lugar intermediário, exportando para Aracaju o açúcar da vizinhança. O mesmo se poderia dizer de Laranjeiras.

As cidades sergipanas de então, ou eram centros administrativos que congregavam os filamentos da sociedade senhorial, ou entrepostos comerciais, ou ambas as coisas. Mas, Aracaju, segundo o observador não tinha “boa sociedade, nenhum padrão de vida mais elevado, nem se desenvolvido o gosto artístico”.

Centro administrativo provincial, cujos funcionários em parte, dependiam da Corte do Rio de Janeiro e , em parte, da conjugação momentânea dos dirigentes da sociedade senhorial, em âmbito provincial, era além disso o grande entreposto do Cotinguiba, da zona mais rica de Sergipe. Mas, em sua vida local, despontava algo de novo, justamente aquela população emergida do campo e que ia viver dos misteres citadinos.

De Maroim, pouco fala Lallemand, salvo para referir-se a importante firma exportadora alemã Schramm ali estabelecida. Mas indica que a zona de Japarutuba começava a exportar diretamente por Aracaju, com a recente abertura do canal do Pomonga, que liga Japarutuba ao estuário do então chamado Cotinguiba, hoje Sergipe.

Finalmente, adverte-se dos primeiros sinais de depressão da base econômica da sociedade sergipana, pela escassez crescente de braços, que atribui à ação devastadora das epidemias e à extinção do tráfico negroiro.

5.A) - DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO E VILLA DA CAPELA, COM OF. DA CÂMARA DE 31. 5.1881.BIBLIOTECA NACIONAL , SEÇÃO DE MANUSCRITOS, I – 32, 16, 26.

B) - DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DA MISSÃO DE JAPARUTUBA, COM OF. DA CÂMARA DE 5. 5. 1881.BIBLIOTECA NACIONAL, SEÇÃO DE MANUSCRITOS, I – 31, 17, 57.

C) – DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGARTO, COM OF. DA CÂMARA DE 6. 4. 1881. BIBLIOTECA, NACIONAL, SEÇÃO DE MANUSCRITOS, I – 31, 17, 56.

D) – DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO E VILA DE SIMÃO DIAS, COM OF. DA CÂMARA DE 15. 5. 1881. BIBLIOTECA NACIONAL, SEÇÃO DE MANUSCRITOS, I, 31, 18, 25.

Os quatro documentos acima também nos dão uma vista parcial da vida cidadina em 1881. Os quatro municípios descritos não eram os mais importantes, embora Japaratuba e Capela estivessem em plena ascensão. Os documentos encontram-se na Biblioteca Nacional e constituem resposta a inquérito promovido pelo diretor daquela instituição, Ramiz Galvão. Não sabemos se as outras câmaras municipais também responderam, o que é provável, mas o fato é que apenas são hoje encontrados aqueles quatro. Mas, por esses municípios, ainda tipicamente rurícolas é possível avaliar-se os progressos da vida cidadina.

Em todos eles florescia a agro-indústria açucareira. Mais em Japaratuba e Capela. Nesta havia 82 engenhos, sendo 11 a vapor, 4 movidos a água e 67 por animais. E alambiques. Em Simão Dias, também café. Indústrias locais de cal, telha, tijolos, queijos, farinha, couros curtidos. Artesanato: lençóis, redes, sacos etc.

Em Lagarto, dos 15 mil habitantes do município, 3 mil residiam na cidade ou seja, 20%. Em Capela, de produção menos diversificada, para 13 mil 472 habitantes do município, 2 mil residentes na Vila, ou seja 14,77%.

Mas, em todas elas, escolas primárias públicas para ambos os sexos, casa da câmara e cadeia, demonstrando que nas relações entre os potentados a ordem começava a dar os seus primeiros passos. Capela possuía também hospital e pequeno teatro.

Todas, com exceção de Lagarto, promovida à cidade, eram vilas recentes, criadas no período regencial ou no 2º Reinado.

Fato a assinalar: não somente Capela e Japarutuba, o que seria natural por sua integração na zona do Cotinguiba, mas também Lagarto e Simão Dias, importavam da Bahia e de outros lugares pelos entrepostos de Aracaju e Laranjeiras. Essas também exportavam diretamente para o sertão da Bahia.

6. A) – LISBOA (L. C. SILVA), CHOROGRAPHIA DE SERGIPE-ARACAJU, 1897, PP.9 A 57, 73 A 147.

B) – FREIRE (LAUDELINO), QUADRO CHOROGRAPHICO DE SERGIPE-RIO DE JANEIRO, 1902, 2ª EDIÇÃO PP. 80 A 104.

Resolvemos apresentar conjuntamente as informações desses dois autores pelo curto espaço de tempo que separa uma publicação da outra. A 1ª edição da obra de Laudelino é de 1898. O trabalho de Laudelino supõe a utilização dos inquéritos, promovido por Ramiz, e da obra de Silva Lisboa.

Este último escreveu a *Chorographia*, por encargo da administração estadual, para que fosse adotada nas escolas públicas do Estado. Era professor no Atheneu Sergipense.

Laudelino Freire, que tentara a carreira militar, formara-se em ciências sócias pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro, somente completando o curso jurídico, em 1902. Polígrafo ilustre, irmão do não menos ilustre Falisbello Freire, versou, em vários escritos, sobre geografia, história regional, história da arte, psicologia, situando-se entre os grandes gramáticos e filólogos brasileiros. Fora deputado estadual de 1895 a 1899 e por ocasião da 2ª edição, era fiscal das Loterias do Estado na Capital Federal, como representante de Sergipe.

O fim do século XIX, registra grandes progressos na vida urbana do Estado. No começo da centúria apenas 1 cidade e 7 vilas. Agora, 12 cidades e 25 vilas. Todo esse progresso se cumprira por etapas : no período regencial, nas décadas de 50 a 70, 80 e, finalmente, após a proclamação da República.

Duas modificações são mais notáveis: a hegemonia adquirida por Aracaju e a diversificação das atividades econômicas, a par de certa estagnação da economia açucareira.

Aracaju, era agora, dentro das proporções exíguas do Estado, uma verdadeira cidade e o centro mais importante nos planos político, econômico, e cultural da vida sergipana.

Silva Lisboa mostra-nos como as barras do Estado tornaram-se pouco a pouco infensas à navegação de alto bordo. As de Japarutuba e Vasa-Barris ficaram impraticáveis. – A do São Francisco decaira. A do Real mantinha suas características de periculosidade e de profundidade rio a dentro. A do Cotinguiba continuava incerta e arriscada, mas o estuário do rio oferecia largo e profundo abrigo. Em 1899, diz Laudelino Freire, nela entraram 201 navios e saíram 181. Observe-se, porém, que apenas entrou um vapor estrangeiro e saíram seis. Sergipe decididamente isolava-se do mundo exterior e se ligava exclusivamente à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, pela navegação direta para o Rio de Janeiro.

Aracaju, tinha 16.336 habitantes em 1890. O Estado, 310.926. Já concentrava, pois, 5,25% da população de Sergipe. 4 mil casas. A imigração de gente do interior garantia-lhe a expansão. Além do aumento do diâmetro urbano, bairros novos como o Industrial ou Chica Chaves, Fundação, Catinga, Santo Antônio, Atalaia. E também a “cidade de palha”, de que fala Silva Lisboa, a cidade dos recém-vindos, serpeando pelos morros de areia que espremiavam Aracaju de encontro ao rio.

Silva Lisboa acentua a decadência de Laranjeiras e o decaimento de Maruim. Atribui, em parte, no primeiro caso, ao progresso de Riachuelo, mas reconhece que a causa principal é Aracaju. Na verdade, a prosperidade de Riachuelo devia-se à posição de centro mais interiorizado e distante de Aracaju. Os centros comerciais do interior relacionam-se com Aracaju, ou com a Bahia, através de Aracaju: Itabaiana, Lagarto, Simão Dias e Estância. Propriá tanto se comunicava diretamente com a capital, como com Pernambuco e Bahia. Aracaju, diz Silva Lisboa, “como uma esponja absorve a seiva dos núcleos populosos que lhe ficam perto”.

Muitas vilas de prol , do começo do século, pararam e continuaram vilas. As de segundo grau, ou simples povoações, passaram a cidades. Exemplos do 1º caso: Santa Luzia, Santo Amaro, Vila Nova. Exemplos do 2º caso: Propriá, Itabaiana, Lagarto, Simão Dias, Laranjeiras, Capela, Maroim, Estância.

As atividades agrícolas eram ainda indiscutivelmente preponderantes, como ainda hoje o são, mas em termos diferentes . A cana de açúcar, e sua indústria, continuava como a principal riqueza do Estado. Os engenhos eram numerosos nos municípios do vale do Cotinguiba e ainda

existiam no sul e no centro do território sergipano. A vida civil de Capela, Rosário, Itaporanga e Japarutuba, por exemplo, repousava nas classe dos senhores de engenho. Capela tinha hospital e teatro. Mas havia ainda a criação de gado, na zona oeste, de norte a sul e na margem do São Francisco.

Havia o grande plantio de algodão , estendendo-se pelos municípios de Simão Dias, Propriá, Divina Pastora, Siriri, Campo do Brito, Cedro, Boquim, Campos, mas sobretudo Itabaiana, São Paulo e Nossa Senhora das Dores. Também se cultivava café em Estância, Simão Dias e Capela. E arroz, em Pacatuba, Vila Nova e Porto da Folha. Extraía-se sal em Socorro . Só em Aracaju, observa Laudelino Freire, a lavoura tinha pouca importância, consistindo em muitos sítios de coqueiros.

Nem todas essas cidades e vilas eram como as de antigamente, simples centros administrativos e de intercâmbio local. Possuíam descarçadores de algodão, muitos a vapor. Artesanato. Industria caseira de laticínios. Mas Aracaju tinha fabricas de fundição de ferro, sabão, sapatos, vinhos, papéis e uma moderníssima de tecidos. Estância tinha uma fabrica de tecidos, 4 de óleo, 1 de azeite de mamona, 1 de sabão. Como município, era mais populoso que Aracaju: 30 mil habitantes . Mas, núcleo urbano inferior. Vila Nova tinha fábrica de óleo.

Longe iam os tempos em que faltavam, às vilas , cadeias ou os poderosos da região retiravam os presos de suas celas. Os nossos

autores registram, em cada sede municipal, uma cadeia. Embora não o digam, seria erro julgar que houvessem acabado os assassínios e as tropelias. Ainda há pouco isso ocorria. Nos períodos de regime liberal, os velhos princípios senhoriais, do direto da justiça privada ou da guerra privada têm voltado a imperar, amortecidos nos períodos do governos autoritários, pois esses não dependem para sua sustentação e escolha das forças eleitorais rurais.

Em todo caso, a desordem fora reduzida em sua amplitude. Em quase toda vila e em todas as cidades havia estações telegráficas a permitirem fácil comunicação com a Capital. Mas, somente isso. Conta-se de um delegado de Polícia de Laranjeiras, no primeiro quartel do século XX, que, chamado a coibir desordens de filhos-famílias, se eximira, observando: “Eu hoje não estou muito delegado”...

Quanto a instrução pública, D. Marcos sorria de contente. Em todas as sedes municipais, e mais raramente nos povoados, havia escolas primárias públicas para ambos os sexos. Havia, então, 37 escolas mistas, 23 para o sexo masculino e 30 para o sexo feminino. É de notar a preponderância da educação feminina, fato constante na história sergipana. Talvez devido à emigração dos homens. Aracaju avantajava-se sobre as outras, nesse aspecto: 18 escolas públicas primárias, várias particulares, inclusive a famosa de D. Eltevína Amália de Siqueira; o Atheneu Sergipense, a Escola Normal e o Colégio Sergipense, este do professor Alfredo Montes. Quase toda a imprensa do Estado aí se concentrava, salvo um jornal em Propriá e outro em Estância. Em 1902, três lojas maçônicas, para nenhuma do interior.

Do ponto de vista comercial, Aracaju não era mais apenas entreposto, mas centro de distribuição de mercadorias, com poderosas casas atacadistas, que Silva Lisboa enumera: Silva Moreira e Cia., Rodrigues Fernandes e Cia., Machado Coelho e Cia., Mattos Filhos e Cia., Jucundo Montavão e Cia.

Cidade construída sob planejamento, conquistada aos charcos, com ruas em linhas e ângulos retos, praças ajardinadas, embo-

ra sem serviço de água, de esgotos, de bondes, etc. Centro urbano ainda pobre, mas única verdadeira cidade de Sergipe, quase independente do campo, se não fora o governo do Estado ser escolhido pelos grupos senhoriais do interior.

O século XIX termina, assim, com indícios de progressos e de aceleração no ritmo de intersificação da vida urbana.

INTERVENÇÕES.

Da Prof. ^a Eni de Mesquita (FFLCH/USP).

Pede esclarecimentos a respeito da seleção das fontes utilizadas para a comunicação. Que outros documentos existem e podem ser utilizados?

Da Prof. ^a Helga Iracema Landgraf Piccolo (UFRGS).

Disse:

“A partir de sua colocação inicial \rightarrow visualizar a evolução urbana em termos descritivos \rightarrow pergunta:

Como se percebe, através dessas observações a mudança de capital?

Por que foi feita?

São Cristóvão decaiu?

Qual a causa?

Por que Aracaju se torna capital”?

RESPOSTAS DO PROFESSOR JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES.

À prof. ^a Eni de Mesquita.

Há outros depoimentos sobre Sergipe no século XIX. Porém dos que são conhecidos do autor da comunicação, não foram incluídos os seguintes:

a) – Há um documento anônimo, depositado na Biblioteca Nacional, ainda em estado de esboço, sem duvida valioso, mas que deixou de ser incluído no presente trabalho, que se refere exclusivamente ao século XIX, porque não inclui Propriá entre as vilas da Capitania. Sabemos, por D. Marcos de Souza, que Propriá foi elevada à vila em 1800. Logo, o documento é anterior;

b) – Em 1821, foi publicado, em Londres, o livro de Henderson sobre o Brasil. Mas o texto Inglês, que se encontra entre as obras raras da Biblioteca Nacional, reproduz literalmente Ayres do Casal.

c) – Em 1821, José Antônio Fernandes, secretário do governo, informava ao Presidente Burlamaque, o primeiro presidente de Sergipe recém desligado da sujeição à Bahia, em relatório que refere sumariamente às povoações da Província, mas evadido de erros e imprecisões. O motivo foi ter escrito o relatório de memória, pois, ao naufragar na barra de Sergipe d'El-Rei (?), perdera todos os seus documentos.

d) – Em 1826, o Pe. Ignácio Antônio Dormundo, por ordem do Conselho de Governo da Província, redigiu uma valiosa *Noticia Topographica*, muito útil para o conhecimento da Geografia Física e Econômica de Sergipe de então. Porém, nada diz sobre as povoações.

Outros depoimentos poderão existir, mas deles não tenho conhecimento até a presente data.

À Prof.^a Helga Iracema Landgraf Piccolo.

A questão tem cabimento, pois só indiretamente referi fato tão importante na evolução urbana de Sergipe. Mas é preciso considerar que o objetivo da Comunicação é relatar a evolução urbana do século XIX através das observações dos documentos relacionados. Não tem ela pretensões de ser estudo direto da situação urbana de Sergipe.

Poderei, entretanto, satisfazer a justa preocupação da professora.

Nos meados do século XIX, Sergipe alcançara certo grau de prosperidade como produtor de açúcar. Os engenhos agrupavam-se nos vales daqueles de seus rios que procuravam o mar: São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Cotinguiba, Vasa-Barris, Real-Piauí. Desses rios, o Sergipe exportava mais de 70% de todo o açúcar da Província, incorporando inclusive a produção de Japarutuba, tornando imprestável para a navegação de alto bordo. O Vasa-Barris exportava perto de 7% de toda a produção açucareira. São Cristóvão, a capital, ficava situada no Paramopama, afluente do Vasa-Barris, curso d'água que não dava acesso às embarcações do mar. Junte-se a isso o aspecto político local. Os senhores dos vales do Sergipe e Japarutuba esperavam ter a administração da Província sob sua tutela, se situada em sua zona de influência. Estava-se também na década de 50, fase de Conciliação e dos novos empreendimentos, que iriam revitalizar a economia do Império. Era preciso promover compensações em favor da produção açucareira, ameaçada pela extinção do tráfico negreiro. Por isso, o presidente de Sergipe, Inácio Joaquim Barbosa, por ato de 17 de março de 1855, criou a cidade de Aracaju, próxima à foz do Sergipe, transferindo *ipso facto* a capital. Deu verdadeiro golpe de Estado, pois reuniu a Assembléia numa praia fluvial quase deserta. Aracaju veio do nada. Nasceu por decreto e pela vontade do governo.

São Cristóvão não estava propriamente em decadência. Não tinha, porém, condições de crescimento, pois não era centro de atividades econômicas . Aracaju, pelo contrário , de simples povoado de casas, em sua maioria cobertas de palha, tornou-se, com o tempo, a verdadeira cidade de Sergipe, reunindo, hoje, mais de 20% da população do Estado.

TENDÊNCIAS
OPOSICIONISTA E
SITUACIONISTA EM
SERGIPE
1945/2000

IBARÊ DANTAS
Historiador

Introdução

Este artigo está voltado para examinar em que medida o eleitorado do Estado de Sergipe, e de modo especial de Aracaju, sua capital, manifestou-se oposicionista ou situacionista no período 1945/1998.

A tendência situacionista será concebida a partir da vitória eleitoral do(s) partido(s) que durante a campanha estava(m) governando ou sendo apoiado(s) por setores que controlavam o aparato público do respectivo executivo, seja municipal, estadual ou federal.

Por outro lado, considerar-se-á triunfo oposicionista quando nenhuma dessas duas situações se concretizar em determinado pleito. Embora oposição e situação não sejam aqui utilizados com sentido ideológico, em determinados momentos os oposicionistas aparecem mais identificados com os grupos de esquerda¹.

1 Denominamos aqui de esquerda a corrente político-ideológica que tem como traço marcante de seu ideário a busca da igualdade social através da ampliação do papel do Estado na sociedade.

Apesar da objetividade aparente das duas categorias polares oposição X situação a qualificação de uma ou de outra nem sempre se torna fácil, conforme se observará no decorrer do texto. De qualquer forma, pretendemos usá-las como termos de referência nas eleições majoritárias de presidente da República, governador e prefeito da capital. Como de 1964 a 1981 não houve eleição direta para nenhum desses cargos, no exame daquele período apreciaremos o voto de senador nos pleitos de 1966 até 1978, quando tenderam a assumir caráter plebiscitário. Deixaremos, assim, de tratar da eleição de senador de 1982 porque o restabelecimento do voto direto para governador esvaziou a sua importância, enquanto padrão de julgamento do regime vigente. Em face desse interregno, que provocou descontinuidade entre os dois períodos 1945/64 e 1982/2000, analisaremos as eleições de cada cargo separando os dois momentos, no sentido de apreciar melhor as suas diferenças.

1 PRIMEIRA FASE

1.1 O Voto para Presidente da República 1945/62

A dificuldade de conceituar oposição começa no voto para presidente da República. Embora, nos dois primeiros pleitos, a qualificação dos candidatos como situacionistas nos pareça livres de controvérsia, a localização de Juscelino Kubitschek na oposição requer algumas considerações. Não obstante esse postulante do PSD fosse integrante de um esquema situacionista que vinha presidindo o país desde os tempos do Estado Novo, no momento da campanha eleitoral o presidente Café Filho parecia mais receptivo às forças dos udenistas históricos, como mostra a presença de alguns deles no ministério. Como se isso não bastasse, no âmbito estadual, a vigência de um governo udenista em Sergipe permitiu que alguns prefeitos tentassem dificultar sua campanha em certas localidades.

No conjunto do período 1945/62 constata-se que o eleitorado da capital votou na maioria das vezes na oposição enquanto o do Estado foi mais situacionista, conforme se vê pelo quadro I.

QUADRO I
ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA
1945/1962
SERGIPE

ANO	CANDIDATOS E PARTIDOS	PARTIDOS VITORIOSOS			
		CAPITAL		ESTADO	
		Oposição	Situação	Oposição	Situação
1945	Eurico Gaspar Dutra-PSD Eduardo Gomes-UDN Iedo Fiúza-PCB Rolim Teles-PL	PCB			PSD
1950	Getúlio Vargas-PTB Eduardo Gomes-UDN Cristiano Machado-PSD	PTB			PTB
1955	Juscelino Kubitschek-PSD Juarez Távora –UDN Ademar de Barros- PSP Plínio Salgado- PRP	PSD			UDN
1960	Henrique Teixeira Lott-PSD Jânio da Silva Quadros-UDN Ademar de Barros-PSP		PSD	UDN	
Totais		3	1	1	3

Em meio a essa inclinação oposicionista dos votantes de Aracaju, pode-se dizer também que eles revelaram uma certa tendência esquerdista. Observe-se que o candidato do partido comu-

nista venceu em 1945 em Aracaju, fato que se verificou em raras capitais do país. Em 1950 os aracajuanos proporcionaram consagrada vitória a Vargas, indicando grande receptividade ao trabalhismo do candidato que chegou a ser qualificado de “pai dos pobres”. Nos dois pleitos seguintes a tendência persistiu na medida em que os votantes da capital optaram pelo candidato do PSD em vez daqueles postulantes da UDN. Embora Juscelino Kubitschek não tivesse nada de esquerdista, o Marechal Teixeira Lott estava mais sintonizado com o movimento nacionalista da época. Portanto, os eleitores da capital, durante o período 1945/64, demonstraram claramente sua maior adesão à coalizão populista PSD-PTB que controlou a política nacional de 1945 a 1964, com rápidos intervalos.

Tendência um tanto diversa revelou o eleitorado estadual, especialmente nos dois derradeiros pleitos, quando proporcionou a vitória dos candidatos udenistas, a exemplo do que ocorria com o governo do Estado. A opção em colocar Jânio Quadros como opositorista, tomou como parâmetro predominante a sua postura contra o domínio da coalizão populista PSD+PTB, refeita com a eleição de Juscelino Kubitschek, embora o teor opositorista udenista deva ser relativizado em face da existência do apoio do governo correligionário local.

1.2. O Voto para Governador do Estado 1947/62

No caso das manifestações do eleitorado referente ao governo estadual, as diferenças dos votantes do município de Aracaju em relação às manifestações do Estado como um conjunto foram também pronunciadas, conforme se observa no quadro seguinte.

QUADRO II
ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR
SERGIPE
1947/62

ANO	CANDIDATOS E PARTIDOS	PARTIDOS VITORIOSOS			
		CAPITAL		ESTADO	
		Oposição	Situação	Oposição	Situação
1947	José Rolemberg Leite-PSD Luiz Garcia –UDN Orlando Dantas-ED		PSD		PSD
1950	Arnaldo R. Garcez-PSD Leandro M. Maciel –UDN Francisco de A. Macedo-PTB	PTB			PSD
1954	Edésio Vieira de Melo-PSD Leandro M. Maciel-UDN Francisco de A. Macedo-PTB	UDN		UDN	
1958	Luiz Garcia –UDN José Rolemberg Leite-PSD Francisco A. Macedo-PTB	PSD			UDN
1962	João de Seixas Dória-ASD Leandro M. Maciel- ANT	ASD		ASD	
Totais		4	1	2	3

Como se vê, o eleitorado da capital votou majoritariamente apenas uma vez (1947) na situação, quando a campanha apaixonada da Liga Eleitoral Católica (LEC) abjurou o candidato udenista e o do PSD ganhou. Nos demais pleitos os aracajuanos proporcionaram a vitória aos oposicionistas, fossem eles udenistas, pessedistas ou dissidentes. No Estado como um conjunto, os situacionistas venceram na maioria das eleições, registrando-se duas opções oposicionistas.

Nesse período (1947/62), os grupos políticos que disputavam a governadoria estiveram bastante equilibrados. Os pessedistas, em aliança com o perrepistas, controlaram o governo nos dois primeiros mandatos e os udenistas nos dois quadriênios subsequentes. Em 1962 os partidos principais do Estado, quais sejam, a UDN e PSD, dividiram-se e formaram duas coalizões com lideranças de ambas as agremiações, a Aliança Social Democrática (PSD+PR+PSB+ Dissidentes da UDN) e a Aliança Nacional Trabalhista (UDN+PTB+PST+ Dissidentes do PSD).

Ao longo, porém, desse processo eleitoral foi-se delineando a tendência esquerdista dos aracajuanos. O partido comunista, embora na ilegalidade, na maioria das vezes apoiou o candidato da UDN ao Executivo estadual. Nas votações para presidente, quando as influências locais geralmente têm peso menor, a opção oposicionista revelou-se bastante nítida. No caso das eleições para governador, foi mais discreta. Mas, a preferência do eleitorado pelo PTB de Francisco de Araújo Macedo, em 1950, e por Seixas Dória em 1962, confirmaram a simpatia pelo trabalhismo e/ou pelo nacionalismo de esquerda.

1.3. O Voto para Prefeito de Aracaju

O voto direto para prefeito da capital foi abolido com a reforma da Constituição estadual, em 1913. Os administradores de Aracaju, desde então, foram indicados pelo governador e eram denominados de intendentes. Somente a partir de 1935 passaram a ser chamados de prefeitos. Mas, em 1952, houve nova alteração na legislação, dessa vez restaurando o direito do aracajuano eleger seu prefeito.

Restituída a faculdade do eleitor da capital escolher o seu executivo municipal, pôde ele então demonstrar com maior nitidez seu teor oposicionista. Em todas as eleições, os situacionistas perderam, conforme o quadro que se segue.

QUADRO III
ELEIÇÃO PARA PREFEITO
ARACAJU
1952/1962

ANO	CANDIDATOS E PARTIDOS	PARTIDOS VITORIOSOS	
		Oposição	Situação
1952	Jorge Campos Maynard-UDN+PSP José Conrado de Araújo-PTB Antônio Carlos Nascimento-PR+PSD	UDN	
1954	Roosevelt Cardoso de Menezes-PR José Conrado de Araújo -PTN+UDN+PST Durval Militão-PTB	PR	
1958	José Conrado de Araújo-PTB Carlos Carvalho-UDN	PTB	
1962	Godofredo Diniz Gonçalves-PR Lucílio Costa Pinto-UDN	PR	
Totais		4	0

Recorde-se que em 1952 os pessedistas governavam o Estado em aliança com o PR e a vitória do candidato Jorge Campos Maynard para prefeito indicou a força da UDN na capital, apesar da vigência do governo estadual do PSD+PR. No pleito seguinte houve divisão das forças políticas, a UDN ainda apoiou um candidato fora dos seus quadros, mesmo assim triunfou o nome do PR. Apesar da derrota do líder populista José Conrado de Araújo, este acumulou forças e venceu no pleito seguinte. Mas, na eleição subsequente, a alternância de poder voltou a repetir-se. Nenhum nome apoiado pelos governistas venceu durante o período 1952/62.

2 SEGUNDA FASE

2.1. O Interregno Autoritário

Quando as eleições diretas foram proibidas para presidente, governador e prefeito da capital, dentro do voto majoritário restou apenas o de senador que foi crescendo de importância com a sucessão dos pleitos, impondo-se como referência para avaliar a tendência oposicionista/situacionista do eleitorado. Nas quatro eleições que se sucederam, a partir de 1966, registrou-se o seguinte resultado.

QUADRO IV
SENADOR
SERGIPE
1966/78

ANO	CANDIDATOS E PARTIDOS	PARTIDOS VITORIOSOS			
		CAPITAL		ESTADO	
		Oposição	Situação	Oposição	Situação
1966	Leandro M. Maciel-ARENA Oviedo Teixeira-MDB		ARENA		ARENA
1970	Augusto do P. Franco-ARENA Lourival Batista-ARENA Oviedo Teixeira-MDB		ARENA ARENA		ARENA ARENA
1974	João Gilvan Rocha-MDB Leandro M. Maciel-ARENA	MDB		MDB	
1978	José Carlos Teixeira-MDB José Passos Porto-ARENA	MDB			ARENA
Totais		2	3	1	4

De início, deve ser lembrado que o quadro partidário foi bastante alterado a partir de 1964. Primeiramente algumas lideranças combativas foram afastadas pelas cassações ou simplesmente desistiram da política partidária. Mas, como nem assim os partidos proporcionavam o respaldo que os militares gostariam de obter, em 1965 o sistema pluripartidário foi dissolvido e no ano seguinte foi formado o bipartidarismo (ARENA X MDB). Em Sergipe, a exemplo dos demais Estados, a grande parte das lideranças optou pelo partido governista, a instituição mais segura para se continuar influente. Enquanto isso os que foram para a oposição encontravam bastantes dificuldades de se afirmarem como alternativa real, inclusive pelos constrangimentos operados tanto pelos militares quanto por parte dos governantes civis.

3 - TERCEIRA FASE

3.1. O Voto para Governador

O voto direto para governador foi restaurado na última fase do regime autoritário, dentro da estratégia da transição política do autoritarismo para a democracia. Em 1982 realizou-se o primeiro pleito direto para a escolha do chefe do poder executivo nos diversos Estados. Em Sergipe a vitória dos governistas foi a maior do país, indicando o controle político que os situacionistas exerciam no Estado, fato que foi se repetindo nas eleições subsequentes, conforme mostra o quadro V.

QUADRO V
ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR
SERGIPE
1982/1998

ANO	CANDIDATOS E PARTIDOS	PARTIDOS VITORIOSOS			
		CAPITAL		ESTADO	
		Oposição	Situação	Oposição	Situação
1982	João Gilvan Rocha-MDB João Alves Filho-PDS		PDS		PDS
1986	Antônio Carlos Valadares-PFL José Carlos Teixeira-PMDB		PFL		PFL
1990	João Alves Filho-PFL José Eduardo Dutra-PT	PT			PFL
1994	Albano do P. P. Franco-PSDB Jackson Barreto de Lima-PDT José Araújo Filho-PV Vera Lúcia S. Tourinho-PRN	PDT*			PSDB*
1998	Albano do P. P. Franco-PSDB João Alves Filho-PFL Antônio Carlos Valadares-PSB Rômulo Rodrigues-PSTU Fernando Silva-PST Adelmo Macedo-PSN		PSDB*		PSDB*
Totais		2	3	0	5

* Vitória no segundo turno

Como se observa em todos os pleitos, venceram os situacionistas em Sergipe. Apenas no primeiro turno de 1994 o candidato do PDT saiu vitorioso, mas não conseguiu repetir a façanha no segundo turno.

Na capital foi um pouco diferente, pois os oposicionistas conseguiram triunfar nas eleições de 1990 e 1994. De qualquer forma, o

quadro é expressivo enquanto demonstra a predominância dos governistas em todo o período, fazendo de Sergipe o Estado onde desde 1964 não ocorreu de fato alternância política para os oposicionistas.

3.2 - O Voto Para Prefeito de Aracaju

Quanto à prefeitura da capital, a realidade revelou-se diferenciada. Seguindo a tendência verificada no período anterior, na maioria dos pleitos os oposicionistas conseguiram vencer conforme indica o quadro VI.

QUADRO VI
ELEIÇÃO PARA PREFEITO
ARACAJU
1985/2000

ANO	CANDIDATOS E PARTIDOS	PARTIDOS VITORIOSOS	
		Oposição	Situação
1985	Jackson Barreto de Lima-PMDB/PFL Marcelo Chagas Déda-PT Gilton Garcia-PDS Nelson Araújo-PL		PMDB/PFL
1988	Wellington Paixão-PSB Marcelo Déda-PT Lauro Prado Maia- PFL+PMDB+PL+PJ Jorge Carvalho-PCB Paulo Dantas-PV	PSB	
1992	Jackson Barreto de Lima-PDT+PST+PV +PC do B+ PC Ismael Silva-PT Luiz Mittidieri-PMDB Reinaldo Moura – PFL+PSDB+PMN+ PL + PDS+PRP+PSD+PRN+PDC Clóvis Silveira- PTB	PDT	

QUADRO VI
ELEIÇÃO PARA PREFEITO
ARACAJU
1985/2000

Continuação

ANO	CANDIDATOS E PARTIDOS	PARTIDOS VITORIOSOS	
		Oposição	Situação
1996	João Augusto Gama da Silva - PMDB Ismael Silva - PT Maria do Carmo Alves - PFL Luiz Garibaldi - PDT João Bosco França Cruz - PPB/PMN Ricardo Santos Silva Leite - PSDC Francisco Gualberto - PSTU Ailton Pita Falcão-PST + PRN Antônio dos Santos Leite - PV Josevalter Souza Araújo - PTN + PSC	PMDB*	
2000	Adelmo Macedo-PHS José Almeida Lima PDT + PL + PSC + PTN + PSD + PRP + PAN + PSL Ismael Silva - PV Marcelo Déda Chagas - PT + PC do B + PCB + PSTU Antonio Carlos Valadares PSB + PFL + PMDB + PSDC + PRTB + Pt do B + PMN + PRN + PGT + PPB + PTB + PST +PT		PT
Totais		3	2

* Vitória no 2º turno.

Apesar de, em 1985, o candidato do PMDB apresentar-se apoiado pelos governistas situados no PFL, Jackson Barreto, durante o regime militar, havia se distinguido como um dos políticos mais combativos da oposição. Apesar disso, temendo revés compôs-se com situacionistas, dentro da coalizão chamada Aliança Democrá-

tica de âmbito nacional. A partir de então firmou-se como a principal liderança de Aracaju. Afastado em 1988, acusado de corrupção, mesmo assim elegeu seu candidato, depois brigou com o mesmo e voltou a candidatar-se sem o apoio da máquina municipal. Governou dois anos e entregou ao vice com quem desentendeu-se no processo sucessório. Diante do novo pleito, optou por um nome semi-desconhecido da população da periferia e terminou vitorioso, mostrando mais uma vez a sua força junto ao eleitorado de Aracaju e sua capacidade de transferir votos para seus postulantes.

O pleito de 2000 apresentou algumas semelhanças com a de 1985. Marcelo Déda, embora tenha sido apoiado pelo prefeito João Augusto Gama, dantes também já havia se credenciado como um dos principais líderes oposicionistas do Estado, vivenciando derrotas e vitórias.² Durante a campanha de 2000, apesar de receber a adesão do prefeito e de auxiliares do governador Albano Franco, nenhum dos partidos dessas lideranças optou formalmente por sua candidatura.

3.3. O Voto para Presidente da República

Findou-se o período autoritário, mas a eleição para presidente da República somente veio a ocorrer em 1989, completando assim o longo ciclo da transição política. Em Sergipe, nos três pleitos que se sucederam, a diferença de opção do eleitorado da capital em relação a do Estado como um todo, mais uma vez revelou-se bem pronunciada.

² Marcelo Déda concorreu à prefeitura em 1985 e 1988 sem êxito. Foi o deputado estadual mais votado em 1986, elegeu-se deputado federal em 1994 e, em 1998, reelegeu-se como o parlamentar com a segunda maior votação proporcional do país para a Câmara dos Deputados, onde se destacou como um dos petistas mais combativos na trincheira oposicionista.

QUADRO VII
ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA
 1989/98

ANO	CANDIDATOS E PARTIDOS	PARTIDOS VITORIOSOS			
		CAPITAL		ESTADO	
		Oposição	Situação	Oposição	Situação
1989	Fernando Collor –PRN Luiz Inácio Lula da Silva-PT Outros 20	PT*		PRN*	
1994	Fernando Henrique Cardoso - PSDB Luiz Inácio da Silva-PT Outros: Enéas-PRONA, Quércia-PMDB, Brizola-PDT,	PT			PSDB
1998	Fernando Henrique Cardoso -PSDB Luiz Inácio da Silva-PT Outros: Enéas-PRONA, Quércia-PMDB, Brizola-PDT,	PT			PSDB
Totais		3	0	1	2

* Vitória no 2º turno.

Pode-se dizer que o eleitorado da capital votou sempre na oposição. Pois o candidato do PRN em 1989 apresentava-se como grande crítico do governo federal, embora internamente contasse com forças que sempre navegavam na maré situacionista. Já no Estado como um conjunto, a tendência em sufragar o candidato apoiado pelos governistas quase sempre predominou. A única exceção foi o caso de Fernando Collor em 1989 em face de suas especificidades.

4. Resumo

Em síntese, podemos dizer que enquanto a população do Estado como conjunto votou predominantemente nos candidatos situacionistas, na capital a opção foi nitidamente oposicionista, conforme demonstra o quadro VIII.

QUADRO VIII
RESUMO I
Votações em Sergipe
1945/98

CARGOS	PERÍODOS	NÚMERO DE PARTIDOS VITORIOSOS			
		CAPITAL		ESTADO	
		Oposição	Situação	Oposição	Situação
Presidente	1945/1962	3	1	1	3
Presidente	1989/1998	3	0	1	2
Governador	1947/1962	4	1	2	3
Governador	1982/1998	2	3	0	5
Senador	1966/1978	2	3	1	4
Totais		14	8	5	17

Nas 22 votações processadas na capital, seus eleitores votaram 14 vezes nos oposicionistas, enquanto no Estado como conjunto ocorreu o contrário 5 X 17. Se pudessemos computar os votos dos prefeitos de todos os municípios, possivelmente a opção situacionista seria maior.

Nas votações para prefeito da capital a tendência oposicionista se manifestou bastante pronunciada.

QUADRO IX
RESUMO II
VOTAÇÕES PARA PREFEITO EM ARACAJU

Período	OPOSIÇÃO	SITUAÇÃO
1952/1962	4	0
1985/2000	3	2

A partir de 1952 apenas dois candidatos foram eleitos para administrar Aracaju com o apoio das forças governistas de então. Mesmo assim foram líderes que se credenciaram anteriormente como os mais combativos e representativos da oposição. É verdade que depois de 1985 há o predomínio marcante de apenas uma liderança, Jackson Barreto. Mas, afora a primeira eleição, ele e os candidatos que indicou sempre disputaram contra as forças governistas.

Se compararmos o primeiro período (1945/62) com o segundo (1982/98) no Estado de Sergipe como conjunto, constatamos que durante o domínio Populista a tendência oposicionista da capital ainda foi mais pronunciada, assim como a inclinação pelos candidatos de esquerda, se dentro desse conceito pudermos incluir os trabalhistas e os nacionalistas. De qualquer forma, depois de 1982 houve um controle muito maior das forças políticas situacionistas em relação ao eleitorado tanto na capital quanto no interior.

5 - Considerações Finais

A interpretação desses resultados é uma questão em aberto que dá margem a muitas especulações e controvérsias. No caso de Sergipe, simplificando, podemos dizer que no interior do Estado as forças políticas situacionistas mantiveram grande capacidade de controle sobre o eleitorado, enquanto que na capital os resultados foram majoritariamente favoráveis aos oposicionistas.

Não sabemos explicar esse insucesso dos governistas, mas ficamos a imaginar se as raízes históricas dessa tendência de insubordinação não estariam nos movimentos políticos do início do século, seguidos mais tarde pelas revoltas tenentistas da década de 1920. O levante, o domínio e o indiciamento de centenas de participantes da revolta de 1924 dividiu a opinião pública. Os revoltosos ao longo dos anos em que o processo tramitava ganharam a imagem de vítima. Sua causa passou a ser vista como justa entre muitos e isso foi alimentando uma certa consciência oposicionista diante dos governantes. Com a Revolução de 1930, o maynardismo ampliou suas raízes, sobretudo entre as classes subalternas, reforçado pela ação do getulismo de âmbito nacional. Quando o PCB foi legalizado, a ação proselitista dos comunistas, incluindo aí suas pregações eleitorais, encontraram significativa receptividade dos votantes da capital que sufragaram o seu candidato a presidente da República. Mas é paradoxal que, dois anos depois, quando foi realizada a eleição para governador, a maioria dos aracajuanos não apoiou a coalizão UDN+PCB. O caso ilustra como as eleições do período, apesar de seus condicionamentos mais ou menos fortes, ocorreram dentro de um quadro onde o imponderável apresentou significativo teor.

A campanha da LEC (Liga Eleitoral Católica) e as dubiedades de alguns candidatos atenuam o paradoxo, mas, de qualquer forma, a explicação fica insuficiente. Sobretudo porque em todas as votações que se processaram na capital no nível majoritário desde 1945, a opção dos votantes guardou muita coerência, mesmo quando o eleitorado prefere um candidato a presidente apoiado pela situação nacional, como foi o caso do marechal Teixeira Lott. Aí, as identificações desse militar com o projeto nacionalista e a oposição crescente ao governo udenista local ajudam a compreender.

Pode-se dizer então que, ao menos aparentemente, nesse primeiro período (1945/62), houve a predominância do voto ideológico em Aracaju em face da preferência manifestada por candidatos esquerdistas, quer comunistas, trabalhistas, nacionalistas, ou que

demonstrassem maiores preocupações sociais. A partir de meado dos anos cinqüenta, essa tendência parece ter se acentuado nacionalmente com o avanço do projeto do Estado nacional desenvolvimentista que apresentava conteúdo reformista e criava expectativas de mudanças, apesar destas estarem sempre acima do que os governantes podiam realizar.

No interregno autoritário, o baixo desempenho dos opositores encontrou explicações nas discrepâncias do quadro partidário. Além de parte das lideranças esquerdistas e/ou reformistas terem sido afastadas da vida partidária, o movimento oposicionista foi desarticulado. A reformulação partidária de 1966 levou a grande maioria das forças políticas do Estado para a ARENA, enquanto raros foram aqueles que se dispuseram a militar na oposição, diante das adversidades políticas. Durante a campanha de 1966 e sobretudo 1970 as limitações da propaganda para os opositores, acentuaram a defasagem de condições de competitividade. As pregações pelo voto nulo e/ou abstenção por parte dos grupos de esquerda ainda mais projetaram o desempenho do candidato situacionista nos dois primeiros pleitos (1966 e 1970). Como se esses precedentes não bastassem, ainda pesava o seu perfil do opositor, pouco diferenciado dos demais candidatos, que jamais conseguiu apresentar-se como símbolo da resistência democrática.

Quando começou o período da abertura política e a repressão atenuou-se, a eleição de 1974 mostrou com mais nitidez seu caráter plebiscitário. Não foi por acaso que a vitória da oposição tanto em Aracaju como no Estado coincidiu com a tendência política nacional, quando a maioria dos Estados derrotou os candidatos situacionistas.

Com a volta da eleição direta para governador nos estertores do regime autoritário, os resultados foram revelando como as forças oposicionistas se encontravam enfraquecidas, diante do controle estruturado pelos grupos dominantes durante o regime militar. O eleitorado da capital ainda votou majoritariamente por três vezes em postulantes da oposição, mas no Estado de Sergipe como

um conjunto, somente em um turno um candidato situacionista perdeu.

Diferentemente foi o caso dos eleitores de Aracaju que votaram majoritariamente em oposicionista para presidente, mas apenas duas vezes para governador entre cinco votações computadas. O exemplo mais expressivo ocorreu no caso de prefeito da capital que prosseguiu sufragando os oposicionistas. Essa tendência poderia ser alegada como mera coincidência. Pode ser. Mas, nesse caso, chama atenção sua continuada repetição. Alguns querem explicar pelo peso dos funcionários públicos. É uma hipótese que aparece recorrentemente em algumas análises verbais. De fato, a proporção de barnabés é elevada. Entretanto, estimando uma média de 20% o percentual de funcionários em relação ao conjunto do eleitorado, não é suficiente para explicar as tendências que os votantes vêm manifestando nas diversas eleições registradas aqui. Observemos que a população de Aracaju ao passar de 78.364 (1950) para cerca de 445.000 (1996), diversificou-se bastante. Durante esse tempo levas de imigrantes aqui se estabeleceram vindos do interior ou de outros Estados, trazendo novos costumes, experiências várias de suas terras, passando a interagir com os aracajuanos. Nesse interregno, os meios de comunicação ampliaram muito a influência sobre as pessoas, atualizando as transformações que vêm ocorrendo no mundo, especialmente nas últimas décadas, quando determinados ideários políticos foram muito erodidos. A classe média e os grupos populares cresceram e ganharam importância. As campanhas modificaram-se com o aparecimento da TV exibindo programas produzidos com marketing refinado. A forma de votar também foi transformada. A chapa individual guardada dentro do envelope foi sucedida pela cédula única oficial de quadrinhos. Mas, eis que esta já foi substituída pela digitação eletrônica. Os votantes se ampliaram consideravelmente. Apesar de tanta mudança, os aracajuanos votaram sobretudo em candidatos com perfil oposicionista, mesmo quando apoiados circunstancialmente por forças governistas.

Ou seja, talvez não seja ilusório acreditar que os movimentos divergentes, apesar de não muito expressivos institucionalmente, vão reinventando contraposições, criando estigmas contra os adversários, contribuindo para a permanência de uma consciência crítica, atualizando-se ano a ano, pleito a pleito, apontando para as mazelas sociais e as demandas jamais suficientemente atendidas, mantendo as insatisfações com as políticas dos governantes.

Bibliografia

DANTAS, José Ibarê Costa. **A Tutela Militar em Sergipe 1964/84** (Partidos e Eleições num Estado Autoritário), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997, 363 pp.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os Partidos Políticos em Sergipe -1889/1964**, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1989, 341 pp.

FORTES, Bonifácio. Democracia de Raros in **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte/MG, Universidade Federal de Minas Gerais, 1968.

FORTES, Bonifácio. **Democracia de Poucos**. Um Ensaio de Ciência Política. Aracaju, Livraria Regina, 1963.

FORTES, Bonifácio. “Contribuição à História Política de Sergipe (1933-58)”, in **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, n^o. 8, 1960

WWW.TRE-SE.GOV.BR

A PENA DE MORTE EM SERGIPE

PEDRINHO DOS SANTOS
Historiador

INTRODUÇÃO

No verão de 1973, debaixo das frondosas árvores da Faculdade de Direito de Sergipe, na Ivo do Prado Avenida, encontrei numa das páginas do livro “Psicopatologia Forense”¹ de Afrânio Peixoto, a afirmação de que a última sentença de morte aplicada no Brasil aconteceu na Vila de Itabaiana, pena imposta a um mercador ambulante de nome João Gomes, em 1855. Segundo o citado autor, Dom Pedro II, depois que soube da inocência do executado, passou a reformar todas as sentenças de morte em prisão perpétua.

Motivado com tal afirmação – mormente porque ela dizia respeito a Sergipe -, passei a procurar documentos que confirmassem a verdade no escritor baiano. Foram alguns anos de investigação, sem o menor sucesso. Cinco anos depois, pesquisando para a Fundação Getúlio Vargas e para a Escola Interamericana de Pesquisas

1. Segundo uma das funcionárias da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe [BICEN/UFS], a obra não mais existe no acervo daquela instituição de ensino. Provavelmente foi descartada em 1980, quando da reunião dos diversos acervos no espaço físico da Cidade Universitária “José Aloísio de Campos”, em São Cristóvão.

do México, encontrei no próprio Arquivo Público, no *Fundo: Governo, Correspondência Recebida*, dois documentos datados de 28 de outubro e 13 de novembro de 1889, dando conta que na Vila de Itabaiana e na Missão de Japarutuba, quatro escravos foram executados na forca.

O manuscrito da Vila de Itabaiana, assinado pelo Juiz Municipal José Guilherme da Silva Monte – com um apenso do Escrivão Manoel Fernandes Gonçalves de Lima, dizia que os escravos Antônio José Dias [**Mata Escura**], e João Gomes de Rezende, sentenciados pelo Tribunal do Júri a 22 de abril de 1846 e 12 de março de 1847, foram executados a 8 de março de 1847 e 3 de janeiro de 1848, respectivamente.

Já o documento da Missão de Japarutuba, assinado pelo Bacharel Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel – com um apenso do Escrivão Manoel Justino dos Santos, informava que os assassinos Apolinário Pereira Dantas e Miguel dos Anjos Bispo, sentenciados a 17 de julho de 1873 e 29 de junho de 1883, faleceram antes que os seus recursos fossem apreciados pela Seção de Justiça do Conselho de Estado. O primeiro, a 22 de março de 1874; e, o segundo, a 5 de junho de 1885.

De posse da transcrição desses documentos e a de dezenas de outros que com o correr dos dias fui coligindo, iniciei naquele mesmo ano de 1978, a pesquisa com o pretensioso título de A PENA DE MORTE NO BRAZIL. De lá para cá são quase trinta anos debruçado sobre o tema. O que não é lá tanta coisa. Dois ou três deles os perdi com a falsa afirmação de Afrânio Peixoto. O escravo João Gomes Rezende não foi executado em 1855, mas em 1848, como acima deixo escrito. E o pior, a abolição tácita da pena de morte a partir de 1855 [coisa que jamais existiu], nada tem a ver com os escravos supliciados em Sergipe ou em qualquer outra parte do Império.

Síntese de um trabalho maior, o presente artigo tem um só propósito: NEGAR, a partir dos casos de execução da pena de morte em Sergipe e em outras províncias a tese que há quase um sécu-

lo e meio vem sendo exibida como verdadeira nas faculdades de direito e nos centros jurídicos do país de que: Dom Pedro II, a partir de um suposto erro jurídico, passou a comutar todas as sentenças de morte em prisão perpétua.

Preocupo-me em fazer a seguinte advertência: suavizei boa parte da narração dos factos com pitadas de minha pálida imaginação, a fim de levar o leitor à última página pelas linhas da própria fantasia humana. A originalidade e a veracidade dos factos estão mantidos.

DESENVOLVIMENTO

A origem da pena de morte não está na vingança, na represália ou no instinto de reparação. Ela não surgiu para diminuir ou extinguir a criminalidade. Ela é fruto da evolução da consciência coletiva, da necessidade de proteger a comunidade contra todos aqueles que, dentro dela, violassem com o crime o direito à vida. Assim, a pena capital está intimamente ligada à história da própria civilização. É óbvio que com o correr dos séculos e o avanço das sociedades capitalistas, surgiria o direito sistematizado, para reprimir os infratores das normas sociais. Sem ele, argumenta com sabedoria Carlos Eduardo Guimarães Leite: “a criminalidade irreprimida e triunfante tornaria morta a norma, que por si, não seria suficiente como meio de defesa social. Porque a miséria e as contradições sociais, são os principais, mas não os únicos fatores de criminalidade, pois que esta está em todas as sociedades, em todos os regimes e em todas as épocas, em maior ou menor grau, pois é também fruto de disfunções orgânicas e psíquicas e do afloramento dos instintos primitivos, que milênios de civilização ainda não foram capazes de eliminar.”²

2. Carlos Eduardo Guimarães Leite. “Porque Manoel Duda foi capado”. **Revista Alvorada**, Nº 149, Aracaju: 1983, PP. 10/11.

No Brazil - desde 1500 -, quando o invasor Dom Manoel resolveu organizar a “*caravenata luzitana*” para solenizar a propriedade do seu novo veio de ouro, a pena de morte aqui desembarcou nas páginas das Ordenações do Reino. Inicialmente as *Afonsinas* e as *Manoelinas* aqui vigoraram. As *Filipinas*, porém, tiveram maior tempo de vigência conduzindo a justiça brasileira por pouco mais de dois séculos [1603-1830].

No chamado 5º Livro, na parte consagrada à aplicação da pena aos infratores, a pena de morte aparecia escrita de acordo com a forma e a crueldade do crime. Daí decorriam a morte na forca[natural], morte antecedida pelo castigo físico [cruelmente] e a morte que levava o sentenciado a permanecer suspenso até que o seu corpo, decomposto e esquelético, fosse recolhido por quem provasse o direito de requisitá-lo para sepultamento[eterna para sempre].

O olho da legislação portuguesa não deixou escapar os delitos praticados contra a honra e à família. Manter-se-ia atenta, também, contra o seqüestro, o estupro e outros tantos delitos. Transar com animais, cabra, porca, ou até com uma penosa no fundo do quintal, por exemplo, podia levar o depravado sexual a “gozar” seu último instante pendurado pelo pau da forca.

Nascida de uma sociedade de classes, cujas desigualdades eram abertamente sustentadas pela reminiscência do regime feudal, o Código Filipino andava num exclusivo caminho. Os juízes subalternos, corruptos na grande maioria, ditavam a pena de acordo com a quantidade de bens, a cor e a posição hierárquica de cada um na sociedade. O Art. 1º do Título 35º, do 5º Livro das Ordenações, dizia que qualquer pessoa do povo que matasse ou mandasse matar outra, morresse por ela de morte natural, na forca. Mas, se o assassino ou o mandante fosse filho da nobreza, pertencesse à fidalguia, morasse em grande solar ou fosse de estirpe, só seria julgado após diligência de suas qualidades.³ Já o

3. Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado D'El Rei D. Philippe, o primeiro. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1858 - Tomo III - Duodécima Edição, P. 225.

Título 31º revela uma outra prova, a do privilégio clerical: “Mandamos a todas as nossas justiças, que não prendam, nem mandem prender, nem tenham em nossas prisões clérigo algum, ou frade por ter este barregã, salvo sendo-lhes requerido pelo prelado ou vigário ou superiores. E quanto aos frades achados fora do mosteiro com alguma mulher – *se esfregando com ela* -, mandamos que os tornem logo ao mosteiro e os entreguem a seus superiores, sem mais irem à cadeia”⁴ [Grifo nosso].

É bom anotar. Para os homens listados como “*cornos declarados*”, o Código de Felipe obrigava o galhudo a usar um chapéu com dois enormes chifres. Dentro ou fora de casa o coitado chamava a atenção das pessoas, principalmente das mais jovens que, em forma de procissão, com algazarra e rizadinhas, saíam atrás do “*pon-tudo*” aos gritos de CHIFRUDO...CHIFRUDO...CHIFRUDO...

Os negros, escravos, súditos do Brasil e de África, judeus e ciganos – todos eram punidos com excessivo rigor, ainda que os seus crimes fossem atos de legítima defesa da honra ou da vida. No Brasil, desde a invasão do seu território ao desenlace com a mãe-pátria, contam-se centenas de execuções, inclusive do elemento branco, de militares e padres que se rebelaram contra o avarento mercantilismo bulionista de Portugal. No final do século XVIII, o fracasso da Conjuração Baiana levou à morte os pobres João de Deus e Santos Lira, alfaiates; Lucas Dantas, artesão; e Luiz Gonzaga das Virgens, soldado.

Excetuando-se os raros casos de morte por fuzilamento,⁵ no Brasil prevaleceu o enforcamento; modalidade de suplício aplicada ao negro porque este, segundo a inteligência das leis, era um mísero ser, uma coisa irracional, incapaz de estar em juízo, despossuído de alma, sensibilidade e sentimento, ainda que fosse cristão juramentado, batizado e crismado pela mão devota da aris-

4. Idem., P. 222.

5. Frei Caneca (Joaquim do Amor Divino Rabello e Caneca), líder maior da Confederação do Equador, foi fuzilado após o fracasso do movimento de 1824.

tocracia. Todos os negros, inclusive pardos, eram sempre considerados “*como tigres esfaimados que só têm de homens a figura*”.⁶

A forca, palco montado para o suplício do condenado, era composto por dois postes na forma de um L de cabeça para baixo, firmados sobre um tablado e de uma trave posta no ângulo. Na extremidade superior era cravado um gancho por onde corria a corda com duas pontas: uma, o laço fatal; a outra, a que o carrasco puxava.

Chegado o dia da execução - logo ao amanhecer -, um irmão anunciador da Santa Casa da Misericórdia, encapuzado, vestido de balandrau, veste talar hoje imitada por algumas sociedades secretas, badalando um sino, saía às ruas anunciando a hora e o local do acontecimento. E, contristado, dizia: “*Orai pelo nosso irmão padecente*”. Na hora marcada, lida a sentença pelo Escrivão, o condenado saía da cadeia acompanhado de uma escolta, vestido num camisolão de tecido grosseiro, corda passada ao pescoço, o resto enrolado à cintura ou seguro pelo carrasco. Durante o trajeto, o porteiro lia em voz alta, o teor da sentença: “Vai-se executar a sentença de morte, por meio da forca, ao criminoso escravo, o cabra Pedro do Talo Preto, condenado pelo crime de morte cometido contra a alma generosa do fidalgo coronel Policarpo das Jerebas, proprietário do engenho Roncador” **[Nomes fictícios]**.

Depois, todos entravam na igreja, ficando o condenado à porta, para ouvir dali o sermão e a missa oferecidos pelo padre, encomendando a alma. Terminada a missa, dirigiam-se todos para o lugar da execução, onde, o meirinho, lia a sentença pela última vez para o povo que se aglomerava em torno do patíbulo. O sentenciado subia os degraus da forca em companhia do padre. Permitiam que ele falasse ao povo, se assim o desejasse. Testado o funcionamento da corda, o carrasco ajustava o laço ao pescoço do condena-

6. Luiz R. B. Mott. “*Violência e Repressão em Sergipe : notícia sobre a revolta de escravos (século XIX)*”. “**Mensário do Arquivo Nacional**, Ano XI, N° 5, Rio de Janeiro: 1980, P.5.

do, que nos últimos instantes era forçado a repetir: “*Creio em Deus Padre*”. Dita a ladainha, o padre descia as escadas e ao acabar de dizer: “*Vida Eterna*”, o carrasco empurrava o réu para o buraco da eternidade, e puxava a corda. O corpo, com o peso duplicado pela ajuda do carrasco, descia em velocidade “*airtonseniana*”. Os olhos saltavam esbugalhados e a língua, do tamanho de uma gravata, revelava a torpe extensão da agonia. Constatada a morte, o Juiz e o Escrivão assinavam o termo de óbito, e os irmãos da Santa Casa da Misericórdia levavam o cadáver para o cemitério da Irmandade.

Nessas oportunidades, isto é, sempre que se anunciava a aplicação da pena capital, a população reunia-se para assistir ao espetáculo degradante. A alegria tomava conta da maioria, ouvindo-se dela aplausos e vivas à justiça. Era uma festa para o povo que via nas execuções o triunfo da lei contra o crime. Mais do que isso. O aplauso significava, também, a maneira do povo agradecer o convite formulado pelo irmão anunciador. Foucault esclarece que uma execução sem a presença da massa popular, feita às escondidas ou entre os muros da cadeia, era uma execução de privilegiados. Podia, inclusive, despertar a suspeita de que não se realizara com toda a sua severidade.⁷

Essas festas, quero dizer, esses enforcamentos, eram vistos pelo Brasil inteiro. Nas comunidades negras, a lei mosaica era impiedosamente arbitrada contra elas, cujo desejo era o de viver com dignidade, mesmo que rejeitada e afastada dos “homens de bem” e do habitat urbano. Daí os crimes contra senhores, capitães-do-mato e feitores. Difícil é encontrar na literatura da escravidão, o negro organizador de armadilhas contra o irmão de cor. Há casos, sim, pois toda regra cabe uma exceção. Na contemporaneidade capitalista, contudo, onde as relações de produção impõem o emprego escasso e o salário diminuído para os negros deram azo ao apa-

7. Michel Foucault. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1977, p. 53.

recimento do negro corrupto, safado, que mata, esfaqueia, bate e assassina mulher e filhos; negros que pisam na goela da mãe para afidalgar-se e gozar a deplorável oportunidade de enturvar e **negrizar** a alma.

A partir de 1822, sem o menor sinal de mudança na sua enfeijada máquina de produção, o país desatou o nó que o prendia a Portugal. No andar de cima, isto é, na cabeça da formação sócio-econômica da filha da velha nação ibérica, uma coroa de ouro e pedras preciosas, mas despossuída de um só quilate da jóia abrilhantadora do progresso das sociedades. As cabeças de Pedro I e Pedro II, embora unguidas com os santos óleos e o orvalho do liberalismo francês, sobre elas não se derramou o óleo de Hermon. Tratando-se de uma sociedade repartida no binômio Senhor/Escravo, difícil era deixar abrir uma vala na planície da história da nova nação e, nessa bifurcação separadora do passado colonial e o futuro do Império, aparecerem as relações de produção alteradas em conseqüência da livre vontade da classe senhorial, em benefício da camada obreira, escrava.

Os Pedros, o Primeiro e o Segundo, dirigiram o Império com leis discriminatórias, herança das velhas ordenações que juraram sepultadas na gaveta da história. À margem da Constituição de 1824, coisificados, os escravos eram tratados com leis draconianas e de suplício extremo. Por isso, a pena de morte encontra a sua justificativa ante os crimes praticados contra a classe senhorial. Assim, bastava um malvado feitor amanhecer com alguns centímetros a mais, esticado, com a boca cheia de formigas, descangotado, e a barriga aberta guardando a faca do assassino, para o negro ser preso e levado ao cadafalso. O contrário é verdadeiro. Isto é, se a pessoa ligada à classe senhorial matasse um escravo, a lei transformava-se em letra morta. Francisco de Paula Vieira, Juiz de Paz da Freguesia de Simão Dias, pedaço de homem da pior espécie, e o pistoleiro Manoel de Barros, soldado daquele sítio, assassinaram a tiros e a facadas o escravo Domingos de Angola, de propriedade de José de Souza

Monteiro.⁸ O tempo fez raspar da memória a realidade do facto, apesar dos incoseqüentes esforços do Promotor Público da Vila do Lagarto, que lutou pela punição dos criminosos.

A interpretação desta trágica realidade mostra-se popularizada nos versos de João Nepomuceno da Silva, o poeta graxeiro:

“Se ele é senhor de engenho,
E, no maior desempenho
Do furor mata um escravo,
Tem logo e logo o perdão,
Recebe absolvição
De pena, culpa e agravo”.⁹

Observa-se, também, no corajoso depoimento de um jurista dos mais talentosos de sua época, maior inclusive do que Tobias, que vivendo à frente da justiça da Vila de Estância, decepcionado com a corrupção moral e a desobediência às leis, deixou escrita uma frase diamantina que revela o que foi a novecentista sociedade brasileira [e atual?]. “*O patronato escandaloso desarma o braço da justiça em benefício dos poderosos, e só o fraco e desvalido é em quem a justiça esgota todo o rigor*”.¹⁰

Os versos quase sem musicalidade, de um poeta do povo, e a frase cidadina, acabada, bordada pela luz da sabedoria de um ho-

8. Ofício de Luiz da Silva Lemos, promotor público da vila do Lagarto, dirigido a José Eloy Pessoa, Presidente da Província de Sergipe, datado de 30 de agosto de 1837. Arquivo Público Estadual de Sergipe-APES. Pacote AG – 513 (1835 – 1845), Promotores Públicos.

9. Clovis Moura. **Rebeliões da Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972, P.134.

10. Ofício do Dr. Cláudio Manoel de Castro, juiz de direito da vila de Estância, dirigido ao Dr. Sebastião Gaspar de Almeida Botto, presidente da Província de Sergipe, datado de 23 de setembro de 1838. APES. Pacote AG – 332 (1838-1839), Juizes de Direito.

mem da lei, quase se confundem na explicação da verdade. O Juiz Cláudio Manoel de Castro¹¹ não se demorou em Sergipe. Como poderia ele agradar a corruptos, ignorantes, iletrados e malfeitores? Sua frase, porém, permanece traduzida no linguajar cotidiano de milhões e milhões de brasileiros: - *A puliça só prende pobre, puta e preto.*

Da vontade de punir o crime de morte - particularmente o dos escravos - com a exata medida do mal praticado, surgiria em fins de 1830 o Código Criminal do Império.¹² Como o Art. 38º, o referente à pena de morte, não dizia ser ela exclusiva aos escravos, falta que poderia oferecer condições a um juiz honesto, tipo o de Estância, pegar um senhor com a calça arriada, e, em julgamento, despachá-lo para o além, a Regência, acuada pela aristocracia, consertou o equívoco com a edição da Lei de 10 de junho de 1835, cujo primeiro artigo mandava punir com a morte, sem algum atenuante, o escravo que matasse, envenenasse, ferisse ou ofendesse gravemente o seu senhor, sua mulher e até os seus descendentes.

Como se nota, a lei de 1835 é um arranjo da classe senhorial, coisa de ocasião. Não estipulava o grau da pena para os diferentes tipos de homicídio, mas um único tipo de pena: a de morte para os escravos. Esta lei chegou a Sergipe carregada pelo carro dos fogos das festas de São João e São Pedro. Com ela, os senhores recuperaram o velho direito legal português de punir o escravo com a extremidade da pena. A pedagogia elaborada na Casa Grande acreditava que a repetida lembrança da lei, divulgando-a no eito e na senzala, levaria o negro a contar até dez antes de planejar qualquer tipo de insurreição ou de ofensa física a seu amo.

11. Nomeado juiz de direito a 22 de junho de 1837.

12. Dois anos depois o Código seria votado e sancionado.

13. Coleção das Leis do Império do Brasil. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

O Senador José Martiniano P. de Alencar, pai do romancista do mesmo nome, quando presidente da Província do Ceará [1834-1837], após cumprida a sentença de morte contra o réu Maximiano da Silva, o que aconteceu na praça do Ferreira, centro comercial de Fortaleza, dirigiu aos juizes de direito daquela Província uma circular pedindo que a notícia da execução se espalhasse por todos os cantos “a fim de que os maus conheçam que se findou o tempo da impunidade, e que é chegado aquele em que o assassino, que comete o atentado de tirar a vida ao seu semelhante, tem de pagar com a sua tão atroz maldade”.¹⁴

Aterrorizados, os escravos que já olhavam os senhores por debaixo dos olhos acautelaram-se às ameaças. E estas não se demoraram para escrever sua história de pauta e tinta rubras na pele negra. As estatísticas criminais esclarecem que a partir daquele ano os castigos, as torturas e os assassinatos cometidos pela classe senhorial e por policiais foram uma constante na Província de Sergipe del Rey. As fugas, os quilombos e as insurreições, episódios tratados pela historiografia burguesa como medidas utilizadas pelos cativos para escapar da escravidão, devem ser analisados de uma outra forma. O escravo não fugia ou se rebelava pelo simples desejo de tornar-se livre ou para ficar longe dos castigos. Essa visão é miúda, do tamanho de um botão. Insubordinava-se porque não desejava assassinar a quem o ofendia física e moralmente; a quem o ameaçava de morte com armas e a parcialidade das autoridades. É este o grande dilema do escravo: administrar a consciência reflexa de sua força física e o princípio de subordinação característico do sistema escravagista. Assim, enquanto o escravo reprimia a consciência de sua natural condição deixando-se humilhar pelos castigos públicos ou fugindo para evitar a infelicidade de um

14. Paulino Nogueira. “*Execuções da Pena de Morte no Ceará*.” **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo VIII, 1º. e 2º. Trimestres de 1894. Fortaleza: Tipografia Econômica, P.43.

confronto pessoal, o senhor procurava manter o princípio do sistema pela distribuição “legal” do terror, cuja modalidade maior mostrava-se com a execução dos recalcitrantes.

Dessa dicotomia social emergia para o escravo uma verdade extremamente inelutável: “*Se correr...o bicho pega!... Se ficar...o bicho come!*” Sem inventariar as execuções anteriores à Lei de 10 de junho de 1835, que são incontáveis,¹⁵ de 1839 a 1883, os tribunais de Aracaju, Capela, Itabaiana, Itabaianinha, Japarutuba, Lagarto, Laranjeiras, Santo Amaro, São Cristóvão, Simão Dias e Vila Nova [Neópolis] condenaram 25 escravos à pena capital, numa média de quase dois escravos por ano. Destes sentenciados, 8 tiveram suas penas transformadas em galés perpétuas, 1 a 20 anos de prisão com trabalhos, 3 morreram nas prisões, e 1 que ignoro o seu verdadeiro destino. Os demais, isto é, 12 foram levados à força nas vilas de Capela, Itabaiana, Itabaianinha, Lagarto, Laranjeiras e Vila Nova. Dos escravos que faleceram nas prisões e o que sobre sua morte nada consegui saber, resta uma dúvida: teriam sido “apagados” a mando de pessoas ligadas às famílias das vítimas?

Infelizmente não consegui localizar as certidões de óbito de Apolinário Dantas e Miguel dos Anjos, já referidos no início deste artigo, mortos quando esperavam o resultado da apelação de suas sentenças. O liberto Marcelino de tal, sentenciado à morte pelo júri de Capela a 17 de maio de 1878, após requerer nova reunião do tribunal, morreu sem saber sobre a tramitação do seu processo. Acredito que teve “morte inesperada”. Já o escravo João Veríssimo, da mesma vila de Capela, após conseguir a reforma de sua senten-

15. Da invasão do território sergipano em fins do século XVI pelas hordas do assassino Cristóvão de Barros ao ano de 1835, é certamente impossível contar os enforcamentos que se praticaram em Sergipe. Basta ler Laudelino Freire para saber que a atual cidade de N. S. das Dores era conhecida como **Vila dos Enforcados**, “*por terem sido em tempos remotos enforcados alguns gentios que habitavam nessa freguesia.*” Laudelino Freire. **Quadro Corográfico de Sergipe**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1896, P.82.

ça para uma perpétua, faleceu vítima de uma “Hérnia Estrangulada”. O interessante é que a certidão de óbito foi assinada pelo delegado Rafael Arcaño de Moura e endossada pelo médico Laurindo P. de Almeida Franco.¹⁶

Na verdade, o negro Veríssimo foi justificado na própria cadeia, sendo o seu corpo sepultado sob a assinatura de um facultativo, “cobra verde”, vergonhoso exemplo para a ciência de Hipócrates. O mesmo aconteceria com o patife Domingos José dos Santos, que a 25 de novembro de 1887, em São Cristóvão, baixou o cacete no octagenário José Francisco, seu credor, matando-o. A 15 do mês seguinte o velhaco foi condenado a galés perpétuas. A 6 de julho de 1888 o Tribunal da Relação da Bahia confirmou a sentença das autoridades sergipanas. Mesmo não obtendo a redução da pena, o bandido sorriu satisfeito: “*Mais pior era eu morrê cum a corda no perçoço*”, declarou com os dentes arreganhados.

Preso - vendo o sol nascer quadrado -, Domingos começou a dizer que um dia fugiria dali e, em liberdade, estaria pronto para continuar com o seu ofício de caloteiro, voltar ao sítio de sua vítima, recuperar o par de botinas que ali deixara na garantia para o pagamento de sua dívida de mais de 2\$000, intimidar os filhos e parentes do falecido Francisco e, finalmente, num gesto obscuro, estender uma “banana” para todos.

O deboche do facínora alcançava o cimo do desrespeito. Masturbava-se com estardalhaço, batendo-se na porta da cela, chamando a atenção do carcereiro para que este ouvisse o nome de Lúcia, mulher por ele invocada para servir de estímulo ao seu ato de ejaculação. Nas noites de sábado ele transformava a cadeia num altar de Missa Negra, sapateando, fazendo imenso fumacê com baforadas de charuto, cantando versos satânicos e, com voz modi-

16. Zózimo Lima. “*Os Crimes da Capela*”. **Correio de Aracaju**, edição de 19 de maio de 1954. Acredito que o artigo foi impresso com imprecisões nas datas referentes à condenação e morte do negro João Veríssimo.

ficada dizia ser o filho mais novo de Bafomé, “*O senhor de todos os pecados*”:

Ò sinhô da mardição,
Traga pai meu, Bafomé,
Cum a bandêra de dragão.
Venha sinhô da infernidade
Espaiar tua afrição,
Sinhô da calamidade
Trazei a pirsiguição,
Pra essa ruma de sordado,
Fi da peste e ladrão!!!

Humilhados o quanto puderam suportar, os militares resolveram dar um basta na vida do “filho caçula” de Bafomé fazendo-o “bater as botas” e voltar para o abismo das almas, vestido numa larga mortalha roxa. Na noite de 6 de novembro de 1889, o subdelegado substituto Francisco de Assunção Prado mandou o carcereiro Leandro José Viana tirar uma folga. Assim que a madrugada chegou o pau cantou na cela do vigarista. Às cinco horas da manhã, Aristides da Silva Menezes e Antônio Roberto de Oliveira, moradores da cidade, foram chamados para assinar a certidão de óbito: “*Moléstia do peito, o qual se achava sofrendo há tempos*”. Serviram de testemunhas o subdelegado, o cabo José Silvestre da Silva que trabalhara no lugar do carcereiro, e os soldados Antônio Fontes Pitanga e Cesário Monteiro de Carvalho.¹⁷

É claro não haver a menor necessidade de um exercício de dedução lógica ou apelar para Sherlock Holmes, a personagem de Arthur Conan Doyle, para desvendar a razão de tais mortes.

17. Domingos José dos Santos era caboclo, 25 anos de idade, solteiro, natural de Malhada Vermelha, Província da Bahia. Como lavrador, residia no Rio Comprido, em São Cristóvão. Arquivo do Judiciário Sergipano – AJS. Caixa 105 (1851 – 1894), São Cristóvão : Homicídios.

Na noite de 19 de abril de 1839, os escravos Crispim e Malaquias, esgotados pelos maus tratos, aproveitaram-se de uma viagem a Porto da Folha e, aí, na fazenda Junco, a golpes de jurema, deixaram sem vida o capitão Manoel Vitorino de Faro Leitão e o seu acompanhante, o proprietário Manoel Muniz Teles. Presos na vila do Rosário do Catete pelo malsinado Sebastião Gaspar de Almeida Boto,¹⁸ os escravos foram conduzidos para Laranjeiras, onde o Juiz de Direito da comarca Domingos Martins de Faria,¹⁹ reuniu o Tribunal do Júri que condenou os escravos à pena última. Dado o veredicto, o interessado Juiz apressou os preparativos para a execução, não esquecendo de escrever ao presidente da Província sobre o resultado do processo e da felicidade que lhe animava a alma: “Pela minha parte e do tribunal que presidi, posso asseverar a V. Exa. terem sido observadas as Leis, não faltando desejos de minorar as penas dos réus, se fosse possível, atendendo-se as mesmas leis, e nem era possível, atendendo-se o interesse e segurança pública; e antes o interesse público do exemplo do grande número de escravos que habitam esta Província, pede a pronta execução desses escravos cruéis, que esquecidos de terem no senhor que cruelmente mataram, um pai, não deve alongar-se a execução”.²⁰

Cavalos rápidos foram postos a disposição para o vai-e-vem da correspondência entre Laranjeiras e a capital da Província. Ao Juiz de Esquerda, digo, de Direito, interessava mostrar ao Imperador Menino e ao Ministro da Justiça que Laranjeiras, mesmo do tamanho de um limão e distante da Corte, não se descuidava no

18. Acusado como mandante no assassinato do ex-presidente dr. Manoel Joaquim Fernandes de Barros, a 2 de outubro de 1840, em Salvador.

19. Pelo decreto de 5 de setembro de 1829, o português Domingos Martins de Faria foi naturalizado cidadão brasileiro.

20. Ofício do Dr. Domingos Martins de Faria, juiz de direito e chefe de polícia da Comarca de Laranjeiras, ao Dr. Venceslau de Oliveira Bello, presidente da Província de Sergipe, datado de 10 de dezembro de 1839, APES. Pacote AG – 332 (1838 – 1839), Juízes de Direito.

cumprimento rigoroso das leis. A forca no Largo da Alfândega havia sido montada antes que os jurados se sentassem para ouvir a leitura dos autos. Os presos recusaram-se para o serviço de carrasco; faltavam soldados para a formação da escolta e sacerdotes para o acompanhamento dos réus. Às pressas, tudo isso se arranjou. A sorte dos escravos Crispim e Malaquias estava selada. Quando a noite chegou, o espantinho da encruzilhada parecia ter ali chegado abotoado de preto, descendo do alto da igreja do Bomfim e, na estreiteza do Beco do Mijo, repetia versos do Boca do Inferno para confortar a alma dos sentenciados:

*“E que justiça a resguarda?... **Bastarda**
É grátis distribuída?...**Vendida**
Que tem, que a todos assusta?...**Injusta**
Valha-nos Deus, o que custa,
O que El-Rei nos dá de graça
Que anda a justiça na praça
Bastarda, Vendida, Injusta.”*²¹

Às 13 horas de 12 de dezembro, Crispim e Malaquias subiram para a vida eterna. Assistiram ao “espetáculo” [e não poderia ser diferente], *“o Meritíssimo Juiz Municipal desta Vila o Capitão Domingos Rodrigues V. de Mello e o Chefe da Polícia da Comarca, Dr. Domingos Martins de Faria”*.²² O Dr. Manoel de Barros Lima, Juiz de Paz de Porto da Folha, termo onde se deram os factos, apesar de aristocrata, achou bonito seguir o caminho da lei fazendo tudo de acordo com ela, sem vexame. Formou o processo com imparcialidade e com as provas que pôde recolher. Alheio, porém, ao que se

21. Gregório de Mattos. **Epílogos**. Quinta estrofe.

22. Filadelfo Jônatas de Oliveira. **História de Laranjeiras**. 2ª edição. Aracaju: Casa Ávila, 1942, P.61. A 7 de maio de 1840, a Regência removeu o bacharel Domingos Martins de Faria para a Comarca de Porto Seguro, na Província da Bahia.

passara no “Reino das Laranjeiras”, dirigiu-se ao presidente da Província informando-o que os escravos [já defuntos] já haviam sido processados naquela vila.²³ Deve ter ficado decepcionado com a resposta: “*Crispim e Malaquias moram no andar de cima. Passaram dessa pra uma melhor*”.

Enquanto não aparecia um outro escravo para levar à forca, a aristocracia refestelava-se com os diferentes tipos de castigo. A pena de açoites, a mais utilizada porque exibia ao público e desmoralizava, era aplicada com a mais exagerada perversidade, sem parecer médico e, em poucos casos, com a autorização legal que determinava o número de chibatadas de acordo com a natureza do delito.

Em fevereiro de 1845, o Vice-Presidente da Província recebia o pedido da promotoria pública da Capital, para mandar “*levantar um poste de 10 palmos de altura da superfície da terra para cima e 12 polegadas de diâmetro, com duas argolas de ferro no terço superior e outras duas no terço inferior do mesmo poste, no largo em frente ao quartel da Companhia*”,²⁴ para nele ser cumprida a sentença de 500 açoites no dorso e na bunda larga do escravo Felipe.

O cabra Antônio José Dias, vulgo Mata Escura, que durante anos manteve a Província em pavorosa, cometendo crimes horrendos e prometendo praticar outros, encerrou sua carreira criminoso a 28 de julho de 1845, preso que fora após várias tentativas. Acusado de ter mais de seis crimes nas costas, vivia a alardear suas sinistras patifarias, mangando da Polícia e das leis. Gabava-se, inclusive, de ter matado Zezito do Leite com 13 punhaladas numa sexta-feira santa, 13, e de ter estrepado o caçador de escravos Tonho de

23. Ofício do Dr. Manoel de Barros Lima, juiz de paz de Porto da Folha, ao Dr. Venceslau de Oliveira Bello, presidente da Província de Sergipe, datado de 24 de dezembro de 1839. APES. Pacote AG – 386 (1839), Juiz de Paz.

24. Ofício do Dr. Domingos Mondin Pestana, promotor público de São Cristóvão, ao dr. José Francisco de Menezes Sobral, vice-presidente da Província de Sergipe, datado de 22 de fevereiro de 1845. APES. Pacote AG – 513 (1835 – 1845), Promotores Públicos.

Esmeralda, arrancando-lhe o saco escrotal com um facão de cortar cana. Gente havia que no silêncio da noite, despertava assombrada, com pesadelo, arrepiada sob os lençóis...ensopada de xixi.

Parecia não existir homem que pudesse enfrentar Mata Escura. No vale do Japarutuba, porém, o caboclo Aminthas, filho de Rachel, dizia-se desassombrado. Jurava, inclusive, que se um dia encontrasse o facínora atearia fogo à sua “mata” até ela arder em brasa, igual a um tição no fundo da panela.

Numa segunda-feira do mês de abril de 1844 Aminthas acordou cedo. Fez a barba com a sua afiada navalha alemã. Encheu o pote e moringas. Varreu o terreiro da frente da casa e juntou a lenha para o fogão. Lembrou-se, depois, que necessitava comprar farinha para o almoço daquela manhã.

→ Pra adonde vai, Aminta? – Perguntou Inocência ao ver o marido trocar a roupa do corpo.

→ Vorto logo, muié... Vou na casa de Sá Oride comprar 1 celamim de farinha pra nois cumer. Vormicê pode ficar disassusegada. Pode inté cuspir no chão. É um pé lá e outro cá.

Perto do meio-dia, já de volta, Aminthas avistou a uns cem metros, atravessando a cancela da estrada da sua casa, a figura sinistra do criminoso. Apavorado com o desconjuro, o juízo de Aminthas conectou-se à realidade na tentativa de encontrar um ícone para sair da situação. A informação abriu-se rápida na janela da estrada: “*É melhor um covarde vivo do que um valente debaixo de sete palmas de chão*”. Achou-se um palerma. Mas, temendo o pior, arriou o saco de farinha, enfiou as alpercatas no cós da calça, e, numa só perna, botou o pé no oco-do-mundo. Não correu duzentos metros. O medo e o cansaço das pernas cortaram-lhe o fôlego. Horas depois, o seu compadre Joel Caçador, que todos os dias por ali passava para as matas do Carmo, encontrou Aminthas abraçado a uma jaqueira, de pernas abertas iguais a um compasso, acabrunhado, com um grosso matetê descendo pela bainha da calça de cutim.

- Qui tá si açucedendo com ôce, meu cumpade?!
→ Ôme, achei de cumê um sarapaté trespassado. E oi no que açucedeu!

Mata Escura nem de longe avistou Aminthas. Aliás, jamais o viu em carne e osso. Naquele dia, ao atravessar a cancela, procurava ele por Manoel Antônio, criminoso da mesma laia, para combinar a morte de Zé Francisco, irmão deste. Selado o acordo, dias depois Mata e Manoel dirigiram-se ao povoado Capunga, em Itabaiana e, aí, subiu Mata Escura no telhado da casa de Zé Francisco, “e sobre o miserável que jazia no leito da dor, disparou sucessivamente três tiros!!! Um nas pernas, dois nas coxas!!! A vítima, mortalmente ferida, todavia procurava ofender ao agressor com uma faca, sendo digno de reparo, que Manoel Antônio [o irmão] era quem carregava o bacamarte, de que o réu se serviu nessa ocasião!!!”.²⁵

A polícia só conseguiu pôr as mãos no criminoso com a ajuda de um “dedo duro”. Condenado a 22 de abril de 1846 pelo júri de Itabaiana, os preparativos para a execução foram iniciados pela Santa Casa da Misericórdia da Capital. No oratório, Mata Escura recebeu o conforto sacerdotal, prática religiosa para suavizar os últimos dias de um condenado. A execução aconteceu na segunda-feira, dia 8 de março do ano seguinte. Desnecessário seria estender este artigo com a reconstituição do enforcamento. Vale observar, porém, que no domingo, dia anterior à execução, bem perto da cela onde Mata Escura fazia sua última refeição, o cego Fermino do Cambotá, depois de molhar a goela com uma talagada de Amansa-Corno, passou a dedilhar na sua viola cantigas do anedotário provincial, não esquecendo os versos por ele compostos para propagar a covardia de Aminthas, que a partir daquele acontecimento passou a ser conhecido pelo vulgo de “Aminthas do Mateté”:

25. Documento pertencente ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. SDE – Seção dos Ministérios, 1845. Caixa da correspondência trocada entre as autoridades da Província de Sergipe (1844 – 1857).

“Qui era um ôme valente,
De briga, soco, e rastêra;
Si incrontô cum Mata Iscura
E si cagou na carça intera.”

Compôs, também, uma longa canção alusiva aos feitos miseráveis do bandido, espécie de Rap, cujo estribilho, até a década de 1950, era cantado pelos mais velhos moradores do povoado Pirunga [Capela]:

“É pirigôzo, sanguinaro e marfeitô;
Mata Iscura vai pagar cum sangui,
O sangui qui vormicê derramou”²⁶

Ante a falta de espaço para descrever com minudência os demais casos de execução, vale porém, inventariar todos eles, e, por fim, justificar que o aumento das comutações recrudescer a ira da aristocracia e da justiça [fabricantes e executores das leis] contra os escravos, que passaram a ser castigados com os requintes da barbárie e da crueldade.

Em 1847, o mercador ambulante João Gomes de Rezende - citado no início deste artigo -, após pedir um rancho para passar a noite e depois continuar o seu ofício, assassinou a quem lhe dera um canto para dormir. Reunido a 12 de março de 1847, o júri de Itabaiana condenou o escravo à pena última. Executado no início da tarde do dia 3 de janeiro do ano seguinte, ventitou-se, logo depois, a estória que o enforcado era inocente. Daí ter Afrânio Peixoto incorrido no erro de disseminar a estória, sendo seguido depois por Jurandir Amarante e uma dúzia de outros escritores da História do Direito Criminal Brasileiro.

26. Gênesis. Cap. 9, Vs. 6. “*Quem derramar o sangue do homem, pelo homem será derramado o seu próprio sangue, pois à imagem de Deus fez ele o homem.*”

Em fins de 1855, chegava a Sergipe a correspondência provincial. Nela, o ofício despachado pelo Ministro da Justiça José Thomaz Nabuco de Araújo, informando que o escravo Caetano, condenado à pena última em 25 de julho daquele ano pelo júri de Capela, não obtivera a clemência do Imperador.²⁷ No início do ano seguinte Caetano foi levado à forca erguida na praça do Amparo. “A esse horrível espetáculo assistiram muitos escravos mandados pelos seus senhores, para que o fato servisse de exemplo. Consta que no momento da execução a corda da forca partira-se três vezes, sem que isso abalasse os sentimentos da senhora ou patroa do supliciado. O escravo morreu resignado, pedindo aos seus parceiros nunca praticassem o crime que ele praticara, que fossem sempre bons e obedientes.”²⁸

No quadrado das execuções não se tolerava a presença dos fracos de coração. Quem tivesse emoção à flor da pele ficava em casa rezando pela alma do condenado. A patroa de Caetano não podia recuar. Ficara viúva por causa dele. A corda podia partir-se 574 mil vezes. Fabricar-se-ia uma outra mais resistente, de fibras de tucum verde para esganar o desgraçado. O velho direito consuetudinário fora atirado no lixo. Não convinha reanimar o direito secular: “Rompida a corda e tombando o condenado no chão cabe à Misericórdia proteger aquela vida, por tratar-se de um milagre.” Aliás, este direito, invento da própria aristocracia para ocasiões, quase ou nunca foi respeitado.²⁹ No começo do século XIX, em Santos – SP, Chaguinhas, um dos propagandistas da Independên-

27. Ofício de José Thomaz Nabuco de Araújo, Ministro dos Negócios da Justiça, ao presidente da Província de Sergipe, datado de 13 de dezembro de 1855. APES. Pacote AG – 513 (1835 – 1845), Promotores Públicos.

28. João Dantas Martins dos Reis. “*A Cidade da Capela e seu Município.*” **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 26 A, vol. XXII. Aracaju: 1962 – 1965, P.189.

29. A Carta Régia de 30 de abril de 1716 revogou esse direito conferido à Santa Casa da Misericórdia.

cia, no instante de sua execução a corda partiu-se por três vezes. “O povo, que assistia, clamou que o soltassem. Era um milagre. Deus não queria a morte desse justo. O comandante da escolta era um homem de fé, mas duvidava da existência dos milagres... Ele mesmo mandou procurar uma outra corda. Presenciou ao preparo do laço. E Chaguinhas desta vez, ficou suspenso pelo pescoço, estrebuchado”.³⁰

Parecido episódio aconteceu a 7 de março de 1837 quando da execução de Manoel Joaquim da Guia e Joaquim Gonçalves. A corda também partiu-se no momento da execução do primeiro. A Irmandade da Santa Casa da Corte lançou o seu estandarte sobre o corpo de Manoel Joaquim para salvá-lo, espancando, inclusive, os carrascos que desejavam a renovação do ato falho. Acabada a luta de “catch-as-catch-can”, Joaquim e Manoel foram entregues aos “lutadores” da Irmandade, para que eles providenciassem o sepultamento dos corpos, com o aviso de estarem proibidos de chegar à beira do ringue, digo, do patíbulo.³¹

Com apoio no Código de 1830 e na Lei de 10 de junho de 1835, as últimas execuções na Província de Sergipe aconteceram em 1858, na Vila do Lagarto. No ano anterior, os criminosos Manoel Francisco dos Santos e Antônio Mendes de Souza tiraram a vida de José Corrêa de Jesus. Presos e remetidos para a prisão de São Cristóvão a 5 de outubro de 1857, Manoel e Antônio tiveram confirmadas suas sentenças de morte por decisão do Ministro dos Negócios da Justiça, o então Deputado Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Assim, a 27 de dezembro daquele mesmo ano, o Presidente da Província expediu ofício ao juiz municipal de São Cristóvão, informando-o que fizera deslocar uma escolta a fim de con-

30. “A Capela de Santa Cruz dos Enforcados, onde os condenados se reconciliavam com Deus.” **Anuário do Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 1929, P.111.

31. O ato proibitivo, datado de 12 de março de 1837, foi revogado a 19 de junho do mesmo ano.

duzir os presos ao termo da Vila do Lagarto, onde seriam enforcados com a ajuda de dois detentos. Temendo que no caminho os criminosos pudessem fugir ou fossem seqüestrados, o Presidente Dabney de Avellar exigia o mais rigoroso sigilo no cumprimento da missão: “Antes de que aí se apresente a força convém que se não divulgue a execução que a justiça tem de pôr em prática, a fim de que ela se não burle.”³²

Daí para a frente as sentenças arbitradas pelos tribunais sergipanos passaram a ser convertidas em galés perpétuas ou em prisão de 20 anos com trabalhos forçados. É claro que essas comutações não nasceram da benemerência dos juizes, dos senhores ou de Pedro II. No Brazil, jamais se pensou tratar os negros com um tico de respeito, oferecendo-lhes docinhos de cidadania. Tratava-se, na verdade, da mudança de estratégia da aristocracia; tática diferente para manter inalterada a base das relações de produção, obsoleta, fundada na submissão da mão-de-obra escrava à vontade dos proprietários.

Lógico está que a Lei de 10 de junho de 1835 não tomou “chá de sumiço” com as mancheias de comutações e o bando de idéias novas. Sentenciava-se do mesmo jeito e com o mesmo ódio. O segredo é que era novo: recorria-se da sentença ao Poder Moderador para que Dom Pedro pudesse exercitar o seu poder de perdoar e, deste modo, mostrar-se ao velho continente europeu como um homem sábio e piedoso, Soberano de um dos principais países do mundo³³, chamado Brazil.

32. Ofício do dr. João Dabney de Avellar Brotero, presidente da Província de Sergipe, ao juiz municipal de São Cristóvão, datado de 27 de dezembro de 1857. APES. Livro G1 – 61 (1857), Governo.

33. Durante o Segundo Império, o Brazil tinha uma moeda forte, equivalente ao dólar americano e à libra inglesa. Possuía a 2ª Marinha de Guerra da América e, cinco mil contos de réis correspondiam a quatro toneladas e meia de ouro.

O ESCRAVO NEGRO E AS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA NA CAPITANIA DE SERGIPE D' EL REI

MARIA THÉTIS NUNES
Historiadora
Presidente do IHGS

Somos sempre levados a associar a escravidão africana ao latifúndio monocultor destinado às culturas de exportação. Teriam sido as grandes plantações, principalmente de cana-de-açúcar, algodão, fumo e café, que absorveram os grandes contingentes de negros encaminhados para a zona rural brasileira.

Estudos recentes, porém, vêm mostrando que as chamadas culturas de **mantimentos** - milho, feijão, arroz e, sobretudo, a mandioca embora fora dos interesses da economia monetarizada europeia orientada pelo Mercantilismo, também se apropriaram do braço escravo.

Assim ocorreu na Capitania de Sergipe d'El Rei desde os primórdios de sua formação. Obtida a vitória sobre indígenas e franceses em 1590, Cristóvão de Barros, para consolidar a conquista, iniciou a distribuição de sesmarias a partir da primeira, doada ao seu filho Antônio Cardoso de Barros, que se estendia do rio Japarutuba ao S. Francisco. Os capitães-mores encarregados da administração da nova Capitania continuaram a distribuição de terras, tendo recebido pequenos lotes muitos dos que tomaram parte na expedição vitoriosa. Geralmente, mediam elas uma, duas ou três léguas quadradas. Através das cartas de doação, evidencia-se que essas sesmarias se destinavam à criação de gado e ao plantio

das culturas de **mantimentos**, conseqüência de ter sido a conquista do território sergipano empreendida visando a atender os interesses das capitânicas da Bahia e Pernambuco, os pólos mais importantes da colonização da Colônia. Assim, Sergipe constituiu-se na retaguarda econômica desses dois centros de povoamento, abastecendo seus engenhos e núcleos urbanos de gado e gêneros alimentícios.

Entre as culturas de subsistência, a da mandioca torna-se-ia a atividade básica de pequenas propriedades - os sítios, localizados inicialmente próximos ao litoral, vizinhos aos cursos d'água.

Elas iriam abastecer os nascentes núcleos de população, e, mais tarde, a capital baiana, atestam os documentos.

Outras plantações foram surgindo e “... *ao longo das rotas por onde transitavam os rebanhos, a pequena lavoura abastecia os boiadeiros, muitas vezes em troca de rezes enfraquecidas pelas longas caminhadas* ¹.”

As 220 doações de sesmarias registradas por Felisbello Freire², comprovam que elas se destinavam, em sua grande maioria, à criação de gado e às culturas de subsistência - de **mantimentos** como eram denominadas. Muitos dos sesmeiros, ao fazerem seus pedidos, alegavam possuir escravos, como dizia Tomé da Rocha, o primeiro dos que foram citados, em 23 de julho de 1594, “*que ele veio ajudar a dar guerra, em Sergipe del Rei em companhia de Cristóvão de Barros, Capitão General das entradas, com suas armas e escravos*”³.

Os sesmeiros não foram, porém, explícitos dizendo se os escravos eram africanos ou indígenas. Alguns se referiram a negros, mas existem documentos em que aos naturais da terra era dada a denominação de negros.

¹ ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, 2º ed., Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1960, p. 166.

² FREIRE, Felisbello, *História de Sergipe*, 2º ed., Petrópolis, Editora Vozes (em convênio com o Governo do Estado de Sergipe, 1977, apêndice).

³ FREIRE, Felisbello. *Obra citada*, p. 328.

É, porém, indiscutível que, com os primeiros proprietários de terra, entraram escravos africanos na Capitania de Sergipe del Rei porque “... nos começos do século XVII já os escravos negros fugiram dos engenhos da Bahia e das fazendas de Sergipe, que em grandes **mocambos** se haviam organizado nos Palmares do rio Itapicuru⁴.”

Felisbello Freire opina ter sido pequena a contribuição do índio à vida sergipana. Grande parte da população indígena que aí vivia, calculada em cerca de 25.000 pessoas⁵, teria sido dizimada pela expedição de Luís de Brito em 1576⁶. Posteriormente Cristóvão de Barros, ao lançar os fundamentos da colonização sergipana, continuou a destruição do nativo da terra, matando ou levando como escravos grandes contingentes deles. “Alcançando a vitória de Sergipe, partiu o Governador Cristóvão de Barros para a Bahia, e deixou Rodrigo Martins em Sergipe para acabar de recolher o gentio que havia fugido, dos quais se haviam passado muitos para a outra margem do rio S. Francisco, que é Capitania de Pernambuco, donde também vieram a caça deles.

Dessa batida pelos sertões resultou o aprisionamento de muitos índios que foram vendidos aos Brancos, sendo uma parte para a Bahia e outra para Pernambuco⁷.”

A guerra justa, como foi definida a conquista de Sergipe, permitindo a escravidão dos vencidos pelos vencedores, deslocou contingentes de população indígena que escapara à mortalidade,

⁴ PORTO SEGURO, (Visconde de). *História Geral do Brasil*, v. 2. 3ª ed.(integral), São Paulo, Companhia Melhoramentos, s/d, p. 70.

⁵ MONTEIRO, Jácome. *Relação da Província do Brasil (1610)*. In. LEITE, Serafim (P^e.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. 8. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949, p. 405.

⁶ Biblioteca Pública Evorense, códice CXVI - 1583. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 58, 1ª parte, 1884, p. 236.

⁷ SALVADOR, Vicente do (Frei). *História do Brasil*, 5ª ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1965, p. 336.

como escravos para as capitanias limítrofes. Outros internaram-se pelos sertões distantes, dadas as condições geográficas de Sergipe que não facilitavam seu esconderijo. “... a pequenez do território era desfavorável à sua permanência sem cair na garra de cativoiro, e então emigrou, contribuindo também a colonização rápida que desbravava as florestas, roubando seus aposentos, ou então a desumanidade na luta para capitá-lo foi enorme. O fato é que o contingente do elemento indígena na história de Sergipe não foi tão grande como em outros estados, levando-se mesmo em conta as circunstâncias relativas⁸.”

Outro fator que ainda mais contribuiu para a rarefação da população indígena em Sergipe seria a lei de 3 de junho de 1609 proibindo o seu cativoiro, vitória da Companhia de Jesus, que passou a assumir a quase total responsabilidade de sua catequese, agrupando-os em aldeias.

É importante em Sergipe o decréscimo numérico dos índios através dos tempos coloniais. Nos começos do século XIX estavam reduzidos a seis aldeias, onde viviam 1.440 pessoas, o que significava apenas 1,5% da população sergipana da época.

Suprindo a rarefeita mão-de-obra nativa, o escravo africano entrou na Capitania de Sergipe desde os primeiros momentos da colonização, identificando-se com a pecuária e as culturas de man-
timentos. Os engenhos começaram a funcionar posteriormente, e de forma lenta. Quando, em 1637, os holandeses ocuparam Sergipe, apenas eram em número de oito segundo os cronistas portugueses⁹, ou quatro no que diz Nassau¹⁰.

8 FREIRE, Felisbello, *Obra citada*, p. 94.

9 COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memória Diárias da Guerra do Brasil*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981, p. 329.

10 Relatório de Maurício de Nassau aos Estados Gerais em 27.09.1664. *Documentos holandeses para a História do Brasil* coligidos na Holanda pelo Encarregado de Negócios Joaquim Caetano da Silva. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, t. 2, Arq. 1.3.25.

Os mocambos, que aí se organizaram logo após a retirada dos holandeses da região nordestina, comprovam ser relativamente considerável a presença do escravo negro. Na década de 1660 se constituem em ameaça às regiões do rio Real, do Baixo S. Francisco e, especialmente, às matas de Itabaiana. Atemorizaram os senhores de terra “... e assim pelos latrocínios que cometem, como pelo prejuízo dos escravos que para eles fogem, como os quais se lhe aumentam o número e diminui a seus donos o cabedal¹¹.”

As diversas entradas enviadas pelas autoridades metropolitanas da Bahia conseguiram destruí-los, permanecendo, porém, sua lembrança na toponímia local, nas diversas localidades conhecidas como **Mocambo**.

Em 1656, quando a cidade de São Cristóvão ainda se refazia da destruição causada pelas lutas entre portugueses e holandeses, negros foragidos das regiões circunvizinhas a atacaram.

Ao lado do fumo, a cultura da mandioca se tornou o sustentáculo da economia sergipana, a partir da reconstrução da Capitania após a saída dos holandeses, prejudicada, porém, pela fuga dos escravos para os mocambos surgidos. Daí a ação enérgica das entradas, o enrijecimento do aparelho policial repressivo com a divisão da Capitania em distritos militares, e o prestígio conferido aos capitães-do-mato.

A partir dos começos do século XVIII, a produção da farinha de mandioca tornou-se decisiva para a economia sergipana, sendo importante produto de exportação, especialmente para a Bahia até as últimas décadas do século quando o algodão e a cana-de-açúcar passaram à liderança de suas exportações. O principal centro produtor localizou-se na Vila de Santa Luzia, situada ao sul da Capitania, região identificada com a do início da colonização em Sergipe. Os mandiocais foram estendendo-se pelas terras imprestáveis para

¹¹ *Documentos Históricos*, v. 12, série E dos Documentos da Biblioteca Nacional, p. 342-343.

os canaviais, menos férteis¹², sendo sua importância comprovada pelo nome que daria ao rio que corta a região - rio das Farinhas, e a uma localidade surgida em suas margens - Porto das Farinhas. A produção se destinava, sobretudo, ao abastecimento da capital baiana, à qual acudia em momentos de crise como, dramaticamente, em 1721, apelava o Governador-Geral ao capitão-mor de Sergipe: “*Venha sucessivamente sem demora acudir a grande falta que o povo e a infantaria desta praça experimentam do fornecimento da farinha*”¹³.

Ainda no decorrer do século XVIII vamos encontrar, diversas vezes, idêntico apelo do Governo e da Câmara da Bahia às autoridades de Sergipe para o envio da farinha, ante graves crises de abastecimento do produto que sofria o povo baiano.

Na vila de Santa Luzia, que se constituiu no principal centro produtor de farinha da Capitania de Sergipe, o escravo negro participou de forma acentuada em sua produção, participação comprovada através dos **Mapas de Listas de pessoas que plantam mandioca para fabricarem farinha - ano 1785**¹⁴.

Ali são cadastrados 317 plantadores de mandioca, que cultivavam 749.200 covas, e a existência de 810 escravos africanos. Na estrutura fundiária regional, apareciam os **sítios**, em sua maioria cultivados por mais de uma pessoa, número que varia de dois a dezoito, como explicita o quadro abaixo:

12 Apesar de, nos começos do século XIX, aí funcionarem 20 engenhos, produzindo 550 arrobas de açúcar, D. Marcos Antônio de Souza na *Memória da Capitania de Sergipe* - 1808, vê seus solos como impróprios para a cultura de cana-de-açúcar pela constituição em grande parte arenosa.

13 *Documentos Históricos* - Cartas do Governador, v. 44, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1919, p. 54.

14 Mapas e listas das pessoas que plantavam mandioca para fabricar farinha - Ano 1785. Arquivo Público do Estado da Bahia - 188.

SÍTIOS	PLANTADORES DE MANDIOCA
16	Contavam com um só plantador
10	Contavam com dois plantadores
08	Contavam com três plantadores
08	Contavam com quatro plantadores
05	Contavam com cinco plantadores
07	Contavam com sete plantadores
02	Contavam com oito plantadores
06	Contavam com nove plantadores
01	Contavam com dez plantadores
02	Contavam com treze plantadores
01	Contavam com quatorze plantadores
01	Contavam com dezoito plantadores

Esses dados evidenciam que os plantadores eram, em sua maioria, rendeiros ou sesmeiros. Em diversos sítios aparecem, na lista plantadores com o título de Capitão, Alferes, Tenente das Ordenanças, geralmente o possuidor de maior número de escravos, fato que nos leva a identificá-lo como proprietário de terra. Explica-se, assim, porque na estatística da população da Vila de Santa Luzia e Estância, realizada em 1825, vai aparecer grande percentagem de população livre, integrada principalmente por pretos e mestiços. Para os 12.990 habitantes levantados, 1.279 eram lavradores dos quais apenas 98 classificavam-se como ricos (incluídos 26 senhores de engenho)¹⁵. O plantio da mandioca concorrera para o crescimento de uma população livre, fora do esquema casa-grande/senzala. Abaixo transcrevemos a relação escravo - plantador de mandioca:

¹⁵ MOTT, Luís R. de. Uma estatística de S^{ta}. Luzia e Estância em 1825. In. *Sergipe del Rey - População, Economia e Sociedade*, Aracaju, Fundação Estadual de Cultura, 1986, p. 99-100.

PLANTADORES	ESCRAVOS/ PLANTADORES	COVAS PLANTADAS
95	-	500 a 1.000
59	01	500 a 1.000
54	02	1.000
26	03	3.0 a 6.000
21	04	3.000 a 6.000
17	05	5.000
15	06	6.0 a 10.000
03	07	8.000
07	08	6.0 a 8.000
01	10	5.000
04	16	8.000 a 10.000
02	18	6.0 a 20.000
01	30	10.000
317	810	-

Evidencia-se, assim, a ativa participação do escravo na cultura da mandioca na região, que se tornou o principal centro exportador da farinha da Capitania de Sergipe del Rei. Conclui-se que a maioria dos plantadores se encontrava entre os que não tinham escravos ou os tinham em pequeno número, e que diversos deles, ante a relação escravo e covas plantadas, deveriam utilizar mão-de-obra da família. Quanto a outros, pelo número de escravos e pequeno plantio de mandioca, deduz-se que plantavam outras culturas de subsistência, ou a cana que abastecia os engenhos da vizinhança.

¹⁶ “Sem dúvida era a chamada região da Cotinguiba o maior centro açucareiro da Capitania, a mais representativa dentre todas as que se dedicavam ao plantio da cana-de-açúcar. Desenvolvendo uma atividade agrícola que orientava sua produção exclusivamente conforme as solicitações do mercado estrangeiro, seus interesses mercantis eram bem acentuados (ALMEIDA, Maria da Glória Santana de) *Nota prévia sobre a propriedade canavieira de Sergipe*. Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, São Paulo, 1976, p. 489).

Já nas importantes regiões açucareiras da Cotinguiba¹⁶ e do Vasa-Barris¹⁷, a situação era bem diferente, comprovam os cinco mapas existentes dessas regiões (3 da Cotinguiba e 2 do Vasa-Barris). Num deles, da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, estavam cadastrados 113 agricultores, incluindo quatro senhores de engenho, 337 escravos e o plantio de 96.900 covas de mandioca. Dos 113 agricultores, 47 não plantavam mandioca, entre os quais os quatro engenhos, que, porém, absorviam 106 escravos. As covas de mandioca cultivadas oscilavam entre 200, 300, 500 e 1.000, número raramente ultrapassado. Conclui-se que as plantações existentes destinavam-se aos que ali viviam. A monocultura açucareira concentrava as atividades agrícolas da região.

Idêntico se apresentava o problema nas outras regiões açucareiras que enviaram os Mapas das plantações de mandioca. Mas, mesmo canalizada para as atividades ligadas à indústria açucareira, a mão-de-obra escrava foi, em parte, responsável pela cultura da mandioca nas regiões onde dominavam os canaviais.

¹⁷ *As margens do Vasa-Barris localizava-se o único aglomerado da região, São Cristóvão, com foros de cidade e capital, nos inícios do século XIX. Dominava uma região fertilíssima, com solos constituídos de excelentes massapês.* (ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Obra citada*, p. 488.)

UMA GEOGRAFIA DA MORTE: ROTEIRO DO CÓLERA POR SERGIPE, 1855-1856*

AMÂNCIO CARDOSO.¹
Historiador

“Fala-se geralmente da marcha do cholera, tendo-se mesmo calculado o número de léguas que caminha em vinte e quatro horas, sem, porém, ter sido possível demonstrar até o presente com alguma probabilidade o que é que caminha”.

Dr. Theodoro Langgaard (1813-1883).²

*Agradeço ao prof Dr. Francisco José Alves, do Departamento de História/UFS, a leitura acurada e as sugestões à primeira versão deste texto.

1. Licenciado em História (UFS), professor da Escola Técnica Federal de Sergipe e mestrando em História Social pela Universidade de Campinas/SP (Unicamp). E-mail: acneto@infonet.com.br
2. LANGGAARD, Theodoro. *Diccionario de medicina doméstica e popular*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1873, v. 1. p. 439. (1ª edição de 1865). Nesta edição do seu *Diccionario*, doutor Langgaard dedica ao verbete **Cholera** exatamente vinte e sete páginas, donde podemos supor o grau de preocupação e desafio que a moléstia provocava ao saber médico no século XIX. Theodoro Johanis Henrique Langgaard nasceu em Copenhague (1813), capital da Dinamarca. Doutor em medicina pelas Universidades de Kiel e Copenhague, emigrou para o Brasil, verificou seu título, sendo aprovado com distinção. Dedicou-se à clínica, residindo por longos anos em Campinas/SP. Naturalizou-se cidadão brasileiro. Possuía várias comendas honoríficas e pertencia a diversas associações de ciências e letras. Publicou, entre outros, alguns artigos nos *Annaes Brasilienses de Medicina*, revista oficial da Academia Imperial. Faleceu no Rio de Janeiro (1883). *Apud* BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1827-1903). *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. v. 07. p. 255-256.

Há quase um século e meio, um inédito e estranho fenômeno ocorreu nas cidades, nos campos e nos lares de Sergipe, não promovendo a saúde pública, mas a morte. Falo da epidemia de cólera-morbo de 1855-1856. Conforme um testemunho, cerca de trinta mil sergipanos foram dizimados em seis meses de ataque intenso e contínuo, “*segundo os cálculos mais aproximados*”.³

O presente artigo visa refazer a rota geográfica da epidemia do cólera por Sergipe naquele período, descrevendo e analisando as ações do Estado, as reações populares e os discursos da Igreja e da medicina frente aos estragos sociais, materiais e mentais promovidos pelo flagelo. O roteiro vai desde a fronteira do Rio Real, ao Sul, até as margens da região do Baixo São Francisco, ao Norte; e também do litoral até o sertão, cobrindo assim quase todos os pontos da província.

O cólera-morbo, originário do vale do rio Ganges, na Índia, penetrou na Europa onde grassava desde 1829, e entrou pela primeira vez no Brasil através do porto da cidade de Belém do Pará, em maio de 1855. A doença toma as vias marítimas e alcança, em julho, o Rio de Janeiro e a Bahia. No entanto, a moléstia não aportou de início nas barras sergipenses. Avançou pelo interior, atravessando a fronteira ao Sul da província. O roteiro mórbido tem início nos municípios de Campos (atual Tobias Barreto) e Lagarto, respectivamente.

As notícias da chegada do mal não ecoaram nos ouvidos do governo provincial para não alardear o pânico na população. A Câmara de vereadores de Campos, entretanto, insiste em notificar o governo, em primeira mão, da “*quasi convicção*” da chegada do cólera. Os edis oficializam que a povoação “*se acha no estado de deso-*

3. TRAVASSOS, Antônio José da Silva (1804-1872). “Apontamentos históricos e topographicos sobre a Província de Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. 3, fasc. I-IV, p. 83-122, 1916. (1ª edição de 1860).

lação e lucto, sofrendo terríveis estragos da epidemia, que até agora tem ceifado quinze victimas entre mais de sessenta affectados, dos quaes alguns estão moribundos, e todos faltos de curativos regulares”. A população começa a bradar por socorro.⁴

Dias depois, a epidemia colérica aparece em Lagarto. As primeiras cinco vítimas lagartenses, do povoado Colégio, teriam falecido de forma “violenta”⁵ Um médico testemunha alguns sintomas clássicos naqueles afetados: “*principião por vômitos, lançando aguas do estomago, e logo se lhes afinão o nariz, os bugalhos dos olhos se lhes afundão,...*”⁶

Ainda em Lagarto, outro médico, o doutor Manoel Antunes Salles, designado para socorrer as vítimas do município, contabilizou em duas semanas cinquenta falecidos espalhados pelos povoados Tanque, Candeia, Piauí do Lobo, Saco do Tigre e Magdalena. O flagelo começa a grassar por Sergipe.⁷

4. [Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Campos, 11 de setembro de 1855]. Manuscrito-Arquivo Público do Estado de Sergipe, doravante APES, fundo CM¹, v. 43.

5. O dr Derizans tratou de coléricos em 1855. Ele nos informa que o tempo entre os primeiros sintomas e a morte de uma vítima durava entre poucas “horas depois” e oito dias. Não temos a data de nascimento e morte deste médico, mas ele nasceu na vila do Rosário/SE, foi cirurgião em chefe e médico do Hospital da Misericórdia de Laranjeiras/SE e do Lazareto de coléricos do segundo distrito da mesma cidade. Cf. DERIZANS, Benito. “O cholera epidêmico de Laranjeiras e o seu melhor tratamento com o sulphato de quinina”. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Freres, 1902. (Misselânea, acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória, doravante BPED, DS-854).

6. [Comunicado do dr. José Maria de Souza Ribeiro ao Juiz de Direito, José Saraiva Salomão. Vila do Lagarto, 26 de setembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1044.

7. MELO, João Gomes de (Barão de Maroim, 1809-1890). *Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides pelo 1º vice-presidente da mesma Província o Exm. Snr. Barão de Maroim*. Aracaju: Tipographia Official, 1856. p. 06. (Misselânea, acervo da BPED, DS-1437).

Dando passo a sua marcha lúgubre, a epidemia assolou o cotidiano da freguesia do Riachão.⁸ O subdelegado notifica o primeiro caso em 19 de outubro. Ele informa que à medida que surge novos doentes a população os abandona. O medo do contágio dissemina-se, pois não se conhece com segurança, à época, as formas de transmissão e de cura da doença. O povo, escreve o subdelegado do Riachão, “*preocupado pela idéia verdadeira ou falsa de ser o mal contagioso se affasta para longe dos affectados, chegando este preconceito a ponto de ensurdece-lo aos gemidos dos affectados que pedem socorro*”. Os doentes durante a epidemia são evitados pelo terror do contágio. Eles passam a ser considerados um foco potencial de uma doença que se mostrava implacável. Um pálio de medo e terror cobre a população.⁹

Continuando seu cortejo medonho, o cólera-morbo se manifesta em Lagoa Vermelha (atual Boquim). Com o mesmo rigor, o flagelo colérico vinca os espíritos enlutados da freguesia, deixando

8. As denominações como “freguesia”, “vila”, “cidade”, “município”, estão aqui utilizadas de acordo com SILVA, Zenilde de Jesus. “Resumo histórico [dos municípios sergipanos]”. *Boletim do Arquivo Público Estadual*. Aracaju, n. 1, p. 03-24, 1984.

9. [Ofício do subdelegado, Francisco Barreto de Faria e Mello, ao presidente da província, Barão de Maroim. Riachão, 20 de outubro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158. A perda dos laços de solidariedade, em período de epidemia, é um dos sintomas da tipologia dos comportamentos coletivos identificados por Delumeau. “*O tempo de peste é o da solidão forçada*”, arremata o historiador ao se referir sobre o abandono dos doentes. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 123. Em 1988, historiadores, demógrafos e médicos europeus, especialistas no estudo de doenças epidêmicas, organizaram uma coletânea de artigos científicos referentes às políticas públicas, às reações sociais e à produção de discursos frente ao contágio provocados pelo cólera-morbo, tuberculose e sífilis na Europa nos séculos XIX e XX. Com relação ao medo do contágio pelo cólera, estes trabalhos abrangeram a Espanha, a Bélgica, a França, a Inglaterra, a Prússia, a Rússia e a Europa central. Cf. BARDET, Jean-Pierre; BOURDELAIS, Patrice *et al* (Orgs.). *Peurs et terreurs face à la contagion: choléra, tuberculose, syphilis - XIX^e e XX^e siècles*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1988.

marcas indeléveis de pavor. Em 1857, a recém criada Câmara Municipal proíbe, após a passagem da epidemia, a inumação no recinto das igrejas, como era de costume, sob qualquer pretexto que se apresente, infligindo multa e prisão para os infratores. Os vereadores ainda estabelecem que as covas das vítimas do cólera nos novos cemitérios só seriam abertas após sete anos; outras sepulturas, depois de dois. Tal resolução ilustra o grau de temor que a moléstia provocou no imaginário coletivo, representando um perigo cuja cura à época era improvável.¹⁰

Como um rastro de pólvora, o morbo se propaga ainda pela região sul da província. Os municípios da Estância, movimentado centro comercial no século XIX¹¹, e do Espírito Santo do Rio Real (atual Indiaroba) foram molestados com vigor pela peste.

Na Estância, o ataque epidêmico durou cerca de três meses. Num período de apenas onze dias, contaram-se oficialmente cento e quarenta mortos.¹² Neste ínterim, no dia 02 de dezembro de 1855 foram notificados vinte e um cadáveres. Uma semana depois, dia 10, dezenove corpos foram sepultados; até as dez horas da manhã... Nesta quadra colérica, Estância também foi colhida pelo espectro da morte.¹³

10. Resolução n. 487 de 04 de abril de 1857. *Coleção das leis, decretos e resoluções da província de Sergipe*. Typ. Provincial, 1857. p. 69-70. (BPED, DS-11).

11. “*As sumacas sobem pelo Piauí até o porto da villa d’Estância*. (...) *Seu commercio consiste principalmente em algodão e tabaco que se exporta em direitura para a Bahia, d’onde se recebe em cambio objectos das fabricas d’Europa*”. SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*. Pariz: J.-P. Aillaud, Guillard, 1863. 2v. p. 355-356.

12. [Ofício do presidente da província, Barão de Maroim, ao chefe de polícia. Aracaju, 02 de janeiro de 1856. *Livro de registros das correspondências expedidas...*. Ano de 1855 a 1857, fl. 08]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 244.

13. [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 14 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1044.

Muitos estancianos, com medo de um contágio letal, abandonam seus parentes antes de levá-los à sepultura. Somente o emprego de mercenários poderia amenizar o caos instaurado. Neste sentido, o chefe de polícia da província comunica ao Barão de Maroim que é preciso enviar dinheiro à esta localidade para remunerar quem se dispusesse a enterrar os coléricos, pois, anotava indignado, “*sem huma paga por este serviço, ninguém se quer prestar a elle, tendo sido preciso, para conduzir e enterrar os corpos, lançar mão dos soldados; medida esta que só deve ser lançada em caso de extrema necessidade*”.¹⁴ Contudo, parece que alguns moradores, transtornados, não se submeteram nem mesmo ao estipêndio do governo para conduzir e enterrar os mortos, visto que, uma semana depois, seis praças do povoado Saco foram intimados para auxiliarem na inumação dos coléricos da Estância.¹⁵

Com sua aparição pífida nas redondezas do município do Espírito Santo, a enfermidade também assombra os espíritos dos habitantes. Por este motivo, no mês de setembro, antes da entrada do mal na localidade, o vigário da freguesia informa ao governo provincial, denunciando a negligência das autoridades sanitárias, que um “*sugeito-negociante, morador mesmo no lugar, vindo da Bahia ou do meio da epidemia*”, não havia passado ao menos por

14. [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 23 de dezembro de 1855]. Munuscrito-APES, fundo G¹, v. 1044.

15. [Ofício do presidente da província, Barão de Maroim, ao delegado da Estância. Aracaju, 30 de novembro de 1855. *Livro de registro das correspondências expedidas...* . Ano de 1855 a 1857, fl. 02]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 244.

uma quarentena de três dias. Com isto, o flagelo se refestela província a dentro.¹⁶

O padre do Espírito Santo tinha razão, a peste se aproxima do centro da povoação. Em dezembro, em torno do período natalino, a moléstia ensaia suas primeiras investidas fatais na vila e nos povoados. No dia 20 daquele mês, a Câmara notifica o registro da primeira vítima do lugar, de nome Raimundo Prudente. Ele teria sido empestado, dizem os edis, no município vizinho de Santa Luzia do Itanhi. Avisam ainda que o guarda da Mesa de Rendas provincial, José Francisco d'Almeida Couto, foi acometido pelo mal quando estava de serviço na praia do Saco, na barra da Estância. Sentindo o hálito mórbido do cólera, os vereadores exclamam angustiados: "*Que terrível futuro aguardamos ! Grande estrago fará aqui o cholera-morbo no meio de tão avultado numero de pobres ! Já está bem perto ! Assola em Santa Luzia [do Itanhi]*"¹⁷

16. [Ofício do vigário Antônio Joaquim Pitanga ao vice-presidente da província, José da Trindade Prado. Vila do Espírito Santo, 21 de setembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10. Desde de julho de 1855 que a epidemia de cólera grassava pela Bahia, cujas notícias sobre seus estragos eram enviadas por terra pelos negociantes; e por mar pelos vapores. Sobre a História do cólera-morbo na Bahia, ver: DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996. Quanto ao expediente da quarentena das embarcações, o poder público provincial foi muito flexível, suspendendo seu cumprimento na barra da Cotinguiba. O presidente justificou que a propagação do mal tomou as terras do interior da província, principalmente naquela barra, sendo portanto desnecessária a quarentena em seus portos. A região da Cotinguiba tinha o maior movimento de exportação. Ela dá acesso às cidades que foram mais assoladas pelo cólera de 1855/56. Nos demais portos, a vigilância certamente foi relaxada para não comprometer as rendas, o comércio e a indústria açucareira ou por negligência das autoridades sanitárias. Cf. [Ofício do presidente da província de Sergipe, Barão de Maroim, ao ministro do Império. Aracaju, 05 de novembro de 1855]. *Livro de registro de correspondências do governo desta província com a Corte, relativo aos negócios do interior. Ano de 1851-1856. fl. 181*. Manuscrito-APES, fundo G1, v. 102.

17. [Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila do Espírito Santo, 20 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM¹, v. 43.

No Arraial dos Campinhos, termo do Espírito Santo, o vigário denuncia “*o criminoso abuso de se enterrarem os perecidos do cholera no mato, como se tem praticado com cinco infelices [sic] (...) ao pé do Engenho Sabiá*”.¹⁸ No dia anterior, ele oficia à presidência que já fora chamado para confessar dois atacados pelo cólera. A população entra em polvorosa.¹⁹

Lançando seus funéreos tentáculos e ainda campeando pela região Sul, a moléstia irrompe em Itabaianinha. Nesta vila, uma das primeiras vítimas fatais foi o abastado comerciante local, José de Souza Leite. Com este fato, com a carência de médico e com a notícia de estragos da peste nas localidades circunvizinhas, muitos habitantes se refugiam acuados nas matas próximas ao povoado.²⁰

Prosseguindo seu mortífero roteiro para as bandas do agreste, o cólera-morbo desponta em Itabaiana. No município de Santo Antônio e Almas de Itabaiana descortinam-se cenas desoladoras. Por conta do medo, o povo e algumas autoridades correm de tropel para a “*serra grande*”. O município serrano, abandonado, submergiu num silêncio côncavo.²¹

A fuga da população citadina para se refugiar nas serras e nas matas, como ocorreu em Itabaiana e Itabaianinha, é um tipo de atitude antiga em tempos de peste. Para a mentalidade da época, o ermo bucólico representa a busca profilática da vida para fugir à

18. [Ofício do vigário Antônio Joaquim Pitanga ao presidente da província, Barão de Maroim. Arraial dos Campinhos, 28 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10.

19. [Ofício do vigário Antônio Joaquim Pitanga ao presidente da província, Barão de Maroim. Arraial dos Campinhos, 27 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10.

20. [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 26 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1044.

21. [Ofício do subdelegado, Manoel de Mello Telles, ao presidente da província, Barão de Maroim. Itabaiana, 22 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158).

foice da morte. Ali, o ar era menos corrompido ou pútrido, de acordo com a então teoria médica dos miasmas. Até os anos de 1880 do século XIX, os doutores imaginavam que o ar infectado por miasmas era “*um móvel poderoso de insalubridade*” e, por conseguinte, vetor de enfermidades desastrosas.²²

Segundo os vereadores itabaianenses, as notas de falecimento de pessoas livres e escravas incutem na população o maior grau de terror, a ponto de se supor, opinam os edis, “*que muitos sucumbiram mais com o medo*”. Tal idéia estava em acordo com uma das doutrinas médicas da época. Ela preconizava que o medo predispunha o corpo à infecção colérica. Conforme o discurso científico

22. Sobre uma História dos comportamentos coletivos de medo em tempo de epidemia, entre eles a fuga, confira DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 41-202. **Miasmas** – emanações nocivas da decomposição de animais e vegetais que corrompem o ar e penetram no corpo humano, promovendo diversas infecções. “*Só o olfato nos pôde advertir da sua presença: não nos é dado tocar-os nem vê-los*”; CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1813-1881). *Diccionario de medicina popular...* . 6ª ed. Pariz: A. Roger e F. Chernoviz, 1890. p. 421. (1ª edição de 1842-43). Para conhecer a História das transformações na percepção olfativa envidadas pelos químicos e médicos no Ocidente europeu nos séculos XVIII e XIX, cujas teses influenciaram o pensamento médico no Brasil, e para os quais o ar infectado se constitui numa ameaça pútrida à salubridade pública, promovendo uma crescente “vigilância olfativa” pela medicina social, leia a competente pesquisa de CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Quanto a permanência da doutrina miasmática no saber médico-acadêmico até o final do século XIX no Brasil, consulte por exemplo a monografia do doutorando SANCTOS, Affonso José dos. *Regimen sanitário*. Bahia: Litho typographia de João Gonçalves Tourinho, 1881. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. (Acervo da BPED/SE, em catalogação). Esta tese foi defendida dois anos antes da identificação, pelo médico alemão Robert Koch (1843-1910), do agente patogênico do cólera transmitido pela água (o *Vibrio cholerae*). As pesquisas de Koch, junto com as do químico francês Louis Pasteur (1822-1895), principalmente, iniciaram um novo paradigma nas ciências bio-médicas com a teoria microbiana da doença. Cf. ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Unesp/Abrasco, 1994. p. 225-234.

da corrente “infeccionista”, o abatimento moral franqueava a manifestação da morbidade.²³

Rumando para o sertão sergipano, a epidemia acomete a vila de Simão Dias.

Neste lugar, o cólera-morbo não diminuiu sua virulência. No início de 1856, em apenas dezoito dias a presidência da província recebeu o registro de duzentas e cinqüenta e quatro vítimas fatais na localidade.²⁴ Houve dias, revela o delegado, “*de se sepultarem 45 [quarenta e cinco] corpos*”. Com tanta demanda, ele avisa atormentado, “*já sucede ficarem alguns corpos para se enterrarem de hum para outro dia, por que as pessoas que cuidão do serviço do simitério são pobres e precizão tambem de socorrer suas famillias*”. Um clima de transtornada diligência acomete o lugar.²⁵

Espargindo o veneno da morte, o surto aparece não menos intenso nos vales dos rios Vaza-Barris, Cotinguiba, Sergipe e Japarutuba. Estas áreas foram por demais assoladas.

Próximo à foz do rio Vaza-Barris, o cólera asiático se dissemina por Itaporanga d’Ajuda e São Cristóvão. Em Itaporanga, o vigário oficia o acometimento e a morte repentina de muitas pessoas. A morte súbita, sem plano ou aviso prévio, não era aceita pelo imaginário religioso anterior à epidemia do cólera. A feitura de testamentos e a preparação de um ritual de passagem para o além era

23. [Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Itabaiana, 27 de outubro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM¹, v. 43. Sobre o debate entre as correntes “infeccionista” e “contagionista” em Pernambuco do século XIX, ver: ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo: um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. 2ª ed. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1986. p. 66-70.

24. [Ofício do Barão de Maroim ao delegado de Simão Dias. Aracaju, 03 de janeiro de 1856. *Livro de registro das correspondências expedidas...*. Ano de 1855 a 1857, fl. 15]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 244.

25. [Ofício do delegado ao chefe de polícia. Villa de Simão Dias, 19 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo SP¹, v. 351.

uso e costume até então.²⁶ Não havia tempo para ritos nem encomendas espirituais durante o “*terrível cholera dos Ceos*”. Assim denominava a doença o pároco de Itaporanga d’Ajuda, referindo-se à procedência celestial do morbo.²⁷

O subdelegado da vila de Itaporanga anota, em estado de lividez, que o povo aterrado evita aproximar-se dos falecidos, pois que “*já se não vai prestando espontaneamente como d’antes à condução e inumação dos cadáveres*”.²⁸

Ainda perturbando a vila do Vaza-Barris, a enfermidade interrompe os trabalhos dos vereadores por ausência dos camaristas e por morte de “*quasi todos seos empregados*”: o secretário, o procu-

26. Durante a epidemia de cólera-morbo de 1855, foi impresso e distribuído um livro de orações, entre as quais se encontra uma onde se lê: “*Orações que rezava o Santíssimo Padre Benedicto XIII para alcançar de Deos a graça de não morrer de morte súbita: proposta aos Fiéis por Clemente XII, na occasiao, em que na Cidade de Roma succediam algumas mortes repentinas, as quaes cessaram com o uso das ditas*”. In: *ORAÇÕES extraídas dos melhores livros de piedade e próprias para implorar a Misericordia de Deos no Tempo da Peste, approvadas por sua Exellencia Reverendissima, o Sr. Arcebispo da Bahia*. Reimpresso na Typ. da Villa de S. Amaro, 1855. p. 05. (grifos meus). Agradeço o acesso a este documento a José Thiago da Silva Filho, pesquisador da História da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE. Em relação aos ritos fúnebres anteriores à epidemia do cólera-morbo de 1855/56, confira REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Quanto à História das atitudes diante da morte no Ocidente cristão europeu, ver o clássico de ARIÈS, Phillipe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

27. [Ofício do vigário, José Evangelista de Campos, ao presidente da província, Barão de Maroim. Itaporanga, 02 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10. A idéia escatológica de associar as moléstias epidêmicas, ou pestes, a castigos divinos ou diabólicos é milenar. Desde os “tempos bíblicos”, ela atravessou a Idade Média, vingou nos Tempos Modernos e perdeu no imaginário coletivo do século XIX. Cf. DELUMEAU, Jean. “A espera de Deus”. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 205-238.

28. [Ofício do subdelegado, José Francisco Pinheiro, ao presidente da província, Barão de Maroim. Itaporanga, 15 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

rador e o porteiro.²⁹ O mordexim embaraça, além dos espíritos, o cotidiano dos serviços públicos.³⁰

Movendo-se ainda pela região do rio Vaza-Barris, o cólera aparece na antiga capital da província, São Cristóvão. Nela, o juiz de direito, o pároco, o negociante José Narbone, e o juiz municipal e delegado Pedro Leão Velloso, uniram esforços e fizeram uma subscrição para manter um “ponto sanitário” - hospital improvisado de atendimento aos coléricos. Este hospital foi estabelecido nos salões do Convento do Carmo, posto a disposição pelo Reverendo Prior.³¹

Em São Cristóvão, cento e vinte e dois coléricos deram entrada no estabelecimento, não obstante as pessoas evitassem a ida ao hospital, os doentes morassem distantes do centro urbano e não recebessem socorro médico, morrendo e sendo enterrados nas estradas e nas roças, conforme reclamações das autoridades sanitárias. Entre os hospitalizados, quarenta e sete faleceram até o início de janeiro de 1856.³² O juiz municipal explica o motivo da relativa alta mortalidade hospitalar. Segundo ele, o ponto sanitário era geralmente procurado no paroxismo da moléstia. Escutemo-lo: “*quasi todos os infelizes que tem succumbido, tem entrado para o hospital*

29. [Ofício da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Villa de Itaporanga, 16 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM¹, v. 43.

30. **Mordexim** – Significa cólera-morbo ou quebrantamento no dialeto concani da língua marata falado no antigo Concão, região da Índia onde se acha Goa, ex-província ultramarina portuguesa. Este dialeto deu ao português numerosas palavras. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 1159 e 444 respectivamente.

31. [Ofício do juiz municipal e delegado, Pedro Leão Velloso, ao presidente da província, Barão de Maroim. São Cristóvão, 29 de outubro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM³, v. 17.

32. [Ofício do presidente da província, Barão de Maroim, ao juiz municipal de São Cristóvão. Aracaju, 08 de janeiro de 1856]. *Livro de registro das correspondências expedidas...* . Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 257.

algidos e moribundos, somente declarando-se doentes em apertado transe, de modo que a terrível moléstia em marcha adiantada triumphava aos esforços da sciencia". Ele acusa ainda a Santa Casa de Misericórdia da cidade de não receber presos doentes de cólera, e que a saída destes para tratamento está embaraçada, pois dois guardas foram acometidos.³³

Sobre os hospitais, a medicina de então tributava a sua localização nos centros urbanos; à desorganização interna de suas construções (salas mal ventiladas, escuras e úmidas); e à falta de higiene de suas latrinas como fatores que provocavam a exalação de miasmas deletérios, contaminando não apenas suas dependências, como também as cidades onde se localizavam. Em todos os ambientes, o medo e a dor se recolhiam. A ubiqüidade do mal era sentida pelas almas padecentes.³⁴

Com a elevada mortandade, muitas vezes numa mesma família faleciam vários parentes, principalmente os de arrimo. Sendo assim, a epidemia fazia seus órfãos. Por conta disto, o juiz municipal de São Cristóvão pede ao governo o "*amparo de muitos meni-*

33. [Ofício do juiz municipal, Pedro Leão Velloso, ao presidente da província, Barão de Maroim. São Cristóvão, 27 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM³, v. 17. No quadro de doentes que deram entrada no hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão em 1855, só foram registrados dois pacientes com cólera, um homem e uma mulher. Os dois faleceram. O pequeno número do registro de coléricos em plena epidemia, confirma a acusação do juiz municipal contra a instituição em não querer atender os pacientes afetados por cólera-morbo. Cf. Barão de Maroim (1809-1890). *Relatório com que foi entregue a administração da província...*. Aracaju: Typographia Official, 1856. Tabela em anexo. (BPED, – DS, 1437).

34. Para conhecer o surgimento da moderna reorganização hospitalar e da experiência clínica fundadas sob os conceitos da medicina científica européia no início do século XIX, ver FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. Sobre as teorias da medicina acadêmica no Brasil do século XIX a respeito do hospital, da prisão e outras instituições, cf. MACHADO, Roberto; *et al.* "Medicalizar as instituições". *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 278-372.

nos que por ahí andão sem pai nem mains, mendigando o pão".³⁵ Dilacerada, a província não sabia o que fazer com estes sobreviventes. Não deveriam, certamente, ter uma próspera fortuna.

O cólera seguia a sua andança. Anunciou-se em Laranjeiras, centro comercial da região Cotinguiba.³⁶ Foi nesta cidade onde o morbo ceifou o maior número de almas. Numa linguagem alegórica, porém expressando a mais crua realidade, assim relatou um médico que testemunhou o extermínio colérico. Ouçamo-lo: "*O flagello d'esse monstro nascido nas aguas do Ganges, e que se erguêo com a mortalha em uma mão, e empunhando na outra a fouce da morte, encarando a humanidade como seu mais encarniçado inimigo, e fazendo sua marcha sobre montões de cadaveres – o cholera morbus- escolheu a cidade de Larangeiras para cobril-a com o sudario, e sepultal-a num tumulo*". A metáfora ilustra a saga do município mais devassado pela invasão epidêmica, invocando imagens e interpretações dantescas.³⁷

O juiz municipal e de órfãos de Laranjeiras, indignado com a falta de medidas de emergência nos primeiros dias de assolação e com a acusação que lhe fizera o governo de ter abandonado seu cargo, informa que assistiu "*scenas horríveis*", visto que "*ficarão*

35. [Ofício do juiz municipal, Pedro Leão Velloso, ao presidente da província, Barão de Maroim. São Cristóvão, 17 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM³, v. 17.

36. "*Ha alfandega em seu porto em que grande número de sumacas vem carregar algodão, couros e víveres que levão ora para a cidade da Bahia, ora para Pernambuco e para o Rio de Janeiro*". SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*. Pariz: J.-P. Aillaud, Guillard, 1863. 2v. p. 555.

37. ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. "Relatório acerca do estado sanitário da cidade de Larangeiras, em 10 de junho de 1856". Aracaju: Typographia Official, 1856. p. 13-18. (BPED, DS-1437). Para uma leitura sobre a permanência da elaboração de imagens e interpretações que mobilizam os temores coletivos diante de uma epidemia ainda incurável, ver: SONTAG, Susan. *AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

insepultos por mais de um dia os primeiros cadáveres, atirados à porta da Igreja Matriz".³⁸ O que antes era um costume espontâneo e de bom grado, a condução e inumação dos mortos, na quadra colérica se afigura como um terror. Os mortos são esconjurados do seio dos vivos. O espaço sagrado dos templos passa a ter uma função de oração muito mais do que um lugar reservado ao convívio entre aqueles que partiram para o além. Os falecidos, tal como os vendilhões, serão excluídos paulatinamente dos templos após o aparecimento do cólera pelas terras sergipenses e dispostos em cemitérios regulamentados conforme o discurso e práticas do saber médico.³⁹

A notícia da existência de corpos insepultos no município de Laranjeiras é confirmada pelo subdelegado local. Ele pede ao pre-

38. [Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos, Luiz Barbosa Accioli de Brito, ao presidente da província, Barão de Maroim. Laranjeiras, 15 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM³, v. 17.

39. Após o surto colérico de 1855/56 em Sergipe são aprovadas diversas posturas municipais proibindo o enterramento no recinto dos templos. Cf. *Collecção das leis, decretos e resoluções da província de Sergipe*. Aracaju: Typ. Provincial, 1856 a 1859. (BPED, DS-11). Contudo, somente a partir de 1860 é que serão construídos os primeiros cemitérios sergipanos conforme os preceitos da medicina acadêmica. Assim se pronuncia o inspetor de saúde pública de Sergipe, em 1859, sobre a inumação e a precariedade dos novos "campos santos": "**São hoje em geral os cemitérios da província um cercado em quadro nas imediações das cidades, villas e freguesias, tendo uma cruz de madeira no centro. Em São Cristóvão existe um cemitério começado e algum tanto adiantado que é edificado segundo as bases [higiênicas] indispensáveis para inhumações. Está collocado em um alto [localização determinada pela medicina de então para que se evitasse os eflúvios miasmáticos dos mortos]. (...) e a bem da saúde pública peço que se tomem providências; 1º banido-se com severidade os enterramentos nas igrejas; 2º promovendo-se a construção de cemitérios sob as condições higiênicas; 3º que não se fação inhumações senão em sepulturas que tenham pelo menos oito palmos de profundidade**". (grifo meu). ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *Relatório da salubridade pública*. Aracaju, 28 de fevereiro de 1859. p. 04. (Misselânea, BPED/DS-1438). Sobre a progressiva "medicalização da morte" no Brasil do século XIX, ver: MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

sidente, ameaçando desamparar a cidade, vinte soldados e alguns galés (condenados a prisão perpétua) para abrirem sepulturas ao “*extraordinário número de corpos*”. Os cadáveres coalhavam pelo centro da cidade e suas cercanias.⁴⁰

Outra cena calamitosa é descrita pelo juiz. Conforme seu testemunho, foi deplorável ver as autoridades laranjeirenses destituídas de meios para evitar o fato “*de serem obrigados paes de familia, pessoas gradas, alguns debeis e enfermos, de abandonar suas casas cheias de horrivel desolação, para irem todos os dias elles proprios fazerem as covas e enterrar os defuntos*”. Ele oficia ainda, criticando a inércia do poder público pela falta de medidas profiláticas, que viu no centro da cidade “*perto de trezentas casas dezertas e fechadas sem que houvesse a menor providência para sua desinfecção e caiadura*”.⁴¹ Os sobreviventes de Laranjeiras, quando podiam, fugiam para outras povoações. Uma delas era o município de Santo Amaro das Brotas, localizado na região entre os vales dos rios Sergipe e Cotinguiba.

Na vila de Santo Amaro, o empresário Antônio José da Silva Travassos (1804-1872), registrou em seus apontamentos, que improvisou um hospital, “*onde não só foram tratados moradores desse município, como de Laranjeiras, Maroim e Rosário, que*

40. [Ofício do subdelegado, Manoel Pinto Lobão, ao presidente da província, Barão de Maroim. Laranjeiras, 03 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158. Na lista oficial de mortalidade no cólera de 1855/56 Laranjeiras está em primeiro lugar com 3.500 (três mil e quinhentos) óbitos. Sem contar com os corpos enterrados ou abandonados pelas roças, estradas e engenhos conforme reclamações de autoridades religiosas e sanitárias. Cf. MELO, João Gomes de (Barão de Maroim, 1809-1890). *Relatório com que foi entregue a administração da Provincia de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides pelo 1º vice-presidente da mesma Provincia o Exm. Snr. Barão de Maroim*. Aracaju: Tipographia Official, 1856. Tabela em anexo. (Misselânea, acervo da BPED – DS, 1437).

41. [Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos, Luiz Barbosa Accioli de Brito, ao presidente da província, Barão de Maroim. Laranjeiras, 15 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM³, v. 17.

para ali emigravam, veixados pela mortandade que se dava naquelas lugares".⁴²

Outro Travassos, o capitão José da Silva, servindo de delegado na ocasião da passagem do cólera por Santo Amaro das Brotas, comunica que a epidemia havia recrudescido, acometendo pessoas no hospital, no qual ele também improvisava serviço de enfermeiro, e na prisão.⁴³

Desferindo sua lança funesta ainda na mesma região, o cólera-morbo toca a cidade de Maruim. Aqui, o vigário pede desculpas à presidência da província por não ter emitido o mapa de óbitos de coléricos. Ele culpa o delegado pela incúria.⁴⁴

Uma semana depois, o mesmo delegado negligencia também sobre o abuso de autoridade cometido por um seu subordinado. Ele, o delegado, emana uma ordem de prisão a um infeliz por nome de João Baptista, suspeito como cúmplice de "*alguns roubos*" que foram feitos em residências fechadas por morte dos moradores durante o maior rigor da epidemia. Ao ser conduzido, segundo a autoridade policial, João Baptista resistira à voz de prisão. Ao travar luta com um soldado e um sargento, ele foi imobilizado pelo segundo que "*com algumas pancadas nos braços do preso pode conseguir tirar-lhe da mão a faca; mas o preso estava ferido e morrêo imediatamente*".⁴⁵

42. TRAVASSOS, Antônio José da Silva. "Apontamentos históricos e topographicos sobre a Província de Sergipe". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. 3, fasc. I-IV, p. 117, 1916. (1ª edição de 1860).

43. [Ofício do delegado, José da Silva Travassos, ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Vila de Santo Amaro, 20 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1044.

44. [Ofício do vigário, José Joaquim de Vasconcellos, ao presidente da província, Barão de Maroim. Cidade de Maroim, 12 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo AC⁴, v. 10.

45. [Ofício do subdelegado, Manoel Menezes de Souza Macieira, ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Maroim, 18 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

Cerca de um mês antes deste crime patético, alguns habitantes de Maruim dirigiram ao governo da província uma representação contra as autoridades policiais deste termo. Os moradores acusavam-nas de “*absolutamente indiferentes*” ao clamor popular por medidas contra a epidemia reinante, deixando a cidade em “*completo abandono*”. Vê-se que um certo estado de anomia grassava durante a quadra nosológica.⁴⁶

Supomos que a representação popular fora enviada porque o subdelegado, em ofício à presidência com a mesma data do documento dos maruinenses, resolvera que o ponto sanitário seria fechado, alegando falta de enfermeiro, e propusera que os doentes fossem atendidos em suas casas “*por que assim será mais facil achar pessoas que se queirão encarregar dessa tarefa*”, aconselhara o policial. Os habitantes talvez não tivessem gostado da idéia de ver as autoridades policiais se eximirem de seus serviços; ou seja, manter a ordem sanitária e o auxílio aos doentes, quando famílias inteiras eram acometidas, muitas sem recurso algum e todas com pavor do contágio.⁴⁷

Ainda campeando pela região do vale do rio Cotinguiba, o cólera-morbo varou a cidade de Nossa Senhora do Socorro. Nela, o juiz municipal disse que o morbo apareceu com “*passos de gigante e ambição de lobo*”. Atarantado, ele teme pelo patrimônio da municipalidade, pois que “*já aparecem cazas inabitadas pelo óbito de seus moradores, onde inda restão vestígios de mercadoria e erdeiros [sic] dispersos*”.⁴⁸

46. [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito, ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 14 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1044.

47. [Ofício do subdelegado, Antônio Saturnino de Lima Costa, ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Maroim, 14 de novembro de 1855. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

48. [Ofício do juiz municipal, Paulo Freire de Mesquita Barreto, ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Nossa Senhora do Socorro, 22 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM³, v. 17.

Resvalando pela província, a peste se anuncia em Aracaju. A recente capital, localizada próximo à foz do rio Sergipe, foi golpeada nos seus primeiros meses de vida. Em sua cercania, a enseada chamada *Corôa* foi recomendada pelo capitão do porto para servir de cemitério dos marítimos. Ali, já havia um cadáver sepultado antes mesmo da chegada oficial da epidemia registrada pelo poder público. Portanto, o vigário pedia providências para a benção do lugar indigitado, para a colocação da cruz e da cerca. Aliás, preces públicas e procissões de penitência eram, escrevia o pároco, “*o meio mais forte de alcançarmos da Divina Providência a extinção do mal que ora nos afflige*”. Entoavam-se nênias por todos os recintos da província.⁴⁹

Os futuros cemitérios e as novas formas de enterramento são prescritas, após 1856, pelo saber médico. O discurso dos doutores, nesta época, utiliza-se do prestígio da religião em seu benefício próprio. Aos médicos cabem, a partir de então, normatizar as formas de preparar, velar, guardar, conduzir e inumar os cadáveres. Aos vigários é reservado rezar contra a peste, benzer os corpos e os cemitérios, quando possível. Assim, “*manipulando a religião, a medicina insinuava-se no espaço moral e lançava as bases para a educação higiênica*”.⁵⁰

A peste, a morte, a miséria e a fome se enrodilham no tempo do cólera. Em Aracaju, no início de dezembro de 1855, o subdelegado solicita uma dieta de bolacha e arroz para os moradores indigentes do quarteirão do distrito de Santo Antônio.⁵¹ A mesma autoridade policial, no fim daquele mês, avisa à presidência da

49. [Ofício do vigário geral, Ignacio Augusto da Costa Lobo, ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 30 de outubro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10.

50. Cf. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 66.

51. [Ofício do subdelegado, Antônio Pedro M. de Araújo, ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Aracaju, 04 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1044.

falta de carne verde. Este alimento, relata o subdelegado, era o “*único recurso com que contavão os habitantes d’esta, maxime os doentes em sua convalescença*”.⁵²

A epidemia atravessa o rio Sergipe e se insinua na Barra dos Coqueiros. Na localidade, o subdelegado pede auxílio médico, uma vez que os remédios aplicados ao seu alcance não fazem ceder o estado álgido e a diarréia das vítimas, sintomas clássicos do morbo asiático.⁵³ Quatro dias depois, o mesmo subdelegado, em estado de desespero, informa sobre a agudeza do cólera. Duas mulheres já haviam falecido e outra quase a expirar, encontrando-se “*algumas pessoas em perigo de vida*”. Ele lamenta, ainda, a falta de recursos financeiros para acomodar os doentes numa casa com camas e outros objetos, assim como para pagar a condução e enterramento dos cadáveres. Contudo, adverte que pretende usar a coerção policial com o fito de “*intimidar aquelles que mesmo por paga não si quizerem prestar ao enterramento dos corpos*”. Diversas fontes demonstram que, nos passos do cólera-morbo sobre a província, a força de polícia se acerba contra a população. As malhas de seu poder insinuam-se impiedosas contra o povo em estado de angústia e desespero.⁵⁴

Subindo o vale do rio Sergipe, o flagelo do Ganges aporta nas povoações de Divina Pastora e Santa Rosa.

No povoado Bonfim, termo de Divina Pastora, as pessoas estavam imersas no “*maior desamparo e desânimo*”, sendo este, lem-

52. [Ofício do subdelegado, Antônio Pedro M. de Araújo, ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 31 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

53. [Ofício do subdelegado, Alexandrino Cândido Sobral, ao presidente da província, Barão de Maroim. Barra dos Coqueiros, 09 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

54. [Ofício do subdelegado, Alexandrino Cândido Sobral, ao presidente da província, Barão de Maroim. Barra dos Coqueiros, 13 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

bra o presidente da Câmara municipal, “*uma das causas mais desfavoráveis para o desenvolvimento e gravidade da epidemia reinante*”. O camarista, como se vê, assimila uma das teses médicas coevas.⁵⁵

Numa lista dos mortos sepultados no cemitério do povoado Bonfim, foram contados noventa e três corpos, dos quais sessenta eram lavradores livres; e trinta e três escravos. A epidemia, naquele povoado, intensificou sua marcha célere.⁵⁶

Uma professora, moradora na sede da vila de Divina Pastora, tentou legalizar a sua fuga com medo da peste. Ela pediu ao presidente da província um mês e meio de licença para retirar-se da localidade. Esclarece a educadora que “*a Aula já não he freqüentada, desde que appareço a epidemia*”. Seu requerimento foi reprovado, ou melhor, indeferido.⁵⁷

No município de Santa Rosa, contíguo ao de Divina Pastora, a epidemia chega oficialmente no dia 10 de novembro. Em menos de um mês, a circunvizinhança da povoação foi bastante atingida pelo mal. O subdelegado listou a mortandade de cento e dezesseis cadáveres em apenas nove engenhos e dois sítios. Entre estes, os casos mais graves foram o do “sítio Manilha”, com vinte pessoas livres falecidas; e o “engenho Mumbaça”, onde morreram o proprietário, seus dois filhos e os quinze escravos do estabelecimento. A epidemia continuava a colecionar seu rosário em contas de alma.⁵⁸

55. [Ofício do presidente da Câmara Municipal, Antônio Luiz de Loureiro, ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila de Divina Pastora, 17 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM¹, v. 43.

56. [Ofício do subdelegado João Bento de Resende, ao presidente da província, Barão de Maroim. Divina Pastora, 05 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

57. [Requerimento da professora Guilhermina Maria de Mendonça ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 06 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1634.

58. [Ofício do subdelegado, Antônio Carneiro de Menezes, ao presidente da província, Barão de Maroim. Santa Rosa, 03 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

Em direitura para as bandas dos vales dos rios Siriri e Japarutuba, o morbo colérico acomete as povoações do Pé do Banco, do Rosário do Catete, da Japarutuba e da Capela.

Levando sua caravana de horrores, o cólera epidêmico assoma-se na freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco (atual Siriri). A localidade, mesmo sob a invocação da tríade santa, encontrava-se vulnerável ao flagelo colérico. Sem médico, sem medicamento, sem hospital, sem polícia. As autoridades locais estavam “*em suas cazas tratando de suas famílias*”. Uma delas, o vigário, comentou que os soldados requisitados poderiam servir “*quando não para inhumar os corpos, ao menos para obrigar a quem os sepulte*”⁵⁹

Menos de um mês depois, o mesmo pároco, rogando providências ao governo provincial, comenta a mortandade “*desproporcional*” e a carência de “*abridores de sepulturas*”, temendo que os corpos fiquem por inumar-se. Além disto, preocupa-se com a fome que abate a população, pois, adverte, o terror da doença “*não permite que aqui haja quem venha vender comestíveis*”.⁶⁰

Os viventes do Pé do Banco corriam às capelas e igrejas rogando a clemência divina. O subdelegado do lugar, sensível às preces da população aflita, diagnostica a dolorosa situação. Atentemo-lo: “*O clamor em que vejo os povos desta povoação e seus suburbios, uns perdendo os pais de família, outros os filhos, crescendo-lhes mais a seus prantos verem que são os cadaveres das victimas sepultadas em diversos lugares por falta d’um cemiterio, e sem policia que velle na inhumação dos cadaveres*”.⁶¹

59. [Ofício do vigário Gonçalo Vieira de Mello ao presidente da província, Barão de Maroim. Freguesia do Pé do Banco, 21 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10.

60. [Ofício do vigário Gonçalo Vieira de Mello ao presidente da província, Barão de Maroim. Freguesia do Pé do Banco, 10 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10.

61. [Ofício do subdelegado José Antônio de Sá Menezes ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila do Pé do Banco, 09 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

A pobre freguesia ficou prostrada e olvidada, *no cólera*.⁶²

Na municipalidade do Rosário do Catete, a Câmara também alertava ao governo sobre a necessidade de um cemitério. O templo da pequena matriz já estava abarrotado de cadáveres.⁶³ No entanto, com a chegada do flagelo, amontoavam-se nos campos, ruas e casas corpos insepultos. O delegado local disse ao presidente que viu dezenas de pessoas mortas espalhadas “*na face das ruas, quintaes e recintos*”. Comentou ainda que não teve condições de contar com precisão devido à “*aglomeração dos corpos*” em adiantado estado de putrefação.⁶⁴

Na mesma região, o mordexim ameaça os habitantes da freguesia da Japarutuba. No dia 02 de novembro de 1855, antes da chegada da epidemia neste lugar, o subdelegado pede providências ao governo para instalar um ponto sanitário avançado. A medida preventiva, idealizada pelo médico local, João Ferreira de Brito Travassos (1820-1885)⁶⁵, tinha como fito barrar a marcha do cólera

62. “**No cólera**” - Esta forma de datação popular foi colhida e anotada no interior sergipano pelo garimpeiro do nosso folclore, Carvalho Deda, cem anos após a manifestação da epidemia. Tal expressão é a síntese de “no tempo do cólera-morbo de 1855...”. Ela serve para designar a fixação de uma determinada época (meados do século XIX) ou data específica (1855-56), relativas ao fenômeno que vincou o imaginário coletivo sergipano. DEDA, Carvalho. *Breféias e burundangas do folclore sergipano*. Aracaju: Livraria Regina, *circa de*. 1965. p. 197.

63. [Ofício da Câmara municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila do Rosário, 27 de outubro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM¹, v. 43.

64. [Ofício do delegado Manoel Antônio Marques de Faria ao presidente da província, Barão de Maroim. Rosário, 12 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

65. Nasceu em Santo Amaro. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Dedicou-se na terra natal à clínica e à agricultura. Iniciou-se na política filiado ao Partido Liberal de que foi representante na Assembléia Provincial. Em Japarutuba foi adjunto Promotor Público e comissário vacinador. Faleceu na vila de Japarutuba. GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Diccionario Bio-Bibliographico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. p. 135-136.

que grassava com virulência nas cidades vizinhas de Laranjeiras, Maruim e Rosário. Este ponto seria “*uma barraca no lugar Lages, onde entra a estrada [real] para dentro d’este povoado, e ahi ter gente com remedios proprios para desinfectar as pessoas que todos os dias passam, vindas d’aquelas cidades soffredouras*”.⁶⁶

No dia 06 de novembro, o flagelo devassa a barreira sanitária do esculápio sergipano. Japarutuba ficou em estado de alerta, pois falecera de cólera um indivíduo por nome de Martinho José de Santiago, o qual viera no dia anterior da cidade de Laranjeiras. Por conta disto, alguns moradores fogem do centro da povoação, a ponto de a deixarem quase despovoada e “*não concorrerem com os vives para provimento do mercado*”.⁶⁷

No dia 20 de novembro, a crise epidêmica se intensifica e a escassez de gêneros se confirma na Japarutuba. O subdelegado, num alto grau de desolação, afirma que “*na pobreza desta freguizia muitos tem morrido a mingôa, a falta de tratamento e fome*”.⁶⁸

Subindo o vale do rio Japarutuba, o mórbido viático se declarou no município da Capela. As autoridades sanitárias da localidade reclamam que o pagamento dos enfermeiros para tratarem dos coléricos é irrisório. Alegam que todos se recusam a prestar o serviço “*na consideração de que suas vidas corra grande perigo, e se um ou outro individuo caridoso à um tal perigo se expuser mais facil se prestará gratis do que subvencionado*”.⁶⁹

66. [Ofício do subdelegado João José do Monte ao presidente da província, Barão de Maroim. Missão de Japarutuba, 02 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

67. [Ofício do subdelegado Manoel de Mello Telles ao presidente da província, Barão de Maroim. Japarutuba, 06 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

68. [Ofício do subdelegado Manoel de Mello Telles ao presidente da província, Barão de Maroim. Japarutuba, 20 de novembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1158.

69. [Ofício do presidente da Câmara Municipal ao presidente da província, Barão de Maroim. Vila da Capela, dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo CM¹, v. 43.

Na última semana de dezembro de 1855, a epidemia recrudescceu na vila da Capela. Talvez isto se devesse à recusa da população em receber auxílio e pela precariedade das condições hospitalares. Conforme ponderação do delegado, “*o hospital pouco serviço presta, pela repugnância que o povo mostra em ir para elle, e que assim, havendo somente um médico (...), não pode a população ser socorrida convenientemente*”.⁷⁰

Seguindo para o Norte da província, o surto epidêmico se propaga pela região do vale do rio São Francisco. O mapa da morte desenhado pelo cólera na área cobre os municípios de Pacatuba, Vila Nova, Propriá e Porto da Folha.

Na freguesia de São Felix da Pacatuba, o flagelo não discriminou suas vítimas. De acordo com um mapa de mortalidade feito pelo pároco, livres e escravos, homens e mulheres, crianças e adultos foram fatalmente vitimados. Trezentos e onze cadáveres foram levantados, num período de quase dois meses.⁷¹

No município vizinho, o de Vila Nova, às margens do São Francisco, um outro vigário, além de enviar à presidência da província um mapa de mortalidade, também reclama da falta de médico, de alimentos para os pobres e do abandono do cargo pelo Juiz de Direito desde o início da epidemia. Em seu mapa, o padre anota o falecimento de cento e vinte e dois coléricos num

70. [Ofício do chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito ao presidente da província, Barão de Maroim. Aracaju, 29 de dezembro de 1855]. Manuscrito-APES, fundo G¹, v. 1044. A mesma “repugnância” com relação aos hospitais neste período se verifica na Europa. Na França, “*segundo os observadores da época, aquilo que caracteriza o ambiente olfativo do hospital é a complexidade dos odores pútridos. (...) Os eflúvios dos emplastos se amalgamam e compõem um fedor que os práticos se esforçam em destrinchar para detectar (...) o risco de uma epidemia.*”; CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 71.

71. Neste mapa de mortos por cólera em Pacatuba, foram registrados 198 indivíduos livres e 113 escravos. [Parocho Manoel Alves. *Mappa da mortalidade da freguesia de S. Félix da Pacatuba desde o dia 05 de novembro de 1855 em que n'ella se declarou o cholera até 31 de dezembro.*]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10.

espaço de doze dias, ou seja, voavam ao seio do Criador uma média de dez almas. Pautando-se por estes levantamentos, parece que a epidemia não diminuiu na região sua insaciável voracidade.⁷²

Margeando o rio São Francisco, o cólera aparece insidioso em Propriá. Prevenido, o juiz municipal e de órfãos local, antes mesmo do assalto epidêmico, solicita ao governo ações preventivas para impedir a entrada do flagelo na vila. Entre outras medidas, ele sugere o fornecimento de lenhas aos pobres para que se queime “*fogueiras nacturais*”, com o fito de desinfectar o ar impregnado de miasmas deletérios que asfixiavam a província.⁷³

Baldado o esforço do diligente juiz de Propriá para barrar o surto epidêmico. Ele próprio comunica, lamurioso, ao chefe do governo provincial o primeiro caso fatal de cólera detectado no lugar. O falecido havia chegado à cidade ribeirinha proveniente de Itabaiana, no centro geográfico da província. Este fato, ao que pa-

72. Neste mapa faleceram 26 escravos e 94 livres. [Ofício do vigário José Cardoso da Fraga ao presidente da província, Barão de Maroim. Freguesia de Vila Nova, 10 de dezembro de 1855.]. Manuscrito-APES, fundo AG⁴, v. 10. (Mapa em anexo: “*Mappa da mortalidade da freguesia de Santo Antonio de Villa Nova desde o dia 18 de novembro de 1855 em que nella se declarou o cholera até 30 do mesmo mês*”).

73. [Ofício do juiz municipal e de órfãos, Francisco Maria Dias de Menezes, ao presidente da província, Barão de Maroim. Propriá, 10 de novembro de 1855.]. Manuscrito-APES, fundo CM³, v. 17. Para dispersar os miasmas e desinfetar o ar, os médicos da Comissão de Higiene Pública da Bahia também aconselharam ao governo acender fogueiras, queimando-se alcatrão, enxofre e até estrume seco de gado, como um dos métodos de desinfecção. “*Centenas delas foram feitas em diversos pontos da capital [Salvador]. Algumas eram preparadas pelos próprios moradores em frente a suas casas, porém a maior parte foi patrocinada pelo governo*”. DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996. p. 63.

rece, foi o estopim para o catastrófico nível de mortalidade no município.⁷⁴

A epidemia de cólera-morbo de 1855/56 varou a província de Sergipe “*espraiando-se com a velocidade de raio por todas as suas Cidades, Villas, Aldeias, Arrayaes, e pelos mais insignificantes lugarêjos e estradas, onde existião habitadores*”, nas palavras do seu presidente no tempo do cólera, João Gomes de Melo, o Barão de Maroim (1809-1890).⁷⁵

A geografia da morte colérica era ubíqua, donde o temor de uma população como se aguardasse a invasão de um “inimigo invisível”. Com carência de infra-estrutura de toda ordem, a pobre província amargou um suplício nosológico nunca visto nestas paragens.

Assim, o medo da peste, o terror dos mortos, o pavor e o preconceito contra os doentes, a fuga de autoridades, a angústia e a incerteza diante de uma moléstia de cura improvável, os rompimentos dos laços de solidariedade, os desarranjos no imaginário e

74. Conforme os dados oficiais da mortalidade expedidos pelo governo provincial, Propriá contou com 1.246 (mil duzentos e quarenta e seis) vítimas fatais no surto colérico de 1855/56. Muito embora, o presidente da província reconheça que muitos corpos foram enterrados nos campos, estradas ou abandonados, ficando insepultos, conforme informações das diversas autoridades sanitárias. Assim, ele declara ao seu sucessor a impossibilidade de apresentar “*um mappa estatistico exacto da mortalidade havida na Provincia durante o imperio do cholera*”, ou por negligência das autoridades, ou por ter sido “*consideravel o numero de cadaveres sepultados por pastos de engenhos, campos e estradas*”; MELO, João Gomes de (Barão de Maroim, 1809-1890). *Relatório com que foi entregue a administração da Provincia de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides pelo 1º vice-presidente da mesma Provincia o Exm. Snr. Barão de Maroim*. Aracaju: Tipographia Official, 1856. p. 36 e *passim*.

75. MELO, João Gomes de (Barão de Maroim). *Relatório com que foi entregue a administração da Provincia de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides pelo 1º vice-presidente da mesma Provincia o Exm. Snr. Barão de Maroim*. Aracaju: Tipographia Official, 1856. p. 01. (Misselânea - acervo da BPED, DS-1437).

no cotidiano; enfim, todos os estragos e embaraços por que passou a província no tempo do cólera, podem servir de reflexão na atualidade, pois o “assalto” ou a “invasão” por alguma epidemia ainda está presente, paradoxalmente, nas mentalidades nimiamente globalizadas e medicalizadas.

DISCURSO

FERNANDO RIBEIRO SOUTELO
Historiador

Palavras proferidas por Luiz Fernando Ribeiro Soutelo durante a abertura do “Projeto Mulheres do Século XX”, promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC) homenageando a Professora Maria Thétis Nunes. (Aracaju, 03 de abril de 2.001)

Constitui para mim um grande prazer, ou melhor, uma honra encontrar-me aqui nesta solenidade em que se homenageia uma figura ímpar do cenário cultural de Sergipe.

Refiro-me à mestra Maria Thétis Nunes, a Prof^a. Thétis, como a conhecemos.

Cabe-me destacar a sua passagem pelo Conselho Estadual de Cultura, onde viveu uma parte da sua vida pública.

Antes de fazê-lo, quero lembrar a primeira vez em que estive com a Prof^a. Thétis. Vivíamos o ano de 1967, não lembro o mês. Naquele tempo, o período pós-64, duas entidades culturais marcavam a vida aracajuana: a Associação Sergipana de Cultura e a Editora Jovens Reunidos.

A primeira – ASC, fundada em 1966 por um grupo de jovens idealistas que se reunia nos dias de sábado e domingo, para uma troca de idéias, a discussão de temas da Cultura. Ouvíamos palestras, promovíamos exposições de Artes Plásticas, caravanas de Cultura.

A segunda, a Editora Jovens Reunidos – a JOVREU, fundada por um grupo que se separou da ASC, além daquelas atividades já referidas, editava uma revista “*Arte de Jovens*”. Que ousadia! Sustentávamos este veículo com nossos próprios recursos, sem necessidade de contarmos com o beneplácito dos órgãos oficiais – creio mesmo que na estrutura da Secretaria da Educação e Cultura não existia qualquer órgão ligado à área, o que aconteceria apenas em 1967 e 1970, quando das criações do Conselho Estadual de Cultura e do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico. Quando muito, um grande homem público de Sergipe, de quem tive a honra de ser oficial de gabinete na Prefeitura Municipal de Aracaju, o Economista José Aloísio de Campos, então Secretário-Executivo do CONDESE, cedia-nos uma resma de papel e alguns estênceis ou permitia-nos rodar o material nos mimeógrafos do CONDESE.

Foi nesta quadra da vida que mantive meu primeiro contato com a Prof^a. Thétis, recém-chegada da Argentina, onde dirigira o Centro Brasileiro em Rosário. Num sábado qualquer, juntos fomos a São Cristóvão, onde ela proferiria – a convite de Djaldino Mota Moreno, Presidente da JOVREU - uma palestra sobre a conquista de Sergipe.

Creio que ela se lembra disto e que aqueles jovens idealistas, como o são todos os jovens, naquela tarde / noite tinham, além do carinho de recebê-la, apenas um prato de sopa e alguns biscoitos doces com que saciaríamos o estômago. Pouco importava a comida, a nossa fome era outra: a do espírito.

Não importava a comida, importava, isto sim, o fazer cultural, dela e nosso, o compromisso de levar uma ação às várias comunidades do nosso Estado.

Este é o meu primeiro quadro.

Vamos ao segundo.

Depois de ter pensado em ser advogado, razão pela qual não fiz o então curso científico (estudar Matemática, Física e Química me assustava), decidi (1967) fazer vestibular para Economia. Apro-

vado, tive o ensejo de reencontrar a mestra, regendo com proficiência a cadeira de Geografia Econômica Geral e do Brasil.

Recordo, cara mestra, as aulas que ouvi, no distante e tumultuado ano de 1968 – o de maio na França, com a revolução de Bendit – Cohen, o da Primavera de Praga, o da morte de Edson Luiz no Calabouço no Rio de Janeiro, o do AI – 5. Por suas palavras, sem medo de qualquer represália, acompanhávamos esses acontecimentos. Suas aulas transcendiam as quatro paredes da primeira sala (lado esquerdo) do prédio hoje ocupado pelo Museu do Homem Sergipano, ali na praça Camerino. Elas continuavam nas conversas tidas no pátio da Faculdade ou mesmo na sala dos professores.

Ali Maria Thétis inovava. Não se atinha aos recursos didáticos tradicionais. Um dos trabalhos, que fomos obrigados a cumprir, foi a leitura e um comentário sobre “*Geografia da Fome*”, de Josué de Castro. Logo éramos obrigados a ler também “*Terras do sem fim*”, de Jorge Amado.

Na vida dos personagens, nas relações econômicas e sociais gestadas pelo ciclo do cacau estudávamos Geografia Econômica e compreendíamos que a Literatura é fonte inesgotável para o conhecimento de nossa realidade.

Ela, que assim compreendia, assim nos fazia compreender.

Ali, na sala de aula da Faculdade de Ciências Econômicas, iniciava-se um influência importante na minha vida. Eu sou produto de muitas influências: umas masculinas – meu Pai, meu avô Elmano, meu tio Renato, Prof. Aloísio Campos e Prof. José Cruz; outras femininas: minha Mãe; minhas avós Josepha e Belinha, Prof^a. Rosália Bispo dos Santos, minha prima Norma Reis (também mestra de Francês), e a também querida mestra Thétis Nunes.

A todas estas pessoas devo um pouco.

Com estas palavras, encerro o meu segundo quadro e logo tomo o pincel e começo a tracejar o terceiro e último, o fulcro da minha exposição, a razão de encontrar-me aqui, dividindo com Maria Nely dos Santos a responsabilidade de evidenciar a vida e a obra de Maria Thétis Nunes, a menina que um dia quis ser trapezista de

circo porque este, indo de cidade em cidade, lhe proporcionaria viajar, conhecer novos lugares, manter contato com outras pessoas, viver outros universos culturais.

Creio mesmo que com este desejo estava definindo-se uma das características de sua vida: a de viajante.

Em 3 de maio de 1982 chegava Maria Thétis Nunes ao Conselho Estadual de Cultura, designada para um mandato de seis anos. Vinha integrar o Colegiado, onde encontraria amigos, colegas da Universidade Federal de Sergipe e ex-alunos, como era o meu caso, depois de uma longa experiência de vida, haurida em suas andanças por este mundo afora, como professora no Ateneu Sergipense e na UFS, como integrante de uma das turmas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, onde foi assistente de Cândido Mendes, como Museóloga formada pelo Curso de Museologia do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, como Diretora do Centro de Estudos Brasileiros em Rosário na Argentina, na presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe justamente numa fase em que, se tendo perdido a presença física de Epifânio Dória, a entidade passava por uma crise profunda.

Logo ao ser empossada, ao agradecer a sua nomeação, fazia sua profissão de fé na cultura e na liberdade quando dizia:

«Acredito numa cultura voltada para o homem. A cultura alicerçada na liberdade. Uma cultura livre».

No Conselho, segundo as atas que compulsei para traçar o seu perfil naquela casa, que se inicia no dia de sua posse e termina, formalmente, quando termina o seu último mandato, a 12 de abril de 1994, ela desenvolve seu labor com religiosidade, com precisão matemática: interfere nas discussões, emite pareceres, 3 para ser mais exato – não se estranhe tão pequeno número porque, tendo sido eleita Vice-Presidente para o período 1983/1985, renovado para o imediato, cabia-lhe presidir as Câmaras - de Letras e Artes e Ciências e Patrimônio Histórico e Artístico, não sendo obrigada a relatar processos – faz sugestões e propostas, como a da publicação das obras esparsas de José Calazans e de uma reedição revista e anotada da “História de Sergipe”, de Felisbela Freire.

É da sua lavra, num único documento, o parecer que sugere o tombamento dos prédios da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do seu anexo, da mansão Rollemberg, do prédio da praça Fausto Cardoso (esquina da rua Pacatuba com a travessa José de Faro), de um conjunto de imóveis comerciais na avenida Otoniel Dória, da casa residencial na rua Itabaiana nº 876, da mansão Augusto Leite.

Sei mesmo da sua frustração, porque fui o único a acompanhar o seu voto, quando viu excluído da relação o tombamento da casa da Praça Fausto Cardoso, e quando o então Governador Antônio Carlos Valadares não acolheu o parecer do Conselho favorável ao tombamento da casa do Dr. Augusto Leite.

Sua atuação no plenário e nas câmaras, registrando fatos culturais no Estado e no Brasil, os lançamentos de obras importantes, é marcante, demonstrando que ela acompanhava o dia-a-dia do fazer cultural entre nós.

Logo seria eleita Vice-Presidente (1983/1985) e reeleita para o mandato seguinte. Antes do fim deste, diante da minha renúncia, face a proximidade do término da possibilidade legal da minha presença no Colegiado, assume ela a presidência do Conselho.

Lembro bem que, ao discursar assumindo a presidência que eu fiz questão de passar-lhe solenemente, na presença de todos os Conselheiros e dos funcionários, durante a última sessão a que presidi (16 de dezembro de 1986), ela afirmava que se sentia como Sarney que, pensando viver dias de tranqüilidade no exercício da vice-presidência, fora chamada a ocupar um cargo de primeira plaina.

Sua passagem pela presidência do Conselho, iniciada em 1986 e renovada sucessivamente em 1987 por três mandatos, seria marcada por momentos importantes como a reorganização da sua lei fundamental, a defesa intransigente de um espírito de sergipanidade, entendida esta como “*um conjunto de qualidades próprias, facetas caracterizadas, aspectos específicos*”, a crença no “*triufo da cultura nacional*” como fator da “*consolidação do Bra-*

sil dos nossos sonhos, desse Brasil novo, democrático, tentando solucionar os problemas graves que atormentam nossa gente, após dois decênios de obscurantismo e autoritarismo”.

Assim, como vemos, para Thétis Nunes a cultura não é ornamento social. É antes de tudo uma ferramenta de mudança. E nesta posição, ela é isebiana.

Sobre o período, Antônio Ponciano Bezerra diz-nos:

“o que nos deu e nos dá de lição: 12 anos de resistência, de luta, de conquista no campo de clima avesso e não raro mal-intencionado no que diz respeito à construção de uma política cultural que, minimamente, atenda às potencialidades do Estado”.

Sei que o Conselho foi marcado pela sua presença. Longe de ser cooptada pelo Poder Público, Maria Thétis deu, ao lado de muitos, ao CEC uma dignidade e até uma certa liberdade de ação, dentro – evidentemente – das limitações que a lei fixa para os colegiados. Hoje muitos dos procedimentos ali adotados o foram, pela primeira vez, em sua gestão.

Mas sei também que o Conselho marcou a sua vida. Não apenas no plano cultural, mas também no plano pessoal. E isto se faz sentir ainda hoje quando, não mais integrando o colegiado, ela ali está todas as terças e quintas-feiras, a partir das 15,30 h (até o final do expediente). É o momento do reencontro com companheiros e amigos. É o momento em que ela se abre para comentar os fatos mais diversos, políticos, econômicos, sociais e culturais. São muitas vezes verdadeiras aulas de vida. Ali mesmo, ela pode fazer confidências pessoais porque sabe que jamais qualquer assunto sairá daquelas quatro paredes.

Para finalizar eu digo que não compreendo sua passagem pelo Conselho senão como uma etapa a mais na sua vida. Ela é seguimento de todo um passado que se iniciou quando transpôs os limites da serra de Itabaiana, “*a mais bela e altaneira serra do mundo*”,

e deu os primeiros passos no sentido do futuro, quando, ainda uma universitária, concorreu à cátedra de História do Ateneu, exerceu a direção deste estabelecimento de ensino, andou pelo Rio de Janeiro, cursando o ISEB e Museologia no Museu Histórico Nacional, pela Argentina, difundindo a Cultura Brasileira em Rosário ou ensinando em universidades daquele país, exercendo a cátedra na Universidade Federal de Sergipe, presidindo o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, participando de congressos e seminários por todo este Brasil.

Em tudo e em todos os lugares ela traz marcas profundas: a sergipanidade, o amor à liberdade, sem a qual a Cultura que viceja tem o cunho do autoritarismo, o respeito pelos outros e, sobretudo, o amor às causas que se dedica.

Obrigado, Maria Thétis Nunes.

Páginas de
saúde



O HISTORIADOR PROFESSOR JOSÉ CALAZANS (14/7/1915, ARACAJU – 28/5/2001, SALVADOR)

MARIA THÉTIS NUNES
Historiadora

“Baiano sem deixar de ser sergipano”, como ele próprio se definiu, José Calazans destacou-se como professor, historiador e folclorista. Seguindo o destino de tantos sergipanos em procura de horizontes mais largos, buscou Salvador. A Bahia o acolheu com carinho, oferecendo-lhe a oportunidade de ocupar postos relevantes, por ele desempenhados com a inteligência, cultura e senso de responsabilidade que o caracterizavam. A Universidade Federal da Bahia, o Conselho Estadual de Cultura, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a Academia de Letras da Bahia, foram, entre outras, instituições marcadas por sua presença, não só como integrante mas no exercício de cargos de direção que exerceu.

Nunca esqueceria, porém, a terra natal, a ela preso por laços de família e pelo interesse com que acompanhava a vida sergipana e o estímulo dado aos conterrâneos que o procuravam.

Professor por vocação e idealismo, no magistério sergipano e baiano destacou-se pela cultura e qualidade didáticas com que trans-

mitia aos alunos (e eu fui um deles) os conhecimentos da História do Brasil, sua especialidade. Seus ex-alunos ainda relembram as aulas agradáveis, animadas, dadas dentro das modernas técnicas pedagógicas.

Historiador, José Calazans, pesquisando os arquivos nacionais e locais, fez ressurgir o interesse pela história de Sergipe que desaparecera após a morte de Carvalho Lima Júnior, Manuel dos Passos, Clodomir Silva, Armino Guarana, entre outros historiadores do passado sergipano. *Aracaju, contribuição à História da Capital de Sergipe* – tese para o concurso à cátedra da antiga Escola Normal em 1942 - continua sendo importante estudo interpretativo da origem da capital sergipana em 1855. Seguiram-se outros estudos elucidativos da história de Sergipe, destacando-se *Fausto Cardoso e a Revolução de 1906, Introdução ao Estudo de Historiografia Sergipana*, *Brício Cardoso e o ensino Normal em Sergipe*, *Subsídios para o Cancioneiro histórico de Sergipe*, trabalhos esparsos em jornais e revistas que foram publicados, em 1992, pelo Governo do Estado de Sergipe sob o título de *Aracaju e outros temas sergipanos*, englobando *Aracaju – Contribuição à História da Capital de Sergipe*, tese do concurso.

À historiografia baiana considerável foi sua participação, estando em primeiro plano os trabalhos sobre a epopéia de Canudos e a atuação de Antônio Conselheiro. O folclorista, que ele era, contribuiu para trazer à História elementos originais importantes da tragédia de Canudos, a partir de *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus*, publicado em 1950, *A Guerra de Canudos na Poesia Popular* (1952), *O Sebastianismo no Folclore de Canudos*, *ABC de Canudos*, *Canudos na Literatura de Cordel*, *No tempo de Antônio Conselheiro*, *Canudos – Origem e desenvolvimento de um Arraial Messiânico*, *Antônio Conselheiro Construtor de Igrejas e Cemitérios*, *Antônio Conselheiro e a Escravidão*, *Os Jagunços de Canudos*, *Quase Biografias de Jagunços*, *Aparecimento e prisão de um Messias*, *Notícias de Antônio Conselheiro*. Completam estes trabalhos *Algumas Fontes dos Sertões*, *Euclides da Cunha nos Jornais da Bahia*, *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes*, *Fávila Nunes, Repórter em Canudos*.

Torna-se imprescindível que algum órgão cultural reúna estes valiosos trabalhos, em livro, para divulgação desta página significativa da história brasileira, que foi o episódio de Canudos.

Estas publicações de José Calazans contribuíram para despertar o interesse dos historiadores nacionais e estrangeiros pelos acontecimentos ocorridos nos sertões baianos na última década do Século XIX, e da publicação de trabalhos sobre a tema, destacando-se o livro do famoso romancista peruano Vargas Llosa, *La Guerra del fin del mundo*, publicado em 1981, no qual a influência de José Calazans é visível desde a trova que marca a introdução do texto:

O Anti-Cristo nasceu
Para o Brasil governar
Mas aí está o Conselheiro
Para dele nos livrar

Outros trabalhos, lamentavelmente a maioria dispersa em jornais e revistas, sobre a história da Bahia legou José Calazans, como *A Revolução de 1930 na Bahia*, *Bahia primeira capital do Brasil*, *Lulu Parola e os acontecimentos políticos de 1881*, *A Faculdade Livre de Direito e sua História*, *Juarez Távora na Bahia*, *Demóstenes Madureira do Pinho*, e o livro, um dos seus últimos trabalhos, *Miguel Calmon Sobrinho* e sua época publicado em 1991, retratando um momento importante da história da Bahia.

“Para escrevê-lo, efetuou, por vários anos, cuidadosas pesquisas em documentos, especialmente os constantes dos arquivos do Banco Econômico, dos pessoais da família do biografado. O livro é de valor inestimável para todos os baianos e, em particular, todos aqueles que pretendem estudar a Bahia do século XX; desde que a maior parte das informações e apreciações nele contidas se referem ao período da vida de Miguel Calmon sobrinho – 1912 a 1967”, na afirmação Walmir Freitas Oliveira em *Cinqüenta anos de Vida Literária de José Calazans*.

É valioso sobretudo, pela originalidade, o trabalho *Folclore Geohistórico da Bahia e seu Recôncavo* publicado em 1970.

Cumprе ressaltar a importância que José Calazans concedeu “a gente humilde, que lutou, matou e morreu na guerra fratricida

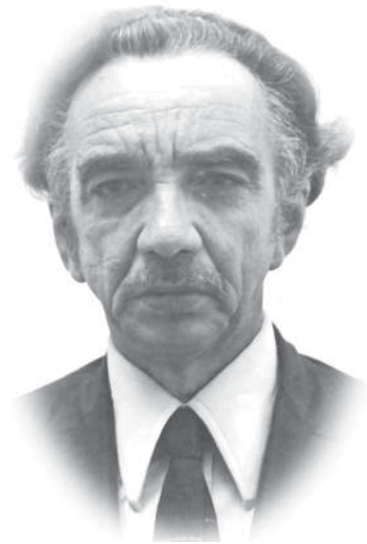
de Canudos” dentro de sua compreensão que “os vencidos também merecem um lugar na História. Precisam desfrutar da situação definida do “quem era quem”.

Como bem escreveu Fernando da Rocha Peres, “gente humilde da guerra de Canudos, muitos dos quais restariam anônimos, aparece na cena e na contracena do sertão tumultuado, através do estilo agradável e fluente do Prof. Calazans, o qual nos aproxima e nos envolve com “os seguidores do Nosso Pai Conselheiro”.

Um dos aspectos mais importantes da obra de José Calazans sobre Canudos, por sua originalidade, tendo passado despercebido aos estudiosos da atuação de Antônio Conselheiro, é considerá-lo um abolicionista, escrevendo em *Antônio Conselheiro e a Escravidão*: “tendo pregado mui provavelmente, nos seus conselhos, a favor da libertação dos escravos, donde talvez, haver sido considerado, pelo governo da Bahia, em 1887, um homem perigoso, que andava “pregando doutrinas subversivas entre as populações que percorre”.

Compreendia José Calazans que Antônio Conselheiro não foi apenas um pregador religioso, também revestia suas pregações de assuntos de ordem política e social, argumentando acertadamente: “Poderia Antônio Conselheiro, indiscutivelmente um autêntico líder dos sertões, ter congregado, em torno de sua singular figura de peregrino, tantos seguidores se não fosse portador de uma mensagem a respeito da escravidão e da monarquia, os dois maiores problemas do seu tempo?”. Após o treze de maio, os escravos libertos “iam procurá-lo como uma salvação”, e por ele eram acolhidos, provocando a denúncia dos senhores de terra da região, destacando o contingente de ex-escravos, na região de Canudos, contribuindo para o desenvolvimento da revolta em torno do Conselheiro “com seus sequazes dentre estes soldados e desertores, de diversos Estados e o povo 13 de maio que é a maior parte”.

Ser amigo era a grande característica humana de José Calazans. Poucas pessoas têm a sua capacidade de fazer amigos e conservá-los como ele possuía. Amigos espalhados pelo Brasil e pelo mundo, que a ele se referem com entusiasmo e ternura, e lamentam sua morte.



O POETA EUNALDO COSTA¹

LUIZ ANTÔNIO BARRETO
Jornalista / Acadêmico

Morreu Eunaldo Costa, poeta e acadêmico, homem de biografia bem vivida, personagem de um tempo morto. Morreu lutando contra a doença impiedosa. Finalmente abatido, prostrado para as despedidas, ouviu o elogio dos versos que fez, dos livros que publicou, do exemplo que deixa para as novas gerações sergipanas. Nos últimos meses vários intelectuais morreram, deixando um vazio perturbador, como Antônio Garcia Filho, Núbia Marques, Dom José Brandão de Castro, Luiz Rabelo Leite, para citar apenas alguns, todos aliás integrantes da Academia Sergipana de Letras. No Sodalício acompanha-se, com preocupação, o estado de saúde de outros intelectuais, vergados pelo tempo, ou consumidos pelas moléstias destruidoras.

Caixeiro Viajante e nesta profissão colega do poeta José Sampaio, o Bisuca, com quem cruzou nos caminhos sergipanos, com pesados mostruários, emalados, para atualizar as modas e os usos. Falta fazer,

na história cultural do Estado, o inventário desse ofício velho, atraente, do comércio de produtos representados, viajados por todo o interior, pelos Caixeiros. José Sampaio deixou manuscritos em papel de embrulho, poemas feitos na inspiração mais próxima, enquanto abria o mostruário das coisas e anotava os pedidos de compras. Eunaldo Costa foi, também, funcionário público federal, atuando nos antigos Correios, de onde saiu, redistribuído, para outra repartição governamental, onde conseguiu aposentar-se.

Poeta por vocação e por opção, Eunaldo Costa não negou, nunca, as influências recebidas do colega José Sampaio e, mais tarde, do genial Santos Souza, o artífice da mais elaborada obra poética sergipana, com seu orfismo próprio, original, de bela linguagem. O poeta morto, portanto, teve bons parceiros e inspiradores, fixando as influências ao longo de sua obra, iniciada na década de 50, período emblemático para a poesia sergipana: a morte de Sampaio, o início das publicações de Santo Souza.

Acadêmico da Academia Sergipana de Letras, Eunaldo Costa não teve ingresso fácil naquela Casa de Letras. Houve reação inicial ao seu nome, menos como julgamento da sua obra, mas pelo preconceito que, vez por outra, marca a história das instituições de cultura. Prevaleceu, no final, o bom senso, a justiça do reconhecimento dos méritos, inegáveis, do poeta. Intelectuais como Garcia Moreno deu o aval do ingresso acadêmico, em julho de 1971, na Cadeira 21, que tem como Patrono Caldas Júnior, e que era ocupada por Maurício Cardoso. Ao entrar na Academia, Eunaldo Costa tinha dois livros conhecidos e bem recebidos pela crítica: *Poemas da Noite*, de 1958 e *Cadernos de Ritmos*, de 1960, além de uma presença constante na imprensa diária de Aracaju. Depois vieram outros livros, como *Caminhos da Madrugada*, em 1974, *Signo*, em 1980, que consagraram sua biografia de poeta. Pouco antes de morrer, Eunaldo Costa publicou *Água Boa*, espécie de canto do cisne, que embora não acrescente, esteticamente, muita coisa, serve para reforçar o compromisso do artista com sua arte, como havia feito, antes, com o livro de poesias escolhidas, ***Arca do Som***, de 1997.

Eunaldo Costa abraçou a causa da Eubiose, integrando a Sociedade Brasileira, que anualmente realiza os seus encontros em São Lourenço, Estado de Minas Gerais. Com formação espiritualista e forte pendor para os assuntos esotéricos, Eunaldo Costa descobriu na Eubiose, movimento filosófico do século XIX, identificado com “a arte do bem viver”. Suas constantes viagens, seus contatos com as figuras mais expressivas do movimento deram ao poeta um rumo filosófico que, em certa medida, incorporou à poesia. Seu poema Filosofia é um exemplo:

“A noite veio ligeira,
Me abraçou, chorou no meu ombro,
E, depois, cansada, foi dormir
Num canto da calçada,
Se casando, assim, com o silêncio,
Tão pequena que parecia que não existia.
Quando ela acordou, não era mais noite
- Era filosofia”.

A morte de Eunaldo Costa empobrece a literatura sergipana e abre mais um vazio na Academia Sergipana de Letras. Quanto ao primeiro, ao empobrecimento, o que se espera é que os jovens poetas, que procuram a melhor dicção para o domínio da linguagem e da comunicação que é exigência da arte, divulguem seus textos, mostrem qual a nova cara da poesia sergipana. No caso da vacância acadêmica sabe-se, antecipadamente, que é grande o número de pretendentes ao convívio imortal das letras. São duas, agora, as vagas, a deixada por Luiz Rabelo Leite e, a mais recente, decorrente da morte de Eunaldo Costa. O poeta Estácio Bahia, professor baiano radicado em Sergipe, o jornalista Benvindo Sales de Campos Neto e o padre Claudionor de Brito Fontes são alguns dos candidatos declarados às vagas da Academia Sergipana de Letras.



FERREIRA NETO, UM BAIANO SERGIPANIZADO

LUIZ ANTÔNIO BARRETO
Jornalista / Acadêmico

Manoel Ferreira da Silva Neto, militar, advogado, filantropo, baiano de Nouva Soure, onde nasceu em 1º de junho de 1901, sergipanizou-se na vivência em Aracaju, onde chegou em 1928, para servir no 28 Batalhão de Caçadores. No ano do seu centenário de nascimento as famílias publicaram o livro *“Ferreira Neto, um homem verdadeiramente justo”*, com textos jurídicos, correspondências e discursos organizados por Maria Angélica Sobral Ferreira. Além de missa especial, celebrada no dia 1º de junho, praticamente nada lembrou a figura ilustre do centenariante, com sua destacada presença e atuação em Sergipe, terra que tomou como sua e de sua família.

Os materiais reunidos no livro fazem justiça ao autor e ao título, pois revelam, especialmente no processo envolvendo o dr. Otávio do Espírito Santo, a defesa de causas que o tempo ocultou, mas que encerram traços reveladores da vida sergipana. Como advogado, Ferreira Neto soube defender, com ardor de amigo, uma pessoa injustiçada, vítima de sórdida acusação e que a tudo enfrentou com

dignidade, afirmando inocência, esperando, longamente, pela reparação dos danos. O caso do dr. Otávio do Espírito Santo, demitido em 27 de março de 1931 da direção do Instituto Coelho e Campos, hoje SENAI, e de professor de Desenho do Atheneu, sob a acusação de desfalque no citado Instituto, foi dos mais aberrantes, decorrente de um novo poder instalado em Sergipe em outubro de 1930, quando a revolução depôs o presidente do Estado Manoel Dantas.

Otávio do Espírito Santo, nascido em Aracaju em 1900, engenheiro mecânico, professor e jornalista, casado com a também professora Micol Gueiros Santos, recebeu formação nos Estados Unidos, atuou na política ao lado de Manoel Dantas e Leandro Maciel, sendo nomeado, em novembro de 1926, Diretor do Instituto Coelho e Campos, e, em 1927, regente interino da cadeira de Desenho do Atheneu, para onde fez concurso e foi nomeado em 1928. A denúncia, a prisão, a fuga, o retorno à prisão, o processo, a reintegração e o recomeço de vida do dr. Otávio do Espírito Santo é uma página que deve ser conhecida das novas gerações, como um exemplo de injustiça, de perseguição, de fraqueza, e de vingança, como linchamento moral.

O livro com os textos de Ferreira Neto mostra, também, sua preocupação com a exploração mineral, já em 1948, ao defender a construção de um Porto e a mineração das reservas de salgema e de potássio, ao lado da instalação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, que começaria a operar em 1952. A defesa de Aracaju, como porto para Paulo Afonso, foi embasada em dados irrefutáveis, como ponto de luta de Sergipe, pela sua classe política e pelas forças empresariais, como a Associação Comercial de Sergipe, que Ferreira Neto representava, em discurso no Palácio do Governo, em julho de 1948, perante o governador José Rollemberg Leite e saudando parlamentares que excursionavam pelo nordeste.

Há, em todo o livro com os escritos de Ferreira Neto, coerência política, a começar pelo louvor à tradição de inteligência de Sergipe, identificada nas figuras de Tobias Barreto e de Sílvio

Romero, seguindo a disposição à luta, evocando Fausto Cardoso, depois a definição própria, de católico progressista, a amizade com Leandro Maciel e com Orlando Dantas, enfim o sentimento incontido de amor e de dedicação à terra sergipana. Um exemplo que é raro, porque sem qualquer interesse escuso, sem qualquer proveito pessoal. O que houve foi uma integração do homem com a terra e com a gente sergipanas, realizada do melhor modo, e quem saiu ganhando foi o Estado, pela contribuição lúcida, qualificada, duradoura.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, casa a qual o dr. Ferreira Neto serviu com zelo e competência, foi fundado em 1912, contando com o prestígio e o apoio das autoridades estaduais, para ser uma casa destinada a reunir os materiais da cultura sergipana. Os 90 anos do Instituto dependeram de homens abnegados, como Epifânio Dória e de dezenas de dirigentes, como a atual presidente, a professora e escritora Maria Thétis Nunes. É verdade que o Instituto perdeu prestígio, perdeu apoio e vive, exclusivamente, dos poucos sócios e dirigentes, por isto mesmo não pode ignorar a benemerência de homens como o dr. Ferreira Neto, administrando ou participando da responsabilidade colegiada de manutenção da casa.

Presidir o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe é do que ocupar uma posição destacada na gestão cultural da sociedade é assumir, voluntariamente, um papel de salvaguarda, na organização e manutenção de acervos que servem para as consultas, pesquisas, como fontes do conhecimento histórico. Tem sido graças a homens como o dr. Ferreira Neto, como Urbano Neto, como José Garcez Dória, e tantos outros que tornaram possível a sobrevivência, quase centenária, de uma instituição eminentemente cultural, com presença marcante e destacada na vida sergipana.

Ferreira Neto completou o biênio 1955/57, substituindo a Enock Santiago, que morreu no início de 1957 e foi eleito, duas vezes, presidente do IHGS, para os biênios 1957/59 e 1959/61, mantendo a tradição da casa, os compromissos para com o passado e, ao mesmo tempo, para com as novas gerações, como guardião de objetos, documentos, livros, material iconográfico, obras de

arte, manuscritos, fósseis e outros acervos, recolhidos e reunidos ao longo do tempo. Além da publicação da revista, e do funcionamento do auditório como espaço cultural, sediando encontros, congressos, seminários, formaturas, assembléias cívicas, reuniões culturais.

Ferreira Neto um homem verdadeiramente justo, livro elaborado por Maria Angélica Sobral Ferreira é um tributo igualmente justo, à memória de um brasileiro da Bahia, feito sergipano pelos méritos do apreço e do afeto à terra.

SÓCIOS FALECIDOS

José Brandão de Castro – Bispo Católico

Luiz Rabelo Leite – Desembargador/ Acadêmico/Professor

Eunaldo Costa – Poeta

Stefânio Faria Alves – Advogado/Jornalista

José Rosa de Oliveira Neto – Advogado/Jornalista

Lucilo da Costa Pinto – Médico

José Machado de Souza – Médico

Hercílio Cruz – Médico

João Alves Bezerra – Político

Carlos Cabral de Andrade – Engenheiro

José Calazans Brandão da Silva – Historiador/Professor

Luiz Garcia – Político/Advogado/Professor

João de Andrade Garcez – Dentista/Professor

Walter Cardoso – Médico/Professor

Oswaldo da Cruz Leite - Médico

ÍNDICE DA REVISTA DO IHGS (1913 – 1999)
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
ÍNDICE GERAL DA REVISTA 1913-1999

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
MENEZES, Florentino Teles de	Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 7	1	1	1913
	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 9-12.	1	1	1913
	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p.13-15.	1	1	1913
	Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p.16-23.	1	1	1913
SAMPAIO, Prado MELO, João da Silva	Palavras de Início p. 24-25.	1	1	1913
	Discurso p. 26-30.	1	1	1913
	Inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 31-33.	1	1	1913
GUIMARÃES, Moreira	Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico, p. 34-42.	1	1	1913
GUARANÁ, Armino	1º Jornal de Sergipe, p. 43-45.	1	1	1913
FERNANDES, José Antônio	Informações sobre a Província de Sergipe em 1821, p. 46-50.	1	1	1913
	Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 51-56.	1	1	1913
	Atas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. p 57-65.	1	1	1913
	Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 5	1	2	1913
SAMPAIO, Prado	Tobias Barreto de Menezes (O Philosopho), p. 9-17.	1	2	1913
BARRETONETO, Manuel Caldas	Homero de Oliveira, p. 19-20.	1	2	1913
LACERDA, F. Nobre de	Serviço de informações e divulgação, p. 21-29.	1	2	1913
COSTA FILHO, Luís José da	Um paralelo Histórico entre a força e o direito, p. 31-35.	1	2	1913
GUARANÁ, Armino	Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, p. 37-41.	1	2	1913
MONTALVÃO, Elias	Rio Real, p. 43-45.	1	2	1913
TELES, Manoel dos Passos de Oliveira	Aracaju: suas origens, seu provável futuro, p. 47-51.	1	2	1913
	Relação dos Candidatos que têm governado a província de Sergipe, desmembrada da Bahia por Decreto lei de 08 de julho de 1820, desde sua instalação até 1889, p. 52-61.	1	2	1913

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
	Relação dos presidentes do Estado de Sergipe, desde a proclamação da República até hoje, p. 61-65.	1	2	1913
	Os Presidentes do Tribunal da Relação de Sergipe, p. 66	1	2	1913
	Diário da Manhã Aracaju-1913. Preciosa dádiva do IHGS (busto em Bronze), p. 69-70.	1	2	1913
	Estado de Sergipe de 16 de julho de 1913. Busto em Bronze do Exmº Sr. General Siqueira Menezes (inaugurado no dia 14 de julho), p. 71-89.	1	2	1913
FREIRE, Felisbello.	Da Noite do Rio de Janeiro 24.09.1913. (O que a respeito informa Felisbello Freire), p. 91-94.	1	2	1913
GUIMARÃES, Moreira	Discurso Pronunciado pelo Deputado Sergipano Dr. Moreira Guimarães na seção de 12 de novembro corrente na Câmara Federal, p. 95-106.	1	2	1913
MONTALVÃO, Elias	Limites de Sergipe, p.107-108.	1	2	1913
	Crônica social – Diretoria do Instituto - Ano Social de 1913-1914, p. 109-110.	1	2	1913
	IHGS sessão de posse, p. 111-114.	1	2	1913
	Atas do IHGS, p. 115-127.	1	2	1913
	Sócios do IHGS, p. 129-135.	1	2	1913
	O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 3.	2	3	1914
	Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 7-8.	2	3	1914
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Limites entre Sergipe e Bahia, p. 9-48.	2	3	1914
JABOATAN, Antônio de Santa Maria	Novo Orbe Serafico Brasileiro, p. 49-58.	2	3	1914
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Biografia Marechal José Ignácio Acciooli de Vasconcelos Brandão, p. 59-63.	2	3	1914
Carvalho, José Pinto de	Apontamento, p. 65-70.	2	3	1914
MELO, João da Silva	Discurso, p. 71-75.	2	3	1914
SAMPAIO, Prado	Questão de limites Bahia-Sergipe: cartas dirigidas à redação do Correio de Aracaju, p. 77-80.	2	3	1914
	Documentos Inéditos, p. 81-96.	2	3	1914
	Diretoria do Instituto, p. 99-10.	2		
SAMPAIO, Prado	Sylvio Romero (o crítico), p. 103-108.	2	4	1914
CALDAS, Emygdio	Discurso, p. 109-114.	2	4	1914
MONTALVÃO, Rafael	Bahia-Sergipe (a Questão de limites), p. 115-127.	2	4	1914

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Monografia Histórica do Município de Itabayana, p. 128-149.	2	4	1914
FONSECA, Ignácio José Vicente da	Testamento, p. 151-152.	2	4	1914
COSTA FILHO, Luís José da	Theotonio Félix da Costa, p. 153-155.	2	4	1914
D'ALBUQUERQUE, Manuel Clemente Cavalcante et al.	Documentos inéditos, p. 157-185.	2	4	1914
FREIRE, Felisbello	A antiga vila de Santo Amaro das Brotas, p. 187-249.	2	5	1916
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Revolução de Santo Amaro, p. 251-296.	2	5	1916
GUARANÁ, Armindo	Glossário Etimológico dos nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe, p. 297-326.	2	5	1916
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Retificando o Lapso, p. 327-329.	2	5	1916
ALBUQUERQUE, Manoel Clemente Cavalcanti de	Testamento de Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque, 2º presidente da ex-província de Sergipe, p. 331-333.	2	5	1916
MACHADO, Manoel de Deus	Documentos Inéditos, p. 335-370.	2	5	1916
MENEZES, Florentino Teles de	Atas das Sessões do IHGS, p. 371-389. Diretoria do Instituto, p. 6	2 3	5 6	1916 1916
BARBOSA, Ignácio Joaquim	Falla, p. 7-44.	3	6	1916
TELES, Manoel dos Passos de Oliveira	Salve Aracaju, p. 45-53.	3	6	1916
SANTIAGO, Enock	O Dr. Ignácio Joaquim Barbosa e a cidade de Aracaju, p. 55-59.	3	6	1916
MACEDO, Antenor Liberato	Monumento ao Dr. Ignácio Barbosa, benemérito fundador desta cidade, p. 81-82.	3	6	1916
TRAVASSOS, Antônio José da Silva.	Apontamentos Históricos e Topographicos sobre a província de Sergipe, p. 83-122.	3	6	1916
MONTALVÃO, Elias	Pelo Direito e pela História de Sergipe, p. 123-146.	3	6	1916
SAMPAIO, Prado	Ethno-psychologia e Geographia Social Sergipana, p. 147-166.	3	6	1916
GUARANÁ, Armindo	Antônio Muniz de Souza, p. 167-181.	3	6	1916
DÓRIA, Epifânio	Pelino Nobre, p. 183-205.	3	6	1916

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
LIMA, Ávila	Psycologia de um Super-homem, p. 207-235	3	6	1916
SAMPAIO, Prado	Discurso, p.237-240.	3	6	1916
SAMPAIO, Prado	Discurso, p. 241-243	3	6	1916
PASSOS, Antônio Pereira	Documentos Valiosos, p. 245-251.	3	6	1916
	Documentos Inéditos, p. 253-261.	3	6	1916
	Atas das Sessões do IHGS, p. 263-291.	3	6	1916
	Página de Saudades, p. 293.	3	6	1916
	Diretoria do IHGS (1915-1916), p. 295-296.	3	6	1916
	Cadastro Social, p. 297-303.	3	6	1916
OLIVEIRA, José Alípio de	Lei n. 666, p. 305.	3	6	1916
ALMEIDA, Francisco Monteiro de	Lei n. 694, p. 307.	3	6	1916
ALMEIDA, Francisco Monteiro de	Lei n. 695, p. 309.	3	6	1916
ALMEIDA, Francisco Monteiro de	Lei n. 715, p. 311.	3	6	1916
SARMIENTO, Nicanor	Resolução n. 58 do Congresso Americano de Bibliografia e História de Buenos Ayres, p. 313.	3	6	1916
	Diretoria do Instituto, p. 5-6.	3	7	1917
	Monumento ao Dr. Inácio Joaquim Barbosa, p. 11-12.	3	7	1917
OLIVEIRA, Octavio.	General Manoel Prisciliano de Oliveira Valladão, p. 13-15.	3	7	1917
MELLO, Barão Homem de	Desembargador Manoel Caldas Barreto, p. 19.	3	7	1917
BARRETTO, Caldas	Almirante Amynthas José Jorge, p. 21-23.	3	7	1917
BARRETONETO, Manuel Caldas	Ata da abertura do sarcophago do Dr. Inácio Joaquim Barbosa, p. 25-26.	3	7	1917
COSTA FILHO, Luís José da	Monumento do Dr. Ignácio Joaquim Barbosa, p. 27-30.	3	7	1917
COSTA FILHO, Luís José da	Monumento ao fundador de Aracaju, p. 31-34.	3	7	1917
	Notícias da imprensa a respeito das festas da inauguração do monumento, p. 34-40	3	7	1917
SAMPAIO, Prado	Discurso, p. 40-44	3	7	1917
SANTIAGO, Enock	Dircurso, p. 44-48	3	7	1917

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
	Ata da sessão do Instituto em 17/03/1917, p. 49-64	3	7	1917
TELES, Manoel dos Passos de Oliveira	Discurso, p. 65-73	3	7	1917
COSTA FILHO, Luís José da	Francisco Ignácio Homem de Mello, p. 75-78.	3	7	1917
MELLO, Homem de	Conferência Proferida pelo Barão Homem de Mello, aos 17 de março de 1917, no IHGS, p. 78-89.	3	7	1917
	Notícias da Imprensa sobre as homenagens prestadas ao Barão Homem de Mello, p. 91-110.	3	7	1917
COSTA FILHO, Luís José da	Reminiscências e impressões do 5º Congresso de Geographia, p. 113-124.	3	7	1917
VALADÃO, Manuel P. de Oliveira	Estatutos do IHGS, p. 125-135.	3	7	1917
	Páginas de Saudades, p. 137.	3	7	1917
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe (1) capítulo I, p. 01-176.	4	8	1919
DEODATO, Alberto	Conferência proferida pelo acadêmico de Direito Alberto Deodato em 11 de março, p. 177-193.	4	8	1919
SAMPAIO, Prado	Discurso pronunciado na sessão do dia 15 de agosto de 1917 no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 197-201.	4	8	1919
COSTA FILHO, Luís José da	Breve memória histórica sobre a Revolução Pernambucana de 1817, p. 203-212.	4	8	1919
DÓREA, Rodrigues	Conferência, p. 213-250.	4	8	1919
SAMPAIO, Prado	Causa da Expansão Territorial e seus consectários jurídico-sociais, p. 251-268.	4	8	1919
LIMA, Ávila	Liga contra o analfabetismo no Brasil, p. 269-276.	4	8	1919
BARRETO NETO, Manuel Caldas	Relatório, p. 277-283.	4	8	1919
BARRETO NETO, Manuel Caldas	Relatório, p. 285-300.	4	8	1919
COSTA FILHO, Luís José da	Relatório, p. 301-312 .	4	8	1919
MACHADO, Manuel de Deus et al.	Documentos Inéditos, p. 313-352.	4	8	1919
GUIMARÃES, Moreira	Liga Sergipana contra o analfabetismo, p. 353-355.	4	8	1919
MAIA, Deodato.	Utilidade Pública Federal, p. 357-359.	4	8	1919
MENEZES, Álvaro Teles de	Atas de sessões, p. 361-378.	4	8	1919

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
	Votos, propostas, moções e indicações aprovados pelo Instituto durante os anos de 1916-1917, p. 381-393.	4	8	1919
	Sócios Fundadores, p. 395-396	4	8	1919
	Páginas da Saudade, p. 397.	4	8	1919
	O Decreto de 08 de julho de 1820, p. 09.	5	9	1920
	Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 11.	5	9	1920
	Vultos Históricos que há um século tomaram parte no movimento político da emancipação de Sergipe, p. 13.	5	9	1920
	As comemorações a propósito do 1º Centenário Emancipação Política de Sergipe, p. 17-25.	5	9	1920
BARRETO NETO, Manuel Caldas	Discurso pronunciado na sessão magna do Instituto Histórico em 08 de julho de 1920, p. 29-33.	5	9	1920
	Ata da sessão magna do dia 8/07/1920, p. 35-37.	5	9	1920
	Comissão Executiva das festas do 1º centenário da emancipação política de Sergipe, p. 39-41.	5	9	1920
	Sinopse Histórica, p. 43-48.	5	9	1920
COSTA FILHO, Luís José da	Um século de prática política, p. 51-53.	5	9	1920
GUARANÁ, Armindo	Biographia do Brigadeiro José Pereira Filgueiras, p.59-64.	5	9	1920
COSTA FILHO, Luís José da	O fundador da Imprensa sergipana, p. 67-68.	5	9	1920
SAMPAIO, Prado	A propósito de uma data, p. 69-71.	5	9	1920
	Stímula biográfica do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, p. 75	5	9	1920
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Frei José de Santa Cecília, p. 79-87.	5	9	1920
LEÃO, Hermenegildo	Professor MJ de Oliveira Campos, p. 89-93.	5	9	1920
	Capitão-mor Joaquim Martins Fontes, p. 97.	6	9	1920
ANDRADE, Helvécio de	A medicina em Sergipe durante um século, p. 99-117.	5	9	1920
DANTAS, Nyceu	A cirurgia dentária em Sergipe através de um século, p. 119-131.	5	9	1920
	Coronel Antônio Dias Coelho e Mello, p. 135.	5	9	1920
	Diocese de Aracaju, p. 137-138.	5	9	1920
	Synthese Intellectual, p. 139.	5	9	1920
COSTA FILHO, Luís José da	Tobias Barreto, Reformador e Patriota p. 141-142.	5	9	1920
MONTALVÃO, Elias	Sergipe: folhinha, p. 143-159.	5	9	1920
	Documentos Inéditos, p. 161-201.	5	9	1920
	Dr. José Teixeira da Matta Bacellar, p. 205.	5	9	1920
MACHADO, Pedro	Um século de evangelismo em Sergipe, p. 207-214.	5	9	1920

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
BARRETO NETO, Manuel Caldas	Relatório dos Trabalho e ocorrências durante o período social de 1917 a 1919. p. 215-226.	5	9	1920
	Actas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 227-254.	5	9	1920
	Página da Saudade, p. 255.	5	9	1920
	Cadastro social, p. 257-263.	5	9	1920
MELLO, Alfredo Pinto Vieira de	Decreto nº 14074 de 19 de fevereiro de 1920, p. 265.	5	9	1920
	Directoria actual do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 03-04.	6	10	1925
	Advertência Prévia, p. 07-08.	6	10	1925
GUIMARÃES, Moreira	Que é a História, p. 9-14.	6	10	1925
CHAVES, Vicente Lopes de Medeiros	Batalha de Tuiuti, p. 15-17.	6	10	1925
SILVA, Clodomir de Souza e	Recepção do Dr. Lopes Gonçalves, p. 18-30.	6	10	1925
MONTALVÃO, Elias	Qual rio que banha a cidade, p. 31-35.	6	10	1925
TELES, Manoel dos Passos de Oliveira	Parecer nº 1, p. 37-39.	6	10	1925
	Parecer nº 2, p. 41-81.	6	10	1925
	Graccho Cardoso, p. 83.	6	10	1925
	Governo de Sergipe, p. 85-89.	6	10	1925
	Directoria do Instituto, p. 91-92.	6	10	1925
SAMPAIO, Prado	Almirante Amyntas Jorge, p. 93-94.	6	10	1925
	Documentos Inéditos, p. 95-101.	6	10	1925
	Actas do Instituto, p. 105-113.	6	10	1925
SAMPAIO, Prado	Os nossos mortos, p. 114-115.	6	10	1925
	Directoria do Instituto, p. 3	6	11	1926
	Explicação necessária, p. 07.	6	11	1926
JORGE, Amintas. SILVA, Clodomir et SILVA, Sebastião.	Rio Sergipe, p. 09-12.	6	11	1926
	Pedro II, p. 13-14.	6	11	1926
BARRETO, J. Pereira	O Tiradentes, p. 15-60.	6	11	1926
SILVEIRA, João Estevão da	Conferência realizada em 24 de março de 1925, p. 61-72.	6	11	1926
SAMPAIO, Prado	Do Folclore sergipano e aspectos ethno-psychologicos de suas lendas, p.73-88.	6	11	1926
TELES, Manoel dos Passos de Oliveira	Do campo de uma batalha, p. 89-92.	6	11	1926
	Documentos inéditos da Biblioteca Pública, p. 93-112.	6	11	1926

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
ARAÚJO, Cap. Ten. Mário Diniz de	Riachuelo, p. 113-135.	6	11	1926
	Actas das sessões do Instituto Histórico, p. 137-149.	6	11	1926
SAMPAIO, Prado	Bibliographia, p. 161.	6	11	1926
	Diretoria do Instituto, p. 1.	7	12	1927
	A quem se deve esta Revista, p. 5-7.	7	12	1927
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Município e cidade de Simão Dias (notas históricas), p. 9-33.	7	12	1927
ANDRADE, Helvécio de	O Quatorze de Julho de 1789, p. 35-63.	7	12	1927
SAMPAIO, Prado	A poesia e os poetas sergipanos, p. 65-87.	7	12	1927
GUIMARÃES, Archimedes Pereira	O elogio de Dom Pedro II, p. 89-146.	7	12	1927
	Documentos inéditos da Biblioteca Pública, p. 147-168.	7	12	1927
	Actas das sessões do Instituto Histórico, p. 171-196.	7	12	1927
	Permuta de Publicações, p. 199.	7	12	1927
	Donativos de obras, p. 199-200.	7	12	1927
	Numerações de revistas, p. 200.	7	12	1927
	Página da Saudade, p. 201-202.	7	12	1927
	Diretoria do Instituto, p. 7	8	13	1929
	Merecida Homenagem, p. 8-11	8	13	1929
CARVALHO NETO	Pela história: um trecho do Sergipe ocidental, p. 13-66.	8	13	1929
FREIRE, Floro.	Brasil, p. 67-82	8	13	1929
TELES, Manoel dos Passos de Oliveira	Itabayana, p. 85-99.	8	13	1929
WYNNE, J. Pires	Palavras proferidas por J. Pires Wynne, poeta e jornalista conterrâneo, na sessão de 8 de julho de 1928, p. 101-102	8	13	1929
	Documentos inéditos da Biblioteca Pública, p. 105-110.	8	13	1929
	Atas das sessões do Instituto, p. 113-125.	8	13	1929
	Bibliografia, p. 127-130.	8	13	1929
	Página da Saudade, p. 131.	8	13	1929
	Diretoria do Instituto, p. 3.	9	14	1929
AMORIM, Annibal.	De Penedo à Cachoeira de Paulo Afonso, p. 7-27.	9	14	1929
CABRAL, Passos	Terra natal, p. 29-30.	9	14	1929
CARVALHO, João de Mattos Freire de	Uma tese de Direito Canônico, p. 33-79.	9	14	1929
WYNNE, J. Pires	Filosofia, p. 81.	9	14	1929
DANTAS JÚNIOR, J. C. Pinto	Capitão-mor João d'Antas dos Imperiais Itapicuru, p. 83-90.	9	14	1929
OLINO, Vicente	A História do Município de Santa Luzia, p. 93-101.	9	14	1929

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
	Documentos Inéditos da Biblioteca Pública, p. 103-111.	9	14	1929
LACERDA, Nobre de; SANTIAGO, Enoch.	Atas das sessões do Instituto, p. 113-124.	9	14	1929
	Bibliografia, p. 127-129.	9	14	1929
	Página da Saudade, p. 131.	9	14	1929
	Prefácio, p. I-II.	10	15	1939
CARVALHO, Eronides Ferreira de	Discurso, p. 01-05.	10	15	1939
CARDOSO, Hunald	Tobias Barreto, Sol sem eclipses, p. 07-34.	10	15	1939
PRATA, Gervásio	Discurso, p. 35-62.	10	15	1939
AMAZONAS, Joaquim	Discurso, p. 63-67.	10	15	1939
AMAZONAS, Joaquim	Discurso, p. 69-72.	10	15	1939
LEITE NETO, [Francisco]	Tobias Barreto: Filósofo e Jurista, p. 73-83.	10	15	1939
CARDOSO, Hunald	Traços de Auto biografia do Filósofo de Escada, p. 85-94.	10	15	1939
CABRAL, Mário	Elogio do Condor, p. 95-117.	10	15	1939
MONTEIRO, Exúpero	Tobias Barreto: O Poeta, p. 121-136.	10	15	1939
LIMA, João Dantas de Brito	Discurso, p. 137-141.	10	15	1939
SILVA, J. B de Lima e	Discurso, p. 143-146.	10	15	1939
FONTES, José Barreto	Discurso, p. 147-148.	10	15	1939
AMAZONAS, Joaquim	Discurso, p. 149.	10	15	1939
PEREIRA, Rivaldo	Tobias Barreto, vulto, p. 151.	10	15	1939
BARRETO, Luiz Antônio	Discurso, p. 153-155.	10	15	1939
COSTA, Gianeto Jofili Pereira da.	Discurso, p. 157-159.	10	15	1939
FIRPO, Maria Alice	Discurso, p. 161-163.	10	15	1939
SOBRAL, Carmem	Discurso, 165.	10	15	1939
OLIVEIRA, Rinaldo	Discurso, p. 167-170.	10	15	1939
MENEZES, Florentino Teles de	Discurso, p. 171-174.	10	15	1939
MELO, David	Discurso, p. 175-179.	10	15	1939
ANDRADE, Sigismundo	Discurso, p. 181-183.	10	15	1939
DUARTE, Góis	Saudação a Tobias Barreto, p. 184-186.	10	15	1939

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
DÓRIA, Epifânio	Sobe "O homem pêndulo", de Roberto Lira, p. 189-197.	10	15	1939
DÓRIA, Epifânio	No Pórtico, p. I-II.	11	16	1942
CASCUDO, Luiz da Câmara	Geografia de Sergipe no Domínio Holandês, p. 01-06.	11	16	1942
CALASANS, José	Aspectos da formação sergipana, p. 7-13	11	16	1942
BEZERRA, Felte	A Doutrina Possibilista em Geografia Humana, p. 15-19.	11	16	1942
BAHLIS, Jorge	Conferência, p. 21-24.	11	16	1942
CORRÊA, Zé	Vida Alheia, p. 25-26.	11	16	1942
REIS, João Dantas Martins dos	As Almas das Caraiabas - Um céu no Riachão - Resquício das Intituladas "Santidades", p. 27-28.	11	16	1942
KRUG, Edmundo	O Histórico das Nossas Superstições, p. 29-48.	11	16	1942
REIS, João Dantas Martins dos	O Tribunal de Apelação de Sergipe: de sua criação até 1941, p. 49-57.	11	16	1942
CARVALHO NETO	Sombras Perspectivas: A Iminência da Seca, p. 59-73.	11	16	1942
DÓRIA, Epifânio	A Biblioteca Provincial de Sergipe - Elementos para a sua História, p. 75-89.	11	16	1942
COSTA FILHO, Luís José da	Tobias Barreto, p. 91-95.	11	16	1942
	Atas das Sessões do Conselho do Governo da Província de Sergipe, p. 99-112.	11	16	1942
MONTALVÃO, José Esteves de	Escritura do Cachorro Morto, p. 113-116.	11	16	1942
DÓRIA, Epifânio	Para a História do Poço Verde: abaixo assinado, p. 117-120.	11	16	1942
FONSECA, Paulo Francisco da	Escritura de Poço Verde, p. 121-123.	11	16	1942
CARVALHO, Trajano José de	Traslado - Escritura de Doação, p. 125-126.	11	16	1942
CÊSAR, Pedro Augusto	Escritura de Doação, p. 127-129.	11	16	1942
	Atas das Sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de 1930 a 1940, p. 129-199.	11	16	1942
	Cadastro Social: em 31/12/1940, p. 201-208.	11	16	1942
	Página da Saudade, p. 209.	11	16	1942
	Diretoria do Instituto, p. 3.	12	17	1943
CALASANS, José	O Sentido Nacionalista do sete de abril, p. 05-08.	12	17	1943

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
DANTAS, J. Cupertino	A Revolta de Fausto Cardoso, p. 9-65.	12	17	1943
REIS, João Dantas Martins dos	Traços históricos da organização judiciária de Sergipe Província e Estado, p. 69-80.	12	17	1943
BORBA, Lauro	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 83-86. (geografia de Sergipe).	12	17	1943
NASCIMENTO, José Amado do	Uma História à moderna, p. 87-93.	12	17	1943
BEZERRA, Felte	Fronteiras, p. 97-102.	12	17	1943
CARDOSO, Humald	As bodas de ouro da instalação definitiva do egrégio Tribunal de Apelação de Sergipe, p. 103-111.	12	17	1943
LAGO, Laurênio	Brigadeiro Pedro Vieira de Melo, p. 112-114.	12	17	1943
AMADO, Gilberto	Discurso Pronunciado por Ocasião do Lançamento da Pedra Angular do Monumento ao Grande Sergipano em 25-04-934, p. 115-118.	12	17	1943
LIMA, Carvalho	Confraternização dos ex-alunos do Colégio Militar, p. 119-121.	12	17	1943
DANTAS, José Rodrigues	Testamentos, p. 122-130.	12	17	1943
SEBRÃO SOBRINHO	De rábula a capitão-mor, p. 131-136.	12	17	1943
	Atas das Sessões do Conselho do Governo da Província, p. 137-149.	12	17	1943
	Atas da Sessões do Instituto, p. 150-165.	12	17	1943
	Atas das Sessões do Instituto de 1942, p. 160-183.	12	17	1943
	Cadastro social, p. 184-192	12	17	1943
	Página de Saudade, p. 205.	12	17	1943
	Diretoria do Instituto, p. 3	13	18	[1945]
	Explicação necessária, p. 4	13	18	[1945]
LIMA, José Augusto da Rocha	Brício Cardoso, Professor e Filólogo, p. 5-18.	13	18	[1945]
CALASANS, José	Fausto Cardoso e a Revolução de 1906, p. 19-23	13	18	[1945]
BEZERRA, Felte	Rio Branco (o vulto - A Obra), p. 24-41.	13	18	[1945]
BORBA, Lauro	No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 42-46.	13	18	[1945]
PRATA, Gervásio	Discurso do Desembargador Gervásio Prata no Centenário de Santa Ana de Simão Dias, p. 47-56.	13	18	[1945]
RIBEIRO, Hélio José	A Dignidade e os Direitos da Pessoa Humana, p. 57-67.	13	18	[1945]
DÓRIA, Epifânio	Aracaju, p. 68-76.	13	18	[1945]
MATTOS, João Batista.	Gal. Aristides Armino Guaraná, p. 77-87.	13	18	[1945]

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
REIS, João Dantas Martins dos	Divisão Judiciária de Sergipe de Colônia e Estado, p. 88-96.	13	18	[1945]
SANTANA, Damião Mendonça de	Discurso, p. 96-111.	13	18	[1945]
BELO, Luiz de Oliveira	Dois de Julho, p. 112-129.	13	18	[1945]
AZEVEDO, Lúcio Pereira de	Testamento com que faleceu o Sargento-mor Dionísio Rodrigues Dantas, p. 130-135.	13	18	[1945]
AZEVEDO, Lúcio Pereira de	Testamento, p. 136-138.	13	18	[1945]
CARNEIRO, J. Magalhães	Fé de Ofício do Gal. Chaves, p. 139-146.	13	18	[1945]
GARCÉZ, Amintas Andrade	Atas das Reuniões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe ano 1943, p. 147-172.	13	18	[1945]
MENDONÇA, Iolando	Atas das Sessões Ordinárias do Diretório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe ano 1944, p. 173-194. .	13	18	[1945]
	Cadastro Social, p. 195-204.	13	18	[1945]
	Página de saudade, p. 205	13	18	[1945]
	Diretoria e Comissões Permanentes de 1945 a 1947 e de 1947 a 1949, p. 3-4.	14	19	1948
DÓREA, Epifânio da Fonseca	Discurso proferido por Epifânio da Fonseca Dória na cidade de Laranjeiras a 29 de dezembro de 1943, p. 5-11.	14	19	1948
MATOS, João Batista de	Discurso proferido por João Batista de Matos na entrega de uma placa comemorativa do 1º centenário, p. 12-16.	14	19	1948
CALASANS, José	Discurso pronunciado, em 23 de outubro de 1946, p. 17-20.	14	19	1948
LIMA, José Augusto da Rocha	Discurso pronunciado em 15 de março de 1947, p. 21-30.	14	19	1948
SANTANA, Damião Mendonça de	Discurso pronunciado, em 04 de agosto de 1948, p. 31-55.	14	19	1948
LIMA, José Augusto da Rocha	Discurso pronunciado a 4 de agosto de 1948, p. 56-59.	14	19	1948
DANTAS, Adalberto Vieira	Oração proferida pelo Dr. Adalberto Vieira Dantas, p. 60-71.	14	19	1948
BEZERRA, Felte	As Origens do Rio Real, p. 72-80.	14	19	1948
PEREIRA, Joaquim dos Santos	Dados biográficos do Almirante Amintas José Jorge, nascimento e início da carreira, p. 81-97.	14	19	1948
CARVALHO NETO, Paulo de	Danças Populares de Aracaju, p. 98-108.	14	19	1948

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
REIS, João Dantas Martins dos	Criação das comarcas de Sergipe e juizes de direito que nelas serviram no império, p. 109-124.	14	19	1948
DÓREA, Epifânio	Emília Fontes, p. 125-126.	14	19	1948
FONTES, Emília Rosa de Marsellac.	Auto biografia Emília Rosa de Marsellac Fontes para meus filhos, p. 127-132.	14	19	1948
	Atas das Sessões do Conselho de Governo da Província de Sergipe, 1831, p. 133-163.	14	19	1948
	Atas das Sessões do Instituto, 1945, p. 164-194.	14	19	1948
	Atas das Sessões do Instituto, 1946, p. 195-226.	14	19	1948
	Cadastro social, p. 227-241	14	19	1948
	Numeração da Revista – 242-243	14	19	1948
DÓRIA, Epifânio	Página de saudade, p. 244-246	14	19	1948
	Diretoria do Instituto, p. 3	15	20	[1951]
ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de	Representação da Província de Sergipe D'el Rei no Parlamento Nacional (1823-1889), p. 05-95.	15	20	[1951]
CALASANS, José	Ensino Público em Aracaju(1830-1871), p. 96-120.	15	20	[1951]
OLIVEIRA, Filadelfo	A Queda dos Cincos Grandes, p. 121-123.	15	20	[1951]
SEBRÃO SOBRINHO	O último capitão-mor de Itabaiana, p. 124-133.	15	20	[1951]
MELO, Maria das Graças Azevedo	A Educação Feminina em Roma, p.134-143.	15	20	[1951]
REIS, João Dantas Martins dos	Criação dos termos judiciários especiais de Sergipe, providos por Juizes Municipais e de Orfãos, Togados, p. 144-162.	15	20	[1951]
DAMACENO, Orlando	José Bonifácio de Andrada e Silva, p. 163-172.	15	20	[1951]
	Atas das Sessões do Instituto, 1947 e 1948, p. 273-327.	15	20	[1951]
	Cadastro Social (31-12-1950), p. 328-337.	15	20	[1951]
	Numeração desta Revista, p. 338	15	20	[1951]
	Falecimentos, p. 339.	15	20	[1951]
	Diretoria do Instituto, p., 2.	16	21	[1955]
DÓRIA, Epifânio	Nosso atraso, p. 03-04.	16	21	[1955]
COSTA, Mª da Conceição Melo	Discurso, p. 05-19.	16	21	[1955]
BEZERRA, Felte	Conceituação da Geografia Humana, p. 20-25.	16	21	[1955]
PINHO, Wanderley de	Presidente da Província de Sergipe, p. 26-45.	16	21	[1955]
TELES, Manoel dos Passos de Oliveira	A Música Popular em Sergipe, p. 46-53.	16	21	[1955]
COELHO, Hilário Ferraz	Pascal Brasileiro (Jackson de Figueiredo), p. 54-106.	16	21	[1955]

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
DÓRIA, Epifânio	Monsenhor Olímpio Campos (palestra lida na Rádio-Difusora de Sergipe), p.107-112.	16	21	[1955]
ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de	Vida do primeiro apóstolo de Sergipe (Pe. Gaspar Lourenço), p. 113-225.	16	21	[1955]
CAMPOS, Edilberto	Um nome que não pode ser esquecido, p. 226-230.	16	21	[1955]
GRAVE, Gregório	Caderno de Viagens, p. 231-233.	16	21	[1955]
WYNNE, J. Pires	Um Depoimento Histórico, p. 234-239.	16	21	[1955]
SEBRÃO SOBRINHO	Sol-quente, do Dira, a pescadora santa dos umbandistas, p. 240-246.	16	21	[1955]
GAMA, J.	A Força do Coração, p. 247-248.	16	21	[1955]
REIS, João Dantas Martins dos	Nossa Senhora da Purificação da Capela, p. 249-255.	16	21	[1955]
	Relação dos indivíduos providos nas diversas cadeiras de primeiras letras desta província de Sergipe D'El rei, p. 256-258.	16	21	[1955]
DANTAS, Luís Carlos Rollemberg	Justiniano de Melo e Silva, filósofo e historiador, p. 258-263.	16	21	[1955]
	Atas das Sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 264-285.	16	21	[1955]
	Numeração desta Revista [do IHGS] p. 286.	16	21	[1955]
	Cadastro Social (31/12/1954), p. 287-304.	16	21	[1955]
	Legislação (Lei nº 9 de 25 de setembro de 1953), p. 305-307.	16	21	[1955]
	Falecimentos, p. 308-309.	16	21	[1955]
DÓRIA, Epifânio	Porque tardamos, p. 3-4.	17	22	[1959]
BEZERRA, Felte	Ação e efeitos do período Nassoviano em Sergipe Colonial, p. 5-12.	17	22	[1959]
LIMA, Zózimo	O Esperanto em Sergipe, p. 13-17.	17	22	[1959]
PASSOS, Alexandre	O primeiro centenário de Felisbelo Freire, p. 18-26.	17	22	[1959]
FONTES, Arivaldo	A visita do imperador à Estância, p. 27-28.	17	22	[1959]
NASCIMENTO, José Amado do	O Pan-americanismo na História do Brasil, p. 29-48.	17	22	[1959]

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
OLIVEIRA, Jordão de	Discurso proferido por ocasião da posse do diretor da Escola Nacional, p. 49-55.	17	22	[1959]
LIMA, Abdon	Transmigração do Príncipe Regente (futuro D. João VI) e Família Real, p. 56-76.	17	22	[1959]
DÓRIA, Epifânio	A ocupação de Sergipe pelos revolucionários baianos de 1821, p. 77-80.	17	22	[1959]
FORTES, Bonifácio	O Governo Inácio Barbosa, p. 81-104.	17	22	[1959]
SEBRÃO SOBRINHO	Cordialidade de Afonseca, p. 105-109.	17	22	[1959]
DÓRIA, Epifânio	Palavras de agradecimento, p. 110-112.	17	22	[1959]
DÓRIA, Epifânio	Freguesias de Sergipe, p. 113-115.	17	22	[1959]
WYNNE, J. Pires	Os Holandeses na Bahia, p. 116-134.	17	22	[1959]
DEDA, Carvalho	Rafael Montalvão, p. 135-140.	17	22	[1959]
CAMPOS, Edilberto	Se não me falha a memória, p. 141-177. Correspondência oficial do Governo da Província de Sergipe com o Governo Imperial, p. 178-203.	17	22	[1959]
BELO, Luiz Alves Leite de Oliveira	Cronologia da Vida de Tiradentes, à luz de documentos, p. 204-219.	17	22	[1959]
REIS, João Dantas Martins dos	Descendência de João Martins Fontes, p. 220-221.	17	22	[1959]
OLIVEIRA, Sávio	Solenidade da aposição da imagem de Cristo Redentor e do retrato do Dr. Leandro Maynard Maciel no Tesouro do Estado, no dia 20 de fevereiro de 1959, p. 222-225.	17	22	[1959]
GRAVE, Gregório	Na torrente do vício, p. 226. (Lauro Fontes).	17	22	[1959]
SOUZA, Machado José de GONÇALVES DINIZ FILHO, Pedro	Lei nº 656 de 3 de junho de 1955, p. 227 .	17	22	[1959]
MACIEL, Leandro Maynard	Decreto nº 50 de 9 de agosto de 1955, p. 228.	17	22	[1959]
MACIEL, Leandro Maynard	Lei nº 863 de 14 de novembro de 1957, p. 229.	17	22	[1959]
MACIEL, Leandro Maynard	Decreto Nº 453 de 24 de novembro de 1958, p. 230.	17	22	[1959]
MACIEL, Leandro Maynard	Decreto Nº 444 de 27 de outubro de 1958, p. 231.	17	22	[1959]
	Atas das Sessões do Conselho de Governo da Província de Sergipe, p. 232-253.	17	22	[1959]
	Atas das Sessões do Instituto, 1950, p. 254-276.	17	22	[1959]

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
DÓRIA, Epifânio	Falecimentos, p. 277-285 .	17	22	[1959]
	Cadastro Social, p. 286-296.	17	22	[1959]
	Diretoria e Comissões Permanentes de 1959-1960, p. 2.	18	23	[1960]
DÓRIA, Epifânio	Ritmo Normal, p. 3-4.	18	23	[1960]
SERIGI, Rolando	O progresso dos povos católicos-latinos, p. 05-25.	18	23	[1960]
MONTALVÃO, Joaquim José	Apontamentos históricos e topográficos da Vila de Campos, p. 26-32.	18	23	[1960]
PEREIRA, João	A morte de um bravo, p. 33-36.	18	23	[1960]
LIMA, Zózimo	Gumersindo: jornalista, p. 37-42.	18	23	[1960]
PAIVA, André	Relação da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Sertão do Rio Real de uma capitania de Sergipe D'el Rei, Termo da Villa de Nossa Senhora da Piedade, p. 43-45.	18	23	[1960]
SEBRÃO SOBRINHO	Patrimônio da Capela de Nossa Senhora Santana de Simão Dias, p. 46-68.	18	23	[1960]
REIS, João Dantas Martins dos	A Questão do Acre Setentrional e o Tratado de Petrópolis, p. 69-75.	18	23	[1960]
PASSOS, Alexandre	O Centenário do Professor Rodrigues Dória, p. 76-82.	18	23	[1960]
LIMA, Abdon	Napoleônica, os primeiro degraus da glória, p. 83-92.	18	23	[1960]
PRATA, Gervásio Carvalho	Ivo do Prado, p. 93-97.	18	23	[1960]
	Cópias de documentos relativos a Sergipe existentes no arquivo do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, p. 98-105.	18	23	[1960]
BELLO, Oliveira	O Almirante Saldanha da Gama, p. 106-116.	18	23	[1960]
NASCIMENTO, José Amado do	Fenômeno Social, p. 117-147.	18	23	[1960]
MORENO, Garcia	O retrato de Artur Fortes, p. 148-151.	18	23	[1960]
REIS, João Dantas Martins dos	A primeira revista jurídica em Sergipe, p. 152-153.	18	23	[1960]
	Correspondência oficial do Governo da Província de Sergipe com o Governo Imperial, p. 154-180.	18	23	[1960]
WYNNE, J. Pires	Um capítulo da História Política e Administrativa de Sergipe, p. 181-196.	18	23	[1960]
LIMA, Abdon	Um discurso famoso, p. 197-205.	18	23	[1960]
CAMPOS, Hércules	Japarutuba, p. 206-210.	18	23	[1960]

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
	Atas das Sessões do Instituto, p. 211-233.	18	23	[1960]
	Sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 31 de dezembro de 1959, p. 234-244.	18	23	[1960]
DÓRIA, Epifânio	Falecimentos, p. 245-249.	18	23	[1960]
	Diretoria do Instituto, p. 2.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Nota preambular, p. 3-4	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Dr. Isaías Antônio Caldas, p. 05-06.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Pedro Muniz Barreto, p. 07-08.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	General Ivo do Prado, p. 09-15.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	General João de Ávila Franco, p. 16-21.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Desembargador Melchisedech Cardoso, p. 21-24.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	João Ribeiro, p. 25-28.	19	24	1960
LIMA, Zózimo	Mestre João Ribeiro, p. 29-33.	19	24	1960
CASCUDO, Câmara	João Ribeiro e as constantes culturais de Sergipe, p. 34-37.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Centenário do Almirante Amintas Jorge, p. 38-41.	19	24	1960
RIBEIRO, J. Freire	Um Século, nas jornadas do tempo!, p. 42-55.	19	24	1960
SIMÕES, Juliano	Almirante Amintas José Jorge, p. 56-61.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Centenário de Nascimento do Dr. Afonso Pires Ramos, p. 62-64.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Prof. Teixeira de Faria, p. 65-69.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Olímpio Rollemberg de Oliveira Chaves, p. 70-72.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Dr. Antônio Militão de Bragança, p. 73-74.	19	24	1960
SIMÕES, Juliano	Dr. Antonio Militão de Bragança, p. 75-93.	19	24	1960
SANTOS NETO, Henriques Valentins	Dr. Antônio Militão de Bragança, p. 94-97.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Capitão-mor Joaquim Martins Fontes, p. 97-99.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Filinto Elísio do Nascimento, p. 100-102.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Dr. Gonçalo Rollemberg, p. 103-105.	19	24	1960
DANTAS, Luiz Carlos Rollemberg	Um perfil de Gonçalo de Faro Rollemberg, p. 106-111.	19	24	1960

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
RIBEIRO, J. Freire	Senador Gonçalo de Faro Rollemberg, p. 112-122.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Dr. Denitério Hércules da Silveira, p. 123-124.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Dr. Antonio Augusto Gentil Fortes, p. 125-127.	19	24	1960
DÓRIA, Epifânio	Dr. Carpóforo de Mendonça Lima, p. 128. Diretoria do Instituto, p. 2.	19 20	24 25	1960 1960
DÓRIA, Epifânio	Antelóquio, p. 03-04.	20	25	1960
DEDA, Carvalho	A História da Freguesia de Simão Dias, p. 05-15.	20	25	1960
SEBRÃO SOBRINHO	D'Afonseca vencido pelo Jacaré, p. 16-21.	20	25	1960
WIEDEMANN, Luiz Felipe Silva.	A sedutora personalidade do general, p. 22-29.	20	25	1960
OLIVEIRA, Jordão de	O poeta Garcia Rosa, p. 30-37.	20	25	1960
NASCIMENTO, José Amado do	Educadores e Sociólogos se completam e se precisam hoje mais do que nunca, p. 38-71.	20	25	1960
BEZERRA, Felte	Xangô de Zeca, p. 72-84.	20	25	1960
LIMA, Zózimo	Revivendo Fausto Cardoso, p. 85-89.	20	25	1960
CARNEIRO, J, de Magalhães	Palestra sobre Hermes Fontes, p. 90-93.	20	25	1960
PASSOS, Alexandre	A Primeira Transferência da Capital, p. 94-103.	20	25	1960
CARVALHO NETO, Paulo de	Bibliografia do Folclore Sergipano, p. 104-118.	20	25	1960
WYNNE, J. Pires	Páginas de um livro inédito de memórias, p. 119-122.	20	25	1960
OLIVEIRA, Jordão de	Discurso de posse da Cátedra de modelo vivo da Escola Nacional de Belas Artes, proferida pelo seu tit. Professor Jordão de Oliveira em 19-11-1960, p. 123-127.	20	25	1960
LIMA, Abdon	As Seduções, p. 128-132.	20	25	1960
MENDONÇA, Nunes	Introdução ao Estudo do Sergipano, p. 133-148.	20	25	1960
SILVEIRA, Manoel Fernandes da	Correspondência oficial do Governo da Província de Sergipe com o Governo Imperial / agosto a outubro, p. 149-173.	20	25	1960
REIS, João Dantas Martins dos	A cidade de Riachão do Dantas como começou, p. 174-182. Coronel João Dantas Martins dos Reis, p. 183-186.	20 20	25 25	1960 1960
DÓRIA, João Rodrigues da Costa	Recordações de uma origem (1953), p. 187-215.	20	25	1960
COELHO, J. R. Bastos	Sobre a vida de um legítimo sergipano, p. 216-218.	20	25	1960

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
DORIA, Epifânio e outros	Atas das Sessões do IHGS - 1952, p. 219-256.	20	25	1960
	Lei nº 57, p. 257.	20	25	1960
	Resolução nº 15, p. 258.	20	25	1960
	Falecimento, p. 260-260.	20	25	1960
	Quadro Social, p. 261-269.	20	25	1960
	Descerrando a cortina, p.3-4.	21	26a	1961
WINNE, João Pires	Capítulo de um livro inédito de memórias: Washington Luís em Sergipe, p. 5-8.	21	26a	1961
MENDONÇA, Nunes	José Sampaio: o homem e a mensagem, p. 9-13	21	26a	1961
SEBRÃO SOBRINHO	Capitão-mor de Itabaiana Luís Barroso Pantoja: fidalgos-cavaleiros birutas, arruinados, p. 17-27.	21	26a	1961
CRUZ, José	O Condese e o planejamento da economia sergipana, p. 28-34.	21	26a	1961
LIMA NETO, Urbano de Oliveira	Aos agrônomos dos tempos novos, p. 35-52	21	26a	1961
REIS, João Dantas Martins dos	Discurso, p. 53-59.	21	26a	1961
LIMA, Zózimo	O assassinio do Dr. João Ladislau e Silva, p. 60-66.	21	26a	1961
	Correspondência oficial do governo da Província de Sergipe com o governo imperial, p. 67-69	21	26a	1961
	Lendas sergipanas, p. 80-91.	21	26a	1961
	Excursão à província de Sergipe. Viajando para Aracaju no rio Cotínguiba. Maruim, p. 92-99.	21	26a	1961
CAMPOS, Edilberto	Do arauto ao radio-jornal, julho de 1910 a julho de 1960, p. 100-108.	21	26a	1961
MAIA, Fernando	Stalinismo no Brasil heterogêneo e o problema das taras, p. 109-112.	21	26a	1961
	Explicando, p. 115-116.	21	26a	1961
CALAZANS, Pedro de	A rapinada, p. 117-126.	21	26a	1961
DÓRIA, Epifânio	Veneráveis da Loja Cotínguiba, p. 127-165.	21	26a	1961
	Atas das sessões do Instituto, p. 166-189	21	26a	1961
	Sócios falecidos, p. 190-200	21	26a	1961
	Revistas e anuários recebidos, p. 202-211	21	26a	1961
	Retorno à publicidade, p. 3	21	26b	1965
DÓRIA, Epifânio	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 4-7	21	26b	1965
URBANO NETO	Discurso, p. 08.	21	26b	1965
WYNNE, J. Pires	Ferreira Neto no Instituto, p. 09-14.	21	26b	1965

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
FERREIRA NETO	Discurso, p. 15-18.	21	26b	1965
DÓRIA, Epifânio	Discurso, p. 20-24	21	26b	1965
RIBEIRO, J. Freire	Discurso, p. 25-33.	21	26b	1965
GARCIA FILHO, Antônio	Discurso, p. 34-40.	21	26b	1965
COUTINHO, D. José Bezerra	Discurso, p. 41-45.	21	26b	1965
CALASANS, José	O desenvolvimento cultural de Sergipe na 1a. metade do séc. XX, p. 46-57.	21	26b	1965
JESUS, Ulisses Siqueira de	IV Exposição Filatélica Sergipana, p. 58-63.	21	26b	1965
	Diário do Imperador Pedro II na sua visita a Sergipe, em Janeiro de 1860, p. 64-78.	21	26b	1965
LIMA NETO, Urbano de Oliveira	O Palácio Olímpio Campos: 1855/1964, p. 79-96.	21	26b	1965
CAMPOS, Edilberto	Recordações, p. 97-104	21	26b	1965
WYNNE, J. Pires	Revolução de 31 de março de 1964, p. 105-119.	21	26b	1965
FARIA, José Couto	Discurso, p. 120-128	21	26b	1965
PRATA, Arivaldo	Refolhos da História nas páginas de um diário, p. 129-133.	21	26b	1965
SANTOS, Isaura	A vida de um pintor, p. 134-166.	21	26b	1965
	Histórico do quadro de Oséias Santos sobre Rui Barbosa, p. 167-168.	21	26b	1965
DANTAS, Paulo Fábio	Lembrando um grande mestre, p. 169-173.	21	26b	1965
GUIMARÃES, João Marques	Encontro às vinte e uma – CVI. Crônica, p. 174-176.	21	26b	1965
	Ata da sessão solene de 11/05/1965, p. 177-178	21	26b	1965
SANTOS, Isaura	Palavras de agradecimentos, p. 179-180.	21	26b	1965
REIS, João Dantas Martins dos	A cidade de Capela e seu município, p. 181-189.	21	26b	1965
REIS, João Dantas Martins dos	A cidade de Capela, sua fundação, p. 190-195.	21	26b	1965
RIBEIRO FILHO, Silva	Tempestade no morro, p. 196-198.	21	26b	1965
RIBEIRO FILHO, Silva	Maria Auxiliadora, p. 199.	21	26b	1965
	Falecimentos	21	26b	1965
NUNES, Maria Thétis	Apresentação, p.5 .	22	27	1978
FONTES, José Silvério Leite	A Heurística e a História de Sergipe, p. 07-13.	22	27	1978

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
ALMEIDA, Maria da Glória Santana de	Estrutura de Produção: a crise de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860), p. 15-39.	22	27	1978
DINIZ, Diana Maria de Faro Leal	Nota sobre a História do Algodão em Sergipe, p. 41-54.	22	27	1978
NUNES, Maria Thétis	Qual o significado do 24 de outubro?, p. 55-61.	22	27	1978
DANTAS, Beatriz Góis	Considerações sobre o tempo e o contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras, p. 63-69.	22	27	1978
CALASANS, José	Discurso pronunciado em 1º de março de 1970, na cidade de Estância pelo Prof. José Calazans. Quando da inauguração do monumento de Gumersindo Bessa, p. 71-74.	22	27	1978
FONTES, Arivaldo.	Riachão do Dantas: dos primeiros tempos às origens, p. 75-81.	22	27	1978
FRANCO, Emmanuel	A Sequência das Chuvas, p. 83-100.	22	27	1978
BARRETO, Luiz Antônio	Discurso pronunciado por ocasião do sepultamento do Sr. Epifânio Dória, p. 103-104.	22	27	1978
MENDONÇA, J. A. Nunes	A Verdade sobre o Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 109-111.	22	27	1978
BARRETO, Luiz Antônio	Homenagem prestada pelo I.H.G.S. ao Dr. João Batista Perez Garcia Moreno, em seu sepultamento, p. 107-108.	22	27	1978
NUNES, Maria Thétis	O Sergipano Jenner Augusto, p. 113-115.	22	27	1978
NUNES, Maria Thétis	Documentação, p.117-127.	22	27	1978
MENEZES, Pedro Autran da Matta.	Tobias Barreto em Itabaiana como professor de latim, p. 129.	22	27	1978
	Preito de Saudade, p.131.	22	27	1978
	Presidentes do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912 à 1977), p. 133.	22	27	1978
	Notícias, p. 135-136.	22	27	1978
	Apresentação, p. 05-06.	23	28	[1982]
TELES, Manoel dos Passos de Oliveira	Ata da fundação do Instituto Histórico e geográfico de Sergipe, p. 07-08.	23	28	[1982]
NUNES, Maria Thétis	Sergipe no processo republicano brasileiro, p. 09-17.	23	28	[1982]
MOTT, Luiz R. B.	População e Economia: aspectos do problema da mão-de-obra escrava em Sergipe (século XVIII e XIX), p. 19-32.	23	28	[1982]
FONTES, José Silvério Leite	O Pensamento Filosófico de Jackson Figueiredo, p. 33-46.	23	28	[1982]

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
BEZERRA, Felte	Imaginário, História e Estórias, p. 47-52.	23	28	[1982]
SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto.	A citricultura na modernização da agricultura em Boquim 1980, p. 53-63.	23	28	[1982]
DANTAS, Beatriz Góis	A Missão Indígena do Geru, p. 65-87.	23	28	[1982]
OLIVA, Terezinha	Fausto Cardoso: as idéias de um líder, p. 89-123.	23	28	[1982]
FRANCO, Emmanuel	Outubro de 1930, p. 125-131.	23	28	[1982]
CRUZ, Acrízio	O 13 de Julho na História de Sergipe, p. 133-146.	23	28	[1982]
NUNES, Fernando Barreto	Pronunciamento por ocasião da solenidade de inauguração do busto de Abdias Bezerra, p. 147-149.	23	28	[1982]
	Concurso sobre História de Aracaju, p. 151-152.	23	28	[1982]
	Concurso sobre Sergipe no movimento republicano", p. 153	23	28	[1982]
	Página da Saudade, p. 155-156.	23	28	[1982]
	Homenagem ao centenário de nascimento de Florentino Teles de Menezes, p. 5.	24	29	[1987]
NUNES, Maria Thétis	Apresentação, p. 09.	24	29	[1987]
NUNES, Maria Thétis	As culturas de subsistência em Sergipe - a farinha de mandioca, p. 11-23.	24	29	[1987]
DINIZ, Diana Maria de Faro Leal	O Governo de Craccho Cardoso e as experiências inovadoras na lavoura algodoeira em Sergipe (1922-1926), p 25-37.	24	29	[1987]
DANTAS, Beatriz Góis	A Tupimania na Historiografia Sergipana, p. 39-50.	24	29	[1987]
Santos, Adelci Figueiredo	Malhador e o sistema cooperativista no campo, p. 51-60.	24	29	[1987]
FONTES, José Silvério Leite	Introdução à História do Direito Provincial Sergipano, p. 61-74.	24	29	[1987]
PORTO, Fernando Figueiredo	Teófilo Dantas: um intendente de Aracaju, p. 75-86.	24	29	[1987]
SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro	O comício Agrícola do Sul de Sergipe (breve notícia sobre uma tentativa de defesa dos interesses dos agricultores), p. 87-89.	24	29	[1987]
OLIVEIRA, Jorge Marcos	O ideal anarquista em "O Operário" – 1986, p. 91-99.	24	29	[1987]
FRANCO, Emmanuel	Florentino Telles de Menezes (notas para sua biografia), p. 101-104.	24	29	[1987]
ALMEIDA, Maria da Glória S. de e FRANCO, Josevalda Mendonça	Um importante documento histórico (sec. XVIII), p. 105-124.	24	29	[1987]

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
GARCIA FILHO, Antônio	Homenagem ao Dr. Augusto César Leite em seu centenário de nascimento, p. 127-130.	24	29	[1987]
MOTT, Luiz R. B.	O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe, p. 133-147. Página da Saudade, p.149.	24 24	29 29	[1987] [1987]
MERCADANTE, Paulo	Tobias Barreto: Formação humanista em Sergipe, p. 09-17.	25	30	1989
GARCIA FILHO, Antonio	Aspecto da vida literária de Tobias Barreto, p. 19-30.	25	30	1989
NUNES, Maria Thétis	Tobias Barreto e a renovação do pensamento brasileiro, p. 31-39.	25	30	1989
SILVEIRA, Junot	Volta a Tobias e progredir, p. 41-49.	25	30	1989
SALDANHA, Nelson	Tobias Barreto: notas para um reexame de sua maneira e de seu papel como intelectual, p. 51-57.	25	30	1989
BARRETO, Luiz Antônio	Tobias Barreto como teórico da organização da sociedade, p. 59-63.	25	30	1989
FIGUEIREDO, Ariosvaldo.	Tobias Barreto ideólogo da burguesia? p. 67-71.	25	30	1989
LIMA, Jackson da Silva	Ernesto Haeckel e a fama de Tobias Barreto (1879-1882), p. 73-77.	25	30	1989
FONTES, José Silvério Leite	Tobias Barreto Monismo e Dualismo, p. 79-88.	25	30	1989
CHACON, Vamireh	O Germanismo patrioticamente brasileiro de Tobias, p. 89-91.	25	30	1989
CAMPOS, Vigilio.	Tobias e o Romantismo Penal, p. 93-97.	25	30	1989
PAIN, Antonio	O projeto cultural reformador da Escola do Recife, p. 99-109.	25	30	1989
OLIVA, Terezinha	Fausto Cardoso, um Tobiático na política, p. 111-115.	25	30	1989
ROLLEMBERG, Francisco	Tobias Barreto, p. 117-128. Os Sergipanos Estudantes da Faculdade de Direito do Recife no eleitorado de sua província, p. 131-134.	25 25	30 30	1989 1989
BARRETO, Tobias	Um Discurso em Mangas de Camisa, p. 135-142 .	25	30	1989
NUNES, Maria Thétis	Apresentação, p. 09.	26	31	1992
DANTAS, Beatriz Góis	Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos de Aracaju, p.13-30	26	31	1992

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
SANTOS, Lourival Santana	Quilombos e Quilombolas em Terras de Sergipe no Século XIX, p. 31-43.	26	31	1992
PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos	Tráfico Inter e Intra-provincial de Escravos no Nordeste Açucareiro: Sergipe (1850-1887), p. 45-69	26	31	1992
ALVES, Francisco José	Calendário Religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância: 1772-1827, p. 71-78.	26	31	1992
BEZERRA, Antônio Ponciano	O Liberalismo Lingüístico de Sílvio Romero, p. 83-92	26	31	1992
MOTT, Luiz R. B.	Sergipanas no Convento da Soledade da Bahia, p.93-99.	26	31	1992
FONTES, Arivaldo	Os Velhos Comandantes – Luiz Mendes de Moraes, p. 101-102	26	31	1992
CALASANS, José	Fávila Nunes, Repórter em Canudos, p. 103-112	26	31	1992
OCTÁVIO, José	História e Educação, numa Biografia de Anísio Teixeira, p. 113-126.	26	31	1992
NUNES, Maria Thétis	Insurreição de Santo Amaro das Brotas - Antecedentes, p. 127-137.	26	31	1992
DANTAS, Ibarê	Notícias de Greves em Sergipe 1915-1930, p. 139-156	26	31	1992
FONTES, José Silvério Leite	Jackson de Figueiredo - Cem Anos, p. 157-172.	26	31	1992
SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro	Uma explicação necessária, p. 175-176	26	31	1992
LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho	Uma Página Sobre a Companhia de Jesus em Sergipe-1575 à 1759 (crônica dos tempos coloniais),p 175-194.	26	31	1992
NUNES, Maria Thétis	Professor Felte Bezerra, p. 197-200.	26	31	1992
SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro	Urbano Neto, 201-103.	26	31	1992
BARRETO, Luiz Antônio	JAG, Um Estranho Homem, p. 205-206.	26	31	1992
SANTOS, Pedrinho	Benemérita de Barros Vilela. p. 207-211. Sócios Falecidos, p. 213	26 26	31 31	1992 1992
NUNES, Maria Thétis	O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 9-17.	27	32	[1999]
DANTAS, Beatriz Góis	História Indígena do Nordeste: fontes e instrumentos de pesquisas, p. 19-39.	27	32	[1999]
SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro	O Município de Indiaroba (Subsídios para sua História), p. 41-59.	27	32	[1999]

AUTOR	TÍTULO	VOL.	Nº	ANO
ALMEIDA, Maria da Glória	A Igreja em Sergipe e os desfavorecidos: Possibilidades de Pesquisa p. 61-83.	27	32	[1999]
SANTOS, Pedrinho dos	Moreira Guimarães, um nome da inteligência Brasileira, p. 85-95.	27	32	[1999]
CALASANS, José	Canudos - Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico, p. 97-112.	27	32	[1999]
FONTES, Arivaldo	Sergipanos no Magistério Carioca, p. 113-128.	27	32	[1999]
NUNES, Maria Thétis	Aspectos Históricos da Cidade de São Cristóvão, p. 129-133.	27	32	[1999]
MOTT, Luiz R. B.	A Tortura dos Escravos na Casa da Torre: um documento inédito dos Arquivos da Inquisição, p. 135-153.	27	32	[1999]
SOUZA, Antônio Lindivaldo	A Manutenção da Ordem Pública e as Relações de Poder em Sergipe (1889-1930), p. 155-172.	27	32	[1999]
NASCIMENTO, José Amado do	Depoimento sobre Passos Cabral, p. 173-181.	27	32	[1999]
SANTOS, Lourival Santana	O Compromisso da Irmandade de N.S.Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova Real de El Rei do S. Francisco, p. 183-202.	27	32	[1999]
ARAÚJO, Ricardo Teles	Sergipanos dos Séculos XVII e XVIII nos arquivos portugueses, p. 203-225.	27	32	[1999]
ALVES, Francisco José	O missionário, o bandeirante e o sesmeiro: notícias sobre a ocupação histórica do Baixo São Francisco p. 227-237.	27	32	[1999]
NUNES, Maria Thétis	Dr. José Rollemberg Leite, p. 241-242.	27	32	[1999]
PINA, Maria Lígia Madureira	A Artista da História de Sergipe, p. 243-247.	27	32	[1999]
ABDO, Saline	Padre Aurélio Vasconcelos, p. 249-253.	27	32	[1999]
BARRETO, João Gomes Cardoso	General Djenal, p. 255-257.	27	32	[1999]
	Sócios Falecidos, p. 213.	27	32	[1999]